

HISTÓRIA, MEIO-AMBIENTE E POVOS ORIGINÁRIOS (SÉCULOS XX E XXI)



História
e
Cultura

ORGANIZADORA

PROF^a DR^a BIANCA LUIZA FREIRE DE CASTRO FRANÇA

Editora Científica

Valéria dos Santos Guimarães. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História. [Lattes/Orcid](#).

Editores

Larieli Ceron de Lima, Secretária. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Maria Cecília Teixeira Miranda, Secretária Adjunta. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#)

Alicia Panicacci Figueiredo, Dossiê. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Sofia Zambelli Menck, Artigos Livres. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Natália Tamie Imaizumi de Luzia, Comunicação. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Isadora Remundini, Qualidade. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Conselho Editorial

Amanda Guimarães Silva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Camila Naressi. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Débora Araujo da Silva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Felipe Aparecido de Oliveira Camargo. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Felipe Metzner Selotti. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Giovana Cobello. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Guilherme Cardinale de Araujo. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Guilherme Detoni. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Laís Pereira de Oliveira. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Larissa Molina Manfré. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Laura Duarte Ozelin. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Laura Felipe Romani. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Leticia Ahmad Ali Marino. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Leticia Giroto Dilio. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Luis Eduardo Bove de Azevedo. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Luiza Ciurcio Possebon. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Luiza Paula Monteiro Mota. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Maria Cecília Teixeira Miranda. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Maria Isabela da Silva Gomes. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Nathan Rodrigues Falcucci. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Natálie Yukie Cardoso Utsumi. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Rhaira Gabrielle Siva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Rodrigo Canossa Barbosa. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Sofia Rossi Menezes. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Tales Damascena Lima. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Thiago Augusto Motta. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Conselho Consultivo Nacional

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Arno Wehling, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB / Universidade Gama Filho. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Joana Maria Pedro, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Marcos Napolitano, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Nelson Schapochnik, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Rafael Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dra. Tania da Costa Garcia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Welligton Barbosa da Silva, Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE. [Lattes/ORCID](#).

Conselho Consultivo Internacional

Alejandra Viviana Ojeda, Universidade de Buenos Aires, Argentina. [ORCID](#).
Anthony Glinoe, Université de Sherbrooke, Canadá. [ORCID](#).
Antônio de Almeida Mendes, Universidade de Nantes, França. [ORCID](#).
Armelle Enders, Université de Paris IV (Paris-Sorbonne), França. [ORCID](#).
Emiliano Gastón Sanchez, Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina. [ORCID](#).
Erik Lars Myrup, University of Kentucky, Estados Unidos.
Felipe Botelho Corrêa, King's College London, Grã Bretanha. [ORCID](#).
François Hartog, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. [ORCID](#).
Hans-Jürgen Lüsebrink, Saarland University, Alemanha. [ORCID](#).
Jacques Revel, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França.
Jorge Montealegre Iturra, Universidad de Santiago de Chile (USACH), Chile. [ORCID](#).
Susan Pinette, University of Maine, Estados Unidos. [ORCID](#).
Yanina Leonardi, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. [ORCID](#).

Apoio/Patrocínio

Conselho do Programa de Pós-graduação em História da FCHS – UNESP/Franca.

Layout e Diagramação

Layout: Andrea Ramon Ruocco. [Lattes/Orcid](#).
Diagramação: Larissa Molina Manfré. [Lattes/Orcid](#).

Informações da Capa

Imagem: Começando de cima para baixo, da esquerda para direita, a primeira fotografia foi tirada por Ueslei Marcelino, em 8 de fevereiro de 201, na cidade de Brasília. A pessoa retratada é Raoni Metuktire, líder indígena do povo Caipó, que fuma um cachimbo enquanto protesta contra a construção da planejada usina hidrelétrica de Belo Monte. Na segunda, Ayuana, da Comunidade de Tiracmbu Awã, do Brasil, é fotografada com um tamarim preto. A fotografia foi tirada por Charlie Hamilton James e divulgada pelo Nacional Geographic. A terceira fotografia mostra indígenas Kanamari durante trabalho na roça da aldeia Massapê, no Vale do Javari, em 2019. A imagem é de Bruno Kelly. A quarta e quinta fotografias foram tiradas por Sebastião Salgado na região da Amazônia.

Design da capa: Natália Tamie Imaizumi de Luzia.

Contatos

Endereço postal: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.

Telefone Institucional: +55 (16) 3706-8792.

Telefone para Suporte Técnico (STAEPE): +55 (16) 3706-8811.

E-mail: revistaelectronica.franca@unesp.br

E-mail/Secretaria: secretariahistoriaecultura@gmail.com

E-mail/Divulgação: historiaecultura.divulgacao@gmail.com

Portal/Site: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/>

Missão

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 – Qualis A3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.

A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos *stricto sensu*, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas, traduções e notas de pesquisa.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ.....	11
APRESENTAÇÃO	12
O DIREITO À FLORESTA AMAZÔNICA: Meio Ambiente e História Indígena nos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (1985-1989).....	16
POVO XUKURU DO ORORUBÁ: História, Agricultura e Restauração de Áreas Degradadas	34
PERFORMANCES INDÍGENAS DE RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA: Teorias Indígenas, Crises Climáticas e o Mundo dos Brancos.....	51
ARTIGOS LIVRES	79
CAROLINAS: “A Mulher Negra Periférica no Mundo do Trabalho na Obra ‘Quarto De Despejo’ de Carolina Maria de Jesus”.....	80
“NÃO SOU ‘SHERLOCK’ DA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL, MAS SOU TESTEMUNHA DOS ACONTECIMENTOS”: Memória e Escrita Autobiográfica na Obra de Nair de Teffé.....	100
DJACIR MENEZES: A Trajetória de um Intelectual na Província	118
ONDE ANDAM AS MULHERES: Balanço Sobre a Atuação Feminina em Motins no Início do Século XX em São Paulo	140
DOS PALCOS À TELA: A Recepção de Uma Revista da Cinematografia Estadunidense no Brasil de 1918 a 1921	158
ARTE E MANIFESTO: Hadashi No Gen, Narrativa e o Revisionismo no Japão Pós-Guerra	181
AS PERMANÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE VÍTIMA E AGRESSOR EM DISCURSOS DE PROCESSOS CRIMINAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO XXI	197
HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NA OBRA DE GUSTAVO BARROSO	215

A MATERIALIDADE DO LIVRO E A PRODUÇÃO COLETIVA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE <i>CEM ANOS DE SOLIDÃO</i> (1967).....	241
DINÂMICAS INTERNACIONAIS DA RESISTÊNCIA: O Caso Pierre Robert (1934-1944).....	261
ENTRE OS CONFLITOS E A COOPERAÇÃO: As Migrações Bárbaras e sua Interação com o Império Romano no Século IV E.C.	283
O JOGO DO AMOR: Imagens do Amor Cortês em Manuscritos Iluminados Ingleses do Século XIV	304
À SERVIÇO DE LIBITINA: Um Estudo dos Ofícios do Luto e Agentes Funerários na Roma do Principado (Séc. I E.C.)	323
LOUCURA CONTEMPORÂNEA: Relações Entre Representações da Loucura e Possessão Demoníaca no Filme <i>Hereditary</i> (2018).....	335

EDITORIAL

Maria Cecília Teixeira Miranda
Mestranda em História – PPGH/UNESP

É com satisfação que apresentamos o primeiro número do 14º volume da Revista História e Cultura (ISSN:2238-6270), elaborada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, com trabalhos referentes ao primeiro semestre de 2025. Este volume é composto por três artigos que compõem o dossiê temático “*História, Meio-Ambiente e Povos Originários (Séculos XX e XXI)*”, organizado pela Dra. Bianca Luiza Freire de Castro França, Historiadora e Pós-doutorado em História (PPGH/Unirio). Ademais, o número contém doze artigos compondo a seção de artigos livres e duas notas de pesquisa.

As crises climáticas e a preocupação com o meio ambiente são pautas cada vez mais relevantes no cotidiano mundial; queimadas, inundações ou secas são consequências da ação desenfreada ao longo da história humana. Todo esse cenário afeta, especialmente, os povos originários e suas dinâmicas sagradas e ancestrais com a terra, visto que sua existência é ligada ao meio ambiente. Apesar de serem extremamente afetadas, as populações indígenas representam um movimento de resistência às crises climáticas e ao Antropoceno, principalmente através do resgate de epistemologias indígenas centralizadas, a fim de repensar a História Ambiental. Dessa forma, compõem a seção de dossiê os seguintes artigos.

O doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avelino Pedro Nunes Bento da Silva, inicia o dossiê problematizando conflitos territoriais envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais, ressaltando a luta e o direito pela floresta Amazônica. No artigo “*O Direito à Floresta Amazônica: meio ambiente e história indígena nos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (1985-1989)*”, o pesquisador analisa outras epistemologias e relações com a terra, utilizando como fonte os Relatórios da Comissão Pastoral da Terra entre os anos de 1985 e 1989.

Partindo da mesma perspectiva relacionada ao cuidado com o meio ambiente e com a terra, a Bacharela em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Laís Deosdede da Silva, e o Doutor em História Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP), Edson Silva, utilizam da interdisciplinaridade

no artigo *“Povo Xukuru do Ororubá: História, Agricultura e Restauração de Áreas Degradadas”* para analisar práticas agrícolas ancestrais do povo Xukuru do Ororubá para a reconstrução e a restauração dos territórios indígenas em alguns municípios pernambucanos.

Por fim, Andrisson Ferreira da Silva, doutorando pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trabalha com imagens, performances e com importantes teóricos como Ailton Krenak no artigo *“Performances Indígenas de Resistências na História: teorias indígenas, crises climáticas e o mundo dos brancos”*. Logo, propõe uma reflexão acerca de epistemologias filosóficas indígenas, discorrendo sobre conceitos como “a queda do céu” e “humanidade”.

Já a seção de artigos livres contempla doze textos com temáticas, metodologias e temporalidades diversas. Dentre as temáticas presentes, temos: História Antiga, Micro-História — direcionada à História das Mulheres Negras, autobiografias femininas e políticas de grandes personagens brasileiros, estudos de gênero localizando os papéis femininos na sociedade brasileira, História e Cinema — com artigos que exploram o imaginário estadunidense no Brasil. Além disso, biografias e estudos relacionados à memória também estão presentes, além de artigos que trabalham a História da Imprensa, de Manuscritos e do Livro, artigos que retratam a Segunda Guerra Mundial - incluindo questões revisionistas — e, por fim, temáticas envolvendo migrações na Antiguidade Tardia. As notas de pesquisa, especificamente, trazem temáticas ligadas à História da Morte e ao estudo da História da Loucura em obras cinematográficas. Nesse sentido, a seção é composta pelos seguintes artigos citados abaixo, em ordem de publicação na Revista, além das notas de pesquisa, responsáveis pelo encerramento do número.

Carolinas: “A Mulher Negra Periférica No Mundo Do Trabalho Na Obra ‘Quarto De Despejo’ de Carolina Maria de Jesus” com Bruno Eduardo Silva, Magna Lima Magalhães e Daniel Conte, sendo estes, respectivamente, doutorando, docente e coordenador, do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; *“Não Sou ‘Sherlock’ da História Política do Brasil, Mas Sou Testemunha dos Acontecimentos”*: Memória e Escrita Autobiográfica na Obra de Nair de Teffê, submetido por Bethânia Luisa Lessa Werner, mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); *Djacir Menezes: A Trajetória De Um Intelectual Na Província* por Alexandre Barbalho, docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); *Onde Andam as Mulheres: Balanço Sobre A Atuação Feminina Em Motins No Início Do Século XX Em São Paulo* pela doutoranda em História

pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Vitória Ribeiro; *Dos Palcos à Tela: A Recepção de Uma Revista da Cinematografia Estadunidense no Brasil de 1918 a 1921*, oferecido por Tatiana de Carvalho Castro, doutora História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); *Arte e Manifesto: Hadashi No Gen, Narrativa e o Revisionismo no Japão Pós-Guerra* por Maxton Moreira Filho, doutorando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); *As Permanências na Construção da Imagem de Vítima e Agressor em Discursos de Processos Criminais no Brasil do Século XIX ao XXI*, submetido por Paloma Heller Dallagnol, doutoranda pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); *História, Memória e Representações do Passado na Obra de Gustavo Barroso* submetido por Erika Cerqueira, professora no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG) e doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); *A Materialidade do Livro e a Produção Coletiva da Primeira Edição de Cem Anos de Solidão (1967)* de autoria de Vitória Lívia Cordeiro, mestranda em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); *Dinâmicas Internacionais da Resistência: O Caso Pierre Robert (1934-1944)* de Nathan Lermen, doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); *Entre os Conflitos e a Cooperação: As Migrações Bárbaras E Sua Interação Com O Império Romano No Século IV E.C.* por Jéssica da Costa Minati Moraes, mestranda em História Antiga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); e, por fim, o artigo *O Jogo do Amor: Imagens do Amor Cortês em Manuscritos Iluminados Ingleses do Século XIV* que encerra a seção de artigos livres com autoria de Giovanni Bruno Alves e Maria Gabriela Moreira, doutorando e mestra, respectivamente, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Além dos artigos livres, o número conta com duas notas de pesquisa, sendo elas: *À Serviço de Libitina: Um Estudo dos Ofícios do Luto e Agentes Funerários na Roma do Principado (Séc. I E.C.)* submetido por Fernando Antonelli Muniz de Ramos, graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pelo docente adjunto de História Antiga - Thiago Eustaquio Araujo Mota da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e *Loucura Contemporânea: Relações entre Representações da Loucura e Possessão Demoníaca no Filme Hereditary (2018)* submetido por Evelane Mendonça de Oliveira, Gleudson Passos Cardoso e Iuri Furini Lopes da Silva, sendo estes, respectivamente, graduada, professor e mestrando da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição.

O conjunto de artigos que compõem as seções deste volume da *Revista História e Cultura* proporciona o contato com diversas abordagens e metodologias históricas,

contemplando interdisciplinaridade e reflexões culturais e históricas das mais diversas temporalidades. Além disso, o número reúne pesquisadores de diversas regiões e instituições do Brasil, garantindo a diversidade em nosso periódico. Portanto, o objetivo deste volume está vinculado à disseminação do conhecimento histórico e pesquisa e da colaboração para fomentar debates e análises dos leitores. Agradecemos a todos os envolvidos no processo de publicação deste volume, aos autores, aos pareceristas, aos editores, aos professores e a todos os demais colaboradores.

Nós, do Corpo Editorial da Revista História e Cultura,
desejamos a todos uma ótima leitura!

▪ HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E POVOS ORIGINÁRIOS: saberes e resistências indígenas frente às crises do antropoceno

Dra. Bianca Luiza Freire de Castro França¹

A crise climática que se intensifica nas últimas décadas, marcada por eventos extremos como secas prolongadas, inundações, deslizamentos de terra e queimadas descontroladas, tornou-se uma das principais ameaças à sobrevivência dos povos originários no Brasil. Esses povos, cuja relação com o território é ancestral e simbiótica, enfrentam os impactos ambientais de forma singular, já que sua subsistência e cultura estão profundamente entrelaçadas ao meio ambiente. Além dos fenômenos naturais, essas populações são atingidas por ações humanas que agravam a degradação de seus habitats, como a poluição dos rios, o desmatamento e a extração predatória de recursos naturais.

Este dossiê é desdobramento de pesquisa pós-doutoral realizado, entre junho de 2024 e março de 2025, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Unirio), sob supervisão da Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues. Propõe, a partir dos campos da História Ambiental, da História do Antropoceno e da Antropologia Ecológica — campos estes também abordados ao longo da pesquisa pós-doutoral — investigar como as transformações climáticas e os processos de destruição ambiental influenciaram — e ainda influenciam — a vida, a resistência e as lutas dos povos originários nos séculos XX e XXI. O objetivo deste dossiê é criar um espaço de debate acadêmico que dê visibilidade às experiências desses povos diante das mudanças ambientais, evidenciando suas estratégias de enfrentamento e a importância de seus saberes tradicionais frente à crise climática global.

Além disso, pretende-se analisar o papel das políticas públicas, governamentais e não-governamentais, que muitas vezes, ao invés de proteger, acentuam as desigualdades ambientais e territoriais. Neste sentido, os artigos aqui reunidos — poucos, mas eficazes —

¹ Historiadora. Pós-doutorado em História (PPGH/Unirio), Doutora em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC/FGV), Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST), Especialista em Sociologia (UCAM) e Docência Básica (IFMG/Arcos), Licenciada em História (UNIRIO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6965076686458954> e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8326-3559>

contribuem para refletir sobre a urgência de alternativas sustentáveis de manejo ambiental que valorizem os conhecimentos indígenas, construídos historicamente a partir de outras formas de viver, produzir e se relacionar com a natureza.

Embora o estudo das interações entre meio ambiente e sociedade tenha ganhado força nas últimas décadas, sobretudo no campo da História, a análise específica sobre a relação entre povos indígenas e meio ambiente, principalmente no ramo da historiografia, ainda é escassa e precisa ser aprofundada. O reconhecimento das epistemologias indígenas é condição fundamental para a construção de uma justiça climática que seja, ao mesmo tempo, social, territorial e epistêmica (FERDINAND, 2022; PÁDUA, 2023). Assim, a valorização dessas tecnologias tradicionais não apenas reforça a resiliência dos povos da floresta, mas oferece caminhos concretos para reimaginar o futuro em meio às ruínas do Antropoceno.

Refletir sobre as práticas tecnológicas e os saberes ambientais dos povos indígenas da Amazônia à luz da crise climática contemporânea é uma proposta que dialoga diretamente com a Antropologia Ecológica, mas também se insere nos campos analíticos da História Ambiental e da História do Antropoceno — ou, como propõe Malcom Ferdinand (2022), do *Plantationceno*, ao evidenciar as raízes coloniais da devastação ecológica atual.

Segundo Pádua (2010), a História Ambiental investiga as interações entre sistemas sociais e naturais em uma perspectiva de longa duração, tal como sugerido por Braudel: “a história é o homem e tudo mais” (BRAUDEL *apud* MOORE, 2003, p. 431). Já o conceito de Antropoceno, amplamente difundido a partir dos anos 2000, aponta para a ação humana como força geológica capaz de transformar o planeta, exigindo abordagens críticas que considerem os impactos socioambientais globais e as desigualdades históricas, especialmente aquelas vividas por povos originários (PÁDUA, 2023). A crise climática não é abstrata: ela atinge diretamente os modos de vida, a saúde e os territórios indígenas.

Diante disso, a História Ambiental e a História do Antropoceno oferecem ferramentas fundamentais para compreender tanto os impactos quanto as respostas locais à crise climática. Ao recuperar vozes, práticas e temporalidades marginalizadas (CHARTIER, 1988), a historiografia pode contribuir para recentrar as epistemologias indígenas como alternativas concretas de futuro. Incorporar esses saberes aos debates contemporâneos não é apenas uma escolha metodológica, mas também um gesto político de justiça epistêmica e climática.

Ao tentar iluminar essa lacuna acadêmica — afim de “cutucar” os interessados para que se debrucem sobre o assunto — o presente dossiê propõe uma abordagem interdisciplinar e crítica que articula diferentes métodos e fontes — da pesquisa documental às entrevistas, da história política à história oral — para compreender como esses povos enfrentam as transformações do Antropoceno e o avanço do capital sobre seus territórios.

Dessa forma, abrimos o dossiê com o artigo de Avelino Pedro Nunes Bento da Silva, intitulado “*O direito à floresta amazônica: meio ambiente e história indígena nos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (1985-1989)*”, que examina os conflitos fundiários no Amazonas no contexto da redemocratização brasileira. A análise dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela os impactos da expansão capitalista sobre os territórios indígenas e a atuação da CPT como agente de denúncia frente à violência institucional e à devastação ambiental.

Em seguida, o artigo de Laís Deosdede da Silva e Edson Silva, “*Povo Xukuru do Ororubá: história, agricultura e restauração de áreas degradadas*”, apresenta um estudo sobre a região do Semiárido pernambucano, destacando como os saberes agrícolas ancestrais do povo Xukuru possibilitam a restauração ecológica de áreas degradadas. Ao articular memória, território e práticas sustentáveis, o texto evidencia a resistência dos Xukuru diante das transformações impostas pelo agronegócio e pela monocultura.

Encerramos o dossiê com o texto de Andrisson Ferreira da Silva, “*Performances indígenas de resistências na história: teorias indígenas, crises climáticas e o mundo dos brancos*”. O autor propõe uma leitura crítica e filosófica da crise ambiental contemporânea a partir de autores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, questionando as categorias de “humanidade” e “progresso” do Ocidente e propondo as performances indígenas como atos de insurgência epistêmica e existencial frente ao colapso ambiental.

Este dossiê é, portanto, um convite à escuta, à reflexão crítica e ao reconhecimento dos saberes indígenas como centrais para repensar a história ambiental brasileira e construir alternativas ao modelo civilizatório hegemônico. Esperamos que os textos aqui reunidos contribuam para o fortalecimento do diálogo entre os saberes acadêmicos e tradicionais, e para a ampliação das lutas por justiça socioambiental.

Agradecemos à equipe editorial da Revista História & Cultura pelo acolhimento da proposta, aos autores e autoras pelos trabalhos instigantes e a cada parecerista pelo compromisso e rigor no processo de avaliação. Dedicamos este dossiê a Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), antropóloga romena naturalizada brasileira, que, ao longo de sua trajetória acadêmica e de militância em defesa dos povos indígenas no Brasil, defendeu o

reconhecimento e o uso social das tecnologias indígenas (RIBEIRO, Berta G., 1986a; FRANÇA, 2023). Sua obra e seu compromisso ético inspiram profundamente as reflexões reunidas neste volume.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Referências

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. *Revista de História*, Ano XVI, v. 30, n. 62, p. 261 – 294, abril – junho de 1965.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FRANÇA, Bianca L. F. de Castro. “Uma civilização vegetal”: a contribuição de Berta G. Ribeiro para a antropologia brasileira no século XX. Tese (doutorado) – Escola de Ciência Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2023.

PÁDUA, José Augusto. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 659–669, 2023.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. av. [Online]*, v.24, n.68 p.81-101, 2010.

RIBEIRO, Berta G. “A arte de trançar: dois macroestilos, dois modos de vida”. In: RIBEIRO, Berta G.; RIBEIRO, Darcy (Org.). *Suma Etnológica Brasileira II: Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986. p. 283-313.

O DIREITO À FLORESTA AMAZÔNICA: Meio Ambiente e História Indígena nos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (1985-1989)

THE RIGHT TO THE AMAZON FOREST: Environment and Indigenous History in the Reports of the Pastoral Land Commission (1985-1989)

Avelino Pedro Nunes Bento da Silva¹

Resumo: Este artigo busca problematizar conflitos de terra a partir de relações amplas envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais em suas lutas pelo direito à floresta na Amazônia brasileira. Para isso, partimos da análise dos Relatórios de Conflitos de Terra no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicados entre os anos de 1985 e 1989, importante documentação que permite analisar projetos alternativos e práticas outras de relação com o meio ambiente propostos pelos sujeitos que viviam e se relacionavam com a natureza e a floresta amazônica. A partir de suas ações políticas no campo da luta por democracia, em um período posterior à ditadura civil-militar de 1964, apreendemos perspectivas outras acerca da floresta, sendo esta valorizada através da dimensão da preservação e do uso comum dos recursos naturais e do território.

Palavras-chave: História indígena, meio ambiente, cultura, Comissão Pastoral da Terra, Amazônia brasileira.

Abstract: This article seeks to problematize land conflicts based on broad relations involving indigenous peoples and traditional communities in their struggles for the right to the forest in the Brazilian Amazon. For this, we start from the analysis of the Land Conflict Reports in Brazil by the Pastoral Land Commission (CPT), important documentation that allows us to analyze alternative projects and other practices related to the environment, proposed by the subjects who lived in and interacted with nature and the Amazon rainforest. Through their political actions in the struggle for democracy, in the period following the civil-military dictatorship of 1964, we apprehend alternative perspectives on the forest, valued through the dimensions of preservation and the common use of natural resources and territory.

Keywords: Indigenous history, environment, culture, Pastoral Land Commission, Brazilian Amazon.

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de discutir o processo histórico de luta de povos indígenas e tradicionais pelo direito à floresta amazônica após o fim institucional da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a partir da problematização dos *Relatórios de Conflitos de Terra no Brasil* produzidos e publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste sentido, buscamos revalorizar modos de vida e práticas de resistências de povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira contra políticas de devassamento da floresta e de destruição do meio ambiente.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Licenciatura Plena em História (2018) e Mestre em História (2021) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), através do Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (POSGRAD).

A análise dos Relatórios da CPT possibilita apreender relações amplas entre povos indígenas, comunidades de seringueiros, extrativistas, pescadores, dentre outros, entre si e com o meio ambiente. Esses sujeitos históricos atuam politicamente pela preservação da natureza através de propostas outras de relação e de uso dos recursos naturais. Assim, a partir da leitura atenta da documentação sobre temáticas de conflitos de terra, torna-se possível problematizar o processo de “redemocratização” do Brasil após o fim da ditadura civil-militar de 1964.

Por meio da análise dos Relatórios da CPT, torna-se evidente o acirramento de conflitos em terras indígenas na Amazônia brasileira, resultando em violências e assassinatos contra povos indígenas, muitas das vezes partindo de políticas de exploração da natureza promovidas pelo Estado brasileiro. Com o caráter de denúncia a instituições públicas e empresas privadas autoras dos conflitos de terras, a CPT reafirma seu papel político de atuação e combate por justiça social e pelo direito à vida. Os Relatórios possibilitam refletir sobre projetos alternativos de construção do social.

O presente texto parte do campo de discussões da história indígena ao revalorizar modos de vida de povos indígenas habitantes da floresta amazônica e seus modos de luta pela preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Como destaca Manuela Carneiro da Cunha, a história indígena se tornou importante politicamente a partir do aumento expressivo da presença daqueles sujeitos na arena política, bem como através do significativo crescimento dos usos de mecanismos jurídicos na luta e defesa de direitos. Neste sentido, cabe perceber na documentação como “os direitos dos índios à sua terra, diz a Constituição, são históricos, e a história adquire uma imediata utilidade quando se trata de provar a ocupação”, além de seu “caráter de dignidade que não se pode esquecer”. (Cunha, 2009, p. 126)

Sobre a posse da terra por povos indígenas e os conflitos de terra em tais territórios, dialogamos com Pedro Calafate ao apontar que “os direitos dos índios são direitos naturais que obrigam a uma abordagem mais ampla, por extravasarem a dimensão estrita do direito positivo” (Calafate, 2016, p. 268). De acordo com Calafate:

A posse indígena é distinta, por não se referir à relação de um sujeito com um objeto, de uma pessoa com uma coisa exterior e objetivada, por isso que se refere a uma cosmovisão em que a natureza integra a vida e onde tal divisão carece de sentido. (Calafate, 2016, p. 265)

Os povos indígenas possuem modos próprios de relação com o meio ambiente e com os recursos naturais, modos esses constituídos historicamente a partir de suas práticas culturais e perspectivas sociais. Como assinala Eduardo Viveiro de Castro, “a

cultura é a natureza do sujeito; ela é a forma pela qual todo agente experimenta sua própria natureza” (Castro, 2002, p. 374). Assim, partimos também de considerações de Marshall Sahlins, para o qual “nenhuma cultura é *sui generis*”, de modo que “os outros, sob vários aspectos, são as condições necessárias de existência de uma sociedade” (Sahlins, 2004, p.522). Desse modo, cabe perceber como as práticas culturais de povos indígenas na Amazônia se relacionam entre si, com outras comunidades tradicionais na floresta, bem como com a natureza circundante e com os interesses do capital. Ainda de acordo com Sahlins (2004, p. 529), “o capitalismo ocidental é de alcance planetário, mas não é uma lógica universal de mudança cultural”.

Portanto, é importante perceber dinâmicas próprias de expansão e consolidação do capital na floresta amazônica. Para isso, partimos de uma análise atenta às experiências e práticas de povos indígenas e comunidades tradicionais, buscando assim construir uma história “a partir de baixo” (Thompson, 1998). Com isso, revalorizam-se modos próprios daqueles sujeitos se relacionarem entre si e suas práticas de questionamento, oposição e resistência ao processo de exploração dos recursos naturais e destruição do meio ambiente.

Uma importante contribuição é a noção de territorialização proposto por João Pacheco de Oliveira, sendo esta definida como um “processo de reorganização social”. Tendo isso em vista, tal noção implica, dentre outros pontos, em uma “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais”, bem como em uma “reelaboração da cultura e da relação com o passado” (Oliveira, 1998, p. 55). Para Oliveira (1998, p. 56), a territorialização se constitui enquanto “uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. Apreende-se, assim, como se configuram politicamente os conflitos de terra envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais contra práticas violentas e à margem da lei de empresários, latifundiários e autoridades locais na Amazônia brasileira.

Os Relatórios da CPT apresentam conflitos no estado do Amazonas entre os anos de 1985 e 1989, noticiando invasões e assassinatos em áreas indígenas, assim como conflitos, ameaças e assassinatos de trabalhadores rurais e populações tradicionais. O material proporciona refletir historicamente acerca de continuidades da ditadura de 1964 no seu após, problematizando conceitos de “abertura” e “redemocratização” a partir de conflitos violentos envolvendo a luta pela terra.

O historiador John Manuel Monteiro apresenta importantes contribuições aos estudos da história indígena no Brasil, apontando como central entender como os

próprios índios, a partir de novas formas de expressão política e de organização, “reivindicam e reconquistam direitos históricos”. Em estudos recentes, torna-se possível “ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado” (Monteiro, 1995, p. 223). Para Monteiro a história indígena no Brasil possui um “duplo desafio”:

Por um lado, cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. (...) Por outro, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram pouco – seu passado através da escrita. (Monteiro, 1995, p. 223)

Em nossa análise, a problematização do processo de exploração sistemática da floresta amazônica pelo capital parte da revalorização de experiências e práticas de povos indígenas, atentando para modos próprios daqueles sujeitos se organizarem e reivindicarem politicamente o direito ao meio ambiente e à preservação da natureza. Em contraposição a práticas exploratórias de concentração fundiária e destruição da natureza, suas ações expressam relações históricas com a floresta que dimensionam suas culturas e práticas sociais.

Os conflitos de terra em territórios indígenas

No *Relatório de Conflitos de Terra no Brasil*, de 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica características centrais dos conflitos de terra no estado do Amazonas. Assim, a CPT levantou o total de 14 conflitos envolvendo 5.307 famílias e 26.485 pessoas em uma área de 2.600.000 hectares (ha). Os conflitos decorrentes da invasão de áreas indígenas resultaram na morte de três indígenas, uma agente pastoral e um seringueiro. Além da invasão de áreas indígenas, o Relatório da CPT aponta também conflitos em torno de pesquisas petrolíferas, bem como o que denomina como “colonização falha”, indicando como autores dos conflitos o ITERAM (Instituto de Terras e Colonização do Amazonas), a PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S.A.), e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Dentre os estados do Brasil, naquele Relatório, o Amazonas foi o que teve a maior área em hectares envolvida em conflitos de terra, além de ser o único com o

levantamento de indígenas assassinados. Nesse sentido, é possível perceber uma relação direta entre a concentração fundiária e o assassinato de populações indígenas no estado do Amazonas.

Os assassinatos ocorreram no município de Lábrea¹, nos dias 28 e 30 de abril de 1985. O responsável direto pelo assassinato dos índios Arnaldo Apurinã e Maria Apurinã é registrado no Relatório como “índio, ex-PM e político”, responsável também pelo assassinato de uma agente pastoral, a missionária agostiniana Cleusa Carolina Rody Coelho, mais conhecida como Irmã Cleusa.

O assassinato da Irmã Cleusa também se encontra presente no *Relatório Assassinatos no Campo: crime e impunidade, 1964-1985*, publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No Relatório, consta que o assassinato de Cleusa ocorreu no Rio Purus, em Lábrea, com autoria de Raimundo Podivem, “índio Apurinã, ex-PM, ligado a políticos”. O assassinato é assim descrito pelo Relatório:

Segundo se apurou, o conflito ocorreu em consequência de questões de terras e da partilha da produção de castanhas, entre os grupos da tribo Apurinã. Os grupos são liderados de um lado pelo cacique Agostinho e de outro pelo índio Raimundo. No conflito armado, Raimundo matou a mulher e o filho do cacique Agostinho. Irmã Cleusa foi ao local da disputa para tentar pacificar os dois lados, quando foi tocada pelo Apurinã Raimundo. Ao descer da embarcação em que viajava, irmã Cleusa caiu no barranco já morta, conforme contou Pedro Barros, motorista fluvial da Prelazia de Lábrea, que conduzia a freira. Ao testemunhar a tocaia em que irmã Cleusa foi morta, fugiu, sendo baleado numa das pernas. (MST, 1986, p. 182)

O conflito aponta complexidades nas relações dos indígenas entre si e com as questões de terra e de produção de castanhas. Os assassinatos ocorreram conforme interesses de autoridades e elites locais voltadas para o extrativismo de castanha no município de Lábrea e no rio Purus.

Diante de tais violências contra povos indígenas e populações tradicionais na Amazônia brasileira, a documentação da CPT se torna central para a discussão sobre o processo de “redemocratização” do Brasil em um período pós-ditadura de 1964/1985. Neste sentido, os Relatórios apresentam perspectivas críticas ao próprio fim da ditadura.

No ano de 1986, o Relatório da CTP publicou o artigo intitulado “A Paz no Campo segundo a Nova República”. O texto questiona como o então governo de José Sarney tratava a questão agrária:

A propaganda na televisão nos oferece imagens dos vários estados e territórios no maior desenvolvimento. A Nova República se apresenta com roupa bonita oferecendo o cartão da reforma agrária, da terra

demarcada para os índios e distribuída para os sem-terra. O ex-latifundiário José Sarney, hoje Presidente da Nova República, da Reforma Agrária e do Pacto Social, quer se apresentar como o defensor da democratização do campo e o seu xerife Paulo Brosard de Sousa Pinto, Ministro da Justiça, como o defensor da paz do povo brasileiro. (CPT, 1986, p. 4)

O Relatório de 1986 apresenta, assim, discussões em torno da constituição da chamada “Nova República” após o fim da ditadura de 1964. Diante disso, aponta a falta de interesse do governo para realizar a reforma agrária, indicando ainda a permanência e até mesmo o aumento da violência e de conflitos no campo envolvendo a luta por terras. É importante também destacar que o Relatório alerta que a pesquisa levantada pela CPT foi feita “a partir de notícias de jornais nacionais e locais, de cartas, denúncias e Boletins”, de modo que o levantamento se torna limitado pois “ao Secretariado da CPT não chega toda a documentação dos acontecimentos na área rural”.

Entendendo que não se trata de alcançar um impossível levantamento total dos conflitos e violências no campo, a publicação da CPT reafirma seu compromisso naquele Relatório de evidenciar que “o cartaz do governo esconde a antiga violência, a secular injustiça da distribuição da terra, a falsidade da Reforma Agrária”. (CPT, 1986, p. 4)

É neste sentido que, ainda no Relatório de 1986, no artigo “Reforma Agrária ou Chacina Agrária?”, a publicação aponta a conjuntura política e as causas históricas como centrais para a violência na luta pela terra:

A Reforma Agrária da Nova República, sem decisão política real para realizá-la, com um número insignificante de desapropriações, conquistadas com suor e sangue pelos posseiros, colonos ou sem-terra, esbarrou também na reação do judiciário, dos latifundiários e dos Governos estaduais.

Na nossa pesquisa computamos 392.067 ha desapropriados de terra em conflito, igual a 3,3% do total de terra conflitiva.

Como bem colocou Dom Ivo Lorscheider, Presidente da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil], no documento apresentado ao Presidente da República no dia 29 de outubro, – o Executivo desapropria, o Judiciário anula as desapropriações e o Legislativo Federal fica inoperante. (CPT, 1986, p. 5)

Para a CPT, a continuidade da violência e dos conflitos no campo após a ditadura de 1964 é reação das autoridades governamentais, do judiciário, dos latifundiários e inclusive do poder legislativo. Dessa maneira, a CPT questiona o período chamado de “redemocratização” e assinala um conjunto amplo de relações entre poderes políticos no sentido de acirrar os conflitos agrários e aumentar a concentração fundiária. Como afirma o Relatório de 1986:

O número dos conflitos foi praticamente igual ao do ano passado. Muito maior, porém, foi a violência, as pessoas envolvidas, o número de hectares. 190.000 pessoas a mais sofreram por causa da tensão na área rural e 3.000.000 de ha a mais foram incluídos nas terras conflitivas. (CPT, 1986, p. 4)

Conforme dados apresentados pelo Relatório, foram levantados em 1986 o total de seis conflitos no estado do Amazonas, envolvendo 920 famílias e 7.600 pessoas. Desses conflitos, registrou-se o assassinato de quatro indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira², na localidade do Rio Pari-Cachoeira, após “invasão de áreas indígenas por mineradoras e prospecção de Petróleo”. Além de empresas mineradoras e de prospecção geofísica, são novamente indicados como autores dos assassinatos o INCRA, o ITERAM, a FUNAI, a PETROBRÁS e a ELETRONORTE.

O Relatório destaca de que forma instituições públicas e empresas privadas participaram ativamente como autoras em casos de violências, ameaças e assassinatos contra povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira ao longo da década de 1980. Dentre tais instituições, a FUNAI aparece recorrentemente como autora de tais crimes.

Criada pela Lei 5.371, em 05 de dezembro de 1967, período pleno da ditadura civil-militar de 1964, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aparece articulada a interesses empresariais e de autoridades locais, atuando contra os direitos à terra e à vida das populações indígenas na Amazônia. Segundo considerações de Mércio Pereira Gomes (2012, p. 101), após a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pela ditadura, a FUNAI foi criada com o objetivo de “resolver a questão indígena de uma vez por todas”, tratando assim de “transformar os índios em brasileiros, integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo”. A partir de tal objetivo, a FUNAI se constituiu enquanto instituição voltada para a destruição e apagamento violento das culturas, memórias e experiências de comunidades indígenas, buscando integrá-los a projetos ditatoriais de “nação”, ou seja, a projetos de favorecimento da expansão e consolidação do capital na Amazônia.

Além disso, destaca Gomes (2012, p. 101) o papel da Constituição de 1967 ao promulgar ataques às terras indígenas, tendo em vista que, com a Constituição da ditadura, “as terras dos índios passam a ser consideradas terras da União, sobrando-lhes apenas a posse exclusiva e a inalienabilidade”.

Por meio da leitura dos relatórios da CPT, podemos apreender políticas implementadas pelo Estado brasileiro visando a destruição das culturas de povos indígenas da floresta amazônica. Essa dimensão evidencia práticas de etnocídio,

entendido este como “a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreenderam essa situação” (Clastres, 2004, p. 56). Sobre o termo etnocídio, Pierre Clastres (2004, p. 56) lembra que se o termo genocídio “remete à ideia de ‘raça’ e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura”.

O Relatório de 1987 continua a discussão sobre a “redemocratização” da “Nova República”. No artigo “A contra-Reforma Agrária da Nova República e o aumento da violência no campo”, a CPT expõe um comparativo entre o período da ditadura civil-militar de 1964 e o seu após, assinalando o papel das Polícias Militares nos conflitos de terra e a forma que o governo federal promovia a violência no campo:

Durante o período do Regime Militar, vivemos o envolvimento direto das Forças Armadas na repressão aos trabalhadores rurais. A partir do momento em que se instala a Nova República, observa-se nitidamente um recuo das Forças Armadas e a transferência do papel repressor para as Polícias Militares dos Estados. Essa transferência acompanha o movimento de descentralização do poder que se opera com a eleição dos governadores, em 1982 e a consolidação do PMDB nos governos estaduais, em 1986. Em lugar do aparato repressivo e centralizado do Regime Militar, o latifúndio agora se utiliza das Polícias Militares dos Estados como se fossem milícias particulares. (CPT, 1987, p. 10)

A CPT evidencia o aumento do papel repressor e violento da Polícia Militar nos conflitos de terra. Na região Norte, a polícia agiu em cerca de 35% dos conflitos, dos quais se destacam 14 assassinatos, 180 prisões ilegais, além de chacinas, torturas e maus tratos aos trabalhadores e populações indígenas e tradicionais. Como assinala a CPT, tais casos revelam que “o PMDB do poder na ‘Nova República’ contraria o PMDB oposicionista do período militar, que afirmava: ‘questão de terra não é caso de polícia, mas caso de justiça’”.

O Relatório levantou o total de 37 conflitos no estado do Amazonas em 1987, do qual 33 foram conflitos de terra, 2 conflitos trabalhistas e 1 relativo ao garimpo. Dentre os 33 conflitos de terra verificados, ocorreram 63 expulsões, 250 ameaças de expulsão, 15 destruição de roças, 14 destruição de cercas e 29 destruições de casas. Os conflitos de terra se configuram e são renovados por meio de violências policiais e de latifundiários contra posseiros e populações tradicionais. A destruição de roças e de casas se apresenta como meio dos latifundiários-empresários aumentarem a propriedade privada da terra, utilizando-se para isso do poder policial.

No Relatório da CPT de 1988, consta que o Amazonas foi o estado da região Norte que verificou o segundo maior número de conflitos, totalizando 22 conflitos por terra e 1 conflito trabalhista. Porém, conforme pontua o Relatório, “a chacina dos Tikuna em 28.03.88, em Benjamin Constant não tem parâmetro”:

No relato de um dos sobreviventes ficou explícito a crueldade do madeireiro e os 20 homens sob seus comandos. Muitas crianças brincavam por ali, quando abriu fogo contra a aldeia. A única defesa era correr. Nenhuma outra alternativa além do pânico e a remota possibilidade de sair vivo. Tão trágico quanto as 14 mortes são as várias viúvas e os 43 órfãos. (CPT, 1988, p. 25)

Relata ainda que esse caso, “que clama aos céus por Justiça, tem um procedimento aquém do mínimo que se pode esperar do Judiciário Brasileiro”. Isso porque o processo foi movido para a Justiça comum, configurando modos de legitimação e proteção à violência de empresas e empresários madeireiros contra populações tradicionais.

Ainda segundo o Relatório, “em setembro, três Tikunas denunciavam que o processo estava engavetado na Comarca de Benjamin Constant e que o Juiz estava muito pressionado”. A pressão exercida contra o Juiz da Comarca de Benjamin Constant indica formas próprias de ação e resistência de indígenas Tikuna contra as violências do madeireiro, fundamental para a própria sobrevivência naquela localidade.

O Relatório também evidencia conflitos em terras indígenas no estado de Rondônia. Assim, relata o avanço de madeireiros, mineradoras e latifundiários sobre território indígena:

O avanço sobre as terras indígenas continua. São muitas as frentes que atuam contra os índios. Madeireiros, empresas de mineração e garimpeiros isolados de um lado. De outro, mais antigo, os latifúndios continuam a devorar grandes porções das áreas indígenas. Até famílias de sem terras, colonos vindos do sul, se instalam dentro de reservas indígenas, manobrados pelos órgãos que deveriam resguardar os interesses de uns e tutelar os direitos de outros. (CPT, 1988, p. 27)

A CPT demonstra uma preocupação constante em discutir o papel do Estado na resolução dos conflitos envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo que denuncia a ação de órgãos do governo que se encontravam articulados com interesses das classes empresariais.

Em um período após o fim da ditadura de 1964, a CPT questiona e discute como se configuram novas formas de violências promovidas pelo Estado em terras indígenas. Desse modo, destaca conflitos na terra indígena Karipuna, localizada nos municípios de

Guajará Mirim e Porto Velho, no estado de Rondônia, onde uma estrada “foi abusivamente prolongada até dentro da área, chegando a atravessá-la completamente no sentido oeste-leste”, de modo que a companhia de viação “opera linhas de ônibus perto da área indígena”. Também é verificada a violência de um fazendeiro contra os índios Makurap-Sakiriabar, na região do rio Mequem, os quais, segundo o Relatório da CPT, “nos anos anteriores foram lesados pela [madeireira] operando dentro de seu território com envolvimento da FUNAI e IBDF”.

Partindo de tais considerações, a CPT se posiciona como movimento atuante em defesa dos povos indígenas da região Norte, percebendo na ação governamental parte central das violências nos conflitos de terra.

Em meio aos conflitos, cabe perceber também como fundamental a ação autônoma e resistências das populações indígenas e tradicionais da Amazônia brasileira frente ao avanço do capital na floresta amazônica. No artigo intitulado “Os povos da floresta: índios, seringueiros e posseiros”, o Relatório da CPT apresenta a relação entre os povos tradicionais entre si e com a floresta, dimensão essa que o capital e seus interesses mercantis buscam conquistar e destruir. Como pontua o artigo:

Em 1988, 28 índios, brutalmente assassinados. Esses, além de serem “uns a mais” na campanha de dizimação total dos indígenas com apoio até da FUNAI, são vítimas diretas e imediatas da ganância dos fazendeiros, tiradores de madeira e mineradoras. Como se já não bastasse a violência contra os índios, acelera-se um outro tipo de violência que é a exploração descontrolada da natureza. É possível relacionar a violência contra a natureza (devastação, queimadas) e a violência contra os povos da floresta. Ambas têm a mesma origem, no modelo econômico e político do país. (CPT, 1988, p. 48)

Os conflitos de terra e violências na Amazônia atendem assim a interesses específicos do capital voltado à exploração da natureza e do trabalho. Com o avanço do capital, verifica-se uma aceleração da desapropriação de povos indígenas e comunidades tradicionais de suas relações e usos dos recursos naturais da floresta amazônica. Como alerta o Relatório, configuram-se práticas do capital voltadas para a destruição e devassamento da natureza e do território indígena, entendendo que “território engloba a língua, a cultura indígena, os cemitérios, a etnia, além da terra-chão”.

Para tal objetivo, as madeireiras, mineradoras e latifundiários se utilizam de meios diversos para o assassinato e expulsão dos povos indígenas de suas terras:

Dos 28 índios assassinados, metade foi de uma só vez, na “chacina dos Tikuna” no Amazonas. Desses, 6 eram menores. Um outro dado é que, assim como se mata lideranças de trabalhadores rurais, as

lideranças indígenas são também bastante visadas. (...) Ainda, os Yanomami padecem com as doenças levadas pelos garimpeiros, são contaminados pelo mercúrio em suas águas, além de serem abatidos no confronto direto e desigual; de uma só vez, 8 foram assassinados, em Roraima.

Em Rondônia, o fazendeiro (...), usando de prática costumeira, distribuiu entre os índios Nacurap/Sakiriabar latas vazias do agrotóxico TORDON (conhecido como “agente laranja”), que os índios utilizam para guardar mantimentos e carregar água. É o assassinato lento, gradual e progressivo... (CPT, 1988, p. 48)

Os conflitos na floresta amazônica são novamente tratados pelo Relatório da CPT do ano de 1989. No artigo “Os povos da floresta, guardiões da Amazônia”, o Relatório da CPT revaloriza práticas e relações dos povos tradicionais da floresta amazônica com a natureza circundante, indicando que “as populações da Amazônia estão dando lições, ensinando que preservação é que garante uma vida melhor” (CPT, 1989-1, p. 19). A partir disso, o artigo trata inicialmente da defesa dos lagos e preservação de peixes, tendo em vista que “as populações (índios, ribeirinhos, lavradores, pessoas de Manaus) já estão sofrendo a falta de peixe”. Essa falta é resultado da pesca predatória de peixes, tartarugas, tracajás, no qual “barcos pesqueiros invadem lagos com arrastão”, e “os melhores peixes vão para a exportação e para os grandes hotéis da capital”.

Como oposição e resistência a essa situação, as comunidades tradicionais formaram movimentos de criação de comitês de pesca e proteção de lagos de preservação. Segundo dados do Relatório do CPT, as ações de preservação se desenvolveram sobretudo em Tefé, Coari e São Paulo de Olivença, municípios do estado do Amazonas localizados na região do Médio e Alto Solimões, bem como em Itacoatiara e Parintins, na região do Médio Amazonas. Os comitês de preservação “organizam grupos que vigiam dia e noite os lagos”, sendo que “nos lagos de preservação, a pesca é proibida o ano inteiro, enquanto nos lagos de manutenção, os ribeirinhos podem procurar sua alimentação, obedecendo a algumas regras”.

Para as comunidades da floresta amazônica, “os lagos são imensos viveiros, oferecendo, quando protegidos, uma farta alimentação no ano todo, sem consumir energia”. São constituídas formas outras de relações com a floresta e com os recursos naturais. Os comitês de proteção se estabelecem em oposição às práticas violentas de conquista e destruição da floresta promovidas pelo capital.

Neste sentido, torna-se importante para tais comunidades se contrapor aos objetivos do capital de destruição e controle da floresta amazônica. A preservação dos lagos e do meio ambiente é, também, a preservação de seus modos de vida e cultura.

Como lembra Milton Santos, o meio ambiente significa sobretudo os meios de vivência e sobrevivência de homens e mulheres, daí a necessidade de sua preservação por povos indígenas e comunidades tradicionais da floresta. (Santos, 2006, p. 141)

O Relatório pontua ainda práticas de organização e solidariedade dos comitês de preservação, destacando seus encontros e movimentos de criação de leis municipais de pesca:

Os próprios relatórios dos encontros demonstram muita organização e solidariedade. Os participantes descobriram o valor das lutas indígenas. Numa reunião, o índio Cambeba declarou que, desde 1977, seu povo já vinha tentando guardar os lagos e hoje se sentiu fortalecido. Um outro índio ofereceu o barco da comunidade para defesa do pescado. A solidariedade se manifesta no almoço comunitário: “Ao meio-dia foi a hora da partilha do lanche que cada comunidade levou. O bobó estava muito gostoso e o mingau de milho verde também”.

Pensando no futuro, são dezenas as comunidades mobilizadas para apresentar leis municipais de pesca. Em Fonte Boa (AM), a mobilização resultou na aprovação em 11/09/89 de uma lei garantindo o direito do povo preservar seus lagos de procriação e manutenção, demarcados para esse fim.

Já há três anos, houve encontros a nível estadual de ribeirinhos e pescadores artesanais, com apoio da CPT-AM/RR. Em 1990 representantes indígenas participaram do Encontro em Manaus, trazendo suas ricas experiências de preservação. (CPT, 1989-1, p. 20)

As práticas de solidariedade e organização são criadas do encontro e da relação entre as comunidades tradicionais da floresta que se criam práticas de solidariedade e organização. As lutas de tais comunidades cria uma cultura comum (WILLIAMS, 2011) de preservação da floresta, seus recursos naturais e luta pelo direito ao meio ambiente. Assim, através das experiências desses sujeitos históricos, apreendemos projetos outros de relação com a natureza que se constituíram conflituosamente em oposição aos interesses do capital na Amazônia brasileira. Como aponta E.P. Thompson, é por meio do termo experiência que se torna possível investigar ações, reflexões e resistências de homens e mulheres em relações e luta de classes. (Thompson, 1981)

De acordo com o Relatório, “os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do AM não perceberam ainda a importância dessa luta”, tendo em vista que foram presos membros das comunidades, sindicalizados, em conflitos com a pesca empresarial de armadores-geleiros, “e as direções sindicais não tomaram providência na defesa de seus associados”. Com tal discussão, o Relatório da CPT evidencia ações autônomas de povos da floresta que superam perspectivas de tutela, vanguarda ou assistencialismo. Essas relações demonstram como práticas de luta e resistência são criadas no movimento histórico de experiências e práticas culturais de solidariedade, organização e

encontros das comunidades tradicionais entre si e de suas relações históricas com a natureza e o meio ambiente.

Além da luta pela preservação dos lagos, o projeto de reservas extrativistas constitui outra pauta fundamental das comunidades tradicionais. Sobre esse projeto, o Relatório da CPT lembra que “não se trata de manter a floresta como um santuário intocável e menos ainda de apresentar como ideais as condições de vida dos trabalhadores extrativistas”, tendo em vista que “a vida de muitos seringueiros, ainda hoje no Acre e no Amazonas, é de sujeição aos seringalistas, patrões de barracões e de regatões”.

O projeto Reserva Extrativista é criado pela ação de seringueiros a partir de seus modos de vida na floresta. Assim, em vez de destruição da floresta através de derrubadas, com o objetivo de “criar pastos mal zelados”, o projeto parte de uma “percepção diferente do progresso”, sendo esta a de “saber usar a floresta sem destruí-la”.

O projeto tem como pauta três dimensões, sendo elas criar “alternativas econômicas adaptadas a certas regiões da Amazônia”, a “promoção de bem-estar das populações extrativistas”, bem como a “preservação da floresta para as futuras gerações”. A partir da luta de homens e mulheres pela preservação da floresta na Amazônia brasileira, o movimento do projeto Reservas Extrativistas conquistou a criação, no dia 12 de março de 1990, de três reservas extrativistas: a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, com uma área de 970.570 ha; a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, em Rondônia, com 204.583 ha; e a Reserva Extrativista Rio Cajari, no Amapá, de 481.650 ha.

Assim como a luta pela preservação dos lagos, o projeto Reserva Extrativista é também criado na luta cotidiana de homens e mulheres na floresta amazônica em conflitos com latifundiários, seringalistas, patrões e empresas voltadas para a destruição da natureza conforme os interesses do capital. Neste sentido, é a partir de suas experiências, de suas culturas e relações com a natureza que as populações tradicionais buscam criar projetos outros de preservação da floresta e do meio ambiente.

Como ressalta Maria Antonieta Antonacci, em seus estudos sobre as reservas extrativistas no Acre, torna-se fundamental atentar para ações autônomas dos povos tradicionais tendo em vista que estes “construíram exercícios de resistência radicados em suas culturas e modos de trabalho na floresta amazônica, como o empate, as cooperativas e as reservas extrativistas”, evidenciando relações históricas entre cultura e natureza. (Antonacci, 1999, p. 192)

No Relatório da CPT de 1989, em sua segunda parte, intitulada “A defesa da vida e a luta pela terra”, o tópico 4 é voltada para a “Luta pela terra e a defesa da Amazônia”, evidenciando como a luta pela preservação da Amazônia era pauta em discussões de conflitos de terra no país. A discussão tem em vista que, de 1985 a 1989, ocorreram na Amazônia brasileira o total de 346 mortes na luta pela terra, representando cerca de 71% do total de 488 mortes no Brasil ao longo do mesmo período.

Dentre tais assassinatos, destaca-se o de Chico Mendes, importante personagem de luta dos seringueiros. Assassinado na porta de sua casa no dia 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre, o líder sindical Chico Mendes defendia a criação de reservas extrativistas como alternativa ecológica e econômica de preservação da floresta, tendo o objetivo de tornar as terras de uso comum para os sujeitos que nela habitam. (Grzybowski, 1989, p. 24)

O Relatório aponta o Estado e as experiências fracassadas de colonização nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso como responsáveis pelos conflitos de terra na região. Com isso, relata a ocupação por garimpeiros e os assassinatos nas reservas Yanomami:

Em Roraima, a ocupação das reservas dos índios Yanomami tomou proporções trágicas. Personalidades de alta credibilidade não hesitaram em denunciar o genocídio do maior povo indígena da América Latina, que tinha, há dois anos, uma população calculada em cerca de 8.000 pessoas. A própria FUNAI registrou em 1989 a morte, em Boa Vista (RR), de 61 Yanomami, vítimas de doenças. O número daqueles que morreram em confrontos violentos com garimpeiros ou de endemias é muito alto. Segundo estimativas dos médicos do CIMI [Conselho Indigenista Missionário], chegaram a morrer 1.500 Yanomami nos últimos três anos. 20% dessa nação desapareceu. A mesma porcentagem representaria 30 milhões de pessoas em relação ao Brasil.

A Justiça Federal decretou, em outubro de 1989, a retirada dos 40.000 garimpeiros da região. A operação começou apenas em janeiro de 1990. O Governo Federal acabou por não acatar a decisão legal e apenas transferiu os garimpeiros para outras áreas, cedendo às pressões dos donos das máquinas e de políticos locais. (CPT, 1989-2, p. 28)

Além do garimpo, as populações indígenas também enfrentaram danos ambientais e sociais decorrentes da construção de barragens, tais como a de Tucuruí, no Pará, e a de Balbina, no Amazonas, bem como a criação de usina hidrelétrica em território indígena, confrontando e questionando um progresso espoliador de suas culturas e de suas vidas. Como destaca o Relatório, “não se trata de pregar uma volta saudosista ao passado, de recusar benefícios evidentes do progresso, mas de sempre questionar progresso para quem e a que custo”.

O Relatório discorre sobre a “sujeição da floresta”, no sentido de que, “desde a década de 70, estradas rasgaram a floresta, trazendo dois instrumentos principais de devastação: as patas dos bois e as moto-serras das madeireiras”. Diante disto, a CPT aponta novamente políticas do Estado voltadas para os interesses do capital na Amazônia:

A extração desenfreada de madeira-de-lei provocou numerosos conflitos principalmente no Pará, Acre e Rondônia. A obtenção fácil de lucro fez vários funcionários de órgãos oficiais vacilarem, favorecendo os grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo, no Pará, o INCRA permitiu a permanência de posseiros na fazenda Del Rey, município de Paragominas, mas os proibiu de explorar a madeira. Reproduz-se assim na Amazônia um costume de outras áreas: aos grandes é permitida a derrubada, enquanto a mata nativa dos pequenos é considerada “reserva”. (CPT, 1989-2, p. 30)

A CPT defende como pauta uma política governamental voltada para a justiça social, tendo em vista que “na Amazônia, como no resto do Brasil, a superação da miséria passa pelo acesso à terra, por condições de trabalhá-la, por distribuição da renda e a maior honestidade e eficiência dos órgãos oficiais”. Superando perspectivas de progresso inevitável e devastador na floresta amazônica, a CPT destaca que “não há defesa possível do meio ambiente sem democracia”.

Como projeto e prática contra-hegemônica (Gramsci, 2001), os povos da floresta reafirmam continuamente a defesa e preservação do meio ambiente e de suas relações próprias entre si e com a natureza circundante. Assim, contra o poder do progresso (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 41), comunidades indígenas e tradicionais se constituem enquanto sujeitos históricos na luta, no diálogo e na resistência pela preservação de seus modos de vida e de suas culturas. Conforme destaca o Relatório da CPT:

Estes grupos, ontem desprezados, tornaram-se interlocutores imprescindíveis de agências internacionais e os guardiães legítimos de valores fundamentais do verdadeiro desenvolvimento que deve garantir os direitos individuais, sociais e até os direitos internacionais ligados ao meio ambiente e à paz.

Davi Yanomami declarou com sabedoria milenar: “O costume do branco é muito complicado para nós, Yanomami. O nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas... O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco”. (CPT, 1989-2, p. 31)

Para os povos indígenas, a floresta é o espaço a ser preservado e respeitado enquanto relação. No conflito com o progresso e com a civilização ocidental, as comunidades indígenas da Amazônia reafirmam seus valores e suas culturas. A força da

luta das comunidades tradicionais desvela suas perspectivas e práticas de resistências, de modo que a atenção da CPT em seus relatórios aos conflitos na Amazônia evidencia a dimensão das disputas envolvendo os povos da floresta contra o avanço do capital.

Considerações finais

A análise dos *Relatórios de Conflitos de Terra no Brasil* produzidos e publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) possibilitam problematizar processos sociais de destruição da floresta amazônica e de concentração fundiária na Amazônia brasileira após o fim institucional da ditadura civil-militar em 1985. Assim, a partir de uma leitura atenta, percebe-se como povos indígenas e populações tradicionais atuaram de forma política, e organizada a seus modos, na luta pela preservação do meio ambiente e pelo direito ao uso dos recursos naturais e gestão do território.

Ao relatar casos de ameaças, assassinatos e violências diversas, os Relatórios da CPT se tornam documentos históricos de grande relevância para o estudo da história indígena no Brasil. Os Relatórios ressaltam ações e perspectivas próprias daqueles sujeitos frente a transformações exploratórias da floresta amazônica e práticas de destruição do meio ambiente. Dialogamos com considerações sobre os povos indígenas na floresta como “atores sociais efetivos, que interagem entre si mas também com outros atores copresentes naquela situação histórica (como seringalistas, seringueiros, ribeirinhos, policiais, militares, missionários, etnógrafos)” (Oliveira, 2011, p. 427).

Com isso em vista, a análise dos Relatórios da CPT possibilita apreender experiências, vivências e estratégias de povos indígenas, investigando assim diferentes perspectivas sociais sobre o passado, bem como perspectivas outras de transformação e construção do presente e do futuro. Dessa maneira, cabe aos historiadores “identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que marcaram as experiências das populações indígenas no passado” (Monteiro, 1999, p. 239).

Portanto, a temática indígena se torna importante para estudos sobre perspectivas e práticas de organização e resistência em um período posterior à ditadura, apontando assim para complexidades no processo histórico de “redemocratização” brasileira ao longo da década de 1980.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, 1999.

CALAFATE, Pedro. Raízes jusnaturalistas do conceito de direitos originários dos índios na tradição constitucional brasileira: sobre o conceito de indigenato. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, n. 16, 2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Conflitos de Terra no Brasil/Conflitos de Campo Brasil. Relatórios de Conflitos de Terra no Brasil (1985-1989).

CUNHA, Manuela Carneiro. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. Políticas indigenistas. In: *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2012.

GRZYBOWSKI, Cândido. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. Os desafios da História Indígena. In: *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assassinatos no Campo: crime e impunidade, 1964-1985. São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu dos Índios, 2011.

_____. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998.

SALHINS, Marshall. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história colonial. In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *Interfacehs*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2006.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Artigo recebido em 15/03/2025

Artigo aprovado para publicação em 12/05/2025

Editor(a) responsável: Alicia Panicacci

¹ O município de Lábrea, localizado no interior do estado do Amazonas, encontra-se a uma distância de 852 km até a capital Manaus, contando com uma população de cerca de 47.685 habitantes segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021.

² O município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no interior do estado do Amazonas, a 852 km da capital Manaus, possui população de cerca de 47.031 habitantes conforme estimativas do IBGE 2021. Ocupando uma área de aproximadamente 109.181,245 km², é o terceiro maior município brasileiro em extensão territorial, estando localizado na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, no extremo noroeste do Brasil, em região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, devido à semelhança do desenho formado pela linha de seu território com a cabeça de um cachorro.

POVO XUKURU DO ORORUBÁ: História, Agricultura e Restauração de Áreas Degradadas

XUKURU OF ORORUBÁ INDEGENOUS PEOPLE: History, Agriculture and Restoration of Degraded Areas

Laís Deosdede da Silva¹
Edson Silva²

Resumo: Buscamos analisar a partir da História e das práticas agrícolas ancestrais do povo Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção/PE, o processo de restauração florestal nas áreas degradadas na Serra do Ororubá, território indígena, situação provocada pela implantação da agricultura convencional e a pecuária extensiva desde o período de colonização na região no século XVII e a agroindústria no século XX.

Palavras-chaves: povo Xukuru do Ororubá, agricultura, semiárido.

Abstract: We seek to analyze, based on the history and ancestral agricultural practices of the Xukuru people of Ororubá, inhabitants of Pesqueira and Poção, Pernambuco, the process of forest restoration in degraded areas of the Serra do Ororubá indigenous territory, a situation caused by the introduction of conventional agriculture and extensive livestock farming since the colonial period in the region in the 17th century and the rise of agroindustry in the 20th century.

Keywords: Xukuru of Ororubá Indigenous people, agriculture, semiarid region.

Introdução

Atualmente, ao transitar pela região do Agreste pernambucano é comum — embora não ideal — nos depararmos com vastas áreas destinadas a pecuária extensiva, campos degradados desprovidos de vegetação nativa, fissuras nas estruturas do solo e evidências de erosão acelerada, tudo isso como consequência das atividades antrópicas. Também observamos consideráveis extensões de pastagens delimitadas por estradas e cercas de arame farpado.

Esses cenários são vestígios palpáveis dos impactos ambientais refletindo com a supressão dos recursos naturais em uma região que foi e, continua a ser moldada, de forma predatória após o longo processo de colonização, cujas influências ainda permanecem latentes no cotidiano. São nos detalhes, que, à princípio, se mostram inofensivos, provocando um sentimento de que “sempre existiu” e/ou “sempre esteve ali”, onde um

¹ Bacharela em Engenharia Florestal, pela UFRPE, atualmente mestranda no PGH/UFRPE, realizando a pesquisa intitulada: “Povo Xukuru do Ororubá: História, memórias e relações socioambientais”, sobre a orientação do Prof. Dr. Edson Silva; e-mail: laisdeosdedesilva@gmail.com; link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3921855854247393>; ORCID-id : <https://orcid.org/0009-0005-1637-6795>

² Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor Titular de História da UFPE; E-mail: edsonsilva@capufpe.com; link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/9552532754817586>; ORCID-id: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>

olhar mais aguçado sobre a história do Agreste pernambucano, a partir da colonização no século XVII e as demandas atuais dos povos indígenas no Nordeste questionam as estruturas socioambientais.

Ao analisarmos, as características morfológicas distinguindo o boi da fauna e da flora nativas na Região Nordeste, constatamos que o bovino é um “elefante branco” no domínio morfoclimático nas Caatingas. Nesse contexto, é possível afirmar que o boi, o monocultivo e as cercas de arame farpado, sustentadas pelas estacas de madeiras nativas, impostos pelas invasões nos territórios indígenas, constituem os marcos decisivos nas paisagens naturais na Região Nordeste (Vasconcelos, 2005; Andrade, 1980). Lamentavelmente, cenários inseridos, em alguns casos, nos limites, e/ou margeando, as unidades de conservação, os territórios indígenas e os territórios quilombolasⁱ.

Existindo uma ansiedade latente, amplamente disseminada pela mídia, as produções acadêmicas e, possivelmente - mesmo que custe acreditar - fomentada pelo “sentimento de culpa” manifestada nas seguintes questões: “Qual será o futuro da humanidade? O que podemos fazer para reverter a situação?”. No entanto, afirmamos que limitar-se a analisar, descrever e quantificar os resultados das catástrofes ambientais não provocará ações práticas no sentido de reverter o que, talvez seja irreversível.

Os impactos ambientais atuais são reflexos sobre como as práticas socioculturais, a sociedade, as narrativas das memórias hegemônicas e as estruturas socioeconômicas se moldaram a ideia de “ordem e progresso” do Capitalismo interagindo com o Ambiente, sem considerar outras perspectivas como possibilidades.

Deveríamos nos orgulhar de uma taxa de crescimento econômico — o PIB — Produto Interno Bruto — nacional — que se estabelece por meio de práticas degradando a Natureza e comprometendo os atores sociais que dela dependem diretamente? Após séculos de colonização e violência contra os povos tradicionais no Brasil, estamos reconhecendo os direitos socioambientais dos povos indígenas ou apenas buscando replicar modelos econômicos insustentáveis, ignorando os limites impostos pelos recursos naturais? São questões provocadas nesse texto, esperando que o/a leitor/a seja estimulado/a a buscar respostas, e assim, exercendo o compromisso sociopolítico com os povos indígenas no Nordeste.

Os “Tapuias” e a invasão colonial no Semiárido em Pernambuco no século XVII

O período histórico caracterizado por maiores enfrentamentos, violências, e guerras desiguais — entre os colonizadores e os povos indígenas na região do atual

Nordeste, ocorridos entre 1650 e 1720 — foi denominado pela historiografia do século XX como a Guerra dos Bárbaros². No entanto, ao analisarmos o termo e os eventos como foram descritos nas produções historiográficas especializadas, questionamos: quem seriam os “bárbaros”? Os povos indígenas no Nordeste, mobilizados para defender seus territórios e expressões socioculturais, ou os colonizadores europeus responsáveis por investidas violentas fomentadas pela Coroa Portuguesa?

A pressão demográfica na região litorânea da Capitania de Pernambuco, a suposta “escassez” de terras adequadas à criação de gado e à implantação de novas culturas agrícolas exóticas, além da vasta presença de cana-de-açúcar nos extensos plantios na costa, foram fatores mobilizadores para que donos de engenhos pressionarem a Coroa portuguesa pela concessão de sesmarias³ no interior. Em resposta a essas demandas, com o objetivo primordial de fomentar a pecuária e a agricultura, a Coroa Portuguesa concedeu amplas porções de terra a alguns latifundiários (Silva, 2008).

(...) em diversas ocasiões, governadores, senhores de engenho e conselhos municipais convocaram sertanistas de São Paulo para empreender campanhas de “desinfestação” contra as populações revoltadas. Acenando com sedutoras promessas de títulos honoríficos, terras e até dinheiro, os paulistas eram mobilizados para servir, por determinados períodos, de mercenários. Conhecidos por suas atividades guerreiras nos sertões, os paulistas já haviam recebido convite para participar do conflito luso-holandês no final da década de 1640 (Monteiro, 1995, p.118).

Com as missões religiosas e as incursões nos sertões, os colonizadores enfrentaram a resistência das populações indígenas. Os povos nativos foram retratados como selvagens, hostis e bárbaros. Os chamados “tapuias” deveriam ser submetidos à escravidão e catequese, para servir como força de trabalho nas fazendas de gado, plantações e exploração dos recursos naturais na região.

O processo de invasão/colonização nos sertões, habitados pelos “Sucurus”, iniciou em 1654, após o Rei de Portugal realizar doações de sesmarias de terras para os latifundiários ocupando o litoral. Em 1661, partindo de Limoeiro, sob a responsabilidade do padre João Duarte de Sacramento, uma das primeiras missões religiosas da Congregação Católica dos Oratorianos foi estabelecida na Serra do Ororubá para aldear e catequisar os indígenas na região. No entanto, a tentativa não obteve êxito, pois muitos indígenas aldeados faleceram após um grave surto de varíola (Silva, 2008). Mas, naquele mesmo ano, o Governador-Geral da Capitania de Pernambuco, anunciou o “sucesso” em “amansar” os indígenas nos chamados sertões.

Contudo, é importante considerar que apesar dos episódios de combates e resistência indígena contra os colonizadores ao longo do século XVII, as palavras do Governador-Geral e o projeto de apagamento histórico não se concretizaram totalmente. Os indígenas em Pernambuco e no Nordeste, continuam afirmando as expressões socioculturais até os dias atuais. A memória biocultural⁴ emergindo, assim, como forma de resistência e afirmação de vivências históricas (Toledo; Narcisso-Barrols, 2015).

Em 1671, o Padre João Duarte de Sacramento fundou o Aldeamento Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas. E em 1762, o referido aldeamento foi elevado à categoria de Vila de Cimbres. A alteração na denominação e, por conseguinte, na estrutura política e administrativa da localidade, ocorreu seguindo à legislação portuguesa em vigor na época, o chamado Diretório do Marquês de Pombal, que orientou a mudança nos nomes dos aldeamentos indígenas. No século XIX, mais precisamente em 1880, a Vila de Cimbres foi incorporada como distrito ao município de Pesqueira (Silva, 2008).

A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, ocasionando no reconhecimento dos aldeamentos indígenas, mas paralelamente incentivou a invasão dos territórios. A obrigatoriedade sobre o trabalho indígena compulsório, o pagamento de dízimos a Igreja Católica através da produção agrícola, e a proibição posta aos indígenas de não praticarem suas expressões socioculturais e religiosas continuaram e, paralelamente, também, o descaso perante as demandas dos indígenas na região Nordeste (Bezerra, 2020; Silva 2008).

O “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas” promulgado em 1845 pelo Governo Imperial, tinha como objetivo reestabelecer os aldeamentos com o intuito de “civilizar” os indígenas seguindo os moldes religiosos e educacionais dos missionários católicos. A responsabilidade administrativa das aldeias, e a depender da situação, os missionários assumiriam o cargo de diretores de índios. Contextos, temporalidades e cenários sociopolíticos distintos, em relação aos do século XVII e do Diretório pombalino, porém, a Igreja Católica, retornava aos aldeamentos sobre a jurisdição do Governo Imperial (Bezerra, 2020).

Cinco anos após a implementação do Regulamento das Missões, a Lei de Terras era promulgada, no ano de 1850. Os proprietários rurais tinham que regulamentar a posse de suas áreas. Os invasores – latifundiários - se aproveitando da situação, apresentavam documentos onde detinham a comprovação de posse de alguns aldeamentos. O Governo Imperial extinguiu os aldeamentos após as violências geradas pelas divergências das informações, legitimando, assim, novamente, a invasão dos territórios indígenas (Silva, 2008; Oliveira, 2007).

A instalação das fazendas de gado na Serra do Ararobá, o suposto sucesso na domesticação dos chamados Tapuias, o comércio de bovinos, a agricultura convencional, a localização estratégica, as condições climáticas e a disponibilidade de recursos naturais nas terras, no Aldeamento Ararobá, posteriormente transformado em Vila de Cimbres, foram fatores essenciais para a manutenção da missão religiosa dos Oratorianos. A subsistência diária das fazendas de gado e as plantações somente foram possíveis com a mão de obra indígena escravizada e à supressão descontrolada da vegetação nativa. A invasão e exploração dos recursos naturais nas terras indígenas foram legitimadas por meio de estratégias políticas da Coroa Portuguesa.

O Agreste e o território ancestral Xukuru do Ororubá.

Como mencionado, após a introdução e expansão da cana-de-açúcar na região litorânea da Capitania de Pernambuco, a área do atual Semiárido pernambucano, especificamente o Agreste, foi destinada à criação de gado e à agricultura convencional desde os primeiros anos da colonização portuguesa. Nesse contexto, essa região continua, até os dias atuais, desempenhando um papel fundamental na produção e o abastecimento de produtos alimentícios no estado de Pernambuco (Araújo, 2021).

O Agreste pernambucano, região onde se localizam a Serra do Ororubá e o Território Indígena Xukuru do Ororubá, apresenta um domínio florístico, topográfico e de variáveis climáticas compartilhando semelhanças com os biomas Mata Atlântica e a Caatinga, compondo ainda, uma porção da ecorregião no Planalto da Borborema⁵. As características morfoclimáticas, fitogeográficas e a localização estratégica do Brejo de Altitude⁶ onde se insere a Serra do Ororubá, influenciaram bastante as atividades dos colonizadores ao longo do século XVII e, posteriormente, a agroindustrial de doces, conservas e laticínios a partir do início do século XX. As rotas comerciais foram traçadas pelos viajantes nos sertões, uma vez que aquela localidade se configurava como um dos poucos locais onde se encontrava um clima ameno, em meio a aridez na região (Vieira, 2022).

E dessa forma,

No geral, as características ambientais são semelhantes a outras áreas secas no Nordeste, exceto no enclave de florestas serranas, com altitudes superiores aos 800m, onde a composição floristas e os solos são distintos, em função da maior umidade. O efeito de ilha úmida teve implicações históricas importantes para as atividades agropastoris naquela área, sendo até a atualidade de grande importância para a

diferenciação de atividades produtivas da agricultura Xukuru do Ororubá (Araújo, 2021, p. 104).

O território indígena Xukuru do Ororubá, homologado desde 2001, abrange uma área total de 27.555 hectares, localizada entre os municípios de Pesqueira e Poção (PE). Esse território é composto por 24 aldeias e distante a 215 km da capital pernambucana, Recife (Leal; Andrade, 2012). Atualmente, nem todos os indígenas Xukuru do Ororubá residem nos limites do território demarcado, muitos habitam as áreas urbanas. Contudo, isso não os impede de participarem ativamente e/ou eventualmente em rituais e festividades, importantes na afirmação das memórias sociocultural e histórica do povo indígena (Garcia, 2022).

Ao considerar os 22.728 indivíduos que se autodeclararam indígenas no município de Pesqueira (PE), os Xukuru do Ororubá constaram como a maior população indígena no estado de Pernambuco, conferindo à Pesqueira o município com a 6ª maior população indígena no Brasil (IBGE, 2022). O conceito de território para os Xukuru do Ororubá foi descrito no cartaz elaborado pelos indígenas e transcrito pelo pesquisador João Vieira:

Para nós Xukuru, o território é fonte de inspiração, sabedoria e produção de conhecimentos, sendo um espaço histórico de lutas, conquistas e resistências, representando assim a memória viva do povo, pois é no solo sagrado que as ideias coletivas se materializam através da orientação dos nossos encantados. O território não é um espaço de disputas de poder, mas de união das forças para o fortalecimento da identidade étnica. É a moradia dos nossos antepassados, da nossa geração e das gerações futuras, onde são cultivadas nossas crenças e tradições. Nele o povo sente a perspectiva de pertencimento mútuo. Portanto, no território Xukuru interagimos com a Mãe Terra, respeitando os elementos que a constitui, pois como afirma o guerreiro Mandaru, ‘a água é o sangue da terra, as pedras são os ossos da terra, as matas são os cabelos da terra. Neste sentido, precisamos proteger, cuidar e respeitar a Natureza Sagrada (Vieira, 2022, p. 27).

Portanto, o conceito de território para os indígenas transcende os limites geográficos dos 27.555 hectares. Para os indígenas, o território não se resume a uma área delimitada, mas envolve um profundo sentimento de pertencimento e interações contínuas com a Natureza. Esse vínculo estabelecido por meio de relações socioambientais horizontais e circulares⁷, nas quais os conhecimentos são construídos diariamente a partir da observação e a compreensão das variáveis ambientais e seus componentes. A cosmovisão indígena Xukuru do Ororubá, não compartilha do conceito hegemônico colonizador e antropocêntrico de Natureza e território (Vieira, 2022).

Dois fatores - as missões religiosas ocorridas entre os séculos XVII e XVIII; e no século XXI a agência indigenista oficial (FUNAI) - contribuintes para o processo de

territorialização⁸, ambos descritos pelo antropólogo João Pacheco (2004). Os Xukuru do Ororubá, atualmente, reestabelecem através da organização coletiva interconexões entre os conhecimentos ancestrais estruturados nas memórias biocultural.

A agricultura convencional, o boi e os impactos socioambientais.

A introdução do criatório do boi e o monocultivo agrícola, a exploração madeireira ilegal ocorreram sem permissão para adentrar nas terras indígenas. Os cenários, as paisagens naturais e os respectivos atores sociais foram reconfigurados em benefício exclusivo dos grandes latifundiários. A criação de gado, e as expressões socioculturais, associadas à pecuária extensiva — a pega-de-boi⁹ e o “caboclo”, essa uma denominação utilizada para negar a identidade indígena, como vaqueiro — deixaram marcas profundas e evidentes nas atuais relações socioambientais entre o povo Xukuru Ororubá e a Natureza.

Esse modelo atuando como um agente voraz e eficiente na degradação ambiental¹⁰ das paisagens naturais que outrora compunham o território. Desde a invasão colonial e com a implantação de fazendas de gado na Serra do Ororubá, no final do século XVII, até os dias atuais, os impactos são constantes e visíveis (Vieira, 2022).

O agronegócio vem sendo responsável por uma parte considerável da invasão e degradação nos territórios indígenas no Brasil. Em 2023, apesar de representar apenas 7,2% do PIB nacional, abaixo apenas do setor de Serviços (70,9%), e industrial (22,5%), foi o setor com o maior índice de crescimento do PIB no Brasil, com 44,7%. Esses valores refletem a capacidade produtiva do agronegócio nas áreas e regiões onde ocorre (IBGE, 2024).

A retirada da cobertura vegetal do solo, é um dos primeiros processos técnicos utilizados pelos chamados produtores rurais (latifundiários) para instalar as áreas de pastagem e monocultivo. Prática provocando a movimentação de moléculas de CO₂ para a atmosfera, com a diminuição da concentração de nutrientes essenciais para a nutrição e pleno crescimento das plantas, aceleração do processo de erosão solos, desertificação, alterações nos índices pluviométricos, umidade relativa do ar, luminosidade, insolação e temperatura (Sampaio, *et. al.* 2010).

E assim,

(...) o processo parece progredir em fases: 1) a degradação do solo em uma certa área; 2) a redução da capacidade produtiva da agropecuária nesta área; 3) a redução da renda agropecuária; e 4) a deterioração das

condições sociais da população da área. A desertificação é plenamente caracterizada quando as quatro fases estão presentes e o ciclo vicioso faz com que uma reforce as seguintes. Nem sempre elas vão coexistir e a análise fica mais complicada (Sampaio, *et.al.*, 2010, p. 95).

No caso do Semiárido pernambucano, devido a localização geográfica no qual os citados índices, naturalmente são elevados em relação às regiões mais afastadas dos trópicos, as consequências da supressão exploratória da cobertura vegetal nativa é preocupante e atinge diretamente o patrimônio biocultural¹¹ dos povos indígenas na região. A agricultura convencional e a pecuária extensiva, intensificada durante a agroindústria no município de Pesqueira, a partir do início do século XX interferiram nas variáveis morfoclimáticas e fitogeográficas na região.

O Semiárido Nordestino, com uma área em torno de 1 milhão de km² e uma população de cerca de 20 milhões de habitantes, é um dos maiores e mais densamente habitados do mundo. Quase metade desta população ainda é rural e tem as rendas médias mais baixas do Brasil, assim como reúne os piores indicadores econômicos e sociais do país. Como Semiárido, a região tem precipitações anuais baixas e muito variáveis, no espaço e no tempo, e evapotranspirações permanentemente altas. As consequências desta combinação de fatores têm sido o elevado risco da atividade agropecuária, o nível tecnológico muito baixo e a contínua degradação ambiental, muitas vezes lenta e insidiosa, acumulada nos 300 anos de exploração inadequada (Sampaio, *et. al.*, 2010, p 90).

Durante o século XX, as fornalhas e caldeiras das fábricas de doces, conservas e laticínios localizadas na área urbana de Pesqueira, os fogões de estabelecimentos comerciais e residências, eram abastecidas com lenhas retiradas a partir da exploração florestal de espécies nativas¹² na Serra do Ororubá. Os remanescentes florestais de vegetação nativa ao destacarem-se entre os vastos plantios de tomate, goiaba, café, e outras frutas, eram facilmente identificáveis como novas áreas propícias para o exercício da degradação ambiental (Sette, 1956).

Na região da Serra, os sítios¹³ e roçados pertencentes as poucas famílias Xukuru, os plantios destinados à subsistência, e o território sagrado, dividiam – injustamente – o espaço natural com os novos componentes paisagísticos do Ambiente. (Sette, 1956). Os sítios e roçados dos indígenas Xukuru na Serra do Ororubá, eram vendidos, comprados a preços baixíssimos, e/ou tomados a força pelos latifundiários da região. O indígena Xukuru, Gercino Balbino da Silva, em relato oral na entrevista concedida ao pesquisador Edson Silva (2023) descreveu, a situação de famílias indígenas no período:

(...) aqueles, os índios que tinham um pedacinho de terra, aí foram apertando, os fazendeiros foram apertando, foram apertando e eles tudo

de boca aberta, nem davam o roçado, nem arrendava e nem nada. Eu compro seu pedacinho de terra e eles besta comprava, vendia ou vendia. Vou sair daqui que doutor fulano vai tomar conta disso aqui e depois pode dele não querer pagar e nós perde, vendiam. Vendiam e iam pra rua e outros ia s'imbora, por aí, vivia por esses cantos (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra d'Água, 2004).

Se durante o período da colonização portuguesa no século XVII no território indígena Xukuru do Ororubá, as fazendas de gado e o desmatamento de vegetação natural nativa eram “justificadas” sob o pretexto de novas áreas para implantação de pastagens para gado como alternativa para o “crescimento demográfico na região litorânea”, duas novas variáveis podem ser consideradas importantes a partir do século XX: a exploração florestal de madeiras nativas para atender a demanda energética das fábricas, estabelecimentos comerciais e residenciais no contexto urbano do município de Pesqueira; e, também, madeiras para caldeiras das locomotivas à vapor (Sette, 1956; Silva, 2008). Seriam as duas novas variáveis apresentadas acima, as responsáveis por sinalizar a chegada do “progresso”, baseando-se no modelo de revolução inglesa na região do Agreste pernambucano.

As estratégias “apresentadas” pelos latifundiários invasores e donos de fábricas para os indígenas Xukuru, eram: trabalhar como operários; na exploração dos recursos florestais, na manutenção das fazendas de gado, no manejo agrícola das espécies vegetais exóticas. Ou migrarem para o “Sul”¹⁴ em busca de oportunidades no plantio e colheita de cana-de-açúcar. (Silva, 2008).

Os trabalhadores nas fábricas grande maioria eram indígenas Xukuru do Ororubá. Após terem seu território invadido, as áreas de cultivo agrícola reduzidas e/ou suprimidas totalmente pela agricultura convencional e a pecuária extensiva, as relações socioambientais foram impactadas pelas estratégias agrícolas intrínsecas no modelo convencional de cultivo.

As longas e desgastantes jornadas de trabalho foram rememoradas em entrevistas realizadas com idosas/os Xukuru do Ororubá, que trabalharam nas fábricas e nas atividades agrícolas. O trabalho alugado nas terras da Serra do Ororubá e as “viradas”¹⁵ nas fábricas de doces, conservas e laticínios, eram práticas constantes no período de atividade das indústrias alimentícias na cidade (Silva, 2023; 2008).

Era muita gente que trabalhava na fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia. Toda viagem que ia pra fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate. Descarregar caminhão todo, que era a fábrica Peixe lutava com cento e tanto

caminhão, viu! Carregando tomate. Era aquela fila de caminhão como daqui lá na Igreja. Pegava do Prado (bairro) a fábrica Peixe. Pegava lá debaixo da Igreja prá cima um pouco. Da Igreja da Catedral. Ali tudo era cheio de carro, caminhão pra descarregar. Cada um junto assim. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né, davam pão da noite. Mas toda noite que viesse, marcavam tudo nisso (Cícero Pereira de Araújo, “Seu Ciço Pereira”, *Apud* Silva, 2008)

Independente das opções citadas, os indígenas Xukuru do Ororubá continuavam sendo a mão-de-obra essencial para o estabelecimento, manejo e funcionamento de modelos econômicos e agrícolas, baseadas na exploração no seu território invadido, com exceção das migrações para o “Sul”. E nos períodos de estiagem, alguns indígenas Xukuru do Ororubá eram obrigados a migrarem para o “Sul”, buscando trabalho e melhores condições de vida nas atividades de plantio e colheita de cana-de-açúcar (Andrade, 1980). Os latifundiários — invasores — se aproveitavam desse movimento migratório dos indígenas Xukuru do Ororubá para se apossarem das propriedades. Segundo Silva (2008) os indígenas relataram que os terrenos das propriedades, também, eram utilizados como garantia pelos fazendeiros ao emprestarem dinheiro para os indígenas seguirem viagem.

Não bastava a invasão das terras, a degradação ambiental, e a tentativa — falha — de apagamento histórico dos indígenas. Os latifundiários reproduziam o descaso e a falta de responsabilidade com o meio ambiente na Serra do Ororubá, através de como estabeleciam as relações trabalhistas com os indígenas Xukuru do Ororubá. Até os dias atuais, é evidente, identificar os resquícios históricos e coloniais da exploração da mão-de-obra indígena na região, em benefício unilateral dos grandes produtores.

Em 1907, a estrada de ferro alcançou o município de Pesqueira. As locomotivas dos trens realizando viagens entre Pesqueira e Recife, eram abastecidas com a lenhas de madeiras nativas exploradas na Serra do Ororubá. Os investimentos na região socioeconômica de Pesqueira impulsionaram, não somente, as atividades agrícolas das fábricas, escoando a produção dos manufaturados para a capital Recife. Mas, a necessidade pela fonte energética necessária para os trens resultara, no segundo agravante, relacionado ao desmatamento e a degradação dos recursos naturais na Serra do Ororubá (Sette, 1956).

Dessa forma, o aumento no fluxo de produção de alimento nas fábricas e a rapidez no escoamento dos produtos manufaturados para a capital Recife, devem ser correlacionados ao índice de desmatamento florestal provocado na capacidade de produção do modelo convencional de agricultura imposto no território, considerando a

constante de capacidade natural de regeneração das espécies vegetais e dos recursos ambientais presentes nessas áreas.

Os modelos econômicos — insustentáveis — à longo prazo sobre o Ambiente, a agricultura convencional e a pecuária extensiva, apenas foram ressignificados pelas novas tecnologias, necessidades e demandas do mercado alimentício. Citando como exemplos de estratégias políticas utilizadas pelos invasores para legitimar a degradação no território Xukuru do Ororubá: a missão do Ararobá em 1671; a elevação do antigo Aldeamento Ararobá em 1762 a categoria de Vila de Cimbres; a abolição do Diretório de Pombal pela Carta Régia em 1798; a instituição em 1845 da Diretoria Geral dos Índios no território e a promulgação do “Regimento das Missões”; e em 1850 a promulgação da Lei de Terras (Silva; Barros, 2022).

A morada dos Encantados - as matas, os rios e as pedras – possuíam outro significado para o “*Homo sapiens economicus*”¹⁶. O patrimônio biocultural do povo Xukuru do Ororubá, aos olhos do colonizador, detinham valor econômico e energético. A matéria-prima necessária para abastecer as caldeiras, locomotivas, fornos domésticos e as fábricas. A paisagem natural, a cosmovisão dos indígenas Xukuru do Ororubá e as experiências reais dos atores sociais no seu território, novamente influenciavam a afirmação da identidade étnica Xukuru do Ororubá, em relação a sociedade hegemônica.

Atualmente, quando acessado o território e estabelecidos diálogos com os indígenas agricultores na Serra do Ororubá, é notório o desagrado de alguns deles em relação aos danos provocados pelo gado nas áreas de cultivo alimentar. Lamentavelmente, ainda sendo necessário cercar com arame farpado as áreas destinadas ao cultivo de espécies vegetais e as áreas ao redor dos terreiros para dançar o Toré¹⁷, com o propósito de evitar que o gado danifique os roçados ou crie trilhas nas matas fechadas da Caatinga, circundando os espaços para o Toré (Vieira, 2022).

A agricultura sagrada e a recuperação das áreas degradadas.

A relação de Bem Viver¹⁸ entre a agricultura, o território e a Natureza sagrada são fundamentais para a identidade dos indígenas Xukuru do Ororubá. Após os episódios de mobilizações no processo de retomada das terras invadidas pelos fazendeiros, iniciado em 1992, sob a liderança de Francisco de Assis Araújo, conhecido como Cacique “Xicão” e a homologação do território em 2001, emergiu a necessidade, por parte de alguns indígenas agricultores, em (re)descobrir o território e ressignificar os caminhos

anteriormente impostos pela agricultura convencional implantada pelos latifundiários invasores.

Para que determinados povos indígenas agricultores pudessem romper com os sistemas agrícolas impostos pelos colonizadores e invasores, a educação territorial, a religião e os conhecimentos relacionados aos Encantados - os espíritos dos indígenas que após falecidos residem nas matas, nas pedras, nas águas e continuam a orientar, dialogar e estabelecer conexões com o povo Xukuru do Ororubá nos rituais religiosos - foram muito importantes no processo de retomada da agricultura ancestral nos territórios habitados. A terra, enquanto bem coletivo do povo Xukuru do Ororubá, não apenas para produção de alimentos, mas também os produtos de cura gerados pelo cultivo, os quais devem ser compartilhados de maneira comunitária, como princípio essencial à concepção de vida em coletividade e ao fortalecimento das práticas socioculturais e espirituais (Araújo, 2021).

O coletivo Jupago Kreká, em parceria com o CAXO da Boa Vista (Centro de Agricultura Xukuru do Ororubá), promove práticas pedagógicas para à educação indígena, à preservação territorial, à retomada da agricultura sagrada e à conscientização dos indígenas agricultores acerca das implicações do uso de agrotóxicos nos roçados.

Entre as atividades do coletivo Jupago Kreká, contribuindo de maneira prática para a recuperação das áreas degradadas no território indígena Xukuru do Ororubá, destacamos: a coleta de sementes de árvores nativas; a produção de mudas de espécies arbóreas nativas, seguidas do plantio e distribuição entre os indígenas agricultores Xukuru; o reflorestamento de áreas de mata ciliar ao redor das nascentes e cursos de rios; o manejo de plantas ameaçadas de extinção, com o mapeamento dos locais das árvores matrizes; a produção de compostagem destinada à agricultura orgânica, para a melhoria da qualidade do solo e a disponibilidade de nutrientes; e, por fim, a manutenção do banco de sementes da Casa de Semente Mãe Zenilda Xukuru (Araújo, 2022).

O ato de plantar traduz conceitos de renovação da vida, de conexão com a Natureza, entre outros. É nessa concepção de agricultura que se situa a cultura do encantamento praticada no CAXO da Boa Vista. A agricultura do Sagrado, como promotora da cultura do encantamento, compõe um aspecto importante da identidade do povo Xukuru do Ororubá, unindo as próprias práticas agrícolas e religiosas, bem como a indianidade e o território da etnia. Além disso, cada um desses âmbitos concatena-se de modo único, como um circuito de relações e significados, contribuindo para a complexidade e riqueza da atividade referida (Vieira, 2022, p. 75).

A agricultura do sagrado¹⁹, garante a subsistência, segurança alimentar, cura espiritual, e indiretamente, fonte de renda (através da venda de produtos agrícolas nas

idades de Pesqueira e Arcoverde-PE). Mas, principalmente, é uma forma de fortalecimento das memórias coletivas e as relações socioambientais após o processo de retomadas das terras dos fazendeiros pelos indígenas.

Sendo uma maneira de regredir os danos provocados, pela pecuária extensiva dos latifundiários invasores no território. Os Encantados, exercem papel fundamental na orientação de como, quando e onde devem ser cuidados os recursos naturais. Pois, de acordo com a cosmovisão do povo Xukuru do Ororubá, as matas, as pedras e os rios são locais de moradias dos Encantados.

Considerações finais

A longa duração²⁰ do processo de invasão e colonização nas regiões habitadas pelos povos indígenas no Nordeste, modificaram além das paisagens naturais e os componentes ambientais, as relações socioambientais dos indígenas com o espaço geográfico e as variáveis ambientais. Em contraponto, a visão cosmológica de pertencimento dos povos indígenas em relação a Natureza e aos significados do território, as atividades econômicas coloniais baseadas na exploração unilateral em benefício do fortalecimento da economia portuguesa, não consideraram como prioridade a capacidade de restauração das áreas antes cobertas por vegetação nativa.

A agricultura do sagrado no território pelos indígenas considerando os ensinamentos dos Encantados, refletem uma relação profunda com as memórias bioculturais, as expressões socioculturais. Os conhecimentos tradicionais, embora passíveis de transformações, se entrelaçam com a história do povo Xukuru do Ororubá, constituindo se, simultaneamente, como pilares de resistência e afirmação dos processos de protagonismos históricos.

Ao incentivar, elaborar e pôr em prática políticas públicas assegurando a autonomia dos povos indígenas em relação aos seus territórios, estamos contribuindo com as memórias biocultural. Nesse contexto, é fundamental admitir que o modelo convencional de agronegócio e as inovações tecnológicas não dialogam de forma compatível com a valorização dos conhecimentos tradicionais, os territórios e os patrimônios bioculturais.

As questões ambientais, enfrentadas pelos povos indígenas no Nordeste, emergiram a partir do desequilíbrio nas relações socioambientais e em todo o país provocaram transformações significativas. O “desequilíbrio social e desequilíbrio

ambiental são problemas que têm a mesma origem: a racionalidade predominantemente econômica” (Fernandes; Sampaio, 2008, p. 89).

Embora as causas subjacentes permaneçam, esses conflitos adquiriram novas dimensões, caracterizadas por estruturas políticas e sociais diferentes, além do uso de tecnologias avançadas, como drones, imagens de satélites e armas de precisão. Esses fatores são potencializados pelo financiamento de grandes bancos, com subsídios financeiros para a expansão das fronteiras agrícolas, apoiada pelos latifundiários, frequentemente responsáveis pela invasão nas terras indígenas (Barbosa, 2025).

As estratégias e ferramentas sociopolíticas expandiram para perpetuar o apagamento dos povos originários no Nordeste, com o objetivo de continuar as violências contra as populações indígenas. É importante discutir o contexto natural e as interações com a natureza humana por meio da articulação de símbolos e as expressões socioculturais, adaptando-se e apropriando-se de novas formas de pesquisa, métodos e técnicas.

Este processo é fundamental para o enfrentamento de práticas persistindo nos espaços sociais de decisão e influências políticas, para garantir o reconhecimento e a proteção das memórias e os territórios dos povos indígenas. A preservação dessas narrativas e o reconhecimento dos territórios para a afirmação dos direitos e a dignidade dos nativos.

O reapropriação do território indígena ancestral, aliado à busca pela regeneração dos recursos naturais afetados com as mudanças impostas pelas atividades agrícolas sobre as paisagens e os indígenas na Serra do Ororubá, evidenciam a continuidade dos protagonismos do povo Xukuru do Ororubá reafirmando a presença ativa e decisiva dos indígenas na construção da trajetória histórica.

Referências

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo, LECH, 1980.

ARAÚJO, M. G. de. *Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BARBOSA, C. *Exclusivo: como bancos e dinheiro público financiam colapso da Amazônia. Samaúma*. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/exclusivo-como-bancos-e-dinheiro-publico-financiam-o-colapso-da-amazonia/> Acesso em: 13 mar. 2025.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo, Perspectiva, 2014, p.41-78.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. Curitiba: Editora UFPR. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, n.18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

GARCIA, A. D. V. *História e memória sobre o Bairro “Xukurus” em Pesqueira: subsídios para o ensino de História do município*. 2022. Dissertação (mestrado profissional em ensino de História. Universidade Federal de Pernambuco), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

GRUNEWALD, R. de A. *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2004.

SETTE, H. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. 1956. Tese (concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco), Recife, 1956.

IBGE. *Com alta recorde da agropecuária, PIB fecha 2023 em 2,9%*. Agência IBGE de Notícias, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39306-com-alta-recorde-da-agropecuaria-pib-fecha-2023-em-2-9> . Acesso em: 12 dez. 2024.

IBF. *Árvores nativas e exóticas*. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/especies-nativas-e-exoticas#:~:text=Esp%C3%A9cie%20Nativa%3A%20planta%20que%20%C3%A9,sua%20%C3%A1rea%20potencial%20de%20dispers%C3%A3o> . Acesso em: 13 de mar. 2025.

LEAL, C.; ANDRADE, L. E. (Orgs.). *Guerreiras: a força da mulher indígena*. Olinda: Centro Luiz Freire, 2012.

LIRA, D. B. de. *Os índios Xukuru do Ororubá na Ribeira do Ipojuca (Pesqueira/Poção): ambiente, memórias e história (1986-2010)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MEDEIROS, J. F. de; CESTARO, L. . Os brejos de altitude no contexto das áreas de exceção do Nordeste brasileiro. In: I WORKSHOP DE BIOGEOGRAFIA APLICADA. v. 4, n. especial, 2018.

MELO, J. I. M.; RODAL, M. J. N. Levantamento florístico de um trecho de floresta serrana no planalto de Garanhuns, estado de Pernambuco. *Acta Scientiarum: Biological Sciences*, Maringá, v.25. n 1, p. 173-178, jan./mar. 2003.

MONTEIRO, J. O sertanismo e a criação de uma força de trabalho. Cap. 7. Os anos finais da escravidão indígena. MONTEIRO, John, In: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98; 209-226.

OLIVEIRA, J. P. de. *A viagem de volta: etnicidade, política, reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra capa/ Livraria LACED, 2004.

SILVA, E. Os índios na História e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, Nordeste do Brasil. *Revista Mutirô*, v. II, nº II, 2021, p. 87-103.

SILVA, E.; BARROS, I. P. Povos Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.13, n. 01, 2022, p. 395-423.

SILVA, E. Idosas/os Xukuru do Ororubá: memórias, experiências de vida e afirmação indígena no Semiárido pernambucano. *Revista Historiar*, vol. 15, n. 28, 2023, p. 45 -57.

SILVA, E. *Xukuru: memórias e histórias da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 - 1980*. 2008. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, E. Povo Xukuru do Ororubá: história a partir das memórias de “Seu” Gercino. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, vol.18, 2008, p. 75 - 90.

SOBRINHO, V. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife, Condepe, 2005.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2015.

RESENDE, A. S. de; CHAER, G. M. *Recuperação ambiental em áreas de produções de petróleo e gás em terra na Caatinga*. Embrapa Agrobiologia. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1135806/recuperacao-ambiental-em-areas-de-producao-de-petroleo-e-gas-em-terra-na-caatinga> Acesso em: 13 mar. 2025.

SAMPAIO, et al. *Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no Nordeste do Brasil*. XXX CONGRESSO DE CIÊNCIA DO SOLO. São Paulo: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2010, p.123-130.

VIEIRA, J. L. da S. *A agricultura do sagrado no fortalecimento da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira e Poção-PE*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

Artigo recebido em: 16/03/2025

Artigo aprovado para publicação em: 26/05/2025

Editor (a) responsável: Guilherme Cardinale de Araujo

¹A exemplo na Reserva Biológica da Serra Negra, localizada entre os municípios de Tacaratu, Floresta e Inajá, no Agreste pernambucano abrangendo também parte do território indígena do povo Pipipã.

² Livro publicado em 2002, proveniente da Tese de doutorado do historiador Pedro Puntoni.

³Medida de agrimensura de 6500m², utilizada em Portugal e nas colônias no período colonial.

⁴Interconexão entre os conhecimentos de um povo tradicional sobre os recursos ambientais presentes e disponíveis na Natureza, as expressões socioculturais na formação da identidade étnica, a experiência humana, e os eventos históricos transmitidos ao longo das gerações.

⁵Ampla região serrana localizada no interior do Nordeste, também conhecida como “Serra da Borborema”, ou ainda “Planalto nordestino”

⁶ Regiões com um alto índice de umidade durante o ano, alto índice pluviométrico, conhecidos como ilhas úmidas em relação ao clima Semiárido da região Agreste, altitude superior a 800m, formação florística constituída por árvores de grande porte e dossel superior alcançando até 20m.

⁷ Conceito de estrutura organizacional circular.

⁸ Termo elaborado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira e presente em seu livro “A viagem de volta” publicado em 2004.

⁹ Prática semelhante a atual vaquejada esportiva, porém mais rústica. É amplamente praticada em regiões de vegetação nativa no Semiárido pernambucano. Dois ou mais vaqueiros, montados em cavalos, competem entre si, e contra os nuances das características ambientais da área, para derrubar o boi solto em fuga.

¹⁰ Conjunto de técnicas e práticas agrícolas para recuperação da biodiversidade, reestruturação ecológica e atenuação dos impactos provocados por mudanças ambientais bruscas.

¹¹ Espécies vegetais nativas e/ou exóticas manejadas pelos indígenas, rituais religiosos, animais, bancos genéticos, e outros elementos que fortalecem a identidade étnica a partir dos conhecimentos tradicionais.

¹² Espécies de porte arbóreo que ocorrem naturalmente em um bioma, e/ou região. Adaptadas naturalmente ao solo, clima, disponibilidade de nutrientes e interação, direta ou indiretamente, com outros recursos naturais presentes.

¹³ Locais de moradia de um grupo de famílias indígenas em lotes conjugados, proveniente dos ancestrais.

¹⁴ Atual região da Zona da Mata Sul e regiões litorâneas no estado de Pernambuco. No artigo “Os Xukuru e o ‘Sul’: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas”, o autor Edson Silva abordou a partir de relatos orais dos indígenas Xukuru do Ororubá, esses movimentos migratórios.

¹⁵ Serviços pesados realizado pelos trabalhadores nas fábricas no período noturno, em condições desgastantes sem os devidos direitos trabalhistas, nas atividades de carga e descarga de caixas de frutas e outros materiais dos caminhões.

¹⁶ Gravura intitulada “Confrontação: o *Homo sapiens paradisiacus* e o *Homo sapiens economicus*” elaborada pelo artista Martius. Ao utilizar termo “*Homo sapiens economicus*”, buscamos distinguir as relações estabelecidas entre o colonizar e a Natureza, divergindo da relação entre povos originários e Natureza. Pois, o colonizar possuía interesses econômicos ao realizar a extração e a degradação dos recursos naturais.

¹⁷ Prática religiosa, envolvendo dança e ritual, realizada pelos Xukuru do Ororubá como legitimação da identidade indígena Xukuru e conexão com os Encantados. O Toré é praticado por outros povos indígenas no Nordeste.

¹⁸ O Bem Viver baseia-se na ideia da economia coletiva, solidária e no respeito aos ciclos da Natureza. O ser humano como parte integrante da Natureza e seus recursos ambientais e o cultivo agrícola como instrumento de cura, não visando apenas o valor comercial e material.

¹⁹ A agricultura sagrada refere-se a prática agrícola, orientada pelos ensinamentos do Encantados, em como devem ser realizadas as atividades de cuidado, conservação e preservação com os recursos naturais no território, suas moradas.

²⁰ Termo elaborado e difundido pelo historiador Ferdinand Braudel, após a publicação, em 1956, do artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”.

PERFORMANCES INDÍGENAS DE RESISTÊNCIAS NA HISTÓRIA: Teorias Indígenas, Crises Climáticas e o Mundo dos Brancos

INDIGENOUS PERFORMANCES OF RESISTANCE IN HISTORY: Indigenous Theories, Climate Crises and the White World

Andrisson Ferreira da Silva¹

Resumo: As crises climáticas se intensificam e contrastam às lutas históricas dos povos originários no Brasil. Neste trabalho, compreendo o pensamento indígena enquanto produção teórica e filosófica, discorrendo sobre suas críticas ao conceito de “humanidade” e de “a queda do céu”. Busquei refletir sobre o “mundo dos brancos” e suas violências, sobretudo acerca do clima e suas mudanças. Trabalhei o conceito de “performance” para enfatizar os movimentos indígenas em contextos nacionais e internacionais trazendo o uso de imagens. Os teóricos norteadores da reflexão foram Ailton Krenak (2020, 2022), Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) e Diana Taylor (2013). O intuito foi refletir sobre as crises climáticas, as teorias indígenas e o despontar de performances indígenas de resistência na luta pela vida.

Palavras-chave: Performance indígena, História Indígena, Resistência.

Abstract: Climate crises are intensifying and standing in stark contrast to the historical struggles of indigenous peoples in Brazil. In this work, I understand indigenous thought as a theoretical and philosophical production, discussing its criticisms of the concepts of “humanity” and “the fall of the sky.” I sought to reflect on the “white world” and its violences, especially regarding the climate and its changes. I employed the concept of “performance” to emphasize indigenous movements in national and international contexts, incorporating the use of images. The guiding theorists were Ailton Krenak (2020, 2022), Davi Kopenawa and Bruce Albert (2015), and Diana Taylor (2013). The aim was to reflect on climate crises, indigenous theories, and the emergence of indigenous performances of resistance in the struggle for life.

Keywords: Indigenous performance, indigenous history, resistance.

Introdução

“Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa” (Krenak, 2020, p. 31). Como escapar dessa? É possível adiar o fim do mundo? Ao menos, em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak não usa a palavra encerrar ou outros sinônimos. O “fim” desse mundo é real, prorrogável, adiável? Quem sofrerá ou está sofrendo com esse “fim”? O que é esse “fim”? É material, narrativo, epistêmico, social, teórico? Quantas perguntas, quantas angústias... Decerto, não serei eu capaz de esgotá-las, mas pretendo mostrar aqui

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), na linha pesquisa “História Indígena, Etnohistória e Arqueologia”. Estudante de Direito no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ/UFSC). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Laboratório de História Indígena (Labhin/UFSC). Email: Andrissonf@gmail.com.

como elas podem e precisam ser tensionadas por meio das performances indígenas de resistência na História.

Outra pergunta necessária, é possível conter “a queda do céu”? O “mundo dos brancos”¹ está em ruínas, e a civilização do “progresso” que tanto desprezou e despreza os conhecimentos indígenas e suas filosofias, passa a ver os escombros de suas cidades. As enxurradas carregam nossas casas, nossos carros, animais e até mesmo nossos corpos. Profanam nossas memórias e nossos patrimônios históricos. Nossos rios se revoltam invadindo espaços nunca alcançados.

Nesse contexto de crises climáticas a nível global, mas com enfoque no Brasil em que vivemos, importa destacar, apesar de a Constituição Federal de 1988 consagrar a todos “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, equilíbrio é o que não temos experienciado. Ainda, a Constituição define caber “ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, Art. 225). Mesmo com essa defesa na Carta Magna, temos visto o céu cair sobre nossos telhados, sobre nossos mundos. O Direito, enquanto conjunto de ordenamentos jurídicos de reflexos sociais-políticos e sua força estatal, não contém o céu e a sua queda. E, se “a queda do céu” para muitos não indígenas parecia apenas uma metáfora, ela tem se mostrado muito além das construções linguísticas, pois ela é filosófica, política e também material.

Minhas reflexões aqui resultam das vivências de um jovem pesquisador amazônico, periférico e racializado que, ano após ano, percebeu que a chuva não chovia mais como antes, o sol não ardia mais como antes, o vento não soprava mais como antes. Não entendo isso como nostalgia, mas sim como a sinestesia da mudança climática invadindo minha ontologia — agora aqui materializada-atravessada nessa escrita. Sou um jovem não indígena, pesquisador de Histórias Indígenas, histórias nossas, assistindo a catástrofes mundiais televisadas, instagramadas, que colocam em perspectiva as ideias definições de “humanidades” nas redes globais de poder.

As crises climáticas que assolam o planeta, alertadas por inúmeros cientistas ao longo de décadas, e pelos próprios povos indígenas, principalmente no tocante à importância de seus territórios e a sua demarcação, agora mostram sua força e ocasionam movimentações migratórias em contextos históricos nunca antes vivenciados pela “humanidade” na Terra². O aumento da temperatura da atmosfera, a subida do nível dos Oceanos, bem como seu aquecimento, e os ciclos naturais desregulados ocasionam secas e chuvas intensas, e vêm impactando a vida de inúmeros povos tradicionais, das florestas, dos campos e das cidades, em todos os biomas, em todo o mundo.

Esse mundo desequilibrado e desigual, que chamarei aqui de “mundo dos brancos”, discorrerei um pouco mais sobre ele a frente. Este “mundo” se comporta para mim de uma maneira constante, invadindo a tela de meus aparelhos tecnológicos com avisos de “máximas históricas” em relação às temperaturas e “alerta de clima”. Espero não estar iniciando essa leitura de uma maneira tão pessimista, mas sinto que seria um delito conter meus sentimentos³ nesta escrita, a partir de como enquanto um jovem pesquisador senti-penso o mundo e o quanto sou afetado por ele. Isso está no meu corpo, e também está em minhas palavras.

E o que a História enquanto Ciência tem a ver com isso? Como a História Indígena se relaciona com esse contexto? O fato é que todas as mudanças climáticas afetam a todas as formas de vida na Terra, imbricando em migrações e imigrações, escassez de recursos de subsistência, novas maneiras de lidar com o território, reformulando os cenários políticos, promovendo crises no mercado econômico, alterando o comportamento humano, suas subjetividades e sua produção de conhecimento. Meu intuito aqui também não é romantizar as tragédias que têm sido vivenciadas e compartilhadas, mas, pelo contrário, denunciá-las. São experiências compartilhadas por pessoas, animais, plantas e por todos os outros seres vivos e não vivos — considerando as redes de interações cosmológicas e as epistemologias indígenas para além da natureza, cultura e do mundo físico, mas também do metafísico, nas representações espirituais ou não humanas.

Em 2019, quando começou a pandemia de coronavírus, o capitalismo foi ainda mais envergonhado em sua estrutura, quando o mundo presenciou que o “homem moderno” não poderia respirar dinheiro, demonstrando as intensas desigualdades sociais, econômicas, raciais em que estávamos e ainda estamos inseridos. Nessas crises climáticas e existenciais não é diferente a percepção de que o capitalismo falhou; velhas coisas se intensificam e passam a comportar-se com outros contornos, como o racismo, o darwinismo social, a discriminação, a xenofobia, a intolerância religiosa, o negacionismo, as *fake news* e toda a era tecnológica da desinformação.

Pessoas reais, nos lugares de seus nomes, ganham nomenclaturas de “desabrigados” ou “refugiados climáticos” e se tornam mais uma soma nos quantitativos numéricos de atingidos pelas enchentes, secas, incêndios, etc. Portanto, nós, historiadores e historiadoras, estamos interligados a esse cenário resultado das estruturas de poder do capitalismo. Uma vez que o fazer historiográfico se fundamenta no campo científico de investigação do passado e do presente e busca analisar os contextos, sujeitos, seus discursos, instituições, linguagens e suas performances.

Desse modo, entendo que a História Indígena, consolidada principalmente a partir da década de 1990 com antropólogos e historiadores(as) como Eduardo Viveiros de Castro, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Celestino de Almeida e John Monteiro, resguarda um fator importante para essa discussão: a atuação política dos povos indígenas no país e suas reivindicações, sobretudo na defesa de seus territórios e o alerta para o respeito à natureza como algo não separado do corpo, mas enquanto parte dele. O que conhecemos por ecologia, sustentabilidade e demais termos operacionalizados como científicos são a prática histórica dos povos indígenas em seus territórios através de suas relações históricas e políticas, permeadas e sociabilizadas avessas ao capital e sua individualização. Hoje, a História Indígena é indissociável de pautas e reivindicações ambientais, sobretudo ao se tratar de crises climáticas. Atualmente também, as histórias indígenas atravessam esses espaços demarcadamente acadêmicos, histórias essas atravessadas por suas narrativas, cosmologias relações de alteridades e fundacionais de cada povo – são plurais.

A História Indígena, compreendida dentro das vicissitudes dos movimentos indígenas e também das teorias indígenas, de homens, mulheres, anciãos, jovens e crianças de diversos povos originários do Brasil, se articula ao longo das temporalidades alertando à sociedade não indígena acerca de suas abruptas intervenções nas terras e territórios indígenas. Os “brancos” convencionaram suas ações em lógicas econômicas de propriedade privada, progresso, desenvolvimento e acumulação. Frente à expansão do estado nacional, os Yanomami, por exemplo, passaram a operacionalizar conceitos ambientais através de suas cosmologias a partir, principalmente, da década de 1970 e 1980 (Albert, 2002). Os povos originários, nesse sentido, têm provocado distintas perspectivas a partir de suas movimentações e performances na história contrários ao “mundo dos brancos”.

E o que é performance? Essa não é uma pergunta com uma resposta delimitada. Conceito ao qual alguns autores se debruçaram a entender, dentre eles Marvin Carlson (2009), Diana Taylor (2011) e Richard Schechner (2006). Todos são coesos ao reconhecer a necessidade de sua constante investigação e não a sua aplicação fechada. Performance, portanto, é político, constrói e reivindica identidades, tem a ver com o corpo e com como é recebida por aqueles que a assistem. Dessa maneira, pensar em performances indígenas, ou seja, tensionar tal conceito entre atuação indígena na história e a aplicação de performance como um elemento teórico investigativo é algo a ser ainda mais desenvolvido, mas aqui foram apresentados alguns elementos para nossa reflexão.

Portanto, refletiremos sobre algumas teorias indígenas pensadas por indígenas, envolvendo suas críticas sobre crises climáticas e o capitalismo. Também pensaremos sobre performances indígenas de resistência, entendendo resistência como a adoção de mecanismos, consolidada através de embates diretos ou indiretos, como simulações, disfarces, evasões — são discursos que não operacionalizam a linguagem hegemônica. São contrários, subversivos e também dissidentes (Scott, 2013). Este percurso é de importância afirmativa para perceber como os povos indígenas em suas filosofias, vêm nos alertando historicamente a contermos o nosso modelo de produção e acumulação agressivo à natureza. Pois, partem de suas concepções ancestrais históricas, sobretudo, acionando a Terra como um organismo vivo que não dissocia os humanos da natureza, mas confronta a lógica de “humanidade” e alerta sobre “a queda do céu”.

Pensares desde “A queda do céu”, a “Humanidade” e o “Mundo dos brancos”

Em “A Queda do Céu”, obra escrita em colaboração entre o indígena do povo Yanomami Davi Kopenawa e o antropólogo Bruce Albert, os brancos representam extrema violência por serem seres não conhecedores dos espíritos da floresta, pois não os enxergam. Sua ganância se traduz no desmatamento e no garimpo, ações que culminam em doenças e no desequilíbrio da Terra. A liderança Yanomami destaca que os brancos não cumprem com suas palavras e que são a sociedade da mercadoria.

Os brancos nos chamam de ignorantes apenas porque somos gente diferente deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, porque eles querem ignorar a morte [...] Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham com eles mesmos. Seu pensamento permanece obstruído e eles dormem como antas ou jabutis. Por isso não conseguem entender nossas palavras [...] Quero alertar aos brancos antes que acabem arrancando do solo até as raízes do céu (Kopenawa e Albert, 2015, p. 390, 392).

Kopenawa critica os brancos por não sonharem, apesar de muito dormirem. Sonhar é a fricção de outros mundos possíveis que não o mundo da monocultura de pensamentos. O sonho nos contextos indígenas tem distintas compreensões. Os brancos não sonham como os indígenas, não entendem pelas suas cosmopercepções. O sonho é a potência crítica dos mundos e seus sistemas, e esse egoísmo dos “brancos” em não querer compreender as outras existências faz parte de sua inércia. Davi Kopenawa participa no âmbito nacional e internacional, desde as décadas de 1980 e 1990, alertando que as práticas dos não indígenas são danosas às formas de vida na Terra.

Mas por que há dificuldade de escuta à crítica indígena sobre como a sociedade não indígena tem levado sua relação com a Terra? Suas vozes vêm de há muito tempo ecoando, e, decerto, na lógica de produção de conhecimento, elas são postas no lugar do exótico e da infantilidade. Embora em um contexto acadêmico suas epistemologias venham ganhando reconhecimento, elas nem sempre são aceitas dentro de um currículo que é eurocentrado. Conforme destaca Linda Smith (2018), o conhecimento indígena está em um lugar de passar pelo crivo Ocidental, pelos seus campos de disputas metodológicos e teóricos que muitas vezes culminam em “ódio”. Investigadores de diversas áreas do conhecimento passaram décadas enxergando e escrevendo sobre os povos indígenas como um “objeto” de investigação e não como agentes de pesquisas com suas próprias perguntas e metodologias.

Os povos indígenas vêm produzindo filosofias e teorias através de suas matrizes de pensamento ancestral e comunitário, por intermédio de suas tradições orais que não separaram/separam o corpo da Terra. Seus pensares deslocam e tensionam os pensamentos binários e a base do conhecimento racional. Dessa maneira, entender o pensamento indígena também como produção teórica é um caminho a ser percorrido pela sociedade não indígena. Essas filosofias e teorias são ancestrais e originárias, e não têm seu berço num único lugar de produção universalizado, apesar de a colonialidade do saber assim ter buscado determinar.⁴ Os povos indígenas produziram e produzem conhecimentos múltiplos de maneira que a ideia de razão cartesiana não integra seu pensamento.

Voltando a Kopenawa, sua crítica ao mundo não indígena mescla o seu pensamento xamânico através da atualização das experiências com o mundo dos brancos à medida que esse mundo, eminentemente violento, impacta em seus territórios. Um dos alertas centrais na sua crítica está em “a queda do céu”. A queda do céu aconteceu no passado e deu origem à Terra em que vivemos. Esse céu caiu porque os espíritos da floresta ficaram órfãos pela morte de seus xamãs, e, vingando sua morte, retalharam o céu até sua queda. Uma nova “profecia apocalíptica”, conforme Albert, construiu-se a partir das experiências dos Yanomami com os brancos. Apenas os xamãs conseguem conter a queda do céu, pois seus espíritos detêm a violência dos espíritos dos xamãs mortos. Uma nova vingança pelas suas mortes ameaça a humanidade atual, ligada à ação branca sobre a floresta (Albert, 2002).

Em confluência com Kopenawa está Ailton Krenak, que em seus textos rememora a queda do céu. O autor amplia as discussões costurando análises do mundo capitalista em “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”. Em seu texto o conceito de humanidade

evidencia primeiramente seu questionamento: “como é que ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade?” (Krenak, 2020a, p. 10-11). Para ele, brancos europeus carregavam consigo a ideia de poder de colonização do resto do mundo, se pautando na premissa de uma “humanidade esclarecida” que deveria ir ao encontro da “humanidade obscurecida”. Ocorre assim, a construção do Ocidente como espaço de poder, através de sua pretensão universal e violenta através da brancura, sua cor, do seu lugar e de seu pensamento. Produz-se assim, a ideia de uma humanidade outra, a “obscurecida”, que deveria ser conduzida à civilização, pois havia uma única maneira de estar. “Somos mesmo uma humanidade?” (idem, p. 12), indaga Ailton.

O “clube da humanidade” para ele é homogêneo, e tem a seu serviço instituições que carregam consigo poder para legitimar e perpetuar decisões, e não compreende os reais sentidos das vivências dos Outros. O “clube da humanidade” limita a invenção, criação, existência e liberdade. Assim, não há humanidade se outros humanos são impedidos do exercício do ser, quando arrancados de seus coletivos e lugares de origem. Essa humanidade enquanto formulação social propiciou uma alienação coletiva, onde a Terra é uma coisa e a humanidade é outra (Krenak, 2020a).

Decerto, a inquietude se centra na separação dessa humanidade da natureza, porém tudo é natureza e não estamos dissociados dela. Mas, a ideia de humanidade, além de separar corpos de suas subjetividades — as maneiras de existir e se produzir no mundo — ela não é coesa, pois o sentido de humanidade exclui os “obscuros”. Para Ailton, humanidade está ligada ao “lugar de origem”, e a alienação capitalista de terras expulsa indivíduos de seus lugares tradicionais, deixando-os de fora dela. Terra e território têm centralidade nas discussões que permeiam a queda do céu. Não há subjetividade sem a terra, e a propriedade privada no Brasil é um devorador de Terras Indígenas e suas formar de territorialidade.

Para ele, há um descolamento da humanidade e do organismo que é a Terra, pois a humanidade em Krenak está consubstanciada ao fato de um indivíduo estar associado ao seu lugar de origem, dessa forma, na lógica de produção de “humanidade” os indígenas são sub-humanos. E o lugar em que os indígenas querem viver e as suas experiências cotidianas distintas das impostas pelo capital, em si, são uma crítica à “humanidade homogênea”. O viver originário é um perigo. A humanidade é um projeto colonial e vaidoso de integração violenta de povos Outros, pois apaga e tenta apagar histórias. Também é egoísta, ao ser pensada como a única capaz de ter a perspectiva da existência, enquanto outros seres vivos também a têm. Em contraposição, Ailton defende a diversidade e não a humanidade como protocolo homogeneizador (Krenak, 2020a).

Para Krenak, estamos condicionados em uma única ideia de humano e existência e isto é uma “abstração”, pois não se reconhece as cosmologias indígenas em suas relações com a Terra. Os “sub-humanizados” estão fora do “clube” porque se subjetivam na ligação com o território e não pensam os rios ou as montanhas como recursos. A subjetividade é uma afronta à propriedade privada. Nesse sentido, o Antropoceno ou como defende, Capitaloceno, é algo que deve soar como “alarme”, pois ele tem um impacto decisivo na nossa existência e na nossa experiência. Assim, “o fim do mundo” para os não indígenas está também associado à interrupção do prazer materializado na mercadoria. A ideia de humanidade se apresenta como uma das premissas centrais para o desenvolvimento do capitalismo, haja vista a abstração de uma unicidade humana que põe a natureza como fonte de recursos, violentando os “quase-humanos”.

Já em “A vida Não é Útil”, a “humanidade” vai muito além dos seres que se colocam como humanos – são aqueles excluídos, a exemplo dos animais, além dos “outros humanos”. Porém, apesar desta humanidade ser produtora de ampla violência, ela também é frágil, pois ela não se subjetiva, não vive-sente o território, ela vive um mundo de abstração que se funda no consumo, sem enraizamentos e profundidade na ancestralidade. As suas relações são rasas e tudo faz parte de uma espécie de valor-troca (Krenak, 2020b).

A humanidade enquanto questionamento é um ponto de fricção para reflexão de sua configuração. Essa humanidade defende o sentido de existência de um humano especial que manda na Terra, essa reivindicação não passa de uma construção histórica. A inserção da humanidade no planeta deve se dar de outra maneira. A ideia de humanidade é atravessada pelas suas cosmologias, onde há gente que já foi peixe, árvores, etc., descreve Ailton (Krenak, 2020b). Há uma perda, um desvio de pertencimento da vida quando o ser humano se apropria da técnica atuando sobre a terra. A “humanidade imaginária”, diria eu, desse “mundo dos brancos”, carrega consigo um vazio espiritual e é acrítica à sua história. A dor das catástrofes ambientais sentida por diferentes pessoas de formas diferentes nos ajuda a responder se somos de fato uma humanidade. Há um negligenciamento do sentido de ser humano e há uma naturalização da sub-humanidade, que exclui e suprime a diversidade e nega haver existências e hábitos.

“Humanidade” provocou o descolamento do “nós” com a “Terra” — separou a “humanidade” da “Terra”. Esse deslocamento promoveu uma vida cada vez mais artificial. A banalização das catástrofes e das violências causadas no seio das sociedades capitalistas comprovam que a humanidade é uma mentira e está desorientada. Estamos vivendo momentos de “erosão da vida”, pois

a mudança do clima no planeta não deixa ninguém de fora, então, mesmo que tardiamente, está sendo despertada uma consciência de que os povos originários, em diferentes lugares do mundo, ainda guardam vivências preciosas que podem ser compartilhadas” (Krenak, 2020b, p. 115).

Em “Futuro Ancestral”, a narrativa filosófica de Krenak (2022) segue em consonância com suas reflexões anteriores. O autor aponta o “Capitaloceno” em estágio de metástase e, para outros mundos possíveis, é necessário imaginar narrativas plurais. A narrativa de fim do mundo nos insere no espectro da desistência dos nossos sonhos, sendo assim, é necessário um mergulho na Terra para se recriar mundos possíveis – onde não só o humano age, mas também outras existências, com o objetivo de interromper o consumo da Terra pela “civilização sem imaginação”.

Uma resposta ao fim é “evocar o mundo das cartografias afetivas”, (Krenak, 2022, p.42), assim, alianças afetivas são relações dos afetos entre os desiguais para experimentação de novos mundos e imaginação de pluriversos, pois nem tudo parte do antropocentrismo e seu adoecimento do mundo. Neste mundo, a crise climática é uma produção de sub-humanidade. Os refugiados climáticos, por exemplo, são compelidos violentamente a abandonar seus lugares de origem. A Terra não é só um lugar de subsistência, mas de produção de existência. Em alguns lugares, alguns “paraquedas coloridos” estão sendo construídos por meio de resistências originárias, enquanto as filosofias indígenas ecoam, confrontando o mundo racional.

Em continuidade à crítica de humanidade, tensiono pensar o “mundo dos brancos” como local de agenciamento das crises climáticas e sua maneira de se inserir nesse mundo. As reflexões filosóficas produzidas por Kopenawa e Ailton Krenak tecem uma forte crítica a este mundo e a estes “humanos”. Nomeio “mundo dos brancos” essa produção de um lugar universal de “humanidade”, um lugar com espaço de unidade de gente, produção de padrão e diferença. Em Florestan Fernandes (1972), o “mundo dos brancos” desponta questionando os processos de experiência do negro no Brasil, mas refletindo sobre as experiências que os povos negros e indígenas compartilharam com os colonizadores. Segundo ele, a sociedade colonial foi construída para esse “branco” pela exploração sistemática de outras raças. Um mundo organizado para segmentos privilegiados de raça, mundo condenador e desumanizador, mas que não esteve inerte à vontade dos corpos racializados.

Em uma descrição mais antropológica, da experiência dos contatos entre indígenas com os não indígenas, e uma convenção entre os pesquisadores, conforme aponta Howard (2002), “branco” é uma categoria utilizada pelos antropólogos para

designar os não indígenas de sociedades ocidentais, como brasileiros, europeus e norte-americanos. Todavia, essas nomenclaturas são distintas em concepções variadas pelos povos indígenas que atribuem as diferenças a fatores culturais e sociais. Além disso, é o local subjetivo dos encontros múltiplos, onde muitos povos começaram a nomear “brancos” com base em suas próprias experiências de contatos.

Podemos compreender a categoria “branco” enquanto uma categoria polissêmica, e, não se pode negar a sua origem colonial, que atesta sua existência como “superiorizada” a partir da categorização e classificação de “raças” advindas do racismo pseudocientífico e da escravização dos “inferiores”. É também uma categoria que se construiu através da compreensão dos povos indígenas no contato interétnico com o “branco”, passando a representar inúmeras violências nos (des)encontros coloniais.

Por isso, também entendo “O mundo dos brancos” como uma instituição construída dentro de uma lógica ocidental e ocidentalizada de acumulação de capital e exploração desenfreada dos recursos naturais. O mundo dos brancos está associado à superioridade racial, dominação dos meios de produção e busca de dominação epistêmica. É o lugar de supremacia egocêntrica, produtora da diferença inferior, que escravizou e escraviza os corpos, dominando-os e buscando dominar outros mundos coloridos, os mundos das “sub-humanidades” (Krenak, 2020b). Assim, enquanto o mundo dos brancos é a produção da diferença, é também a produção e reprodução do poder colonial.

Ailton Krenak aponta críticas a conceitos que são a prática cotidiana desse homem moderno, uma delas é ao “Antropoceno”, a ideia de “humanidade” e também ao capitalismo. Assim, mundo dos brancos é esse mundo que reduz os outros mundos às ruínas, desde as invasões até as apropriações de terras, ideias e corpos. O mundo dos brancos se insere tanto num paradigma filosófico quanto histórico e político. Ele, ao mesmo tempo que é uma ideia, é também materialista. Este mundo dos brancos produziu um mundo climaticamente desordenado e nos apresenta agora uma conta muito alta a pagar, apesar de os valores do boleto não serem os mesmos para cada um.

O mundo dos brancos é aquele institucionalizado em acumulação de capital através de redes escravocratas, de objetificação de corpos negros, indígenas e demais racializados, sexualizados e tutelados. É o mundo capaz de consolidar seus descendentes enquanto herdeiros de suas heranças e postergar seus nomes e títulos em gerações seculares. É a instituição que não necessita se questionar racialmente, apesar de também ser racializada, mas sim se consolidar enquanto superior aos por ela racializados e cristalizados em “classes perigosas”. O mundo dos brancos é o produtor dos

conhecimentos universalizados e consolida uma matriz de pensamento a partir de um lugar, uma língua, uma dita cultura, um corpo.

Nem todos os brancos participaram ou participam dele, mas muitos gozam de suas benesses, mesmo que indiretamente. É o mundo enraizado nas corporações, nas empresas multinacionais, nas grilagens de terras. Coopta corpos outros para a busca de ouro no garimpo, está intimamente atento à bolsa de valores e às discussões sobre educação para produção de corpos para o trabalho. Vive entre seus muros simbólicos com os seus e para os seus. Quem não compõe seu “padrão” e adentra ao seu espaço é sempre um invasor a ser excomungado, ou lembrado de ali não pertencer. É uma instituição que domina a tecnologia, os meios de produção, tem grande poder econômico e político no judiciário, no legislativo, nas mentes. É a instituição financiadora da queda do céu e fomentadora da ideia de Humanidade “civilizada”.

O mundo descrito é resultado de um organograma de violências múltiplas e resultou em desigualdades sociais, crises climáticas e desigualdades pelos corpos nos sentires e no enfrentá-la. Em Davi Kopenawa e em Ailton Krenak a crítica às mudanças climáticas não está desconectada das ideias de produção social do que é ser “humanidade”, das muitas violências cometidas aos povos indígenas do Brasil e do mundo e seus territórios.

Territórios que são alvos diretos do “mundo dos brancos” nas disputas por terras, nas falácias de marcos temporais, na exploração de minérios, na retirada ilegal de madeira e em tantas formas correlatas de violências. E, quando ameaçados, colocam em risco uma rede de relações de mundos de distintas ordens, oferecendo um perigo em potencial para os seres vivos e não vivos. A crise climática está intrinsecamente ligada à invasão dos territórios indígenas e a exclusão dos “subhumanos” que insistem em se conectar e subjetivar com ela. Ainda, que essa humanidade se desconectou da natureza e deixou a ignorância dominá-la, dormindo o sono de sua razão. Mas, nos pensares, nas teorias indígenas, podemos sinestésias suas epistemologias faladas, sentidas, vivenciadas e compartilhadas. Nesse cenário existem outras pluridiversidades buscando fazer da queda um espaço de fuga da inexistência, suas performances vêm de longe, ativando seus corpos e toda sua rede cosmológica em cena.

Performances indígenas de resistências como “paraquedas coloridos”

Paraquedas em Krenak (2020a) fazem alusão à uma descida amortecida: para quedas. Uma queda pode ser também uma descida ordenada, quando aproveitado o

movimento do ar, criando a possibilidade de uma ação conduzida — a descida na gravidade é “freada” pelo abrir do paraquedas. Sua teoria reconhece a queda do céu, mas a possibilidade de manutenção e permanência da vida, também posta no pensamento de Kopenawa e Albert (2015) enquanto escuta de suas vozes. A metáfora de Krenak reflete a possibilidade de continuação da existência e seus paraquedas são coloridos, pois reconhecem que, nessa queda, a pluridiversidade é um percurso para voos a outras possibilidades de permanência na Terra.

Dessa maneira, interpretar as ações indígenas como performances na história que se constituem enquanto paraquedas coloridos propõe uma vertente teórica-metodológica que interliga o corpo indígena em espaços de disputas políticas atravessadas por suas cosmologias ancestrais. Na articulação de modos outros de sentir-pensar política. Intervêm a performance como reconhecimento e alerta da queda, mas informa possibilidades de controlar-se nela.

Performances indígenas são paraquedas coloridos. São coloridos porque não são qualquer performance, pois a performatividade indígena concatena uma rede de elementos simbólicos e materiais, visíveis e não visíveis. São performances que dobram o espaço e o tempo, ativam redes xamânicas, espirituais e ancestrais. Paraquedas coloridos em Krenak tem a ver com uma abstração nas catástrofes, onde a pluridiversidade é o caminho se quisermos entender que uma saída não será monocrática.

Por isso, acho importante analisarmos as imagens seguintes vendo nelas ações de performatividade, mas utilizando-as como recursos didáticos ao ajudarem a tensionar o conceito de performance nas ações indígenas na história enquanto paraquedas coloridos. Apesar de em alguns momentos recorrer a uma descrição e trazer elementos iconográficos, utilizo o conceito de performance para construir a crítica reflexiva aqui em questão.

Quanto à performance, Schechner (2006, n.p.) descreve o ato de realizar performance como “exibir-se, chegar a extremos, traçar uma ação para aqueles que assistem”. Ainda, “marcam identidades, dobram o tempo, remodelam e adornam o corpo, e contem histórias”. São “comportamentos restaurados” ou duas vezes experienciados, na arte, em rituais ou na vida cotidiana.

Perene a isso, Marvin Carlson (2009) é oportuno ao destacar que

Reconhecer que nossas vidas estão estruturadas de acordo com modos de comportamento repetidos e socialmente sancionados levanta a possibilidade de que qualquer atividade humana possa ser considerada como performance, ou, pelo menos, que toda atividade é executada com uma consciência de si mesma [...] podemos fazer ações sem pensar mas,

quando pensamos sobre elas, isso produz uma consciência que lhes dá a qualidade de performance (Carlson, 2009, p. 15).

Os movimentos e as ações indígenas são pensados e sofisticadamente articulados dentro das redes e organizações indígenas. Quando ao longo de toda uma opressão histórica os seus corpos frente ao organograma colonizador se tornaram uma anatomia alvo dos cartuchos coloniais, as suas ações no mundo dos brancos não tiveram outra alternativa senão promover uma ação política, neste caso, uma ação pensada, performada.

A consciência da reivindicação de direitos originários vem de séculos, bem como destacou Jhon Monteiro (2022), ao alertar sobre suas alianças políticas nas vilas coloniais, no século XVII, na manutenção de seus próprios interesses. Almeida (2010) aborda sobre o Brasil colonial, quando povos indígenas já reivindicavam junto à Coroa Portuguesa seus direitos envolvendo trabalho e terras, quando recorriam à justiça e se apropriavam dos códigos portugueses, se pondo contrários às suas explorações nos séculos XVIII e XIX. Estas ações, na chave do conceito de protagonismo, mesmo que não tenham sido descritas como performances, já se instauravam dentro de uma ação articulada, com uma “consciência de si mesma” (Carlson, 2009).

Essas lutas políticas que se desdobram hoje para conter a queda do céu e promover a imaginação de outros mundos possíveis, são percebidas através de performances. E essas performances originárias se constituem enquanto paraquedas coloridos, ao passo que, pelo agenciamento performático indígena de seus corpos em cena, reconhecem a queda do céu estabelecida na invasão dos seus territórios, proibição de suas línguas, repressão de suas existências e a falta de demarcação de suas terras ou invasão delas. Suas performances são estratégias políticas contrárias ao “mundo dos brancos” e suas contradições, na queda, suas ações são reivindicações sofisticadas.

Diana Taylor (2013, p. 19) aponta que “performance transmite memórias, faz reivindicações políticas e manifesta o senso de identidade de um grupo”. Dessa maneira, compreendo os corpos indígenas em cena a partir de performances históricas, através de lutas cravadas desde os períodos coloniais. Os povos originários estão reivindicando o direito à sua diversidade em seus múltiplos contextos para asseguar de seus territórios, autogestão e suas próprias existências.

Porém, “performance” não é uma tentativa homogeneizadora das atuações indígenas, haja vista ser sempre necessário reconhecer em seus escopos políticos toda a dinâmica cultural compreendida a partir de cada povo. E, até mesmo, não é uma tentativa de esgotá-las em um percurso investigativo. Performance se dá como um conceito que busca perceber a ação, as subjetividades, os movimentos, o roteiro. Dessa maneira, não

percebo ser uma tentativa de síntese, mas uma tentativa de compreensão da dinâmica plural em seus movimentos históricos. As fotografias representam suas intencionalidades e refletem seus contextos históricos, podem ser entrecruzadas com os conceitos de representação, discursos, e múltiplas outras categorias conceituais. Aqui entendo que a performance é oportuna, pois enfatiza o corpo como um elemento central na afirmação da subjetividade e na reivindicação de direitos e consciência da ação em si.

Diana Taylor (2013) destaca performance como transmissão de memórias corporais e atos de resistência de indivíduos que se reafirmam enquanto grupo. Performance vai para além do sistema de arquivos, pois é o aquilo ao qual o documento não conseguiu armazenar, mas as memórias corporais o fizeram e o fazem. Performance permite compreender o corpo e suas ações com memórias incorporadas, e esse organograma pode ser chamado de repertório. Performance também transmite conhecimento, tem a ver com aprendizagem e armazenamento. Performance pode ser objeto de análise, mas também lente metodológica, por exemplo, em grupos que corporificam em seus corpos atos de resistência, gênero, identidade sexual, etc. Elas variam e refletem cada cultura, refletem também a política de nossas interpretações.

As imagens sobre histórias indígenas seguintes não representam uma escala linear, mas refletem as consonâncias de lutas indígenas de distintos lugares e temporalidades diante da Terra que agoniza diante de nós. Defendo, neste sentido, que as performances indígenas enquanto paraquedas coloridos na vida cotidiana são atos cruciais quando o assunto se trata de luta pela Terra, pela vida. Suas ações estão indissociadas de um alerta sobre as crises climáticas. Em um sentido temporal, as performances indígenas entremeadas pelas suas filosofias nos alertavam/alertam sobre as tentativas de apagamento de suas diversidades e um desequilíbrio dos planos físicos e cosmológicos.

Em 1987, por exemplo, o Congresso Nacional e a cena política brasileira foram marcadas pela performance de Ailton Krenak no “mundo dos brancos”. Nela, seu corpo se torna um instrumento de resistência, reivindicando um espaço que também pertence aos povos indígenas, porém, negado historicamente — o lugar da discussão e tomadas de decisões. Vestindo um paletó branco, uma vestimenta de tradição não indígena, Ailton Krenak confrontou a lógica da política nacional brasileira como um espaço de exclusão, performando a resistência indígena quando pintou com suas próprias mãos o seu rosto com tinta de jenipapo.

Figura 1 – Ailton Krenak discursa na Assembleia Nacional Constituinte em 1987



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 2022.

Em sua performance, Krenak destacou

Eu espero não agredir com a minha manifestação o protocolo dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos...Os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura (Krenak, 1987, in GIS-Gesto).

A performance e a fala da liderança Krenak vai ao encontro de Taylor (2016), ao afirmar a constituição do corpo como uma ferramenta de combate e possuidor de força política. A força política indígena reverberou na cena nacional, cravando na imagem da história indígena o sentido do protagonismo em diversas esferas, mas sobretudo na política. No ano de 1988, a Constituição promulgada assegurou o direito originário dos povos indígenas às terras tradicionalmente por eles ocupadas através do Artigo 231. Ainda hoje, mais de 35 anos depois, diversos povos indígenas de todo o país precisam defender o direito originário aos seus territórios, elencando a inconstitucionalidade do Marco Temporal, que visa definir somente possuir direito às terras indígenas os povos que a estivessem ocupando na data de promulgação da Constituição vigente. Uma manobra arbitrária, um genocídio legislado, e estes atores são nomeados pela Deputada Federal Célia Xakriabá de os “Cabrais do século XXI” (Terena, 2023).

Nesses percursos performáticos, poucos anos mais tarde, outra performance conhecida mundialmente, foi promovida pela mulher indígena Tuíra *Mēbêngôkre* (*Kayapó*)⁵, em 1989. A imagem foi feita em uma assembleia acerca da construção da usina de Belo Monte-Kararaó, que represaria o rio Xingu, em Altamira, no Pará. Nela, a indígena Tuíra confrontou o presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes, com um facão em seu rosto, articulando seu corpo em oposição ao desrespeito com o rio, seu povo e com os consequentes impactos que isso causaria a eles. Memórias corporais coletivas são constituídas, como podemos visualizar, através da imagem abaixo. Enquanto a iminente alerta da queda do céu, a performance indígena enraizou em Pindorama no “mundo dos brancos” e de seus correligionários.

Figura 2 – Tuíra confronta presidente da Eletronorte em uma reunião no ano 1989



Fonte: Protássio Nêne/Estadão Conteúdo-1989, em Amazônia real, 2020.

A cena enquadra o retomado encontro colonial. O (des)encontro de mundos e epistemologias. Nesse encontro, a “estranha” novamente confronta o mundo dos brancos, que nesse momento, ele já é um mundo conhecido. Dentre as suas ações imprevisíveis há previsibilidades, algum plano para violação de direitos e tirada de vantagens em nome da escrita e das palavras rebuscadas. É preciso confrontar e narrar que não faz parte de sua “humanidade”. O facão no rosto do seu algoz é visto, mas as armas simbólicas apontadas para o corpo indígena não podem ser registradas na imagem.

Não se pode omitir que a crítica indígena é estruturada por meio de seus movimentos, de suas vivências, de suas ancestralidades, de seus territórios, de sua performance. A sua performance de existência e resistência atinge o “mundo dos brancos”

provocando, de fato, o questionamento de sua imposta “humanidade”. Provocando e atraindo as lentes dos brancos para si, as lentes do mundo. São Outros corpos ocupando espaços nunca ocupados, não ocupando o mundo dos brancos, mas construindo outros mundos possíveis através de “paraquedas coloridos”, como assegura Krenak (2022), com seus cantos, danças, grafismos, ervas, cocares e outras agências não humanas.

O organismo vivo visto como mercadoria e recurso é defendido pelas epistemologias e Movimentos Indígenas como parte de nós mesmos, principalmente ao tratarem da defesa de seus territórios. Agora, mostram nos corpos que caminham e reivindicam que a sub-humanização, o repúdio aos diferenciados, ocasionou um impacto sobretudo climático. Impacto refletido na invasão das florestas, no êxodo rural, na transformação de ribeirinhos em mão de obra e também na transformação da natureza como mercadoria, conforme bem apontou Kopenawa e Albert (2015). Performance indígena atravessa essas crises, assim, se torna movimento de resistência, de atos de transferência (Taylor, 2013), de luta pela vida.

Frases que despontam nos movimentos indígenas contrapõem o “clube da humanidade” e sua colonialidade do poder. Algumas delas por exemplo, estampam as faixas e bandeiras de seus movimentos: “Antes do Brasil da Coroa existe o Brasil do Cocar”, “Nada sobre nós sem nós”, contrapondo a “humanidade” e sua crise climática. Os movimentos indígenas e suas performances ecoam como propostas de reflexão-ação alicerçadas em conceitos como “corpo-território”, “mulheres-sementes”, “mulheres-biomas”, onde homens e mulheres indígenas se movimentam em contextos de reivindicações políticas.⁶ As mulheres indígenas também reivindicam seus corpos-territórios contra as opressões patriarcais.

As filosofias indígenas são contraposições às ideias de separação do corpo humano da terra, essa separação exige, inclusive, essa “humanidade” de pensar as catástrofes climáticas como resultados de suas ações. Ou se compreende como parte de suas ações, não vê mais alternativa ou não tem agência contrária ao modelo que a produz. Mas a natureza alerta, pois “os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” (Krenak, 2022, p. 11).

O futuro é questionável. A imagem abaixo é do Rio Negro, no período do verão amazônico intensificado com o fenômeno “El niño” e o agravamento das crises climáticas. Ailton Krenak nos fala dos rios como lugares de enunciação da vida, do futuro possível, todavia, a natureza tem despertado alguns cenários que nos fazem pensar nas reflexões

do filósofo. A terra como organismo vivo tem uma performance que alude ao tratamento recebido dos seres “pensantes”. Pacha Mama performa também uma alerta.

Figura 3 – Seca no Rio Negro, Amazonas, em outubro de 2023



Fonte: Fotografia de Bruno Kelly/Reuters, Deutsche Welle (DW), 2023.

O rio, como alguém enfraquecido, corre suas águas parcas quase sem forças para chegar em algum lugar. Está encolhido, envergonhado de sua nudez, atingidos pela ganância de outros sujeitos que o fizeram chegar em atroz desnível. Assim como inúmeras sociedades surgiram às margens dos rios, também às suas margens podem desfalecer. Água representa vida, é futuro e segurança de inúmeros seres vivos na floresta, futuro também daqueles que não foram enquadrados no clube da “humanidade”. Água tem agência, e tem centralidade espiritual e cosmogônica em grande parte das cosmologias indígenas. O rio secou alarmantemente, bem como os igarapés nele agregados, e isto levou à morte inúmeros animais aquáticos viventes neles, tanto pela falta de água, tanto quanto pelo aquecimento delas. Isto culminou em falta de alimento, de transporte para os ribeirinhos que se movimentam em seus barcos, impactou em calendários escolares e inúmeras outras atividades agrícolas e de subsistência dos ribeirinhos e comunidades indígenas.

Menos de um ano depois, um paradoxo se instaura ao sul do país. Desta vez uma massa de ar quente reteve um grande canal de umidade que precipitou diretamente no estado do Rio Grande do Sul, com milímetros alarmantes de chuva. Foi a maior enchente histórica do país, e cidades inteiras foram devastadas pelas correntezas dos rios que

subiram aceleradamente. O cenário caótico impactou a vida de milhões de pessoas em proporções inenarráveis. O cenário se intensifica ano após anos.

Figura 4 – Cheia histórica no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e região metropolitana, no ano de 2024



Fonte: Fotografia de Mauricio Tonetto/Secom, Folha de Pernambuco, 2024.

São casas, condomínios, centros comerciais, escolas, hospitais, lugares onde moram pobres e ricos, porém, nem todos sofrem as intempéries na mesma intensidade. A imagem apresenta linhas diagonais e verticais que aparentam ser as ruas submersas. Krenak ecoa: “somos mesmo uma humanidade?” (Krenak, 2020a, p. 12). Me veio também à mente o pensamento de Frantz Fanon quando nos alertou sobre o mundo do colonizado — “a cidade do colonizado” é o lugar de má fama, nela os homens e as suas casas estão uns sobre os outros. É uma cidade onde impera a fome, falta pão, sapatos e luz. É um mundo cindido e compartimentado, onde o poder econômico é branco, e suas cidades são sólidas e bem construídas, é saciada e indolente (Fanon, 1968).

Nesse compêndio, a cidade do colonizado se potencializa na injustiça climática que assola a muitos. Falta energia, falta comida, se perdem os móveis, a dignidade ou até mesmo a vida. Apesar de a crise climática ser vivenciada por todos, ela não é experienciada pela “humanidade” da mesma forma, pois é uma experiência hierárquica, onde a cidade dos colonizados se putrefa na lama, ou na escassez de seus rios. A cidade colonizada é a cidade que se alterna agora em impactos ambientais alarmantes, tangenciados pelo capitalismo e sua percepção da natureza como mercadoria (Kopenawa & Albert, 2015). Entre esses cataclismas, no passado e no presente as performances indígenas nos alertavam e alertam sobre “a queda do céu” e o “fim do mundo” (Krenak, 2020a).

Nesse trajeto das imagens de performances indígenas, rememoremos Krenak no Congresso, em 1987, e Tuíra, em 1989, ao confrontar os defensores da usina Belo Monte. A pergunta de Diana Taylor ecoa em nossos ouvidos: “Seria a performance aquilo que desaparece ou o que persiste, transmitido por meio de um sistema não arquivável que acabei chamando de repertório?” (Taylor, 2011, p. 18). A reflexão de Taylor sobre performance, 35 anos depois da performance de Tuíra, reflete a memória corporificada que se atualiza contornando a luta indígena imagetizada. Parece a imagem dar sentido ao questionamento da autora. Há o repertório de um movimento de lutas.

Figura 5 – Liderança indígena, Arnaldo Kumaruara, passa tinta de urucum no rosto de defensor da Ferrogrão



Fonte: Instagram. Fotografia retirada de vídeo por João Kumaruara, 2024.

A luta de Tuíra, em 1989, ganha sequência na luta indígena, onde João Kumaruara posiciona-se corajosamente contrário à construção da Ferrogrão, Ferrovia que propunha interligar os estados do Mato Grosso e do Pará, impactando cerca de 900 mil hectares de terras e muitos povos nelas, em 2024. A liderança indígena, Arnaldo Filho Kumaruara, com seus adereços e pinturas tradicionais, passa sobre os corpos brancos de seus algozes e de suas roupas a tinta do urucum. Sua mão vai veementemente sobre a face de um homem, externalizando seu repúdio, entoando “eu vou cantar é com a força do pajé; o

meu cocar é da Serra do Periquito; eu vou cantar é com a força do espírito” (Kumaruaara, 2024), afirmando seu lugar de liderança política, espiritual e de origem. Ao passo que outras vozes ecoam com a sua, o chacoalhar do maracá ecoa nas ondas sonoras.

Dessa maneira, as performances indígenas, atravessadas nos corpos de gerações em gerações, agora em atos de transferência, manifestadas em anatomias de diversos povos do Brasil, em repertórios, manifestam expressões políticas que não separam a cultura e a natureza, como tanto alertou Krenak (2020a, 2020b, 2022). Os cocares, as danças, os grafismos, são os ativares dos cosmos, de dimensões outras que não são visíveis nos corpos, mas ativados com ele.

As performances indígenas transcendem a materialidade. Seus adereços como o chocalho, ou maracá, consubstanciam suas reivindicações pra além do visível. De acordo com Viveiros de Castro (1999), o xamanismo indígena é a sua ciência, e “o chocalho do xamã é um acelerador de partículas.” (p. 45). Em uma “Conversa na rede”, entre Ailton Krenak e Viveiros de Castro, Viveiros retoma essa metáfora e a põe em evidência:

Se você olhar para um chocalho de um xamã, de um pajé, você vai ver que dentro tem uma poção de pedrinhas, ou de pedaços de conchas, ou de miçangas ...que quando o cara bate o chocalho ele está acelerando aquelas partículas, ele tá batendo e aquilo tá rodando... e quanto mais forte ele bate... ele está trazendo os espíritos. O acelerador de partículas do xamã... ao mesmo tempo é uma espécie de microfone... com quem ele fala com os espíritos e é uma coisa que ele traz os espíritos pra terra pra conversar com os humanos, para negociar questões com os seres humanos... Assim, como o acelerador de partículas da física dos brancos procura descobrir quais são os segredos da matéria, o chocalho é um acelerador de partículas que procura descobrir o segredo do espírito...não é da matéria, mas é do espírito” (Viveiros de Castro, Conversa na rede, 2023, 45min46s).

As performances indígenas não estão corporificadas apenas no material, mas também no espiritual. Seus corpos e seus adereços produzem uma série de interações cósmicas para negociação com os brancos. Ao longo dos séculos, as trajetórias indígenas são prospecções na busca originária passada para asseguar o futuro através de seus corpos. É o que Ailton Krenak (2022) chama de memória ancestral, e, Diana Taylor (2013), analisando a performance chama de “atos de transferência”. Linearidade é diluída nas existências e resistências indígenas. Seja com o maracá, com o cocar, com as ervas, com o corpo, com as múltiplas cores e distintos grafismos que representam outros modos de reivindicação ativadores de planos outros.

Suas performances estão entremeadas por suas artes. Quanto às artes indígenas, Lagrou e Velthem (2018) indicam que arte se insere dentro de uma expressão de

conhecimento material, técnica e prática. As artes indígenas compõem as suas performances. As artes permeiam os propósitos interligados com a oralidade, movimentos, relatos míticos, cânticos de cura e danças, assim, os artefatos são intermediadores das interações entre humanos e não humanos. São outros modos de pensar e de se relacionar com a vida e sua relação com o corpo. É uma “estética específica do viver” (p. 136), são intencionais e específicas de cada povo, assim, a “corporeidade não se restringe ao corpo e o que ele apresenta, mas pressupõe diferentes tipos de comunicação social e também cosmológica” (p. 139). Quanto aos sistemas gráficos por exemplo, direcionam uma interação com o mundo sobrenatural e expansão visual para que possam ser percebidos. Os grafismos descendem de redes cosmológicas complexas, eles ocultam e revelam, traduzem uma “dialética do visível e do invisível” (p. 140), estabelecendo relações e acesso dos humanos a mundos distintos.

Ao analisar expressões corporais em eventos e em rituais xamânicos em sociedades indígenas, Muller (2013) elenca uma expressão não verbal que é constituída por representações sensíveis, e como a dança e o canto promovem o encontro do mundo dos humanos e dos espíritos. Ela deve ser entendida dentro da visão e ética de um povo. São sistemas expressivos pelo quais se revive, recria, reconstrói e remodela. Nas suas palavras: “seus conteúdos dizem respeito a valores éticos e estéticos, constitutivos das cosmologias (visão de mundo) e mitologias, bem como às relações sociais e contexto histórico” (p. 176). As performances indígenas estão entremeadas por sua tecnologia ancestral.

Figura 6 – Mulheres indígenas na COP28, em 2023, Dubai



Fonte: Fotografia de Estevam Rafael, in *Le monde diplomatique* Brasil, 2023.

Nesse roteiro de reivindicação, de alertas, os Movimentos Indígenas cunharam a frase “Nada sobre nós sem nós”, são os povos originários protagonistas na luta pela Mãe Terra. Consagraram, em 2023, a maior participação indígena em uma Conferência das Partes (COP), pois nela as mulheres indígenas performaram com seus corpos em atos de resistência — com suas pinturas, seus cocares e cantos não audíveis na imagem. Seus movimentos corporais-ancestrais reivindicam as discussões sobre o clima, a natureza e a vida no “mundo dos brancos”. Dentre elas, grandes lideranças e investidas em cargos políticos do Estado Brasileiro, a ministra Sonia Guajajara, a deputada federal Célia Xakriabá e Joenia Wapichana, presidente da Funai. Como define Diana Taylor “A política é um processo, um compromisso diário, uma forma de vislumbrar um futuro, uma feitura e uma coisa feita — o que, coincidentemente, também é a definição de performance” (Taylor, 2013, p. 223).

Performances indígenas entremeiam relações subjetivas e não são duais ou pensadas separadamente. Mas ao mesmo tempo que performam, seu corpo no “mundo dos brancos”, sinestesia as interações com os outros seres. Suas performances também intervêm no meio material e imaterial, onde agem os não humanos, ao reivindicar o mundo para Outros — um mundo que não seja compartimentado ou cindido, conforme apontou Fanon (1968), compartimentado e cindido em “humanidade”. As danças, as músicas, as pinturas e todos os seus artesanatos irrompem uma política construída longe das lógicas cartesianas em um plano de racionalidade. O entremear indígena é sofisticado e ancestral, e nos convidam e mostram outra maneira de fazer política e de lutar pela vida, pelo futuro ancestral.

Performances de resistência se constituem ao reivindicar direitos plurais e ao futuro, através do território, da luta pela Terra e pela existência das subjetividades humanas. O movimento indígena, assim como o maracá apontado por Viveiros de Castro, é um acelerador de partículas. O corpo indígena é um acelerador de partículas. Quando se move produz energia se consagrando como Outras subjetividades que se articularam desde que o mundo não existia (Krenak, 1992), produz mais energia cósmica e reivindicam suas existências.

Os movimentos indígenas em suas performances despontam de suas memórias corporais ancestrais e de suas tecnologias cosmológicas, dobram o tempo ao despontar a ideia de que se há um futuro ele é ancestral. As performances indígenas não existem apenas em contraposição ao discurso hegemônico, elas existem em si, por si e para si, e

a contraposição ao mundo dos brancos não é seu fundamento relacional, mas passa a ser parte dele quando há um risco eminente de o céu cair.

Considerações finais

Espero ter conseguido uma inquietação que destaque o papel da História Indígena e a importância da reflexão crítica de historiadores e historiadoras frente às crises climáticas. Nessas tessituras de pensamentos, podemos entender que performance é a investigação do corpo em seu ato, seja falando ou em silêncio, seja qual for sua vestimenta, e qual for sua reivindicação. Performance é um recurso didático que também alerta seus espectadores sobre a queda do céu, a crise climática e o respeito às outras existências que asseguram a vida. Neste caso, refere-se ao compromisso do ato em chamar a atenção.

Fica aproximada a percepção de que as performances indígenas na História outras ativações não visíveis, mas sinestésicas, nas experiências plurais de diversos povos ao defenderem que somos natureza. Performances indígenas são aceleradoras de partículas, produzem energia e também podem ser vistas enquanto paraquedas coloridos ao alertar e reconhecer as crises nas quais estamos inseridos.

Ainda que atos de transferência ao longo da história se revistam em novas roupagens, em novos atores, carregam consigo reivindicações aproximadas e memórias corporais ancestrais. Os povos indígenas, ao longo do projeto-processo colonizador, performaram ações de resistência contra os esbulhos, as expropriações e outras formas de opressão. Performance não é um movimento recente, está circunscrita nos movimentos indígenas, na luta pela terra, pelo território e pelas suas territorialidades. Nesse sentido, o mundo dos brancos e as crises climáticas são tensionados pelas performances indígenas que buscam nos alertar sobre a queda do céu e nossas maneiras de pensar humanidade e existência. Ailton Krenak e Davi Kopenawa se tornaram expoentes entre tantos outros que nos alertam sobre a nossa permanência enquanto parte do organismo vivo chamado Terra, ao apontarem a necessidade de avaliarmos como nos portamos dentro de sociedades de consumos de massa e de produção de desigualdades.

O fim do mundo é também quando a possibilidade de outras existências que não se encerram no conceito de humanidade é negada. Ele transcorre a existência material e epistêmica. Escapar desse fim, adiá-lo, é exatamente compreender a existência de uma pluridiversidade de humanos que sentem o corpo como território e o território como seu corpo. Onde a existência não é guiada pelo consumo e mercantilização da vida. Se o fim

do mundo é real e prorrogável, precisamos descobrir. Outros céus já caíram, precisamos continuar mantendo o nosso céu suspenso, e os povos indígenas são guardiões incontestes da floresta, mas sofreadores diretos das ações do mundo dos brancos.

Em Ailton Krenak, um futuro ancestral reflete sobre teorias indígenas e movimentos indígenas estarem em confluência e em performances. Teoria e prática não se separam dentro das cosmologias originárias. Assim, podemos colocar paraquedas coloridos e contemplar os sonhos como instituição política de sobrevivência. Se o céu está caindo, os povos indígenas avisam há muito tempo. A suspensão do céu ocorre com cantos e danças, através de performances indígenas de resistência na História. Em performances indígenas seus corpos, adereços e grafismos completam uma rede de diplomacias para negociação com os “brancos”. Ao passo que performances de alertas sobre as crises climáticas se fazem com relatórios, coletivas de imprensa e dentre outras maneiras, nas movimentações indígenas elas se concatenam aos elementos ancestrais dentro de uma rede espiritual e operacionalizam um fazer e sentir política sofisticados.

Assim, os movimentos indígenas de diversas regiões do país, com distintas línguas e culturas, se encontram em lutas comuns, performando em uma cena nacional e internacional através de atos políticos que refletem sua ancestralidade e reivindicações, e que impactam sobre seus territórios, suas existências, mas também sobre as nossas existências.⁷ Conter a queda do céu, ou adiar o fim do mundo não tá desconectado de pautas que tensionam pensar o racismo, o machismo, a transformação da natureza em mercadoria, e outras fronteiras de “humanidade” que sub-humaniza os Outros, aqueles que querem fazer parte do processo de contínua colonização de seus corpos. A queda do céu permeia dos sentidos filosóficos ao plano da materialidade, e para contê-la precisamos compreender o que de fato é um Futuro Ancestral.

Referências

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. TradUcción de Cecilia Olivares Mansuy. Universidad Nacional Autónoma de México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). 239-276. In: Albert, Bruce; Ramos, Alcida Rita. *Pacificando o branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

CARLSON, Marvin. *Performance*: uma introdução crítica. Tradução: Thais Flores Nogueira Diniz, Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S.A., 1968.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Corpo e alma do Brasil: Direção do Prof. Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972.

HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. p.25-60. In: Albert, Bruce; Ramos, Alcida Rita. *Pacificando o branco*: Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 201-204, 1992.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KUMARUARA, João. Instagram. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6rk95Kpohf/>. Acesso em: 16 de jun. de 2024.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

MÜLLER, Regina Polo. Performance, corpo e ritual entre os Asuriní do Xingu. In: RAPOSO, Paulo et al (Ogr.). *A terra do não-lugar*: diálogos entre antropologia e performance. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e Amércia Latina. In: *A colonialidade do poder, eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Clacso, Cosejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 01 de maio de 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, nº 37, 2002.

SCHECHNER, Richard. 2006. “O que é performance?”, em *Performance studies*: na introducción, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/378/o/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf.

Acesso em: 02 de jun. de 2024.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SELVAGEM ciclos de estudo sobre a vida. *Conversa na rede - Partículas particulares – Ailton Krenak e Eduardo Viveiros de Castro*. You Tube. 45min46s.. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wp5NlnNE4BI&t=413s>. Acesso em 05 de jun. de 2024.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TAYLOR, Diana. *¿Qué es una performance?* VIA X. You Tube, 21min e 26s. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=to9jSVcj6KU>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

TAYLOR, Diana. Cidadania em performance: os artistas vão às ruas. In: RAPOSO, Paulo et al (Ogr.). *A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TERENA, Maurício. *Quem são os novos cabrais do século XXI vestidos ternos e paletós?* Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). 06 de junho de 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/06/06/quem-sao-os-novos-cabraais-do-seculo-xxi-vestidos-ternos-e-paletos/>. Acesso em: 16 de jul. de 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O chocalho do xamã é um acelerador de partículas”. In: Encontros. 1999.

Imagens

FIGURA 1. *Ailton Krenak discursa na Assembleia Nacional Constituinte em 1987*. Em Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/07/onu-apib-cimi-denunciam-medidas-anti-indigenas-questionam-governo-brasileiro/> Acesso em 05 de jul. 2024.

FIGURA 2. *Tuíra confronta presidente da Eletronorte em uma reunião no ano 1989*. Amazônia Real; Foto de Potássio Nêne, em Estadão Conteúdo (1989). 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo/>. Acesso em 05 de jul. 2024.

FIGURA 3. *Seca no Rio Negro, Amazonas, em outubro de 2023*. Fotografia de Bruno Kelly/Reuters, 2023, em Deutsche Welle (DW). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/impactos-da-seca-extrema-na-amaz%C3%B4nia-devem-se-estender-por-meses/a-67213481>. Acesso em 05 de jul. 2024.

FIGURA 4. *Cheia histórica no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e região metropolitana, no ano de 2024.* Fonte: Fotografia de Mauricio Tonetto/ Secom, em Folha de Pernambuco, 2024. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/chuva-vai-voltar-ao-rio-grande-do-sul-veja-a-previsao-para-todo-o/336373/>. Acesso em 05 de jul. 2024.

FIGURA 5. *Liderança indígena, Arnaldo Kumaruara, passa tinta de urucum no rosto de defensor da Ferrogrão.* Instagram (imagem publicizada). Fotografia retirada de vídeo por João Kumaruara, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6rk95Kpohf/?locale=uken1>. Acesso em 05 de jul. 2024.

FIGURA 6. *Mulheres indígenas na COP28, em 2023, Dubai.* Fotografia de Estevam Rafael, in *Le monde diplomatique* Brasil, 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/cidade-do-futuro-ancestralidade-cop28/>. Acesso em 05 de jun. 2024.

Artigo Recebido em: 18/12/2024

Aprovado para publicação em: 27/05/2025

Editor(a) Responsável: Maria Cecília Teixeira Miranda

¹ Quando inúmeros povos indígenas, nações indígenas, se depararam com a chegada dos famintos de capital, tiveram de arranjar palavras para aquele extraterrestre barbudo e vestido. Para os Guarani no século XVI ele ficou conhecido como Juruá, para os Kulina, na Amazônia do século XIX, ele ficou conhecido como *karia*, para os Huni Kuin, *nawa*. Este alienígena foi articulando o encontro colonial ao decorrer dos séculos.

² Na atualidade, palavras vão ganhando mais similaridade em nosso cotidiano, como ecoansiedade, refugiados climáticos, ondas de calor, racismo ambiental, justiça climática e dentre outras.

³ Dentro do contexto das emoções como atos políticos penso através de Sara Ahmed (2015).

⁴ A colonialidade do poder, pensando em Quijano (2002 e 2005) é o processo de colonização continuado desde a instauração do processo de invasão colonial-moderno das Américas. A colonialidade do poder se amparou na racialização dos corpos, controle do trabalho e põe o Capitalismo como universalização da exploração. A colonialidade do saber coloca no cerne o Ocidente e sua produção de conhecimento enquanto universal, dessa maneira, os conhecimentos Outros não atestam relevância ou atestam produção de conhecimento científico, tecnológico ou conceitos capazes de pensar suas próprias realidades.

⁵ Tuíra *Mëbêngôkre* (Kayapó) faleceu em 10 de agosto de 2024, aos 57 anos, ocasionando uma comoção nacional através de seu legado na luta pelos direitos indígenas.

⁶ Essas frases são cunhadas dentro do movimento indígena e são repertórios apresentados por lideranças indígenas como Célia Xakriabá, Joziléia Kaingan, Sônia Guajajara, Kaê Guajajara e tantas outras e outros, disseminadas nas movimentações anuais e em suas redes virtuais.

⁷ Em contexto nacional e internacional o Movimento Indígena, em suas amplas frentes, tem denunciado a interferência de seus direitos originários, sobretudo na invasão de seus territórios pelo garimpo, o desmatamento e a poluição dos afluentes de onde tiram sua subsistência. Constantemente o judiciário brasileiro tem sido acionado para discussões que envolvem a vida de todos os povos indígenas no país, uma delas é o Marco Temporal (Projeto de Lei 490/2007) que visa firmar a falaciosa tese de que não têm direito as Terras Indígenas, grupos indígenas que não estivessem nas áreas delimitadas antes da Promulgação de 1988. Outro mais recente é o Marco da Morte (Projeto de Emenda Constitucional 48/2023). Já é comprovado que as Terras Indígenas são grandes proteções ao planeta por suas reservas de carbono, produção de oxigênio e espaço de diversidade de fauna e flora.

CAROLINAS: “A Mulher Negra Periférica no Mundo do Trabalho na Obra ‘Quarto De Despejo’ de Carolina Maria de Jesus”

“CAROLINAS: ‘The Black Woman from Periphery in the World of Work in the Literary Work ‘Quarto de Despejo’ from Carolina Maria de Jesus”

Bruno Eduardo Silva¹
Magna Lima Magalhães²
Daniel Conte³

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar algumas considerações sobre o lugar da mulher negra no mundo do trabalho, a partir da análise dos diários da escritora Carolina Maria de Jesus, publicados na obra “Quarto de Despejo” em 1960. A partir das contribuições da micro-história e da Literatura é possível deslocar corpos e personagens à categoria de sujeito, compreendendo que suas expressões e formas de significar sua subjetividade possuem valorização para compreender dinâmicas sociais e contexto precisos. Desta forma, a relação com a categoria trabalho atravessa a obra de Carolina do início ao fim, em uma relação precária que interliga tal prática a busca por sobrevivência.

Palavras-chave: Mulheres negras, Micro-história, Literatura, Trabalho, Favela.

Abstract: This article aims to identify some considerations about the place of black women in the world of work, based on the analysis of the diaries of the writer Carolina Maria de Jesus, published in the book *Quarto de Despejo* in 1960. Drawing on the contributions of micro-history and literature, it is possible to reposition bodies and characters as subjects, recognizing that their expressions and ways of signifying their subjectivity hold value for the understanding of social dynamics and specific contexts. In this way, the relationship with the category of work runs through Carolina's writings from beginning to end, in a precarious relationship that links such practice to the struggle for survival.

Keywords: Black women, Micro-history, Literature, Work, Favela (Brazilian urban slum).

Considerações iniciais

A discussão sobre o lugar da mulher negra no mundo do trabalho, a partir da análise dos diários da escritora Carolina Maria de Jesus, publicados na obra “Quarto de Despejo” em 1960, é, à primeira vista, finalidade deste estudo, embora a transversalidade crítica se imponha em determinadas situações. A análise teórico-crítica da materialidade ficcional filtra a categoria trabalho e os deslocamentos sociais do corpo feminino negro,

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, bolsista financiado pela CAPES. E-mail: mr.brunoeduardo@gmail.com; ORCID-id <https://orcid.org/0000-0003-3567-0859>.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: magna@feevale.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>.

³ Professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danielconte@feevale.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4251-3299>.

de objeto a sujeito (hooks, 2019). Para tanto, faz-se necessário perguntar: o que significa ser uma mulher negra e periférica neste contexto? A proposta não se refere a deliberar a profundidade deste debate, mas, sim, designar algumas provocações e reflexões presentes em tal literatura.

Sobre o termo Carolinas, o título vem de dois projetos brasileiros: o primeiro um documentário intitulado “Nós, Carolinas – vozes das mulheres periféricas” de 2017, realizado e produzido pelo coletivo “Nós, mulheres negras”, de São Paulo. E o segundo, a campanha do “Projeto Carolinas”, de 2020, promovida pela Nação Basquete de Rua (NBR), e pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Em ambas as ações, delimitou-se uma singularidade de público: mulheres negras, mães solteiras e periféricas, usando como inspiração e referência a vida da autora Carolina Maria de Jesus.

Nessa ambientação, Carolinas torna-se um grupo bem específico nos debates sobre gênero no mundo do trabalho. Bebel Nepomuceno (2012), em relação ao protagonismo ignorado das mulheres negras, adverte que no interior do movimento de luta das mulheres, a ausência de coletividade e igualdade, acentuada pela discriminação étnico-racial gerou considerável desequilíbrio, com nítidos privilégios para as mulheres brancas e evidentes exclusões para as negras. Discriminadas, estas últimas, buscaram suas próprias estratégias e caminhos para a sobrevivência.

Neste quadro, conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), o apagamento da “negritude” como categoria política no interior dos debates de gênero trouxe em consequência a universalidade do movimento das mulheres. Desta abordagem resulta uma série de problemas, que envolvem a invisibilidade, a subordinação e discriminação de classe, raça e gênero. Em resposta, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, despontou para o rompimento de uma visão monolítica de análise.

A conceituação da interseccionalidade é fundamental para este estudo pois, parte do entendimento em que a discriminação de um grupo pode ser composta por fatores múltiplos. Em suma, compreende as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas” (Crenshaw, 2002, p. 177). Sendo agravadas de forma estrutural na vida de muitas mulheres, que tem seus corpos oprimidos por uma política de desempoderamento.

Ao adentrar o universo feminino, identifica-se para além das discussões de gênero, as considerações sobre raça e classe (Davis, 2016). Na trama, a subjetividade de Carolina imprime sua luta diária por sobrevivência, identificando que “mulheres de grupos sociais distintos, viveram-na de maneiras diferentes e ritmos variados: partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo” (Nepomuceno, 2012, p. 382-383). Desta forma, “Carolinas” refere-se a um grupo de mulheres negras que viveram e vivem sob a condição de resistência, nas mais diversas dinâmicas sociais, em esferas públicas e privadas.

Para tanto, esquadriñar e analisar com profundidade tal cenário, foi possível por meio das contribuições metodológicas e teóricas da micro-história, que foram propostas por historiadores como Giovanni Levi (1939) e Carlo Ginzburg (1939). A micro-história problematiza conhecimentos abrangentes, não se opondo aos qualificados trabalhos — que servem aqui de excelente condução para análise — mas instituindo um caráter de complementariedade. Nessa ordem, a redução de uma escala de análise, permitiu a identificação das dinâmicas sociais percorridas pela personagem na obra. Associando o contexto nacional do período, buscou-se entender a partir do cenário micro, as relações de trabalho em um universo imaginário de Carolinas.

A importância da microanálise está na sensibilidade do método, no tocante ao tecido mais humano da história, que é cerzido nos foles da memória. A natureza do objeto literário, neste aspecto, na sua narratividade artística, ficcional, ligada ao imaginário subjetivo do narrador, entra mutuamente em diálogo com o contexto histórico (Pesavento, 1999), dando marcha à espiral contínua e processual da ficcionalização dos signos do real, o que vai mover as significações do imaginário. A partir destas interações, os diários de Carolina pontuam as emoções, as impressões e as interpretações íntimas de um recorte tempo-espacial preciso. Destes escritos, abre-se, um microcosmo de dinâmicas e relações sociais, que são desenhados pelo olhar de uma mulher negra e favelada.

Na intimidade, do tipo de escrita, alguns elementos ficam evidentes: falar, por exemplo, em violência racial, desencadeia questões muitas vezes abstratas, mas, que em “Quarto de despejo” se manifestam no cotidiano, no trabalho e na pele da personagem. Tanto a precarização do trabalho, como as relações sociais da catadora de papéis, escancaram um racismo com rosto e classe social, rasgando o mito do paraíso nos trópicos, que nada tem de harmônico e democrático. Pelo contrário, silencioso e camuflado, o preconceito racial (Schwarcz, 1998) está no cotidiano, afetando a vida de muitas Carolinas que atravessam cidades e trabalham para sobreviver, pensando vida e

trabalho no mesmo novelo das emergências que a condição étnica e a conformação econômica lhes lastreiam.

A mulher negra no mundo trabalho

Ao longo da segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1960 e 1970, os estudos históricos, influenciados pelo movimento da Nova História introduziram ao debate acadêmico a emergência de uma História das mulheres. Desencadeada por fatores científicos, sociológicos e políticos, esta modalidade compreendeu inicialmente a questão: “Mas as mulheres? O que se sabe sobre elas?” (Perrot, 2007, p.20). Tais questões, aliadas às reivindicações do movimento feminista, gestaram novos rumos para o campo histórico, redesenhando cenários e ressignificando suas personagens.

Recentemente a história das mulheres passa, no Brasil, por novas reivindicações no interior do seu movimento. No século XX se destacam os estudos de Maria Beatriz Nascimento, Lélia González e Sueli Carneiro, que contribuíram para a resistência e fortalecimento do movimento das mulheres negras. Assim, novas gerações de ativistas negras fizeram da interseccionalidade uma forte ferramenta analítica para expor os sistemas de dominação, exploração e marginalização que operam sobre as experiências individuais das mulheres brasileiras.

Neste modelo analítico, enquadra-se também, os estudos da filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), que versa sobre o feminismo negro, trazendo à cena questões como a discriminação racial, à qual diferencia a sua experiência de vida na sociedade. Entender que o feminismo negro caminha em direção a um projeto democrático, é um debate que vem sendo colocado em pauta nas discussões acadêmicas, de modo que a sociedade esteja a caminho do entendimento, em que pese sua incipiência, do teor reivindicatório dessa proposta e das discussões que dela emergem.

Djamila Ribeiro (2018), em seu trabalho “Quem tem medo do feminismo negro?”, ressalta a importância do lugar de fala destas mulheres, ao passo que tais temáticas devem, também, ser do interesse masculino. Assim, qual público deveria ser mais interessado por tais abordagens, se não aquele que mais propaga o sexismo? A resposta é simples, feminismo é um debate que sim, envolve homens, assim como o racismo operacionado pela branquitude (Ribeiro, 2018), destacando que os grupos que mais proliferam o preconceito, devem ser aqueles que mais precisam ler, conhecer e debater sobre.

Nesta direção, a ocupação de espaços e a atuação social da mulher negra, passa a se diferenciar das experiências das demais, por justamente, ter uma trajetória e caminhada marcada não só pela discriminação de classe e gênero, mas, também, de raça. Michelle Perrot (2007) destaca que o trabalho sempre esteve presente na vida feminina, seja no âmbito doméstico, no industrial ou no rural. Contudo, é fundamental acrescentar, conforme assevera Maria Dias (2012), que a identificação e a concepção da negritude foram estruturadas pelo sistema escravagista, o qual concebia estes corpos enquanto uma mercadoria, em uma representação elíptica da objetificação humana. Neste ponto, há uma diferença no pensar as mulheres e suas relações com o trabalho.

Conhecida por uma série de produções acadêmicas sobre a interconexão das opressões de gênero, raça e classe, a filósofa Angela Davis (2016) pontua que a função da mulher negra no sistema escravagista, assim como a dos homens, era medida pela força de trabalho, considerando-a uma propriedade de seu senhor. Logo, a inserção da mulher negra no mundo laboral, após a abolição da escravatura, foi definida pela associação de sua antiga função, por uma estrutura social de base racista. Em suma, “por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas” (Davis, 2016, p. 98), que as enquadrava na sua antiga ocupação, remetendo ao posto das mulheres escravizadas que trabalhavam no interior da casa grande.

Em semelhança ao caso estadunidense, a abolição da escravatura foi um importante marco jurídico no Brasil. No entanto, como afirma a historiadora Lilia Schwarcz (1993), sua implementação foi defeituosa, com sérios problemas sociais em relação a reinserção dos indivíduos na sociedade, experimentando no corpo social do sujeito negro uma experiência perversa e devastadora do imaginário humano. A autora chama a atenção para as relações de trabalho no século XX, em que estavam longe de algo equânime, uma vez que a discriminação racial associava na dicotomia “patrão e empregado” a lógica “senhor e escravizado”.

Não distante e alheia à elite econômica, a narrativa literária, cinematográfica e teledramatúrgica brasileira reforçaram por meio de suas materialidades a posição da mulher negra no ambiente de trabalho. Quando não ocupava as ruas, as personagens das mendigas, das vendedoras ambulantes estavam na cozinha, na condição performática que lhes fora atribuída: a de empregada, a de cozinheira e a da faxineira. Para além de obras que se ocuparam da temática da escravidão, a mulher negra, nem no âmbito da ficção, escapou de leituras discriminatórias de seu corpo.

Referente ao mundo do trabalho, George Andrews (1998) acrescenta que a manutenção de imigrantes europeus e negros brasileiros nas indústrias paulistas favorecia

o trabalhador branco com mais chances de alcançar funções técnicas, enquanto o outro estava predestinado ao trabalho braçal. Analisando o cenário carioca, Sidney Chalhoub (2001) adverte que a abolição liberou mão de obra para a cidade, resultando no fenômeno do inchaço das metrópoles com superabundância em oferta de mão de obra. Logo, neste contexto, decorrem competições que se manifestam por disputas entre os trabalhadores, para conseguir algum benefício com o patrão, gerando um palimpsesto narrativo de cunho racialista.

A inserção da mulher negra no mundo do trabalho, consoante à Bebel Nepomuceno (2012), foi um processo ligado à sobrevivência de um grupo muito específico dentro da sociedade brasileira. Sabe-se que o movimento feminista negro ganhou força nas primeiras décadas do século XX, a partir de organizações como do próprio Movimento Negro, assim como pelas políticas trabalhistas do governo de Getúlio Vargas (1930-1937). No entanto, estes corpos se movimentam por sobrevivência, por se encontrarem em condições extremamente precarizados e violentados, negligenciados pelo Estado.

Uma das questões que exemplificam tais hostilidades são os critérios raciais na seleção de empregadas domésticas. Adotados por anúncios, que buscavam mulheres para o serviço de casa, com preferência em contratar “mulheres de boa aparência”, o que excluía por definitivo as mulheres negras (Nepomuceno, 2012). Assim, como observa Maria Dias (2012), para as mulheres negras, sobreviver frente a tais exclusões e violências simbólicas, já poderia ser considerada uma vitória.

Relegadas à sobrevivência, antes e depois da abolição, rejeitadas pela sociedade civil sem postos laborais, essas mulheres, juntamente com outros corpos foram excluídos e varridos dos centros urbanos; obrigadas a buscar formas alternativas para resistir às violações permanentes, eram premidas a assumir o papel de mantenedoras do lar, principalmente aquelas que eram mães solteiras, provedoras do sustento da família (Nepomuceno, 2012).

Desta forma, quando vislumbrado o quadro temporal da década de 1950, precisamente em meados de 1955 e 1958, a obra “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus, enquadra-se em tal contexto de resistência. O ambiente migrado pela personagem foi a favela do Canindé em São Paulo, lugar para onde eram despejados tudo e todos aqueles que não podiam mais habitar nos centros urbanos.

A criação de um quarto de despejo

Antes da generalização do termo “favela”, advinda do Morro da Favela no Rio de Janeiro, os morros que cercavam as grandes metrópoles, contavam com habitações simples, casebres e choupanas precárias (Almeida, 2016). A precariedade da moradia é expressa pela narrativa da personagem Carolina de Jesus (2014), ao salientar que sua habitação não poderia ser chamada de casa, “era um barraco”, cercado por excrementos. A descrição da favela por Carolina, encerra um cenário de grande insalubridade, precário e hostil, com cheiros horríveis, vizinhos barulhentos, onde os embates e a violência rasgam o cotidiano.

As imagens que trazem a representação do espaço da favela são construídas aqui por duas dimensões: a obra literária e a narrativa historiográfica. Ambas em complementariedade, destacam os efeitos da rápida transição da cidade para um novo modelo de industrialização e urbanização nas décadas de 1940 e 1950. Com efeito, a migração populacional das regiões norte e nordeste para os centros urbanos, devido ao êxodo rural, interferiu no afluxo de habitantes nas favelas, alterando também o quadro de composição étnica urbana com o aumento de grupos de origem africana e indígena (Martins, 2015).

A organização social urbana, neste contexto, produziu novas formas de representar a cidade e significar a população. A marginalidade passa a ser discriminada nesta cena, enquanto conjunto de pessoas ligadas à pobreza e à ociosidade.

A relação entre ociosidade e pobreza está intimamente relacionado à taxa de desempregados, no período em que muitos libertos passam a buscar formas alternativas de sobrevivência (Chalhoub, 2001). Neste ponto, os indivíduos que no 13 de maio de 1888 são considerados “livres”, no início do século XX são rejeitados pelos empregadores e enquadrados na vadiagem, uma espécie de má ociosidade, considerados uma ameaça à população civil. Sidney Chalhoub (2001), em seu trabalho subsidiado por processos criminais, constata um significativo percentual de sujeitos que eram rotulados como marginais à sociedade.

A marginalidade, pode ser vista aqui, enquanto um conceito deste cenário urbano e moderno, que cai sobre o sujeito julgado marginal à lei. Rafael Almeida (2016) acrescenta que a organização espacial da cidade se orientou em parte pelo movimento sanitarista, envolvendo não só o fim dos cortiços, mas varrendo indivíduos e práticas antropológicas para os morros do Rio de Janeiro no início do século XX. Ironicamente, a solução para a crise sanitária adotada por higienistas e pelo governo brasileiro, foi deslocar esta população e afastá-la dos centros urbanos. No entanto, isso não eliminou a

insalubridade, o foco de doenças e a exposição dos corpos marginais à precariedade do urbano.

Estes lugares funcionaram, portanto, como um espaço para despejar tudo o que era rejeitado pela sociedade. Nas palavras de Carolina de Jesus, a favela era o “quarto de despejo” ambiente sujo e esquecido pelo poder público. Cícero Filho e Luciana Borges (2022) em seu estudo intitulado “Quarto de despejo de Carolina de Jesus: importância e contribuição para a literatura brasileira” destacam a exposição de dois mundos pela narradora: o burguês e o espaço da favela. Este último, formado na precariedade de extremo estado de pobreza e violência.

A personagem apresenta-se enquanto objeto deslocado, que na inconformidade com o ambiente habitacional se autocaracteriza por virtudes que diferem de seus vizinhos. Em suma, ela levanta críticas à ociosidade, à promiscuidade e a todo estado de miséria das demais personagens, destacando, por conseguinte, sua conduta comportamental frente a estas. Carolina expressa no trabalho e no deleito do estudo e da escrita, sua diferenciação, como uma peça que não deveria estar naquele espaço.

Desta forma, a exclusão das mulheres negras na cidade e o despejo destes corpos nas favelas, em momento nenhum as limitou em viver na concordância passiva com o sistema em questão, estabelecendo como natureza antropológica uma espécie de diáspora íntima. A luta por sobrevivência, levou estas mulheres a buscarem formas alternativas de subsistência. Contudo, considerando a precarização do trabalho de catadora de papel, a personagem resiste e seu trabalho pode aqui ser visto enquanto um ato de resistência, por desviar das imposições sociais, que além de sobreviver confronta o campo literário a partir das publicações de seus diários.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe, periférica e escritora. Assim, pode-se iniciar uma modesta descrição de um dos maiores nomes da literatura brasileira. Segundo Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000), Carolina nasceu em 14 de março de 1914 em Sacramento, no Estado de Minas Gerais, descendente e neta de negros escravizados. Seu avô chamava-se Benedicto José da Silva. Estudou aproximadamente dois anos no colégio Allan Kardec, matriculada pela sua mãe Maria Carolina de Jesus em 1923, onde o envolvimento e o interesse pela leitura e a escrita começaram.

É aguçado o olhar do professor e historiador Boris Fausto (2006), quando afirma que nas décadas seguintes, entre 1930 e 1940, a população brasileira subiu de 30,6

milhões de habitantes a 41,1 milhões. Concomitantemente, houve um aumento no fluxo migratório interno do país, com deslocamentos entre os Estados, principalmente para os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Neste contexto, em 31 de janeiro de 1937, Carolina chegou na cidade de São Paulo, indo morar no ano de 1948 na favela do Canindé, localizada às margens do rio Tietê.

Mãe solteira de três filhos, João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima, residiu e resistiu no interior da favela, após perder o emprego de empregada doméstica com a gravidez (Schumacher; Brazil, 2010). Em um lar monoparental, com ausência masculina, Carolina sustentou sozinha seus filhos, catando papel, latas, ferro e outros materiais recicláveis que foi juntando pelas ruas de São Paulo. Todas estas informações, foram registradas nos diários que escrevia, o primeiro registro data de 15 de julho de 1958, dia do aniversário de Vera Eunice (Jesus, 2014).

Em suas coletas de papel, Carolina encontrou muitos livros, indignada com o gesto da população em descartar esses materiais, ela os levava para sua casa e lia-os. Com a inconformidade do descaso que a vida na favela trazia, o sentimento de abandono, a fome e a miséria, Carolina fez escrita, poesia, textos, alguns publicados em jornais, mas a maioria em seus preciosos diários. No intento de publicar sua narrativa diária sobre a vida de favelada, a autora foi rejeitada algumas vezes, até que em 1958 conheceu o jovem fotógrafo e repórter Audálio Dantas, que a auxiliou no seu grande sonho, a publicação dos diários que ganhou formato de livro, publicado em 1960, com o título “Quarto de despejo – Diário de uma favelada”.

Sobre literatura caroliana, o pesquisador André Moreira, em seu artigo “Carolina Maria de Jesus e a representação de pobre em Quarto de Despejo” (2012), chama a atenção para o papel de representação desempenhado pelo discurso literário. Não que a literatura tenha limitada função, continua o autor, mas, cabe salientar que esta carrega um contexto social de produção (Moreira, 2012). Logo, a composição do arranjo textual é formada na intimidade do escritor, por elementos subjetivos e coletivos. Com isto, pode-se entender que os diários de Carolina possuem um expoente material representacional sobre o contexto vivido pela autora.

Assim, formula-se a relação com a micro-história que, por sua vez, contempla “a história dos momentos, das situações, das pessoas que, indagadas com olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor” (Lima, 2012). Em suma, essa episteme oportuniza uma leitura social do contexto, destacando na narradora o papel de sujeito protagonista. Embora a rejeição por parte da comunidade historiográfica global apontar às simplificações, comparações e confusões da micro-história, torna-se necessário uma

atenção em suas colocações. Isto porque, foram realizadas algumas comparações com a narrativa biográfica, com a História local, o estudo de caso, ou mesmo com uma pesquisa intencionada apenas em contextualizar trajetórias empíricas. No entanto, a prática micro-históricográfica, conforme Barros (2007), não deve ser definida propriamente pelo que se vê, mas pelo modo como se vê.

Nesta direção, o historiador não está interessado unicamente na trajetória do indivíduo como fim em si mesma, mas nos aspectos que podem levantar através de uma pesquisa micro-localizada sobre a vida deste sujeito. Seu olhar aproximado, como a metáfora da lente de um microscópio, permite observar a vida presente dentro de pequenas partículas sociais e culturais. Em nenhum momento esta se lança sob o aspecto macro. Ao contrário, colabora para a quebra de hierarquias entre metodologias de pesquisa, já que busca na sua essência o reconhecimento das práticas, das culturas localizadas para, então, entender processos e desdobramentos abrangentes, reconhecendo e legitimando a importância do macro na contextualização.

Com estas noções, Paulo Moreira e Marcelo Santos (2010) acrescentam que a microanálise, mesmo de origem experimental, possui potentes ferramentas teóricas. Isto leva a considerar o protagonismo do sujeito histórico, atuante e mesmo que submetido a uma ordem política e econômica, medida pelas relações de trabalho, exala força e reação. No caso de Carolina, ela deixa de ser apenas uma favelada, uma catadora de papel inserida e subserviente de um sistema determinante. A personagem, à revelia das narrativas do poder econômico e social que teimam em deixá-la nas dobras da memória, humaniza-se ao apresentar emoção, inconformidade, indignação e consolida em resistência sua força de trabalho.

Entendendo estas questões, compreende-se a importância desta abordagem para o objeto de estudo. Adentrar o cotidiano do Canindé, a partir do olhar de uma moradora, que vivencia, sente e reflete sobre o seu mundo, abre ao leitor uma porta que nenhum escritor, na tentativa de descrever esse lugar poderia abrir. Na trama, uma mulher negra favelada, que resiste as imposições sociais discriminatórias de gênero, raça e classe, sobrevivendo como catadora de papel. Esse movimento da autora, essa diáspora íntima, é um nítido caminho que ela se impõe ao ficcionalizar os signos do real, segundo Rancière (2019), para que a realidade lhe seja suportável desde o momento em que passa a entendê-la como uma narrativa ruidosa, hostil, mas passível de mudança.

Tocando no tecido: o trabalho de Carolina

A restrição de oportunidades e a exclusão do corpo negro, como anteriormente pontuado, designaram violentamente alguns destes indivíduos a ocuparem outros espaços. A disputa entre operários, os privilégios para brancos nas fábricas, a discriminação racial na seleção de empregados, apontam para um cenário de violência e poucas oportunidades de resistência para estes sujeitos. No entanto, a submissão não pode ser vista como hegemônica neste pensar. Bebel Nepomuceno (2012) mostra que nos anos 1940, reivindicações eram manifestadas pelo Movimento Negro organizado, sendo de importância destacar coletivos como a Imprensa Negra e a Frente Negra Brasileira.

Abrindo os diários de Carolina, toca-se de imediato no tecido mais puro da experiência humana e, ao mesmo tempo, mais doído. Isto pois, a descrição, carrega as marcas, a mensuração dos cheiros e uma sensação tátil dos eventos desenhados, sem nenhuma censura editorial. A violência, essa categoria que fica impressa no ato da negligência do Estado, na discriminação racial, na fome e em toda miséria e infelicidade presentes no cotidiano dos moradores do Canindé, percorre cada frase da obra. São nestes aspectos e nestes gestos micro sensíveis que pode ser identificado a constituição de um sujeito histórico, a partir de um objeto literário. O ano de 1955 as publicações limitam-se ao mês de julho. Logo nas primeiras páginas, a referência ao estado de miséria expressa a indignação da personagem, sinalizando a autodeterminação de Carolina, em detrimento das imposições de um sistema. Tais questões, são levantadas pela personagem que lança um olhar de inconformidade às condições socioeconômicas da favela e a negligência do Estado.

No abrir as cortinas do período, o Brasil passara em 1955 por eleições presidenciais, que elegeram Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com a historiadora Angela Gomes (2002), pensar o período de JK, é adentrar em um imaginário social estruturado por mitos como os “bons tempos” e “anos dourados”, que faz referência à visão desenvolvimentista do governo. Faz-se importante contextualizar que dois eventos traumáticos marcam este perímetro temporal do país: o suicídio de um presidente e uma crise financeira seguida por um golpe militar (Benevides, 2002).

É de se pensar, ainda, nos desdobramentos do populismo na figura do governo de Kubitschek. Maria Benevides (2002) chama a atenção ao projeto democrático do governo voltado às elites, ao fomento da modernização, ao desenvolvimento das indústrias automobilísticas, às ofertas de emprego e à fundação de uma nova capital. Tudo fazia parte do plano de metas “50 anos em 5”. No entanto, ao referir-se ao desenvolvimento de um país, desconsidera-se algumas realidades, como as favelas e tudo que envolve a dinâmica social da vida de seus moradores.

É nesta ordem epistêmica que Mariângela Alonso e José Tonioso, em sua pesquisa intitulada “Revisitando a cinderela negra: Literatura e História em Quarto de despejo” (2009) destacam a dicotomia social brasileira. Se de um lado o governo JK incentivou o desenvolvimento urbano; de outro, desconsiderou espaços como as favelas e as organizações urbanas marginais. Logo, fica entendido no âmbito político e social a ideia da marginalidade, representada pelos favelados que estavam à margem deste projeto desenvolvimentista.

Na denúncia literária, encontramos em Carolina de Jesus (2014), o que poderia ser debatido como uma marginalização dentro dos projetos do governo. De um lado um Brasil, que elegeu democraticamente um civil, que priorizou o desenvolvimento econômico e tecnológico e, de outro, um país que passava fome e vivia em condições de abandono, insalubres e miseráveis. Em trecho do diário, Carolina, registra o desprezo de parcela da população aos desdobramentos políticos: “Quando passei na banca de jornais li este slogan dos estudantes: Juscelino esfola! Adhemar rouba! Jânio mata! E câmara apoia! E o povo paga!” (Jesus, 2014, p.132).

A face de país democrático, harmônico e, agora, moderno; na favela encontra suas contradições. Carolina não economiza palavras, expõe a fome e a pobreza, metaforicamente encobertas embaixo do tapete no quarto de despejo. Em suma, suas palavras são construídas de uma consciência política e social, sobre o descaso do governo, assim refere-se:

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo em uma gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves na gaiola. E os favelados são os gatos. Tem fome. (Jesus, 2014, p. 30)

Consolidado em verso e música, Gabriel Moura, Jovi Joviano e Seu Jorge (2006) representam essa dicotomia na canção Brasis: “Tem um Brasil que é próspero; Outro não muda; Um Brasil que investe; Outro que suga” (Moura; Joviano; Jorge, 2006). Estes versos, apesar de não refletirem exatamente o período em questão, revestem tal situação vivida e representada nos diários da personagem, apontando a dualidade social do país. Assim, também, como por meio da literatura, Carolina descreve a violência constitucional brasileira, em que as políticas públicas não se fizeram atuantes, tão menos as de ordem trabalhista.

Nesta direção, o populismo, essa relação de aproximação de um governante com o povo de uma nação, esteve manifestado e expressado em repulsa pela catadora de papéis. Sendo nas épocas eleitorais, a manifestação assistencialista, juntamente com a

aproximação dos candidatos aos eleitores, era performado com ação e discurso. Carolina, assim registra:

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Candido Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (Jesus, 2014, p.32)

O descaso governamental não passou despercebido pelo lápis de Carolina, pois tinha ciência do compromisso do Estado com o povo. Provedora de um lar e mãe de três crianças, esta mulher, percorria as ruas de São Paulo, em busca de papel e qualquer outro material descartado nas lixeiras, para vender. Alguns trajetos, levam a catadora de papel, a percorrer algumas casas, fábricas e comércios, como sapatarias e bancas de jornal, onde ganhava papel ou míseros trocados. No dia 16 de junho, ela relata:

A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu cato no lixo eu saio para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os treze cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. (Jesus, 2014, p.12)

Nesta narrativa, o registro, destaca para além do estado de miserabilidade da personagem, uma categoria, por muitos ignorada, nos estudos sobre as relações de trabalho: a informalidade. Em uma pesquisa, sobre a precariedade da cadeia produtiva de materiais recicláveis, Bruno Arantes e Livia Borges (2013), mapeiam uma vasta bibliografia de estudos, que consideram a existência de trabalhadores informais que vivem no Brasil há muito tempo sobrevivendo de restos, catando comida no lixo, procurando qualquer material que possa vender por preços acessíveis para garantir sua subsistência, habitando um espaço de invisibilidade permanente.

Logo, estes estudos recentes discutem o cenário capitalista e da globalização na contemporaneidade; no entanto, tal cenário é derivado de um sistema estruturado historicamente no Brasil, que se relaciona com a criação das favelas e com a exclusão do corpo, principalmente o negro e o indígena do mercado formal de trabalho (Almeida, 2016). Contudo, uma questão fica: qual a categoria nas relações de trabalho que Carolina ocupou?

Como expõe Sidney Chalhoub (2001), tais práticas, uma vez que não se encaixavam ao modelo trabalhista do período, formalmente calcado nas relações patrão e empregado das indústrias, ou mesmo no serviço doméstico salientado por Bebel Nepomuceno (2012), são classificadas na marginalidade. O estigma do descarte, assim como sua atividade, relaciona-se com o sentimento social destes indivíduos. Carolina de Jesus (2014), assim descreve o sentimento de estar em um quarto de despejo. Descartada da cidade, discriminada nas relações trabalhistas, a autora salienta em outra passagem dos diários:

Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia. Tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. (Jesus, 2014, p.61)

Frente às imposições sociais que definem o seu lugar na cidade, Carolina pontua o trabalho enquanto meio de resistência para sobreviver. A representação da catadora de papéis é associada, pela própria autora, a uma mendiga ou indigente, que aponta para o estado miserável da sua estética, em que as circunstâncias da vida na favela a levam para estados sub-humanos, alimentando-se de restos e ossos. Desta forma, Gustavo Santos em seu artigo “Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada”, destaca que para Carolina, não há um horizonte existencial, pois, a existência do favelado é condenada a ter de suportar sua precária condição.

No entanto, estes corpos, não podem mais ocupar os debates coloniais sobre a imposição da lógica dominador e dominado (Santos, 2018). Desse modo, Carolina de Jesus rasga o tecido social e sua narrativa problematiza e reivindica espaços de fala, de legitimidade, e expõe a dor de ter um corpo violado pelas emergências do existir e pelo abandono do Estado. A personagem passa a ser sujeita de si mesma e na trama registra sua inconformidade com as condições de vida do seu cotidiano.

Nesta direção, pensar nas relações de trabalho da personagem, segue o mesmo desvio de leitura, no refletir a exclusão social do corpo feminino negro e periférico. Nos diários, o cenário da cidade corta e aproxima itinerários do mundo do trabalho. No passar pelas ruas a catadora de papel, identifica comerciantes e operários industriais. Em passagem descreveu:

Quando eu vi os empregados da Fabrica (...) olhei os letereiros que eles trazem nas costas e escrevi estes versos: Alguns homens em São Paulo.

Andam todos carimbados. Traz um letreiro nas costas. Dizendo onde é empregado. (Jesus, 2014, p.121)

A precariedade do trabalho que Carolina atua, a excluí do interior das relações sociais, mas, nos itinerários, a proximidade parece contornar a ideia de uma classe que independente da atuação tem nos centros urbanos seu ambiente de trabalho. Entre os percursos, a discriminação por ser catadora de papel é colocada pela personagem:

Saí a noite e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me: – Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco minha tia (Jesus, 2014, p.14).

A discriminação é uma operação presente nas relações sociais, manifestada nas expressões conexas de classe, raça e gênero, onde atua fortemente entre os sujeitos. A atividade de catar papel e outros materiais, foge à lógica de trabalho, quando não considerada por esta, passa a ser uma prática desviante e marginal, estigmatizada pelo preconceito e a violência (Arantes; Borges, 2013). A própria personagem, ao identificar outras práticas de sobrevivência na favela, acrescenta:

Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras (...) Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho. Tem as mães, que catam frutas e legumes nas feiras. Tem as igrejas que dá pão. (Jesus, 2014, p.19)

O trabalho entre estes indivíduos pode ser assim, associado a uma espécie de atividade ligada ao ato de sobreviver, desvinculando-se, momentaneamente, da ideia de produção de riqueza e recaindo na emergência da vida protelada. Sua única propriedade, nestes casos, é a força de trabalho, que é impulsionada pela necessidade do contexto. Em outras duas passagens, a autora destaca seu cotidiano e sublinha sua inconformidade:

Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir em uma casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que eu exerço. Já habituei-me a andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (Jesus, 2014, p.22)

Adiante segue no mesmo dia:

Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e a levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o

peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. (Jesus, 2014, p.22)

Enquanto catadora de papel, a consciência de Carolina, percebe na sua atividade, uma profissão, um trabalho, assim considerado por ela. A objeção, no entanto, se delinea na favela, na moradia e principalmente nas relações sociais entre os favelados. Neste ponto, estigmas e visões externas, caracterizam a discriminação de classe:

Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a quem tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse: – Nós vimos a fumaça. Também a senhora põe os sacos ali no caminho. Ponhe lá no mato onde ninguém os vê. Eu ouvi dizer que vocês lá na favela vivem uns roubando dos outros. (Jesus, 2014, p.27)

Interessante observar, neste último fragmento, as múltiplas leituras, que a obra expressa, sobre o trabalho e a moradia da personagem. A favela, este lugar dinâmico de continuidades e rupturas, desde o desmonte dos cortiços no final do século XIX e início do XX (Chalhoub, 2001), ao passo que é ressignificado, mantém dinâmicas e leituras como a hostilidade. O ponto da questão refere-se a que estes valores estão alicerçados em estruturas sociais, as quais, na dinâmica do tempo, não se apagam por definitivo.

Desta forma, a escrita literária, composta pela variedade de elementos subjetivos, deixa em registro, as dinâmicas sociais da personagem. Neste contexto de escrita, Carolina traz à tona a preservação de expressões discriminatórias na sociedade brasileira. Correntes influentes nas diversas instituições sociais como o Trabalho, que encerram um mercado de oportunidades para o povo brasileiro, mas que para as mulheres negras trouxeram exclusão, rejeição (Nepomuceno, 2012) e sofrimento permanente. Assim, pensar nas dinâmicas de tais corpos no mundo do trabalho, é uma reflexão que impele pensar as relações tais quais desenhadas por Angela Davis (2016), por meio do gênero, da raça e da classe social.

Considerações finais

A partir do exposto, é possível apresentar algumas considerações. De acordo com Angela Davis (2016) e Djamila Ribeiro (2018), no interior dos debates de gênero, é essencial reconhecer outras duas categorias que separam e subdividem a experiência feminina: a raça e a classe. Esta perspectiva interseccional, que atravessa a estrutura sociocultural brasileira, suas representações e identidades é “particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente

moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 176). Desta forma, o trabalho, esta instituição histórica é constituída socialmente em estruturas impostas. Isto refere-se à discriminação e aos discursos de liberdade no pós-abolição, constatando os impasses na inserção destas mulheres na sociedade.

Com os desdobramentos políticos, reconhece-se na abertura do mercado de trabalho, algo gradativo e segregado, o que foi evidenciado por Andrews e Nepomuceno. Neste aspecto, é importante elencar que o discurso democrático, tendeu a envolver em matéria teórica o povo brasileiro em sua totalidade; assim, aqueles que estão à margem, não são incluídos em tal proposta. Para além, conforme alerta Lilia Schwarcz, manchando a democracia brasileira, o racismo opera enquanto um instrumento silencioso e camuflado, praticado no âmbito privado e negado pelas representações de ordem pública.

No Canindé, a experiência humana foi de violência diária. Vivendo em condições sub-humanas, ao comer restos no lixo, se alimentar de ossos e, outras tantas vezes, passar fome. No entanto, a partir do recorte micro-histórico, identificou-se o protagonismo da personagem, sua consciência política e social, em detrimento de uma leitura limitada na dinâmica social de imposição e submissão. É possível identificar, desta forma, que a sobrevivência na favela, concomitante a uma produção literária, não limitou o corpo desta mulher em territorialidades.

Como contraponto, bell hooks (2019), sobre a identidade social das mulheres negras, destaca que se por um lado, a agressão do machismo e do racismo marcam a violência em seus corpos, isso não reduz sua subjetividade. Nesta direção, a obra “Quarto de despejo”, identifica nos gestos do cuidado da mãe, da não reciprocidade hostil aos seus vizinhos e da escrita literária, um rompimento de leitura sobre estas mulheres.

Com a profundidade e a sensibilidade do olhar da micro-história, através de uma obra literária, foi possível identificar as expressões de sobrevivência no trabalho de Carolina. Deslocando da sensação de ser um objeto do quarto de despejo, a poética da sua escrita, suas emoções e interpretações do cotidiano envolvem o aspecto humano da personagem, de um sujeito social que em seu trabalho como catadora de papel denuncia a precarização e a marginalização desta categoria. Como um conforto prazeroso, lutar e reinventar espaços são ações que se fecham no gesto da escrita, na sensação de pegar papel e lápis e escrever suas palavras e alcançar a redenção íntima de sujeito crítico pela ficção.

Ao debater as relações de trabalho da mulher negra, portanto, deve-se reconhecer a constituição de tais corpos e práticas, assim como o trabalho redobrado destas mulheres,

que além da subsistência, são mães e provedoras de um lar. Em essência, representa-se em “Carolinas”, a história de muitas mulheres negras, que viveram e vivem sob a condição de resistência, rejeitadas e silenciadas, mas, que não sucumbem diante das imposições. Conforme pontua Djamila Ribeiro (2018), ao debater tais relações sociais, é incontornável pensar para além de um discurso identitário de gênero. Deve-se, portanto, refletir sobre projetos democráticos na sociedade brasileira.

Artigo recebido em 24/07/2024

Aceito para publicação em 24/01/2024

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

Referências

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: A geografia histórica da invenção de um espaço*. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de geociências, departamento de geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALONSO, Mariângela Alonso; TONIOSSO, José Pedro Toniosso. Revisitando a cinderela negra: literatura e história em quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Revista Hispeci & Lema*, Bebedouro, ano I, n. 1, 2009.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes. Bauro: EDUSC, 1998.

ARANTES, Bruno Otávio Arantes; BORGES, Livia de Oliveira. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, 2013, p. 319-337, 2013.

BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OPSIS*, Goiânia, vol. 7, n. 9, p. 167-186, jul-dez 2007. Disponível em: [Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9336](https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9336). Acesso em: 15 jul. 2024.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela Maria de Castro. *O Brasil de JK*. Ed. 2, FGV: Rio de Janeiro, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Ed. III. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002, pp.171-188.

DAVIS, Angela Davis. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani.. Ed. I. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. Ed. I. São Paulo: Contexto, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ed. XII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FILHO, Cícero Barros Feitosa Filho; BORGES, Luciana. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: importância e contribuição para a literatura brasileira. *Revista Foco*: Curitiba, v. 15, n. 4, p. 1-18, nov. 2022.

GOMES, Angela Maria de Castro. *O Brasil de JK*. Ed. 2, FGV: Rio de Janeiro, 2002.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Ed. X. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: Flamarion, Ciro (org.), VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARTINS, Luis Carlos. Urbanização, industrialização e favelas: o Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*. São Paulo, v. 53, p. 210-226, Mai.-Ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25158> Acesso em: 05 de julho de 2024.

MOREIRA, André Luis Gomes. Carolina Maria de Jesus e a representação social de pobre em Quarto de despejo. *Universitas Humanas*: Brasília, v. 9, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MATHEUS, Marcelo Santos. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX). *CLIO*, Pernanbuco, v. 28 n. 2, Jul-Dez, 2010.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negra. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), PEDRO, Joana

Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. Ed. I. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: Diálogos da História com a Literatura.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XX, 1999, Florianópolis. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: julho, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?*. Ed. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS. Gustavo Alvarenga Oliveira. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: Testemunho de uma existência condenada. *PragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Rio de Janeiro. Ano 8, n. 14, mar. 2018.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Ed. II, Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“NÃO SOU ‘SHERLOCK’ DA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL, MAS SOU TESTEMUNHA DOS ACONTECIMENTOS”: Memória e Escrita Autobiográfica na Obra de Nair de Teffé

“I'M NOT A ‘SHERLOCK’ OF BRAZILIAN POLITICAL HISTORY, BUT I'M A WITNESS TO THE EVENTS”: Memory and Autobiographical Writing in the Work of Nair de Teffé

Bethânia Luisa Lessa Werner¹

Resumo: A partir de renovações interdisciplinares em diferentes áreas da historiografia, as biografias e autobiografias tornaram-se novamente objeto central nas pesquisas em história. Aliando essa perspectiva às reflexões sobre práticas de escrita feminina, o objetivo deste artigo é apresentar análises possíveis a partir da obra *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974) escrita por Nair de Teffé. Através da apresentação da personagem, da contextualização plural de suas memórias e das condições que a possibilitaram escrevê-las, evidenciam-se traços autobiográficos em seu livro, observando os silêncios, as escolhas narrativas e os porquês que fizeram parte de sua produção. Em diálogo com abordagens que pensam as relações entre os âmbitos público e privado, a escrita de si e a construção de uma representação de si através desta, apresentam-se, portanto, análises de elementos internos e externos à obra e suas potencialidades à pesquisa.

Palavras-chave: Nair de Teffé, Memória, Autobiografia, Escrita feminina, Escrita de si.

Abstract: Drawing on interdisciplinary innovations across various fields of historiography, biographies and autobiographies have once again become central subjects in historical research. Combining this perspective with reflections on women's writing practices, the purpose of this article is to present possible analyses of the work *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), written by Nair de Teffé. Through the presentation of the figure of the author, the plural contextualization of her memories, and the conditions that enabled her to write them, autobiographical elements in her book are highlighted, observing the silences, narrative choices, and the reasons behind her writing. In dialogue with approaches that explore the relationships between the public and private spheres, self-writing, and the construction of a self-representation through it, this article presents analyses of both internal and external elements of the work and their potential contributions to research.

Keywords: Nair de Teffé, Memory, Autobiography, Women's Writing, Self-Writing.

Introdução

A peça oratória foi assim composta; e, na redação final, Numa ficou muito contente com a habilidade da mulher. Encontrou muitas modificações felizes, muita frase bonita, e cheio de uma intensa alegria, perguntou:

– Você já escreve há muito tempo, Edgarda?

– Não, nunca escrevi. Porque? Respondeu a mulher com algum estremecimento na voz.

– Porque?... Porque tem muita coisa que você escreveu melhor do que eu.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Email: bethaniawerner@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6294-5535>.

– Pois você pode ficar certo de uma cousa: escrevi o que está no teu rascunho, modificando uma ou outra cousa, naturalmente (Numa e a Ninfa, 1956, p. 40-41).

O trecho acima foi retirado do romance *Numa e a Ninfa*, escrito por Lima Barreto e publicado em folhetins no jornal *A Noite*, em 1915 (*A Noite*, 18/03/1915, p. 4 e *A Noite*, 19/03/1915, p. 4). Enquanto possível retrato de uma sociedade, a obra apresenta diferentes personagens da Primeira República descritos pelo olhar do autor, crítico aos contextos econômico, político, social e intelectual da época. Na passagem destaca-se, no entanto, um dos elementos que buscaremos discutir ao longo desse artigo: a escrita feminina e, de maneira mais específica, a escrita de si.

A escrita enquanto ação com diferentes fins, quando caracterizada biográfica ou autobiográfica, considerando as especificidades destes gêneros, poucas vezes apresenta-se enquanto feminina. As motivações para isto, de acordo com Perrot, incidem no fato de que “o olhar voltado para si, numa fase de mudança ou ao final de uma vida, mais frequente em pessoas públicas que querem fazer um balanço de sua existência e marcar sua trajetória, é uma atitude pouco feminina” (Perrot, 2019, p. 28). Aliado a este aspecto, o contexto educacional brasileiro na Primeira República também não privilegiava o ensino ou o incentivo à escrita, apresentando altos índices de analfabetismo entre sua população, apontada em cerca de 81,9% de analfabetos e composta por 48,4% de mulheres, segundo o Censo de 1872.¹

No entanto, partindo das reflexões sobre o uso das categorias “mulher” e “mulheres” no âmbito das histórias das mulheres e dos estudos de gênero, apresentadas por Pedro (2005), consideramos as reivindicações que grupos heterogêneos de mulheres protagonizaram pelo reconhecimento de uma “diferença dentro da diferença” (Pedro, 2005, p. 82). Dessa maneira, tais reflexões se relacionam com a não homogeneidade da categoria “mulheres” nas narrativas históricas e nos olhares sobre o passado, sendo fundamental a compreensão sobre esta pluralidade. Ainda que o acesso ao saber fosse considerado “contrário à feminilidade” (Perrot, 2019, p. 91), existiram, neste cenário, mulheres que tiveram acesso a formações intelectuais e educacionais distintas à época, sendo estas primordialmente mulheres brancas e integrantes das elites. Contudo, essa formação passava por rigores que dialogavam com a formação do padrão feminino que buscava “instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma” e, da mesma forma, buscava formar estas mulheres “para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe” (Perrot, 2019, p. 93).

Nessa perspectiva, as práticas de escrita feminina, quando existentes, voltaram-se à modos de registros que relacionam estas mulheres “a sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (Perrot, 1989, p. 15). Ou seja, “escrever, para as mulheres, não foi uma coisa fácil”, sendo a maioria dos registros escritos femininos restritos “ao domínio privado, à correspondência familiar ou à contabilidade da pequena empresa” (Perrot, 2019, p. 97). Dessa maneira, a construção de relatos sobre o cotidiano privado esteve, muitas vezes, atrelada aos relatos sobre a própria trajetória das mulheres que o fizeram.

Contudo, a partir destas reflexões, no presente artigo buscaremos apresentar uma personagem considerada excepcional à época pela educação que recebeu, pelos lugares nos quais se inseriu, pelos caminhos que percorreu em sua trajetória, pelas caricaturas que produziu e pelos saraus dos quais participou: a caricaturista e primeira-dama, Nair de Teffé von Hoonholtz da Fonseca. Contemporânea do período em que Lima Barreto escreveu sobre o cenário do Rio de Janeiro, suas populações e costumes, ela foi personagem central de um dos períodos mais criticados pelo literato: o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca, entre 1910 e 1914, com quem Nair de Teffé foi casada entre os anos de 1913 e 1923. Assim, ao tornar-se primeira-dama em 1913 e ocupar essa função até o ano de 1914, a personagem se aproximou e vivenciou cotidianamente aspectos do cenário político do período. Sua trajetória, por sua vez, se fez a partir da circulação entre os âmbitos público e privado no cenário nacional.

Anterior a este momento, porém, outro aspecto a fez próxima da política, sua trajetória artística. Apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1886, nos seus primeiros anos de vida a família Teffé transferiu-se para a Europa devido a atividades políticas do Barão de Teffé, pai da personagem, retornando ao Brasil somente no ano de 1905. Assim, iniciada a partir de sua formação intelectual e educacional na França, com influências da *belle époque*, a trajetória de Nair de Teffé como artista foi marcada por seus estudos nos conventos do sul da França e pela finalização destes em Paris (Fonseca, 1974). Ali, formou-se artista e fez nascer *Rian*, pseudônimo adotado ao longo de toda a sua carreira. Ao retornar para o Brasil, da mesma forma, sua influência artística fez-se perceber por ter sido a primeira mulher caricaturista a publicar na imprensa brasileira, estampando em suas produções majoritariamente figuras masculinas e, não por acaso, relacionadas ao cenário político (e de seu cotidiano) da época.

Suas produções, por sua vez, são parte importante da obra publicada por Nair de Teffé em 1974, intitulada *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Ainda que em um período já distante daquele da Primeira República onde o acesso educacional às mulheres era

restrito, ao se propor a escrever um livro com uma proposta autobiográfica na década de 1970, a personagem apresenta aos(as) leitores(as) diferentes memórias que escolheu narrar e perpetuar sobre sua vida. Dividida em duas partes, o livro – tratado no âmbito desta pesquisa enquanto um conjunto de memórias – é constituído por uma primeira seção exclusivamente narrativa onde a personagem apresenta descrições e lembranças sobre sua família, amizades, sua carreira artística, seu casamento, envolvimento políticos e até mesmo relações não tão amistosas ao longo de sua trajetória. Nos silêncios e nas entrelinhas da narrativa de Nair de Teffê, portanto, a personagem busca elaborar, anos depois, uma produção de si a partir da escrita autobiográfica (Gomes, 2004, p. 11).

Já na segunda parte que compõe a obra, intitulada “Meus traços enfocaram grandes personalidades” são apresentadas diferentes caricaturas produzidas pela artista desde a década de 1910 até os anos 1960, nas quais é possível observar a predominância de figuras políticas masculinas como Nilo Peçanha, Almirante Alexandrinho, Washington Luiz, Café Filho, Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Costa e Silva, por exemplo. Nessa perspectiva, em diálogo com as práticas de escrita de si, consideramos que estas colaboram para evidenciar “como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão”, sendo decompostos os diferentes tempos e ritmos elaborados e transformados pelos personagens, os quais, agora, não são mais “apenas o ‘grande’ homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autorizava deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos” (Gomes, 2005, p. 13). Ainda que destacadas em alguns momentos na narrativa de Nair de Teffê, a centralidade das figuras masculinas é narrada a partir do olhar feminino, das escolhas e das subjetividades desta mulher que, em meio a eles, fez-se política e artista.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974) produzida por Nair de Teffê enquanto uma prática de escrita autobiográfica de si, analisando as escolhas narrativas da personagem, os silêncios e não-ditos, seu olhar de maneira retrospectiva à Primeira República e, da mesma forma, as diferentes temporalidades que perpassam a construção de sua narrativa. Buscamos, nesse sentido, refletir sobre a escrita feminina através desta produção a fim de “reforçar o compromisso político com a polifonia e com a pluralidade, de modo a ampliar o nosso repertório de referências histórias e, por conseguinte, de possibilidades futuras” (Schmidt, 2017, p. 49) não apenas à pesquisa e escrita da história mas também para o seu ensino.

A partir disso, o artigo divide-se em três seções seguintes. Na primeira, buscamos apresentar algumas reflexões sobre o processo de concepção da obra, elencando aspectos da trajetória de Nair de Teffê para pensar sobre a elaboração de sua narrativa como a sua

aproximação do cenário cultural, sua formação enquanto artista, os diferentes contextos pelos quais sua escrita transitou e as suas motivações para a publicação da obra. De modo a dar continuidade às reflexões, na segunda seção serão discutidos aspectos internos da composição do livro. Nesse momento, buscamos evidenciar os esquecimentos provocados pela memória, observando os silêncios e não-ditos presentes na narrativa, bem como quais foram as personalidades e situações lembradas pela personagem e de que maneiras estas são apresentadas e descritas. Ainda nesta seção, são apresentadas reflexões sobre o uso da concepção de verdade na escrita da personagem e a importância do cruzamento de informações contidas nesse conjunto de memórias com outras fontes para a pesquisa em história.

Por fim, a partir da análise apresentada, o texto discute as concepções teóricas presentes nas memórias de Nair de Teffé, bem como cuidados necessários ao uso deste tipo de fonte nas pesquisas em história, propondo reflexões sobre o uso de fontes autobiográficas femininas para a escrita plural de histórias.

A artista e a obra

Considerada uma exceção à época, a educação a que teve acesso a caricaturista Nair de Teffé ao longo de sua trajetória refletiu posteriormente não apenas em suas produções intelectuais, mas também em suas atuações políticas. Incentivada pelo Barão de Teffé, seu pai, que a considerava “menina-prodígio” (Fonseca, 1974, p. 15), a personagem teve contato com diferentes áreas do conhecimento desde cedo, como lembrou quando descreveu que “o que havia de enfadonho no Curso de Humanidades era largamente compensado pela literatura, declamação, música e as artes plásticas, pelos bons professores e pelos cursos de alemão, francês, espanhol, italiano e inglês” (Fonseca, 1974, p. 15). Ou seja, considerando o cenário em que “a maioria da população feminina no Brasil no início do século XX era analfabeta, Nair teve uma educação privilegiada e requintada” (Campos, 2016, p. 26), característica interseccionada aos valores patriarcais impostos às mulheres das elites neste período, as quais possuíam importante capital simbólico na manutenção do status e prestígio das suas famílias (D’Incao, 2006).

Contudo, a mesma educação que possibilitou com que Nair de Teffé se formasse intelectual e artisticamente em solo europeu, tendo expressivo destaque no Brasil quando do retorno da família ao país, também apresentou contrastes quando da concretização do seu contrato de casamento. Distinguindo-se das instruções femininas que privilegiavam a formação para a maternidade e para os cuidados com o lar, a personagem, ao ver-se

casada e, agora, primeira-dama, narrou em suas memórias seus primeiros momentos no Palácio do Catete: “Eu não sabia nada... nada [...] dos afazeres de uma dona-de-casa. [...] eu só entendia de arte, pintura, boas maneiras, leituras, festas, saraus de piano e dança”, acrescentando a esse fato que “Oscar, meu irmão, foi o culpado disso. Aconselhou-me a não deixar mamãe colocar aquelas coisas na minha cabeça. Falava em tom solene: – Você nasceu para ser artista, e artista não cuida de casa.” (Fonseca, 1974, p. 42). Sua educação, portanto, diferindo novamente do pequeno grupo de mulheres das elites que tinham acesso a algum tipo de instrução, a possibilitou a aproximação com outras esferas políticas, sociais e intelectuais, não apenas com a formação predominante às mulheres, as quais deveriam apresentar-se enquanto mães e esposas exemplares.

Nesse sentido, destacam-se também as motivações dos incentivos da figura paterna à educação da filha, tendo o Barão Ihe proporcionado “a aquisição de conhecimentos para que ela pudesse se portar nos ambientes mais elegantes que frequentasse”, considerando, por conta disso, o quanto a “independência econômica não era o objetivo da educação de Nair” (Campos, 2016, p. 27). Assim, suas relações com os âmbitos político e cultural, bem como com aqueles que faziam parte destes, foram impulsionadas por sua proeminente trajetória artística e por sua posição social, bem como a de sua família naquela sociedade.

Além destas, a aproximação de Nair de Teffê com o cenário cultural deu-se através de outras artes como o teatro, considerado sua paixão. Nesse âmbito, destacam-se suas relações com Arthur de Azevedo e sua participação em peças teatrais “como ‘Miss Love’, de Coelho Neto — outro grande amigo de Nair — preparada especialmente para ela, em 1912” (Santos, 1999, p. 32). Sua paixão pelo teatro e pela cena cultural também foram responsáveis pela fundação, em Petrópolis, na década de 1920, da “‘Troupe Rian’, constituída de moças e rapazes da melhor sociedade local, realizando espetáculos em benefício das obras da Catedral de São Pedro de Alcântara” (Santos, 1999, p. 32), companhia que continuou liderando nos anos posteriores.

Essa profusão e a constante relação de Nair de Teffê com a cena cultural, no entanto, passou por distanciamentos e pelo afastamento da personagem a partir do falecimento de seu esposo, o Marechal Hermes da Fonseca, em 1923, e de seu pai, o Barão de Teffê, em 1931. Sobre ambas as perdas, a personagem lembrou que: “Depois da morte do Marechal, desiludida e desgostosa de tudo, comecei a perder o entusiasmo pelas artes”, assim como “A morte de papai desiluiu-me mais ainda” (Fonseca, 1974, p. 16), fazendo com que, por alguns anos, a artista se afastasse da cena artística naquela sociedade.

A partir desse momento, Nair de Teffé lembrou: “Passei 20 anos sem desenhar, pintar e caricaturar [...] Rian nasceu graças ao professor Herman Lima. [...] Pediu-me cópias de algumas caricaturas e subsídios para o seu magnífico trabalho” (Fonseca, 1974, p. 16), descrevendo momentos que, nas décadas seguintes, voltaria à cena artística e intelectual brasileira. Dentre essas aproximações com artistas, intelectuais, jornalistas e instituições, nos agradecimentos de suas memórias a personagem descreveu relações e influências que havia recebido para a escrita das mesmas, dentre os quais foram lembrados os nomes de mulheres como Hebe Rangel Pestana de Campos Salles – diretora da Divisão de Informação e Documentação Científica do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo em 1958 — Lourdes Catão — decoradora, curadora e socialite brasileira — e Condessa Pereira Carneiro — diretora-presidente do Jornal do Brasil de 1953 até 1983. Além destas menções, também foram incluídos nos agradecimentos da obra instituições como o Museu Histórico Nacional, o Museu da Imagem e do Som, o Museu da Marinha, o Serviço de Documentação Geral da Marinha, os Diários Associados do Rio e de São Paulo e jornais como *O Globo* e *Gazeta de Notícias*.

No início deste breve capítulo a personagem lembrou das diferentes insistências para que escrevesse e contasse suas memórias, narrando que “aos jornalistas, entrevistadores de rádio e televisão, fui contando fatos pitorescos, históricos, alegres e tristes da minha vida e da minha carreira de caricaturista”, ao mesmo tempo em que demonstrou resistência “[...] à ideia de enfeixá-las num livro, porque um livro seria forçosamente uma biografia histórica de uma época já cheia de estórias...” (Fonseca, 1974, p. 9). Apesar disso, cedendo às insistentes propostas e incentivos à época, as memórias foram reunidas e a obra, publicada.

A organização da obra se deu, segundo a personagem, a partir do apoio de um amigo jornalista que, também nos agradecimentos do livro, ela não nomeou, lembrando de suas propostas:

Escreva... escreva uma hora por dia. Se tiver dúvida, anote a parte. Mas escreva... Veja os seus guardados; procure lembrar tudo que já escreveram sobre os acontecimentos de 1922. Releia, analise e reveja o que está certo ou errado na história... E conte a sua história... (Fonseca, 1974, p. 9).

Com isso, Nair de Teffé reuniu lembranças, materiais para pesquisa, manuscritos, documentos e o rascunho de alguns capítulos que seriam transformados posteriormente em seu livro, o qual a personagem descreveu, desculpando-se com os historiadores e críticos, “por ter deixado passar 50 anos depois da morte do Marechal Hermes para vir a

público elucidar certos pontos até hoje obscuros, analisando e interpretando como única testemunha ocular do desfecho memorável na história do Brasil” (Fonseca, 1974, p. 10).

A concepção de verdade, largamente discutida pela historiografia e característica de escritas biográficas ou autobiográficas, perpassa a produção da narrativa de Nair. Contudo, através da reflexão sobre o uso desse conceito buscamos analisar “a construção histórica das narrativas mitológicas/monumentais, os/as agentes que as edificaram, as disputas nelas envolvidas, os efeitos que provocaram, as versões que foram expurgadas” (Schmidt, 2017, p. 48), discutindo a não dualidade ou oposição entre as concepções de indivíduo e sociedade, da biografia enquanto narração ou enquanto explicação, do indivíduo unitário ou fragmentado e das esferas pública ou privada, mas sim “um constante deslocamento, e não um isolamento, entre os pólos mencionados” (Schmidt, 1996, p. 186). Ou seja, a própria concepção de verdade, segundo Gomes, passa a incorporar “um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos” (Gomes, 2005, p. 13-14).

Nessa perspectiva, buscamos atentar para “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa”, observando “o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (Gomes, 2005, p. 15), assim como as ausências e não-ditos em sua narrativa. Em diálogo com essas concepções, outro aspecto importante de ser observado em relação ao processo e contexto de produção da obra são as diferentes temporalidades que constituem a prática de escrita da personagem.

Ao se propor a escrever suas memórias e descrever com mais detalhamento e, em alguns casos, bastante admiração, fatos envolvendo os militares na Primeira República, Nair de Teffé também apresenta aos leitores o cenário contemporâneo que tornou possível a produção dessa obra: a ditadura civil-militar no Brasil. Finalizando sua apresentação da obra, nas páginas iniciais a artista lembra com afeto de seu “esposo amantíssimo, chefe de família exemplar e acima de tudo Soldado do Brasil” (Fonseca, 1974, p. 10), da mesma forma em que, nas páginas finais, ao fazer um pequeno recordatório sobre os presidentes desde a implantação da República, reiterou que “afinal, surgiu Médici, um Presidente que agradou a todos. Agora veio Ernesto Geisel que tem o apoio de toda a nação” (Fonseca, 1974, p. 189). Tais declarações, assim como outros aspectos da trajetória pessoal e familiar da personagem, revelam aspectos sobre sua posição social que, mesmo cerca de 50 anos depois de ter ocupado a função de primeira-dama, a permitiu falar, escrever e tornar públicas suas opiniões, afetos e desafetos relacionados não apenas a sua história, mas a história do país.

Considerando a importância dos procedimentos teórico-metodológicos específicos desta fonte para a pesquisa em história, buscamos compreendê-la “em sua totalidade, em todas as suas nuances e simbolismos, lançando olhos aos fatores que influenciaram a sua construção e o seu desenvolvimento e também a sua função social” (Boldorini; Meira, 2019, p. 14). Ou seja, considerando a individualidade e as agências da personagem, assim como suas escolhas, enquanto constituintes da obra. Estas características estão interligadas ao processo de ressignificação de si que a personagem propõe quando “visita seu eu do passado, e seleciona para o relato os momentos que considera relevantes na sua trajetória”, sendo fundamental a compreensão sobre as escolhas e perspectivas inseridas nesta prática de escrita de si (Silva, 2023, p. 277).

A partir disso, voltemos nossa atenção à análise de elementos internos ao livro que “prefaciado por Herman Lima, foi lançado em noite de autógrafos no Forte de Copacabana, no dia 16 de dezembro de 1974” (Santos, 1999, p. 100), em Petrópolis em fevereiro de 1975 e, teve sua última noite de autógrafos realizada em “5 de junho de 1979, promovida pela Fundação Atividades Culturais de Niterói, no Centro Cultural Paschoal Carlos Magno” (Santos, 1999, p. 107). Observemos a partir do relato da personagem, portanto, quais foram as verdades sobre a chamada revolução de 22.

Análise da obra

Nas memórias, ela descreveu: “É reconfortante relembrar e escrever essas coisas. Pequeninas para mim, mas grande verdade que o tempo esquece [...]” (Fonseca, 1974, p. 109). Com base na análise histórica, buscando não homogeneizar em uma única narrativa ou versão, a leitura e a análise do relato autobiográfico produzido por Nair de Teffé prescinde que sejam considerados “os vários aspectos de uma vida [que] não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade” (Avelar, 2010, p. 162). Ou seja, a análise que segue buscou observar aspectos e âmbitos pelos quais a autora e sua narrativa foram construídas, individual e coletivamente. Ou seja, procurou-se evidenciar de que maneira essa prática de escrita percorreu o pensar sobre o que se escreve, os efeitos que poderia causar nos seus leitores e, ainda, o “pensar sobre si mesmo para dizer sobre si a outrem” (Silva, 2023, p. 278), atentando para as formas com que Nair de Teffé contou a si, sobre si e sobre os contextos de sua escrita.

De acordo com Schmidt, uma das tarefas dos historiadores que trabalham com gêneros biográficos é a de recuperar “através de diferentes estratégias, a tensão, e não a

oposição, entre o individual e o social” (Schmidt, 1996, p. 182). Em relação às autobiografias, tal exercício é, da mesma forma, possível. Ao descrever em suas memórias a lembrança sobre o contrato de casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, por exemplo, Nair de Teffé narrou uma das falas que lembrou ter ouvido do esposo, sendo esta: “– Nair, eu não te posso dar presentes de reis. Sou um homem pobre e nada tenho. [...] Hoje as nossas tropas desfilam em homenagem a data da nossa Independência e em sua honra.” (Fonseca, 1974, p. 34). Logo em seguida a esse episódio, ocorrido ao longo da década de 1910, a narrativa se desenvolve para o momento em que, anos depois, já recebendo a pensão do Tesouro pelo Ministério da Fazenda, a personagem recebeu palavras de admiração do Ministro Alexandrino de Alencar, da Marinha.

Na mesma perspectiva, ao descrever os preparativos e convites relacionados ao seu enlace matrimonial com o Marechal Hermes da Fonseca em 1913, Nair de Teffé lembrou de presentes recebidos pelo casal. Dentre estes, destacou aquele que mais a orgulhou, “o do Kaiser da Alemanha”, sendo este “uma reprodução de bronze em pedestal de mármore, do monumento de Frederico, o Grande”. Nas linhas seguintes, a narrativa esvai-se a outros contextos quando, posteriormente, a personagem lembrou que “fiz doação desse presente ao Museu Histórico Nacional” (Fonseca, 1974, p. 40), fazendo referência a um contexto mais próximo de si, reforçado quando mencionou em seguida que: “fui revê-lo, depois de quase 50 anos, em companhia de Paulo, meu filho adotivo” (Fonseca, 1974, p. 40). Dessa maneira, é possível evidenciar a presença de distintas temporalidades na narrativa da personagem, bem como transformações sociais e econômicas que fizeram parte de sua trajetória.

As aproximações entre o Brasil e a Alemanha pelos governos naquele momento foram iniciadas antes mesmo do casamento entre o Marechal Hermes da Fonseca e Nair de Teffé. Apesar disso, a personagem recorreu em sua narrativa sobre os acontecimentos relacionados ao casamento, às ações políticas do esposo, reiterando que: “foram-se as joias... mas ficou para a história a lembrança do nosso casamento e do reconhecimento pela Alemanha, da grande obra realizada pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca” (Fonseca, 1974, p. 40). A partir dessa construção narrativa é possível observar, assim como em outras passagens da obra, as diferentes temporalidades e as percepções individuais e coletivas, relacionadas ao âmbito pessoal, mas também social na trajetória da artista.

Da mesma maneira, na leitura das memórias de Nair de Teffé podem ser observados os momentos em que a mesma circula entre os âmbitos público e privado, construindo a partir dessas movimentações, também a sua trajetória. Alguns dos

exemplos dessa relação evidenciam-se quando, ao mencionar a figura do pai em um dos primeiros capítulos do livro, a artista apresentou inúmeras condecorações² que o Barão de Teffé recebera ao longo de sua vida, muitas delas associadas a sua trajetória na Marinha, desde o Império. Retornando a narrativa às décadas mais próximas do momento de sua escrita, ao mencionar de maneira admirada e elogiosa a figura paterna, lembra que apesar de esquecido por muitos anos pela sociedade, o Barão havia sido homenageado pelo “Excelentíssimo Presidente Emílio Garrastazú Médici, que de acordo com a Lei nº 5.745, de 1º de dezembro de 1971 denominou o Porto de Antonina de Porto Barão de Teffé, no Estado do Paraná” (Fonseca, 1974, p. 12).

Através destes exemplos é possível refletir sobre a não contraposição entre a ação individual e a ação coletiva, como aponta Schwarcz, buscando observar “os sentidos das ações dos indivíduos, e seus valores para além das imposições de ordem social” (Schwarcz, 2013, p. 55). Ou seja, é possível perceber que ao longo da trajetória de Nair de Teffé elementos como a sua posição social, sua família e suas redes de relações influenciaram tanto suas ações quanto a sua narrativa nesta obra. Seus esforços narrativos nesta obra pretendida autobiográfica, portanto, espelham-se ora em uma escrita narrativa ora em uma escrita explicativa e, por fim, ora em uma escrita que reúne ambas as abordagens.

Ainda que lembrando-se do fato de que “tinha em mente só casar-me aos 30 anos, depois de realizada artisticamente e amadurecida para a vida” (Fonseca, 1974, p. 30), Nair de Teffé narrou — entre idas e vindas ao passado e ao presente, repleto de afeto por estas memórias — os contatos iniciais e o pedido de casamento feito pelo Marechal Hermes da Fonseca a ela, fatos que a fizeram, junto ao contexto da época, rever algumas de suas convicções sobre a idade para realizar seu casamento. Em um de seus diálogos com o futuro marido, Nair lembrou ter lhe respondido, num primeiro momento, ao pedido de casamento dizendo que “por enquanto o casamento não está nas minhas cogitações. Tenho outros planos em mente. Meus sonhos são os estudos. Mas, deixe-me pensar por uns 6 meses” (Fonseca, 1974, p. 33). Contudo, em oito dias, o contrato de casamento estava sendo aprovado pelo Barão de Teffé.

Já o olhar retrospectivo interseccionado à construção narrativa da personagem faz de sua narrativa, por vezes, também explicativa. Essa caracterização pode ser percebida, de modo especial, quando das menções ao período do mandato presidencial do seu esposo, tendo ela reservado alguns capítulos de sua obra para esse período como aqueles intitulados *O quadriênio do Marechal Hermes*, *Renovador do Exército*, *Centenário do Marechal*, *Apoio à Ferrovia* e *Fim de Governo*, nos quais ocupou-se com a apresentação

de explicações a algumas das atitudes e ações do governo durante o quadriênio de 1910 a 1914. Nesses momentos, evidencia-se em sua escrita o afeto e a defesa ao marido, apontando que “a oposição no Congresso Nacional e na imprensa foi cruel, impiedosa, causticante e sistemática” (Fonseca, 1974, p. 61) e que, “apesar do Estado de Sítio, as liberdades eram garantidas, especialmente a de imprensa, fonte geradora e inspiradora da exaltação dos ânimos e das paixões políticas que continuavam em franca efervescência” (Fonseca, 1974, p. 62).

Tal aspecto pode ser contestado quando do cruzamento da narrativa de Nair de Teffé com outras fontes da época, como a imprensa e os discursos de políticos no Senado Federal no período. Em relação a censura à imprensa, por exemplo, o caso de Edmundo Bittencourt, diretor do jornal *Correio da Manhã*, é um dos exemplos possíveis de análise.³ A ordem de prisão ao mesmo foi discutida por Ruy Barbosa no Senado Federal e, nesse âmbito, mencionada a figura da primeira-dama quando o mesmo reiterou que

Haja vista a confidencia do Sr. Francisco Valladares, chefe de Polícia da Capital, estampada na denuncia do Dr. Edmundo Bittencourt, pessoa da maior veracidade, com que se abriu, dizendo-lhe que não enxergava motivo à sua prisão, e só a attribuia á vontade imperativa da mulher do presidente (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110).

Além deste, os posicionamentos também partiram da imprensa, de modo a destacar a influência da família Teffé nas ações que estavam no âmbito do governo federal, sendo esta facilitada a partir do segundo casamento do então presidente (Werner, 2022, p. 68-69). O *Correio da Manhã*, considerado oposição ao governo militar do Marechal Hermes da Fonseca, também foi veículo de denúncias dos casos de favorecimentos políticos entre o então presidente e o Barão de Teffé. A partir da aprovação de promoções e do reajuste de recebimentos requerido pelo Barão, o *Correio da Manhã* em coluna intitulada “Vergonhas do Teffeismo” veiculou: “[...] não são poucos, nem pequenos, nem confessáveis os favores recebidos pelo sr, barão de Teffé, desde que se estreitaram as relações de amizade de s. ex. com o marechal Hermes” (*Correio da Manhã*, 12/12/1913, p. 1), fazendo referência, ainda que de maneira indireta, ao segundo casamento do então presidente, realizado quatro dias antes.

Ainda em relação às escolhas narrativas da personagem em suas memórias, outros exemplos são observados como a menção à Orsina da Fonseca, primeira esposa do Marechal Hermes da Fonseca, em apenas um momento ao longo de toda a obra. Nesta menção, Nair de Teffé referiu-se a um dos momentos em que estabeleceu contato com a família Fonseca a partir das idas e vindas à Petrópolis durante o verão, destacando que “no fim do ano fomos ao Palácio do Catete apresentar as nossas despedidas a fim de

iniciarmos a estação de veraneio. Dona Orsina da Fonseca nos recebeu. [...] Juntamente com mamãe, conversamos de maneira informal” (Fonseca, 1974, p. 31). Nas páginas seguintes a esse trecho, a viuvez do Marechal Hermes da Fonseca toma conta da narrativa novamente, reiterando a amizade entre as famílias Fonseca e Teffé antes e durante este momento. No entanto, ausentam-se menções ou descrições mais detalhadas sobre a figura de Orsina da Fonseca.

Do mesmo modo, em relação aos silêncios na narrativa da personagem, em 1912, quando da inauguração de uma das suas exposições de caricaturas “nos salões do Jornal do Comércio” (Fonseca, 1974, p. 30), ela menciona o convite que foi feito ao presidente para que se fizesse presente. Nas memórias, lembrou:

Na hora aprazada, fomos avisados que o Presidente da República acabava de chegar. Fomos recebe-lo no saguão, ao sair do elevador, disse-lhe:

– Mas Presidente, com esse temporal o senhor veio?

– Nada impediria de vir inaugurar sua exposição. Tenho pelos trabalhos de *Mademoisele* uma grande admiração extensiva ao senhor seu pai, meu amigo Barão de Teffé. Por essas razões não poderia deixar de vir.

– Presidente, o senhor fez uma imprudência

– *Mademoisele* também fez uma imprudência vindo de Petrópolis. O dever nos obriga a enfrentar as intempéries do tempo.

Percorremos a exposição, o Presidente riu-se muito com as caricaturas de seus amigos e conhecidos. (Fonseca, 1974, p. 30-31)

Na descrição deste evento, no entanto, não foi lembrada por Nair de Teffé a presença da primeira-dama Orsina da Fonseca, a qual esteve acompanhando o presidente naquela ocasião e, ao lado do marido, elogiou as produções da artista (*A Imprensa*, 07/06/1912, p. 1; *A Imprensa*, 08/06/1912, p. 2). Estes recortes das memórias da caricaturista possibilitam ao pesquisador, por sua vez, observar as influências do olhar em retrospecto através do qual aquela narrativa foi construída, bem como os afetos que a acompanharam ao longo de décadas e que ali, foram refletidos. Com base nessas percepções, reitera-se a importância de que as fontes (auto)biográficas sejam compreendidas também “pelo conceito de trajetória de relações — do indivíduo em relação ao grupo em seus diversos campos sociais” (Boldorini, Meira, 2019, p. 18), alternando as escalas de observação.

Da mesma forma, enquanto documento histórico que apresenta informações gerais e particulares, a leitura e análise das memórias da personagem possibilitam leituras sobre “as circunstâncias históricas, políticas, culturais e sociais de uma época, tanto quanto sobre as singularidades de uma vida privada, seja ela de pessoas comuns ou daqueles que se tornaram ‘heróis nacionais’, ou, ainda, modelos de virtude” (Gonçalves,

Silveira, 2021, p. 91). Ou seja, a partir da prática de escrita feminina de Nair de Teffé são percebidos elementos constituintes de sua própria trajetória, mas também dos contextos social, político, econômico e intelectual tanto de suas memórias quanto da personagem enquanto autora destas.

Estas percepções relacionam-se, ainda, com a fragmentação presente nas trajetórias dos sujeitos da história, aspecto que, segundo Bourdieu, deve ser considerado para que os pesquisadores não ocorram no que o autor chamou de “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1998). Em diálogo com esta concepção, “visando romper com esta ideia de uma identidade individual unitária e imutável, diversos historiadores buscam capturar os personagens biografados a partir de múltiplos ângulos” (Schmidt, 1996, p. 185) e, portanto, a partir de múltiplas fontes. Assim, como no caso aqui apresentado, a observação do relato autobiográfico de Nair de Teffé também colaborou na observação e análise das construções que a mesma fez sobre si e sobre o período da Primeira República a partir de diferentes perspectivas.

Além destes fatores, o uso da concepção de verdade também se faz presente na obra, inclusive no próprio título. Ao descrever suas lembranças sobre os acontecimentos relacionados aos levantes tenentistas de 1922, Nair de Teffé narrou: “Não sou ‘Sherlock’ da história política do Brasil, mas sou testemunha dos acontecimentos que envolveram o Marechal Hermes em 1922 e parte de sua vida, desde o nosso casamento” (Fonseca, 1974, p. 115). Assim como nesse momento, ao longo de toda a narrativa a personagem recorre ao testemunho ocular, de certa maneira, para a comprovação e atestado desta. No entanto, em casos como este é necessário que sejam considerados tanto “o ponto de vista do observador” (Levi, 1998, p. 173), enquanto aquele que escolhe o que e de que maneira irá narrar determinado acontecimento, quanto o olhar dos historiadores que realizam a leitura de tais documentos do passado “munidos de outras fontes a contrastar a interpretação: elementos da tradição pictórica e intelectual do próprio agente, mas também elementos retirados da história e do contexto desse mesmo autor” (Schwarcz, 2013, p. 60).

Dessa maneira, a obra *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974) se apresenta enquanto fonte para o estudo de diferentes abordagens no campo da história. Seja para a análise das práticas de escrita feminina em diferentes períodos, para a compreensão sobre elementos de uma obra de caráter autobiográfico ou para a análise de uma trajetória social, suas páginas possibilitam inúmeras leituras. Assim, desde a intenção de preservar algumas de suas memórias até as oportunidades que a levaram a poder escrever as mesmas, Nair de Teffé construiu a si através e por meio da história.

Considerações finais

Diferentes temporalidades constituíram a elaboração do conjunto de memórias apresentados por Nair de Teffé na obra *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Publicada em 1974, no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, a obra apresenta mais do que apenas aspectos referentes à trajetória de sua autora, possibilitando diferentes interlocuções e leituras. Ao longo da análise desta, é possível perceber aspectos sobre os contextos político, econômico, social e intelectual do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920, especialmente em relação aos governos e movimentos militares durante o período. Associadas, as leituras individual e social colaboram na contextualização social da personagem que, lembrando de momentos e selecionando-os para descrever aos leitores, construiu sua narrativa através de um olhar feminino sobre uma época já distante de si.

A partir do uso de fontes (auto)biográficas no campo da história, portanto, buscamos evidenciar ao longo deste texto outras possibilidades de compreensão sobre períodos históricos largamente caracterizados por trajetórias masculinas, bem como algumas das peculiaridades do uso destes documentos na pesquisa em história. Ao construir a si e ao período do qual lembra, Nair de Teffé apresentou aos leitores outras perspectivas sobre a Primeira República, dentre as quais aquela que partiu da primeira mulher a publicar caricaturas na imprensa brasileira.

Em sua narrativa, como buscamos apresentar ao longo do texto, podem ser observados quais foram os episódios selecionados pela personagem para descrição e preservação, de que maneira ela os faz, quais foram as influências da memória em sua escrita e, ainda, quais foram os silêncios que igualmente construíram sua obra. Nesse sentido, a análise historiográfica sobre fontes (auto)biográficas requer atenção aos porquês, bem como questionamentos acerca das motivações e formas a partir das quais aquela versão sobre o passado foi elaborada. Importa, portanto, confrontá-la com outras narrativas para, de modo complexo e amplo, compreender o estudo sobre determinado período e sociedade.

Além disso, outra característica observada a partir da análise das memórias de Nair de Teffé enquanto um modelo de prática de escrita feminina é a intersecção e a movimentação que tanto narrativa quanto narradora fazem entre os âmbitos público e privado. Em relação a isto, Perrot destaca que esta “memória do privado, voltada para a família e o íntimo, [aos] quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição” (Perrot, 1989, p. 15), apontando para a predominância de descrições e registros

escritos femininos sobre o âmbito privado. No entanto, considerando a própria posição social da personagem aqui analisada enquanto autora de um livro de memórias, sua projeção intelectual e a ocupação de espaços reservados quase que exclusivamente aos homens, apontamos para a diferença presente na análise de sua trajetória. Através de suas memórias é possível perceber o quanto “nos interstícios da vida privada encontrariam-se espaços de resistência às imposições macro-sociais” (Schmidt, 1996, p. 185), especialmente quando a vida privada da personagem esteve no centro do âmbito público da República por alguns anos, enquanto primeira-dama e moradora do Palácio do Catete.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. *A verdade sobre a Revolução de 22*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

Anais do Senado Federal

FEDERAL, Annaes do Senado. *Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914*. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1914, p. 1.

A Noite, Rio de Janeiro, 18 de março de 1915, p. 4.

A Noite, Rio de Janeiro, 19 de março de 1915, p. 4.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1912, p. 1.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1912, p. 2.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1913, p. 1.

Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. Espírito Santo: vol. 24, p. 157-172, 2010.

BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BOLDORINI, Marília Garcia; MEIRA, Roberta Barros. No rastro da história das mulheres: a biografia em discussão. *Aedos*. Porto Alegre, v.11, n. 25, p. 13-36, dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Nair de Teffé: artista do lápis e do riso*. Curitiba: Appris, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 223-240.

GOMES, Angela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biografias e autobiografias como fonte de informação e memória. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 12, n.1, p. 82-103, 2021.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 167- 182.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo: v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. [tradução Angela M. S. Côrrea] 2ª ed. 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18, p. 09-18, 1989.

SANTOS, Paulo César dos. *Nair de Teffé: símbolo de uma época*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Sermograf, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Porto Alegre, nº6, p. 165-192, dez. 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. *Diálogos*. Maringá, v. 21, n.2, p. 44-49, set. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*. Campinas, nº 24, p. 51-73, 2013.

SILVA, Joice Viviane. Autobiografia, escrita de si e subjetividade: a narrativa missionária protestante de Gladys Aylward. *Faces da História*. Assis/SP, v.10, n. 1, p. 265-289, jan./jul. 2023.

WERNER, Bethânia Luisa Lessa. “*Eu serei uma senhora importante. Vou ser muito importante*”: a trajetória política de Nair de Teffé na Primeira República (1910- 1922). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

Artigo recebido em 31/07/2024

Aceito para publicação em 17/03/2025

Editor(a) responsável: Maria Cecília Teixeira Miranda

¹ Mais informações em: Recenseamento do Brasil em 1872 – IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf Acesso realizado em 13/05/2024.

² Dentre as condecorações listadas pela personagem, encontram-se: “Oficial da Imperial Ordem da Cruz, em 1867, por serviços prestados na Guerra do Paraguai e na mesma data foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro II com o título de Barão, Com Grandeza, quando encontrava-se na cidade de Teffé, no Estado do Amazonas. [...] Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, em 1860. [...] Em 1883 foi elevado a “Grande” do Império. Cavaleiro da Real Ordem Espanhola, pelos serviços prestados à Comissão Científica Espanhola e Comendador da Ordem Real de Isabel, em 1866, condecoração concedida por D. Isabel, a Católica. Veador da Casa Imperial, nomeado em dezembro de 1887 [...]” (Fonseca, 1974, p. 13).

³ Em relação a análise deste caso, outros jornais da época também deram espaço para a discussão sobre o assunto envolvendo a figura da primeira-dama Nair de Teffé. Em uma declaração do deputado Maurício de Lacerda no jornal *A Epoca*, este apontou para a influência da esposa do presidente na prisão de Edmundo Bittencourt, destacando que “[...] sei que esse nosso distinto amigo foi preso por ordem expressa da virtuosa esposa do venerando presidente, a Serenissima Senhora Dona Nair de Teffé von Honholtz Hermes Rodrigues da Fonseca” (*A Epoca*, 31/10/1914, p. 1).

DJACIR MENEZES: A Trajetória de um Intelectual na Província

DJACIR MENEZES: The Journey of an Intellectual in the Province

Alexandre Barbalho¹

Resumo: Este artigo busca compreender como um intelectual atuante em Fortaleza na primeira metade do século XX, situado na periferia de um campo cultural nacional ainda em constituição, conseguiu romper as fronteiras geográficas e simbólicas e ser reconhecido por pensadores já consagrados ou em vias de consagração, tanto locais, quanto nacionais. Como pressuposto, avalia-se que o agente em análise, Djacir Menezes, mobilizou tanto sua rede de relações sociais, quanto agregou outros recursos simbólicos para garantir sua carreira no período em que permaneceu no Ceará.

Palavras-chave: Intelectual, Campo Cultural, Província, Ceará.

Abstracts: This article seeks to understand how an intellectual active in Fortaleza during the first half of the 20th century, situated at the periphery of a national cultural field still in formation, managed to transcend both geographical and symbolic boundaries and be recognized by thinkers already established or emerging, both local and national. As a premise, it is assumed that the subject under analysis, Djacir Menezes, mobilized both his network of social relations and other symbolic resources to secure his career during the period he remained in Ceará.

Keywords: Intellectual, Cultural Field, Province, Ceará.

Introdução

Até 1937, quando saiu seu livro *O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais* pela coleção “Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio (JO), Djacir Menezes, então com trinta anos, já tinha lançado mais de duas dezenas de livros publicados em Fortaleza, onde morava, e em outras cidades brasileiras.

Apesar de, atualmente, ser pouco referenciado, Djacir construiu uma carreira destacada como intelectual, tanto na capital cearense, quanto no Rio de Janeiro — para onde se mudou em 1941, para lecionar, após prestar concurso, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro —, tendo conquistado cargos e status dentro do campo de possibilidades com o qual lidou. Como indicadores do capital simbólico — entendido aqui, segundo Pierre Bourdieu (2001), como todas as formas de reconhecimento social — conquistado em sua trajetória, pode-se citar o fato de ter sido reitor da UFRJ, entre

¹ Professor na Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: alexandre.barbalho@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>.

1969 e 1973, e ser considerado, ao lado de Miguel Reale, uma referência central do culturalismo jusfilosófico no Brasil (Coelho, 2016; Montenegro, 2007).

Este artigo, que retoma uma discussão anterior focada no contexto e no conteúdo de *O outro Nordeste* (Barbalho, 2023), busca, nesta nova abordagem, compreender como um intelectual de província conseguiu romper as fronteiras que situavam Fortaleza a uma enorme distância geográfica e simbólica da capital da República. Situado na periferia de um campo intelectual brasileiro ainda em constituição, Djacir conseguiu ser reconhecido por pensadores já consagrados ou em vias de consagração, o que qualifica sua trajetória como um fenômeno social a ser investigado. Baseando-se nas pesquisas de Sérgio Miceli (1977; 1979) sobre a realidade paulista, é possível supor que, vivendo na capital cearense nos momentos finais da Primeira República e parte considerável da Era Vargas, Djacir mobilizou tanto sua rede de relações sociais, quanto agregou outros recursos simbólicos (disposição intelectual herdada da família, diplomas escolares, publicações etc.), para garantir sua carreira intelectual no período em análise.

Não se trata, certamente, de fato isolado, pois há outros intelectuais que, não habitando os centros dos recursos materiais e simbólicos do país, leia-se, já naquele período, São Paulo e Rio de Janeiro, conseguiram, a partir de seu local de atuação, se projetar nacionalmente. O que reforça a importância deste estudo de caso ao fornecer elementos para análises comparativas e o estabelecimento de possíveis padrões de trajetória de intelectuais brasileiros.

A própria realidade cearense da década de 1870 já tinha despertado a atenção de José Ramos Tinhorão que se perguntou como, em uma “província pobre”, surgiu “uma geração de homens capazes de discutir, no mesmo plano dos intelectuais da Corte, as mais recentes conquistas da ciência ou as últimas modas filosóficas ou literárias?” (Tinhorão, 2006, p. 20). Tinhorão estava fazendo referência a, entre outros, Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Adolfo Caminha, Farias Brito e Clovis Bevilacqua. Esse contexto, afirma, revelou-se “um dos mais curiosos capítulos da história da literatura brasileira e, ao mesmo tempo, um dos mais sugestivos desafios à sua interpretação com fenômeno sociológico” (Tinhorão, 2006, p. 19).

O artigo está organizado em três seções, fora a introdução e as considerações finais. Na primeira, são apresentadas as ligações familiares e a formação básica e superior de Djacir e os capitais sociais e culturais que foi conquistando nesse período. A segunda seção discute a configuração do campo cultural cearense, ainda marcado pela não especialização de

posições, no momento de atuação de Djacir. Por fim, analisa-se a relevância de sua obra no período em que viveu no Ceará, com o intuito de apreender sua dimensão no âmbito da produção intelectual brasileira.

A formação de Djacir e a conquista de seus primeiros recursos simbólicos

Djacir Menezes nasceu em Maranguape, cidade próxima à Fortaleza, em novembro de 1907. Descendia de família com várias personalidades de destaque na história econômica, política e cultural do Ceará, os Bezerra de Menezes. Dentre eles, o brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro — militar e político atuante nos movimentos de disputa entre conservadores e liberais, que marcaram a política cearense na primeira metade do século XIX (Cordeiro, 1997) — é tido como o fundador da cidade de Juazeiro do Norte (Rocha Filho, 1916). Por sua vez, um neto do brigadeiro e seu homônimo foi político e filósofo, tendo defendido no Parlamento os bispos de Olinda e do Pará durante a Questão Religiosa ocorrida no Segundo Império, quando os referidos bispos interditaram as irmandades que possuíam membros maçons e foram presos em 1874 por desobediência ao Poder Executivo e Moderador (Santirochi, 2017).

Como explicita Auxiliadora Lemenhe, em sua pesquisa sobre os Bezerra de Menezes, “a longa existência da ‘família’, que se reproduziu por sucessivas gerações ao reiterar o sobrenome original e ao construir e veicular sua própria história, tem como consequência a naturalização da qualidade de ‘família tradicional’” (Lemenhe, 1995, p. 50). Desse modo, esse nome de família, no Ceará dos séculos XIX e XX, era o suficiente para designar o detentor como socialmente diferenciado. A força da nomeação e as estratégias simbólicas por ela possibilitada se impunham, inclusive, ao fato do agente não se posicionar, necessariamente, no topo das hierarquias sociais e de poder, posto que há diferenciações internas ao grupo familiar na distribuição dos recursos materiais e simbólicos conquistados.

Era o caso de Paulo Elpídio de Menezes. Bacharel em Direito, foi barbeiro, procurador fiscal do Ceará, jornalista e memorialista. Quando do nascimento de seu filho Djacir, atuava como delegado de polícia em Maranguape. Foi ainda membro da Maçonaria, onde alcançou um grau alto na hierarquia desta instituição. É importante frisar que a Maçonaria, bem como o Espiritismo e a Teosofia, ocupou um espaço relevante no Ceará do final do século XIX até o início do XX, reunindo intelectuais que defendiam ideias

progressistas e modernas, diante do conservadorismo católico cearense (Abreu, 2009; Silva, 2011; 2015).

Portanto, embora os Bezerra de Menezes não se configurassem como uma família decadente na Primeira República, Paulo Elpídio era um “parente pobre”, mas com alguns recursos simbólicos a serem transmitidos aos filhos. Não é de se estranhar que, na casa paterna, convivendo com o único irmão, Paulo, Djacir pudesse acessar uma ampla biblioteca e tenha sido educado em línguas estrangeiras, entre as quais o alemão, o que o possibilitou ler, no original, autores que foram fundamentais para a sua formação intelectual, além de escrever e traduzir nessa língua. Hélio Melo (1996) avalia que sua convivência na adolescência com pensadores clássicos alemães teria produzido “poderosa impressão em seu espírito” que se expressaria ao longo de sua obra filosófica.

Melo (1983), por sua vez, acredita que as primeiras produções literárias de Djacir resultaram de seu convívio precoce com a literatura portuguesa, informação referendada por Djacir Menezes Filho, que afirma que seu pai teria lido *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz, aos 11 anos¹. No que diz respeito aos acontecimentos de sua época, Djacir podia contar com jornais e revistas assinados por seu pai. Ele relembra, por exemplo, que durante a I Guerra Mundial, o acesso àquele momento histórico se deu por meio da revista *O espelho* cujas matérias eram ilustradas “por desenhistas que imaginavam as cenas violentas das trincheiras, onde espocavam obuses e soldados se estraçalhavam para salvar as respectivas pátrias e a civilização” (Menezes, 1989, p. 170).

O acesso à biblioteca paterna e o início da formação de sua própria fizeram com que Djacir, até os vinte anos, como afirma Gerardo Dantas Barreto, já tivesse lido a literatura filosófica mais corrente no Nordeste na época: “o positivismo, o biologismo de *Le Dantec*, *Le Bom*, *Ingenieros*, as obras de Taine, Renan, Spencer, Farias Brito, Tobias Barreto, e dominava seu pensamento a orientação especulativa inspirada nas ciências positivas” (Barreto, 1988, p. 64). Ao falar do encontro decisivo com a obra de Hegel, o autor informa que o responsável foi seu pai que lhe presenteou, de aniversário, *Wissenschaft der Logik*, o que teria abalado o seu “biologismo materialista”. Depois, “por um desses acasos provincianos, comprou, em Fortaleza, a edição primeira das Obras Completas de Hegel, editada em 1841, dez anos depois da morte do filósofo. Seria sua leitura intercadente, mas constante” (Barreto, 1988, p. 64).

Djacir iniciou seus estudos formais com sete anos no Instituto Miguel Borges em

Fortaleza. O Instituto, fundado por Odorico de Carvalho Castello Branco em 1900, possuía professores destacados da cidade, como o jurista e sociólogo Soriano de Albuquerque, que seria professor e, depois, colega de Djacir na Faculdade de Direito do Ceará. Castello Branco era um pioneiro no Brasil no que se refere ao ensino de matemática, tendo lançado em 1904 em Fortaleza o livro *Lições de Arithmetica*. Para Elenice Zuin, o diretor fez “um esforço para inovar e desfazer os laços com o tradicionalismo na introdução do ensino de Aritmética no início do século XX” (Zuin, 2018, p. 125).

Na avaliação de Djacir, o Instituto possuía uma estrutura curricular que o distinguia dos demais colégios da época e sua passagem por aquele estabelecimento foi fundamental para sua opção pela formação filosófica:

O Prof. Castello Branco era matemático (...) logo no primeiro ano, o aluno se familiarizava com o manejo, no quadro-negro, do esquadro, da régua e de um enorme compasso de pau, para resolver problemas simples de construção geométrica. Creio que foi a infância sob efeito dessa pedagogia que me marcou o espírito, para sempre inclinado ao estudo dessas disciplinas – e inspirou minhas primeiras direções filosóficas, no Liceu, para o positivismo e para a estima de professores de formação positivista (Menezes, 1989, p. 171)

O Instituto Miguel Borges se inseria em um contexto mais amplo de reformas no ensino ofertado em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, tendo como referência o método intuitivo, o ensino ativo e a pedagogia da nação e a contraposição às humanidades clássicas. Essas “ondas pedagogizantes”, na definição de Ana Glória Silva, eram alimentadas “por parte de educadores e de uma comunidade que apostava na formação escolar como um projeto existencial capaz de dar sentido ao ser e ao viver” (Silva, 2010, p. 40). Essas três correntes pedagógicas tinham em comum, entre outras características, a “convicção do ensino das ciências positivas”, a “formação do cidadão esclarecido”, a “construção de competências para a transformação social” e a “constituição da consciência da autoimagem de características específicas de um determinado povo, das particularidades de um território, da compreensão de uma língua, numa palavra, da nação” (Silva, 2010, p. 41). Elementos que certamente foram apreendidos por Djacir, como indica a escrita de *O outro Nordeste* (Barbalho, 2023; Estevão, 1996).

Em 1921, ingressou no curso de Humanidades do Liceu, onde ficou até 1925, tendo sido orador de sua turma e um dos fundadores e o primeiro diretor da revista *Ideia*, que se tornaria o órgão oficial do Centro Estudantil Cearense (CEC) fundado em 1931. O Liceu era

o espaço de formação e de sociabilidade dos jovens que iriam se tornar as elites econômicas, políticas e culturais do estado. Como situa, Carolina Maciel, “desde seus primeiros anos de funcionamento [o Liceu] foi contemplado como melhor instituição de ensino do Estado. Vários nomes de relevo que fazem parte da História oficial do Ceará e do país passaram pelos bancos escolares desta instituição” (Maciel, 2018, p. 74).

Sobre a sua formação básica, Antônio Paim (1999) destaca a relação entre o jovem liceísta Djacir e o professor catedrático de Filosofia daquela instituição José da Cunha Sombra, um reconhecido intelectual local e simpatizante do espiritualismo, autor, entre outros, de *A falência da moral leiga e Feminismo*, e a quem dedicaria seu primeiro livro *O problema da realidade objetiva* publicado em 1932. Ainda como aluno do Liceu, passou a escrever artigos para os jornais da cidade, sendo o primeiro, intitulado “A emancipação da mulher”, publicado em *A Razão*, em outubro 1924.

Figura 1 – Cartão de matrícula de Djacir Menezes no Liceu



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

Em 1926, Djacir entrou para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito em Fortaleza, seguindo a lógica que operava desde o Império das faculdades de Direito serem o principal núcleo de formação e recrutamento de intelectuais e políticos brasileiros (Adorno, 1988; Carvalho, 2003). O próprio Djacir, em palestra conferida em 1940,

corroborava com esse papel ao defender que a função da Faculdade de Direito do Ceará era “colaborar com o Estado na preparação das suas elites, a fim de se realizar o grande trabalho de harmonia social e política, que é a suprema aspiração dos povos” (Menezes, 1981, p. 29-30).

Barreto aponta que nesse período de faculdade, ao acessar o livro *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, de Pontes de Miranda, Djacir ampliou seus interesses para novas fontes intelectuais: “a Ernst Mach, ao empiriocriticismo, à filosofia matemática (Russel, Ramsey, Carnap, Schick) e ao exame gnosiológico das ideias fundamentais da Teoria da Relatividade” (Barreto, 1988, p. 64). É o início também da publicação de seus primeiros ensaios em revistas de cunho acadêmico com o “A mentira divina” na *Revista Clóvis Beviláqua* de Fortaleza em 1927.

Naquele mesmo ano, começou suas atividades profissionais como jornalista escrevendo para *O Ceará*, órgão de oposição às facções políticas dominantes no Ceará antes da Revolução de 1930. Não se tratava, contudo, de um periódico ligado às classes trabalhadoras. Seu fundador, Júlio Ibiapina, mesmo não integrando os círculos do poder, pertencia à elite intelectual e econômica da cidade e usava o jornal como espaço para suas críticas ao governo (Amaral, 2018).

Alguns dos primeiros artigos de Djacir nesse jornal foram: “Os creadores do ambiente revolucionário”; “Que o povo faça a revolução”; “Época que nega o direito” e “O direito de revolução”. Marisa Mello (2019) relata que, em 1928, Rachel de Queiroz², que também colaborava com *O Ceará*, tinha ficado amiga de “comunistas”, entre eles Djacir. Apesar de não ter sido localizada qualquer referência de sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, os artigos de *O Ceará* sinalizam o posicionamento político-ideológico de Menezes. Melo (1983) qualificava Djacir como educador, filósofo, sociólogo, economista e jurista, mas também como um polemista, tendo sido na juventude tribuno popular em campanhas políticas. Teriam sido esses escritos e ações que o levaram a ser preso por “atividades subversivas” e deportado para o Rio Janeiro em 1928, segundo depoimento de seu primo Paulo Elpídio de Menezes Neto³.

Por conta de seu “exílio”, Djacir concluiu sua graduação em 1930 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, tendo retornado logo em seguida para o Ceará, uma vez que as elites políticas da Primeira República tinham decaído com o governo Vargas e assumido novas facções inicialmente comandadas pelos Távora. O processo revolucionário e o

período getulista foram temas de muitos de seus artigos publicados na imprensa local e na de outros estados. Contudo, em cartão postal enviado para seus pais, Djacir não demonstra uma adesão incondicional ao movimento, apontando sua ambiguidade entre continuísmo e reformismo. Tanto que não há elementos que apontem para uma participação sua no novo governo cearense conduzido pelos interventores, ao contrário do que ocorreria com outros intelectuais em âmbito estadual e nacional que aderiram aos aparelhos de Estado como meio de vida (Miceli, 1979; Mota, 1989).

Figura 2 – Postal enviado por Djacir Menezes a seus pais



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

A proximidade com a filosofia alemã resultou na sua tese de doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará defendida em 1932 intitulada “Kant e a ideia do direito” e publicada em livro no mesmo ano. Vale destacar que Djacir participou, ao lado de outros três integrantes, da primeira turma do Doutorado daquela instituição aberto em 1931. Esse foi o início de sua vasta produção filosófica que convergiu, como se disse, para o culturalismo jurídico. No período cearense, sua obra era, segundo Montenegro, marcada por um “denso cientificismo, de permeio com o materialismo dialético” que, nessa conjugação, levava “a uma maior potenciação de um entendimento materialista da realidade objetiva exterior” (Montenegro, 2007, p. 288).

Após a formatura, Djacir assumiu vários cargos públicos na área de ensino, todos por meio de concurso. Foi inspetor regional de ensino (1931), professor de Psicologia na Escola Normal (1932-1938), de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito do Ceará (1938) e do Colégio Militar (1939). De sua experiência como inspetor saíria material para o artigo “Aspectos da educação cearense” publicado em 1932 na revista *Educação Nova* de Fortaleza.

Em 1940, foi um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, da qual se tornou professor de Economia Política. É importante destacar que o novo curso convergia com os interesses modernizadores do governo Vargas que buscava qualificar a burocracia estatal, migrando de uma elite bacharelesca e literária para uma com formação mais técnica (Gouvêa, 1994; Nunes, 2003). Ou seja, bacharel em direito, Djacir acompanha esse movimento e converge sua trajetória na direção dessa disciplina, que o permitiria ir lecionar no Rio de Janeiro, como dito na introdução. Seus ensaios dessa época indicam essa aposta: em 1936 publica “Quantitativismo e metodologia estatística” na revista *O Momento* de Fortaleza; em 1939, “Biologia e processo econômico” na *Revista de Ciências Econômicas* de São Paulo e “Preliminares de economia matemática” na revista *Valor* de Fortaleza; em 1940, “Determinismo estatístico e lógica probabilística em Economia Política” na revista *Economia* de São Paulo; e em 1941, “A classificação das formas econômicas à luz da nova lógica” na revista *Sociologia* também de São Paulo.

Ainda no período cearense, ocupou outros postos de relevo: membro eleito da *National Geographic Society* (1939), fundador e primeiro diretor da Academia de Comércio Farias Brito (1941), representante da Faculdade de Direito no I Congresso de Direito Social reunido em São Paulo (1941) e membro da Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho (1941).

Na sequência, será analisado o campo cultural cearense no momento de atuação de Djacir para que possam ser entendidas as possibilidades postas para sua carreira intelectual.

O campo intelectual cearense na primeira metade do séc. XX

No período em que Djacir viveu em Fortaleza, predominava na cidade a figura do intelectual polígrafo — cuja produção era predominantemente ensaística em diversas áreas (literatura, direito, história, geografia etc.) e que, além do emprego público e da atuação

política, também dava aula e escrevia para jornais e revistas — frente à inexistência de um espaço ampliado de trabalho e de consumo simbólicos, o que poderia garantir maior autonomia do intelectual frente às esferas social e política, tal como se observa em campos sociais relativamente autônomos, constituídos por agentes específicos, com suas instâncias de consagração e de reprodução, seu tipo capital e suas posições e disposições. Como situa Bourdieu, como “um espaço de posições que age como campo de forças possíveis exercendo-se sobre aqueles que entram nele” (Bourdieu, 2021, p. 325).

No contexto fortalezense o que havia era um espaço social pouco diferenciado no qual circulavam os produtores simbólicos de modo a compartilharem as mesmas instituições, leia-se Academia Cearense de Letras (ACL) e Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IC). A ACL e o IC eram as duas mais importantes instâncias culturais do Ceará, reunindo a elite intelectual do estado, ou seja, aqueles que se consagravam ao serem aceitos naqueles ambientes e, ao mesmo tempo, mantinham sua função consagradora na medida em que as legitimavam com sua participação. O historiador Raimundo Girão resalta essa proximidade ao afirmar que as duas instituições viviam “a vida de irmãos xifópagos, tal a aproximação, a afinidade que se observa entre uma e outra” (Girão, 1954, p. 287). Com apenas sete anos de diferença entre o surgimento de uma e de outra, juntas agitavam os “negócios na espiritual indústria das belas letras” cearenses.

Até mesmo as novas gerações rapidamente se incorporavam a essas agremiações sem que tenham exercido o papel iconoclasta de questionadores da *doxa* dominante. Em um domínio cultural reduzido, com poucas possibilidades de se assumirem como heterodoxia, os “novos” não pagavam o pedágio do confronto e logo se viam no topo da hierarquia do poder intelectual, dispensando derrubar os “antigos”. É o caso de Djacir que entrou na instituição em 1933, antes dos 30 anos, apadrinhado por um de seus fundadores, o Barão de Studart. Esse reconhecimento por parte de Studart era um recurso indispensável para qualquer intelectual cearense se projetar tanto no estado, quanto fora dele.

Studart, um “homem exemplar”, na definição de Pedro Holanda Filho, fundou e/ou foi membro, entre outras, das seguintes agremiações: Institutos Históricos do Ceará, da Bahia e de São Paulo, da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de uma ampla produção bibliográfica e arquivista, o Barão construiu para si e em torno de si um “teatro da memória” e a “imagem de homem letrado, erudito, especialista em documentos antigos e, sobretudo, religioso e

caridoso” (Holanda Filho, 2018, p. 51).

Criado em 1887, o IC foi um dos últimos institutos estaduais que surgiram a partir do caso exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Diferente do que ocorreu no domínio literário, não havia uma tradição de agremiações científicas no Ceará da qual o Instituto fosse herdeiro. Nesse sentido, segundo Geraldo Nobre (1977), o fato determinante para a constituição do IC foi a atuação da Comissão Científica de Exploração no Ceará entre 1859 e 1861. Organizada pelo IHGB e chefiada por Gonçalves Dias, ela permitiu que colaboradores locais entrassem em contato com os membros do IHGB, fomentando a ideia de criar uma instituição congênere no estado.

Mas foi a partir de uma agremiação literária, o Gabinete Cearense de Leitura, um centro de estudo que oferecia conferências públicas, aulas de língua e ciências e curso noturno de instrução primária, com o objetivo de ampliar na província o domínio cultural e o interesse pelas questões literárias (Brito; Martins, 2018), que surgiu o IC. O propósito da nova instituição era, segundo sua ata inaugural, “fazer conhecida a história e a geografia da Província e concorrer para a propagação das letras e das ciências no Ceará” (Sucupira, 1977, p. 60), o que ocorria quando das reuniões de seus sócios e, principalmente, por meio de sua revista, iniciada no mesmo ano de criação do IC.

A nova instituição alcançou destaque no cenário intelectual da província, não apenas por suas atividades, mas também por seus integrantes serem reconhecidos em suas diversas áreas de atuação (ensino, jornalismo, profissões liberais), incluindo a política (Menescal, 2012). O lugar do IC entre os cearenses dedicados à ciência só vai perder sua centralidade com o surgimento da Universidade do Ceará nos anos 1950 que, paulatinamente, se tornará a instância de formação e de consagração das elites intelectuais locais. Já existiam em Fortaleza, até os anos 1940, as faculdades de Direito (1903), de Farmácia e Odontologia (1916) e de Agronomia (1918). Mas essas instituições pouco atuavam como lugar de pesquisa e mantinham a função de espaços de socialização das elites, de modo que ainda não se esboçava, no Ceará, uma comunidade científica.

Para isso concorreram razões variadas, entre as quais as intempéries econômicas e políticas vivenciadas no estado ao longo da Primeira República. Mozart Soriano Aderaldo (1986) aponta que nas duas primeiras décadas do século XX ocorreu um “hiato” nas “lides literárias” cearenses, isso porque muitos de seus intelectuais tinham migrado para outros estados, principalmente para o Rio de Janeiro. Se Aderaldo avalia que esse fenômeno foi

motivado pelas conturbações entre as facções políticas locais, pode-se acrescentar as poucas oportunidades de profissionalização e atuação disponibilizadas para estes agentes.

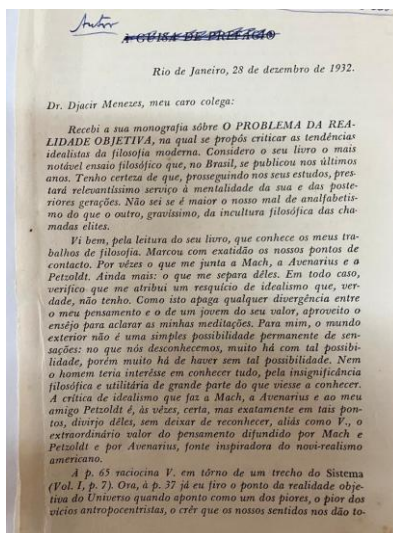
Por sua vez, com a proximidade entre os domínios intelectual e político, haveria um engajamento de parte considerável dessa intelectualidade na política e nos aparelhos estatais. Em outras palavras, os domínios políticos e culturais possuíam ampla área em comum, constituindo um espaço social híbrido que favoreceria os fenômenos que Igor Grill e Eliana Reis denominam de multinotabilidades, multidimensionalidades e multiposicionalidades. No primeiro caso, trata-se de entender como os agentes reúnem e mobilizam “suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos”. No segundo, trata-se das “lógicas” e das “práticas de ação” agilizadas a partir da “pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexíveis”. E no terceiro, como se dá a “vinculação das posições sucessivas e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social de que eles dispõem” (Grill; Reis, 2016, p. 24).

Tendo esse contexto como pano de fundo, a seção seguinte apresentará a produção de Djacir no período em que viveu no Ceará.

A produção cearense de Djacir Menezes

Até sua mudança para o Rio de Janeiro, Djacir tinha publicado diversos livros e opúsculos sobre educação, direito, economia, filosofia e sociologia (Quadro 01) e mais de trezentos artigos e ensaios em revistas e jornais. A grande maioria foi editada em Fortaleza por gráficas que também funcionavam como editoras, com tiragem e circulação limitadas por conta do isolamento da capital cearense em relação aos principais centros intelectuais do país. Sua primeira obra, *O problema da realidade objetiva* foi prefaciado pelo jurista e filósofo alagoano Pontes de Miranda. Na realidade, o prefácio foi a carta que Miranda enviou a Djacir depois de ler os originais do futuro livro e onde afirma se tratar do “mais notável ensaio filosófico” publicado no país nos últimos anos.

Figura 3 – Carta de Pontes de Miranda para Djacir Menezes



Fonte: Acervo “Djacir Menezes” da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Ceará

Contudo, suas obras didáticas sobre Psicologia, Sociologia e Economia foram publicadas pela editora Globo, de Porto Alegre, uma das maiores do país cujo foco era a publicação de traduções e de autores de ficção gaúchos (Batista, 2008), o que torna ainda mais relevante a inserção de Djacir em seu catálogo. Por sua vez, o *Dicionário psicopedagógico*, prefaciado por Fernando de Azevedo, saiu pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Tratava-se de outra grande editora brasileira dos anos 1920 a 1940, com acervo dedicado em grande parte à produção de livros didáticos e de literatura. Mesmo com a diversificação do catálogo, a editora investiu em coleções com teor claramente educativo nas áreas da saúde, jurídica, ciências humanas e exatas, a exemplo da Biblioteca das Moças, da Biblioteca do Espírito Moderno, a Biblioteca Pedagógica, da Atualidades Pedagógicas, da Iniciação Científica e da Brasiliana (Rodrigues; Miranda; Toledo, 2015).

A respeito do *Dicionário psicopedagógico*, Miguel Gallegos aponta que a obra é uma das primeiras no Brasil “con el objetivo de recopilar los conceptos psicológicos con un marcado énfasis pedagógico” (Gallegos, 2018, p. 08), ainda que Djacir permaneça um desconhecido entre psicólogos brasileiros. Com prefácio de Azevedo, que em 1933 tinha lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a obra se associa ao movimento de renovação pedagógica liderado pelo educador mineiro e integra a bibliografia adotada nas escolas reformadas (Domingues; Zimmer, 2019).

Quadro 1 – Publicações de livros e opúsculos de Djacir Menezes entre 1927 e 1941

Filosofia	1. <i>O problema da realidade objetiva: críticas às tendências idealistas da filosofia moderna</i>, Fortaleza. Tipografia Gadelha, 1932. 144p. (Dedicado à memória do Prof. José Sombra); Segunda edição revista e ampliada, Tempo Brasileiro, 1971. Prefácio da primeira edição de Pontes de Miranda.	5. <i>Enunciado da lei natural e vida social: contribuição à sociologia do direito</i>. Fortaleza, Silveira Marinho, 1936. 26p. (Texto em alemão: <i>Naturgesetzlichkeit und soziales leben; beitrage zur allgemeinen einföhrung in die rechtswissen-schaftliche soziologie</i>).
	2. <i>Kant e a ideia do direito</i>. Fortaleza. Tip. Minerva, 1932. 13p. (Tese de doutoramento – Faculdade de Direito do Ceará).	6. <i>Preparação ao método científico: breve introdução à filosofia moderna, os problemas epistemológicos, a ciência como processo histórico-cultural de adaptação</i>. Prefácio Artur Ramos. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1938.
	3. <i>Análise científica dos fenômenos históricos</i>. Fortaleza. Tip. Gadelha, 1933. 15p. <i>A teoria científica do direito de Pontes de Miranda</i>. Fortaleza. Est. Gráfico A.C. Mendes, 1934.	7. <i>Meu credo científico: discurso de paraninfo</i>. Rio de Janeiro, Ed. Fortaleza, 1940.
	4. <i>Realismo e nominalismo da filosofia medieval; uma palestra</i>	

	para estudantes. Fortaleza, Ramos & Pouchain, 1935.	
Crítica Social e Estudos Brasileiros	1. <i>Diretrizes da educação nacional; significação sociológica da educação; seus fundamentos biológicos.</i> Prefácio José Sombra. Fortaleza, Tip, Gadelha, 1932.	5. <i>O outro Nordeste; formação social do nordeste pastoril.</i> Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
	2. <i>Direito, socialismo e confusionsismo; 1ª parte.</i> Fortaleza, Minerva. 1934. _____. 2ª parte. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1935. 23p. _____. 3ª parte. Fortaleza, Urânia, 1936.	6. Prefácio. In: LINS, Mário. “Espaço-tempo e relações sociais”. Rio de Janeiro, 1938.
	3. <i>Naturgesetzlichkeit und soziales leben; beitrage zur allgemeinen Einfuehrung in die Rechtswissenschaftliche Sociologie.</i> Fortaleza, Verlag Von Silveira Marinho e Cia. 1936.	7. <i>A educação no Ceará; repasse histórico-social.</i> Fortaleza, 1939. 30p. (Separata do Livro O Ceará).
	4. <i>A regra jurídica; o problema da indicatividade e da imperatividade na</i>	8. <i>O princípio de simetria e os fenômenos econômicos.</i> Prefácio Nogueira de Paula. Rio de Janeiro, Pongetti, 1939.

	epistemologia jurídica. Fortaleza, Ramos & Ponchain, 1937.	
Didática	1. <i>Psicologia</i> ; precedida de uma introdução anatomo-fisiológica para uso das escolas normais e ginásios equiparados. Porto Alegre, Globo, 1933. _____. 2ª ed. corrigida e muito aumentada. Porto Alegre, Globo, 1937. 205p. (Manuais Globo).	4. <i>Aspectos da economia nacional</i> . Fortaleza, Tipografia Minerva, 1934. (Separata da Revista do Instituto do Ceará).
	2. <i>Pedagogia</i> . Porto Alegre, Globo, 1935.	5. <i>Introdução à ciência do direito</i> . Porto Alegre, Globo, 1934.
	3. <i>Princípios de sociologia</i> ; de acordo com o programa oficial. Porto Alegre, Globo, 1934.	6. <i>Dicionário psicopedagógico</i> . Prefácio Fernando de Azevedo. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1935.
		7. <i>Economia política</i> . Porto Alegre, Globo, 1936.

Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO, 1998

Mas desse conjunto de publicações, a que se destaca é *O outro Nordeste*. Na avaliação de Geraldo Bezerra de Menezes (1986b), é a sua principal obra de sociologia, qualificada pelo próprio autor como “polêmica”. Pode-se mesmo dizer que se trata de uma obra isolada no conjunto de livros publicados até aquele momento, onde se destacam suas reflexões no âmbito jurídico e filosófico⁴.

Para a escrita de *O outro Nordeste*, Djalma não recorreu à documentação de arquivo e baseou suas considerações a partir das obras escritas por aquelas gerações de ensaístas que vinham desde o século passado. Seus interlocutores privilegiados são seus colegas, vivos ou mortos, do IC, tais como Joaquim Alves, Joffily Irineu, Thomás Pompeu Sobrinho, Capistrano de Abreu, Antonio Bezerra, Carlos Studart, Barão de Studart, e de outros institutos históricos, em especial, os dos estados nordestinos

Como dito na introdução, *O Outro Nordeste* saiu na coleção “Documentos Brasileiros”, criada e dirigida, em sua primeira fase, por Gilberto Freyre e publicada pela JO. É importante considerar que esta editora ocupava uma posição central no campo cultural brasileiro nos anos 1930 de modo que detinha o poder de consagrar seus autores e autoras. Esse lugar se revela no fato da JO publicar intelectuais situados no amplo espectro político-ideológico da época, da direita integralista à esquerda comunista. Se a “Documentos Brasileiros” reúne um conjunto de temas abordados por perspectivas liberais ou mesmo progressistas, a coleção “Problemas Brasileiros”, como informa Randal Johnson (1995), era o espaço de divulgação de Plínio Salgado e seu grupo.

O autor cearense tinha consciência do que significou a publicação de seu livro por essa editora. Em seu pronunciamento durante a sessão em homenagem aos 50 anos da referida editora em 1986 no Conselho Federal de Cultura (CFC), do qual era membro, Djalma relembra a “sorte” de ter sido um autor da JO. Isso ocorreu porque ele teve oportunidade em Recife de mostrar a Gilberto Freyre o seu trabalho inédito intitulado “Evolução de uma sociedade pastoral nas áreas da caatinga”. Na ocasião, Freyre, com um “golpe de vista” viu “que se tratava de uma outra vertente” de análise do Nordeste e teria dito a Djalma Menezes: “Você está olhando para o outro lado do horizonte. Isso aí é o outro Nordeste, e não aquele que estudei” (Menezes, 1981, p. 16). Foi Freyre também quem propôs o título, pois achou o anterior “muito acadêmico e muito pernóstico” (Menezes, 1986, p. 47).

Considerações finais

A análise empreendida aponta como Djalma conseguiu estabelecer sua carreira intelectual atuando em um campo intelectual limitado, onde prevaleciam instituições herdeiras do *modus operandi* do Império (ACL e IC) ou faculdades que ainda não tinham se constituído como centros propriamente acadêmicos. Para tanto, como observado, herdou

predisposições para o mundo das letras, como evidenciam a educação e a biblioteca fornecidas por seu pai, o que possibilitou, desde muito cedo, seu acesso à literatura europeia, bem como a habilidade com línguas estrangeiras, com destaque para o alemão, o que lhe possibilitou ler no original autores de referência para sua formação, além de escrever e publicar obras nesse idioma.

Detentor de um “nome de família”, Djacir dispunha, de partida, de um capital social ao qual agregou as próprias relações de camaradagem adquiridas nas instituições de ensino de elite que frequentou, em especial o Liceu e as faculdades de Direito em Fortaleza e no Rio de Janeiro, e as relações profissionais, conquistadas em suas várias atividades: jornalista, professor do ensino básico e superior e membro de instituições consagradas. Essas relações se estendiam para fora do estado, seja por meio de correspondências, como revela a carta de Pontes de Miranda, seja pela participação em eventos, o que possibilitou, por exemplo, seu encontro com Gilberto Freyre e a publicação de seu livro pela JO.

Outra aposta importante de Djacir foi redirecionar sua carreira, em fins dos anos 1930, para a economia, o que lhe abriu novas frentes de atuação, no momento de valorização dessa disciplina. Por fim, a sua atuação intensa como escritor, colaborando com mais de uma centena de artigos e ensaios para jornais e revistas, além de livros e opúsculos, alguns deles publicados nas principais editoras brasileiras do período e com prefácios de intelectuais reconhecidos nacionalmente, a exemplo de Miranda e Fernando de Azevedo.

Desse modo, entende-se a projeção local e nacional de Djacir e o fato de, parafraseando Tinhorão (2006), atuando em uma “província pobre”, ter conseguido discutir, no mesmo plano, com os intelectuais da capital da República “as mais recentes conquistas da ciência ou as últimas modas filosóficas ou literárias”.

Referências

ABREU, Berenice. *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

ADERALDO, Mozart Soriano. História Literária do Ceará (Dos "Oiteiros" ao Grupo Clã). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 225-247, 1986.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Retóricas do atraso e da crise: Ceará (1916-1930)*.

2018. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARRETO, Gerardo Dantas. O itinerário filosófico de Djacir Menezes. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Djacir Menezes (1907-)*: bibliografia e Estudos Críticos, Homenagem aos 80 anos. Salvador: CDPB, 1988.

BARBALHO, Alexandre. O outro Nordeste Djacir Mezenes e a Sociologia do Sertão. *Albuquerque: revista de história*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 209-226, 2023.

BATISTA, Karina Ribeiro. *A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940*. 2008. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BEZERRA DE MENEZES, Geraldo. O mestre Djacir Menezes. *R. C. pol.*, Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p.7-8, 1986a.

BEZERRA DE MENEZES, Geraldo. Homenagem a Djacir Menezes. Intervenção. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, v. 17, n. 62-65, 1986b.

BRITO, Luciana; MARTINS, Ricardo André Ferreira. A consolidação do campo literário cearense e do público leitor em fins do século XIX: o caso da Padaria Espiritual e outros grupos de homens de letras. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2018, p. 425-443.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral*. Vol. 2: habitus e campo. Curso no *Collège de France*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Djacir Menezes (1907-)*: bibliografia e Estudos Críticos, Homenagem aos 80 anos. Salvador: CDPB 1988.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. Cultura, direito e dialética no pensamento neohegeliano de Djacir Menezes: uma contribuição à contra-história da jusfilosofia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 113, p. 571-596, 2016.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos no Ceará provincial*. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

DOMINGUES, J. M.; ZIMMER, I. Alguns reflexos da legislação brasileira na Formação de Professores no nível elementar catarinense, 1946-1996. *Ensino & Multidisciplinaridade*, São Luís, v. 5, n. 1, p. 84-100, 2019.

ESTEVÃO, José Carlos. O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir

Menezes. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 27, n. 1, p. 73-83, 1996.

GALLEGOS, Miguel. La difusión enciclopédica de la psique en América Latina: diccionarios para la enseñanza (1916-2000). *Psyche*, Santiago, v. 27, n. 1, p. 01-20, 2018.

GIRÃO, Raimundo. Instituto do Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, n. 26, p. 287-289, 1954.

GOUVÊA, Gilda. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRILL, Igor; REIS, Eliana. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre “política” e “cultura” no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). *Revista USP*, n. 26, p. 164-181, 1995.

HOLANDA FILHO, Pedro. *O Barão da caridade: a morte de Guilherme Studart e a invenção de uma vida exemplar (1856 – 1938)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

LEMENHE, Auxiliadora. *Família, tradição e poder; o (caso) dos coronéis*. São Paulo: AnnaBlume, 1995.

MACIEL, Carolina. O Centro Liceal de Educação e Cultura: formação cívica, cultural e defesa dos direitos dos estudantes do Colégio Estadual do Ceará. *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 4 n. 1, p. 72-85, 2018

MELLO, Marisa Schincariol de. *Como se faz um clássico da literatura brasileira?* Rio de Janeiro: Automática, 2019.

MELO, Hélio. Djacir Menezes. *Rev.. Inst. do Ceará*, Fortaleza, p. 267-271, 1996.

MELO, Hélio. Saudação a Djacir Menezes. *Rev.. Inst. do Ceará*, Fortaleza, n. 97, p. 223-225, 1983.

MENESCAL, Ana Alice. A história trazida à luz:^[1]^[2]O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas. *Tarairú*, v. 1, n. 4, 2012, p. 46-63.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2018.

MENEZES, Djacir. Evocação de um pioneiro: Odorico Castelo Branco. *Revista de Ciência Política*, v. 32, n. 4, p. 170-171, 1989.

MENEZES, Djacir. Homenagem a Djacir Menezes. Intervenção. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, ano 17, n. 62-65, 1986.

MENEZES, Djacir. 50o. aniversário de fundação da livraria José Olympio. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, n. 42, p. 11-18, 1981.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTENEGRO, João Alfredo. O pensamento de Djacir Menezes. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 277-298, 2007.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1930-1945*. Fortaleza: Stylus, 1989.

NOBRE, Geraldo. Gênese do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 37-43, 1977.

NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.

PAIM, Antônio. Revisitando Djacir Menezes. *Revista do Instituto Histórico*, Fortaleza, p. 289-295, 1999.

ROCHA FILHO, J. Dias da. Vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (1740-1831). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 03-153, 1916.

RODRIGUES, Jaime; MIRANDA, Marcia Eckert; TOLEDO, Maria Rita. O acervo da Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para pesquisa histórica. *Revista de fontes*, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2015.

SANTIROCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. *Reflexão*, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2017.

SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leituras no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do Século*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Marcos José Diniz. “Que as minorias não sejam espezinhadas em seus direitos”: igualdade religiosa em debate na imprensa cearense nas décadas de 1920 e 1930. *OPSIS*, v. 11, n. 2, p. 219-238, 2011.

SILVA, Marcos José Diniz. Maçonaria, Teosofia e Esperanto: afinidades espiritualistas em redes intelectuais no Ceará dos anos de 1920. *Locus: Revista de História*, v. 21, n. 1, 2015.

SUCUPIRA, Luís. A comunidade e o Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 60-62, 1977.

TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Edição fac-similar. Fortaleza:

NUDOC, 2006.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. Aspectos Históricos dos Sistemas de Numeração em Um Livro de Aritmética Publicado no Ceará em 1904. *Boletim Cearense de Educação e História da Matemática*, v. 5, n. 14, p. 123-138, 2018

Artigo recebido em 01/08/2024

Aceito para publicação em 24/02/2025

Editor(a) responsável: Maria Cecília Teixeira Miranda

¹ Depoimento retirado de “Djacir Menezes — o Homem e Seus Livros — Parte I”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gWqauyd_L0Q&t=909s. Eça de Queiroz seria tema constante dos escritos de Djacir. Em 1941, por exemplo, publicaria o ensaio “Eça de Queiroz e a crítica” na revista carioca *D. Casmurro* e, em 1950, o livro *Crítica social de Eça de Queiroz* pela Imprensa Nacional.

² A aproximação com Rachel, nascida em 1910 em Fortaleza, não é só geracional, mas também temática. Seu livro de estreia, *O Quinze*, lançado na capital cearense em 1930, trata do universo do sertão, o mesmo abordado por Menezes, em seu *O outro Nordeste*.

³ Depoimento retirado de “Djacir Menezes — o Homem e Seus Livros — Parte I”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gWqauyd_L0Q&t=909s

⁴ Em nota escrita para a terceira edição de *O outro Nordeste*, Djacir revela que logo após este livro, começou a escrever o que seria sua sequência e deveria se intitular “Fanatismo e Cangaço”. Era uma época em que ainda vivia no Ceará e, nas suas palavras, “estávamos inteiramente voltados para este tema de sociologia regional, com implicações políticas profundas na vida do país” (Menezes, 2018, p.180). O material que copilou serviu de base para o capítulo IV “O binômio: o violento e o místico” da referida edição.

ONDE ANDAM AS MULHERES: Balanço Sobre a Atuação Feminina em Motins no Início do Século XX em São Paulo

WHERE WOMEN WALK: Analysis of Women's Role in Riots at the Beginning of the 20th Century in São Paulo

Vitória Ribeiro¹

Resumo: Nosso intuito com este artigo é de entender a atuação feminina em motins no início do século XX, reconhecendo a circulação no espaço urbano marcada pelo estigma e a violência. Submetidas ao ideal da mulher relegada ao espaço doméstico e à realidade precária de mulheres trabalhadoras, expor como as mulheres andavam na cidade nos orienta a melhor compreender sua atuação nos debates por melhores condições de vida. Partiremos de contribuições no debate sobre os motins e a economia moral, nos levando à imprensa como fonte promissora para denúncias. Buscaremos trazer considerações exploradas pela historiografia, com enfoque na cidade de São Paulo durante período de mobilização contra a crise de moradia que assolava a cidade no período.

Palavras-chave: Mulheres, Motins, Direito à Cidade, São Paulo, Primeira República.

Abstract: Our aim with this article is to understand women's participation in riots at the beginning of the 20th century, recognizing their movement through urban spaces shaped by stigma and violence. Subjected to the ideal of women confined to the domestic sphere and to the precarious reality of working women, examining how they moved through the city helps us better understand their role in struggles for improved living conditions. We begin with contributions to the debate on riots and the moral economy, leading us to consider the press as a promising source for public denunciations. We seek to incorporate reflections drawn from historiographical contributions, focusing on the city of São Paulo during a period of mobilization against the housing crisis affecting the city during this period.

Keywords: Women, Riots, Right to the City, São Paulo, First Republic.

Economia moral, motins e a atuação feminina na historiografia

A escassez de fontes configura uma das principais dificuldades no estudo sobre a história das mulheres (Perrot, 2017). Esse desafio é ainda maior se tratando de mulheres pobres, nos sobrando esparsos registros. Na tentativa de apreender a atuação dessas agentes nas mobilizações urbanas, devemos nos atentar a pequenas pistas, muitas das vezes associadas a seus “desvios de comportamento” (Rosin, 2021). Em seu texto de revisão sobre a economia moral, E. P. Thompson dedica uma seção inteira a falar especificamente sobre as mulheres e suas relações com os motins entre os séculos XVII e XVIII. O autor aponta para a dificuldade das fontes, visto que muitos dos termos utilizados para descrever essas mobilizações falavam de multidões, no plural, e de forma

¹ Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: ribeiro.vitoria@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2332-4724>. Bolsista CAPES-DS.

“neutra”, relegando sua presença na imprensa à quando eram presas ou mortas, ou seja, em situações de extrema violência (Thompson, 1998).

Thompson argumenta que a presença (ou ausência) das mulheres nos motins poderia estar relacionada a mudança de táticas. Outro ponto de destaque é o lugar central delas na compra e venda de bens de primeira necessidade nas cidades-mercados, conhecidas à época como “mercado das mulheres”. O historiador evidencia o papel social das mulheres enquanto responsáveis pela administração das casas e, consequentemente, serem aquelas mais conscientes dos preços dos alimentos e capazes de discutir sobre as altas deles. Aponta que as cidades-mercados além de exporem a expertise das mulheres frente as reivindicações contra a carestia de vida, também possibilitava um espaço de construção de redes que fortalecia a criação de manifestações como os motins. Aponta que:

De qualquer modo, o mercado era uma grande ocasião de sociabilidade. Será que ninguém ousa sugerir que o dia do mercado podia ser realmente divertido? Se as mulheres tinham um papel tão importante na criação das redes de relações entre as famílias na comunidade, como é que não tomariam parte numa ocasião tão importante para a socialização da comunidade (e para as fofocas) como o mercado? (Thompson, 1998, p. 245).

Thompson reforça a proeminência de mulheres nos motins da fome em regiões onde predominavam a economia doméstica manufatureira, onde o espaço ocupado pelas mulheres nesta economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança. Apresenta exemplos de suas prisões, sendo mais frequentes que a dos homens em penas mais brandas e menos frequentes em penas mais pesadas. Observa a violência realizada pelas mulheres que, segundo o historiador, eram menos frequentes, mas nem por isso as tornavam menos comprometidas com táticas de mobilização. Expõe que olhar para os motins e, especificamente, para a atuação feminina nos mesmos é uma forma de mostrar que táticas diferentes foram úteis e decisivas no andamento dos levantes.

Partindo das considerações de Thompson sobre a presença feminina nos motins é possível compreender o motivo de muitas vezes serem vistos como formas menos importantes e eficientes de manifestações. Apesar de não serem compostos apenas por mulheres, sua presença pode ter desempenhado papel relevante no descrédito concedido a esses levantes. No mais, as intenções do autor são de justamente ir contra essa ideia e apresentar como a presença feminina nos motins representava uma expertise advinda de seus conhecimentos domésticos, de suas trocas nos mercados com outras mulheres e de suas próprias táticas empenhadas.

Autoras como Dana Frank (1985) exploram as táticas femininas em manifestações trazendo o exemplo das donas de casa que se mobilizaram contra a alta dos preços em uma comunidade judaica de Nova Iorque em 1917. Busca apresentar as percepções destas mulheres sobre economia política: quem acreditavam estar no poder, o que achavam que deveria ser feito e como acreditavam que, como mulheres, elas poderiam afetar o sistema econômico. Ao apresentar as táticas dessas donas de casa, coloca-as em contraponto às práticas do partido socialista que, segundo a autora, não propunha a incorporação das reivindicações femininas ou se preocupava em flexibilizar as dinâmicas de gênero presentes dentro do partido.

Em contexto de crise as famílias judias possuíam duas principais estratégias para se sustentarem: redistribuição dos ganhos para alimentação, retirando de outros gastos e vendendo bens; e comprando alimentos de pior qualidade, mudando drasticamente sua cultura alimentar. Frank mostra que uma terceira estratégia seria justamente os motins. A autora reforça, em consonância com Thompson, que apesar de somente termos acesso às suas táticas e agentes no ápice das manifestações, muitas delas remontam semanas ou mesmo meses antes e se estendem para além dos principais registros. Expõe as diferentes táticas realizadas pelas mulheres, destacando os piquetes e atitudes agressivas frente outras mulheres que não aderem aos motins — como derrubada dos produtos comprados —, sem deixar de apresentar a solidariedade presente entre elas contra os ataques policiais.

Aponta para o histórico de mobilizações das mulheres judias que remonta à Europa, marcando a tradição desse tipo de manifestação. Frank também destaca que a geografia das mobilizações se relacionava com a tradição, visto que, geralmente, estavam se amotinando nos bairros em que moravam e contra os comércios locais, expondo a relação pessoal que tinham entre si e com o entorno. Essa proximidade também se dava por serem donas de casa e precisarem estar perto de suas residências e crianças caso algo ocorresse. É essa uma outra forma de pensar as estratégias dos levantes realizados, considerando o quanto a espacialidade viabilizava ou mesmo dificultava o sucesso dos motins.

Destacamos agora às considerações de Joana Dias Pereira (2014). Sua pesquisa dialoga com Thompson para pensar a economia moral dentro do contexto de mobilizações lisboenses. Procura destacar como as mobilizações contra a alta dos preços de bens de primeira necessidade, ocorridas entre 1914-1918, não se encontram desatreladas das greves organizadas pelos militantes políticos. Para a autora os protestos contra o consumo

tomaram uma dimensão política clara, principalmente pela ala mais radical do movimento sindical, os sindicalistas revolucionários.

Pereira destaca que as mulheres foram as principais afetadas pela crise econômica no entre guerras e, conseqüentemente, sua atuação diante do ciclo de agitações deve ser referenciada. A participação feminina nas fábricas foi importante para trazer novas perspectivas e reivindicações para o movimento grevista, desempenhando um papel fundamental e inédito nas manifestações. São as mulheres aquelas responsáveis pela economia familiar e trabalho doméstico e que, por este motivo, estão mais atentas ao aumento de preços. A participação feminina também representa a existência de redes de contato e discussão para além da fábrica – redes informais sejam elas familiares ou de vizinhança. A autora diz que “foi na luta em torno do consumo que as mulheres mais se destacaram como gestoras de redes de solidariedade informais que permitiram uma mobilização massiva das populações” (Pereira, 2014, p. 47).

Outro destaque da autora é que ao se distanciar da historiografia tradicional, marcando a relação existente entre os levantes populares contra a carestia de vida e o movimento organizado dos trabalhadores, o faz pensando na ideia de trabalhadores enquanto *consumidores*. É esse um ponto explorado pelo trabalho de Marcel van der Linden (2009). Há um curto capítulo no livro organizado pelo autor, *Trabalhadores do Mundo*, intitulado “Protestos de consumidores” que traz o debate e dialoga com as intenções da autora em ressaltar os bens circulantes de primeira necessidade.

Porém, a autora se distancia de van der Linden ao compreender a radicalização do movimento como algo insubstituível — para van der Linden a tática de boicote, por exemplo, pode ser não somente um complemento como também uma substituição a greve. Porém, o diálogo permanece. Van der Linden aponta que antes da década de 1960 muitos autores acreditavam que as mulheres da classe trabalhadora tendiam a enfraquecer as iniciativas dos consumidores, ao passo que o autor mostra que são necessárias mais pesquisas para afirmar tal análise. A pesquisa de Pereira vem como uma possível resposta a essa análise. Algo que Linden já sinaliza em seu texto dando o exemplo das trabalhadoras londrinas do início do século XX.

A importância de reconhecer o papel feminino nas revoltas da fome e, mais do que isso, marcar, como faz Pereira, que ele não se encontra desatrelado de um jogo político mais amplo, não remonta apenas ao caso português, como pode ser visto. Podemos mesmo traçar a importância das mulheres nas revoltas dos inquilinos em Buenos Aires, visto que foram as donas de casa aquelas responsáveis por impedirem que os policiais as expulsassem de suas moradias (Silva, 2017). Assim a questão da alta dos

preços e a participação das mulheres, operárias de fábrica, trabalhadoras subalternizadas e responsáveis pelo trabalho reprodutivo, conduziram muitas das manifestações do início do século XX, a partir de seus próprios conhecimentos e culturas, apontando para elementos próprios das mobilizações ali perpetradas.

Mulheres militantes na São Paulo da Primeira República

Em São Paulo, os escritos de Glaucia Fraccaro (2018) e Margareth Rago (2014) são exemplares de pesquisas realizadas sobre a condição das mulheres trabalhadoras no início do século XX. Vale destacar que ambas atentam predominantemente às trabalhadoras de fábricas, apesar de Rago possuir uma vasta pesquisa sobre as trabalhadoras do sexo. No mais, ambas pesquisadoras pouco se atentam a vida das trabalhadoras negras, principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, considerando o contexto de permanências da realidade escravocrata brasileira. Propomos discorrer sobre o projeto de cidade, a exclusão feminina do mesmo e como isso implica nas considerações das autoras citadas, levantando também outros aportes que destaquem a presença de mulheres negras nesse meio. O intuito é de reforçar como a experiência dessas mulheres aponta para um conhecimento prático sobre as questões de carestia e moradia e consequente mobilização política.

Importante iniciar esse debate reconhecendo que o projeto de domesticação, controle e vigilância das mulheres não foi uno e não reverteu nas mesmas resoluções para todas elas. Consideramos que a realidade de uma mulher de classe média, dona de casa, consistia em uma forma de cerceamento de sua circulação que, em comparação as mulheres trabalhadoras, que não tinham a opção de ficar em casa, não alçava os mesmos aparatos de violência e resistência em muitos dos casos. Apontamos também uma diferença entre as mulheres que realizavam o trabalho reprodutivo dentro de suas próprias casas daquelas que o realizavam em casas de outrem. Essa diferenciação é marcada diretamente pela classe e raça dessas mulheres.

Ao falar sobre a realidade da mulher no espaço fabril, Rago aponta o discurso que entende o local de trabalho como moralmente degradante e insalubre para elas. Essa visão fora inclusive reforçada pelos companheiros de ofício como forma de garantir seus empregos, considerando que as mulheres e crianças eram pagas com os menores salários e consequentemente mais atraentes para os bolsos — e mãos — dos proprietários. Mas não somente nas fábricas essas mulheres poderiam gerar lucro. Discursos de naturalização do papel da mulher enquanto mãe e dona de casa foram essenciais para a burguesia

legitimar um outro tipo de trabalho realizado por elas, o trabalho reprodutivo (Federici, 2019). Seriam elas as principais responsáveis pela criação dos futuros trabalhadores, realizando trabalho não pago para os mesmos proprietários que um dia as empregaram. As fábricas e a rua são vistos como espaços degradantes e desviantes da ordem para mulheres e crianças. A mulher “civilizada” deveria se comprometer com o espaço doméstico, realizando seu papel enquanto mãe-cívica e exemplo da moral e dos bons costumes.

Alguns desdobramentos podem ser percebidos a partir do projeto de cerceamento da circulação feminina e direcionamento de seu papel enquanto mãe e dona de casa. Em primeiro lugar, como brevemente exposto, que a prática se distanciava do almejado. Ao pensar nas mulheres pobres, trabalhadoras formais ou informais, muitas continuaram nas ruas em seus trabalhos ou na procura por eles. Pesquisas como de Monique Borin (2014) mostram como na região da Barra Funda, marcada por uma ocupação mista de trabalhadores informais, pobres, operários e profissionais liberais; a presença feminina se fazia pelas donas de bares e botecos da região, expondo não somente uma presença em si, mas que demarcava certa independência financeira dessas mulheres e uma circulação que alcançava altas horas. A participação dessas mulheres na economia também se fazia pelo comércio ambulante, pelas quitandeiras e quituteiras, muitas destas mulheres negras. Borin apresenta um cenário em que mulheres pobres construíram redes, criando algum nível de autonomia e respeito no espaço que ocupavam.

Em diálogo, a tese de Maíra Rosin (2021) que traz para o debate os bêbados e as prostitutas do início do século XX em São Paulo, também traça um cenário de presença e circulação das mulheres no centro da cidade apesar dos marcadores de violência com os quais sofriam. Seja enquanto donas dos bordéis ou trabalhadoras do sexo, a circulação das mulheres nas noites de São Paulo ocorre apesar das inúmeras tentativas dos aparelhos estatais e municipais de apagar suas presenças das ruas em prol de uma imagem idílica de higiene e civilidade. A regulação dos horários de funcionamento de muitos desses espaços, a proibição deles de parecerem o que de fato são e os inúmeros códigos estabelecidos pelo Serviço Sanitário não foram capazes de “limpar” as meretrizes das ruas e bordeis, muito menos de impedir que demais trabalhadores continuassem a frequentar aquela região após seu horário de expediente.

Rosin expõe diversas situações a partir da documentação do Tribunal de Justiça, com casos de roubos e assassinatos que tomaram espaço nos estabelecimentos e nos corpos de mulheres pobres para também demarcar as diferentes táticas utilizadas por essas mulheres para resistir a esse contexto de extrema violência e apartamento de suas vidas

do espaço urbano. Mostra que muitas prostitutas, ao serem abordadas pela polícia, diziam serem domésticas. Isso se dava pela possibilidade de proteção, por vergonha ou a tentativa de ter algum respeito e facilitar sua saída do quadro. Poderia também representar a jornada dupla de trabalho dessas mulheres, mostrando que a realidade precária de suas vidas as forçava a circular pela cidade em mais de um ofício.

A pesquisadora também destaca a diferença existente entre o Alto e o Baixo Meretrício demarcado espacialmente. Aquele nos arredores do Theatro Municipal e este adentrando regiões como Campos Elísios que, à época, era moradia de parte da elite local, mas também contava com grande número de cortiços. Essa diferença reforçava uma separação de classe, pois as prostitutas do Baixo Meretrício eram as mais pobres, mais velhas e, em muitos casos, negras. Em comparação ao Alto Meretrício, das “polacas”, mulheres estrangeiras, geralmente advindas do Leste Europeu, brancas e novas. Essa diferenciação se dava na própria fiscalização.

...se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, as tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do Baixo Meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade (Rosin, 2021, p. 153).

Rosin procura indagar como as meretrizes negras se relacionavam com o espaço urbano. Pensar as relações de dominação que tais corpos sofreram considerando o período escravista. Mesmo prostitutas do Baixo Meretrício brancas se sobressaíam enquanto corpo a ser pago pela prostituição. Em contrapartida, o corpo das mulheres negras era visto como dado, como propriedade. Geralmente eram aquelas que não moravam no mesmo local de trabalho, o que reforçava um cenário em que o meretrício era uma das fontes de renda dessas mulheres, mas não a única, trabalhando muitas vezes com serviços em outros locais. Eram mulheres que habitavam pequenos quartos ou mesmo porões, sendo alvo de muitas das vulnerabilidades devido a insalubridade de suas casas e o medo da ação do Serviço Sanitário. Essas mulheres eram marcadas por uma vida na ilegalidade, excluídas de seu direito à cidade, física e socialmente. Esse processo de exclusão possibilitou a construção de redes de sociabilidade entre as mulheres, criando um sistema de proteção entre si, considerando o contexto de violência no qual estavam inseridas.

Pesquisando no jornal *O Combate*, as poucas menções que podemos encontrar sobre mulheres negras são em sua grande maioria relacionadas a cenários de violência sofridas por elas. Apenas nesses casos temos acesso a seus nomes, residências e ofícios.

Conhecemos Adelaide de tal, 30 anos, moradora da av. Brigadeiro Luiz Antonio; Maria do Carmo, 25 anos, moradora da rua Barão de Campinas, número 25, bairro da Santa Cecília; outra — ou talvez a mesma — Maria do Carmo, que circulava próxima a Casa de Tolerância na rua Monsenhor Ancleto, número 13, na região do Brás; ou Egýdia de Almeida, 19 anos, moradora da rua Barão de Limeira, número 119, bairro da Santa Cecília¹². Todas essas mulheres apenas são identificadas nos jornais por terem sofrido de tentativas de atropelamento, assassinato ou suicídio. Em alguns casos não temos nem mesmo seus nomes, apenas relatos de como a rua — ou melhor, os agentes responsáveis por manter a “ordem” desta — se manteve como espaço violento para elas.

Hoje, pela manhã, uma pobre preta, quando passava pela rua Progresso, um tanto alcoolizada, foi presa pelo guarda cívico n. 1380, de serviço nas imediações.

Como a infeliz não pudesse caminhar sosinha, o soldado começou a levá-la à força de safanões, chegando a fazê-la virar de pernas para o ar até o posto policial do Belemzinho.

Esta scena degradante foi assistida por varias pessoas, que, nada tendo conseguido do referido policial, communicaram-nos o facto pelo telephone (O Combate, 1919, p. 3).

O trabalho de Rosin aponta para o risco existente no andar das mulheres pelas ruas, inclusive de morte. Olhando para o jornal podemos ver o quanto essa percepção se encontra em diálogo com as considerações da pesquisadora. No mais, a separação entre público e privado era muito mais tênue do que aparentava, principalmente considerando a realidade de mulheres pobres, moradoras de habitações coletivas e pequenos quartos. Quando passavam por uma situação de violência doméstica muitas delas tinham de lidar com grande número de pessoas presentes, muitas vezes enquanto testemunhas. A falta de privacidade poderia tanto ser um ônus quanto um bônus para a situação ocorrida, visto que essas mesmas pessoas poderiam ser tanto as responsáveis pela violência quanto as que agissem denunciando e ajudando as vítimas.

Destaco ainda da pesquisa de Rosin um exemplo em específico. Em 6 de fevereiro de 1929 Raul Carlos de Oliveira, residente de uma casa de cômodos no Largo do Arouche n. 20, agrediu sua esposa, Josephina dos Santos, a socos e dentadas após ela pedir a ele que lhe desse dinheiro para pagar o aluguel. Essa situação de extrema violência é exemplar do espaço ocupado pela mulher dentro da esfera doméstica. Era ela quem tinha o conhecimento dos gastos da casa, que sabia o valor e o prazo de pagamento das contas. Porém, em muitos dos casos, não possuía a independência financeira para arcar com eles, dependendo de seus maridos ou demais figuras masculinas. A situação de violência marca

um dos desdobramentos possíveis, e infelizmente comum, desse lugar ocupado pela mulher dentro de casa.

Rosin argumenta que a cidade não foi pensada para as mulheres, apesar de sua presença constante. Isso impacta na forma como essa circulação é percebida, dentro e fora das casas, marcada pela violência e pela exclusão. No mais, como pode ser visto, ela não é recebida de forma apática, sendo comum a criação e manutenção de redes de sociabilidade e resistências que pontual e conjuntamente se formam. O que temos não é uma exclusão territorial de fato, mas sim uma prática agressiva que incrimina essa presença aos olhos das leis e costumes.

Em um segundo momento podemos discorrer sobre como o espaço doméstico, imposto para as mulheres, significa uma responsabilização pela administração da casa, levando, mesmo que pela imposição, a um conhecimento empírico sobre os problemas ali presentes, seja no preço dos bens de primeira necessidade e nos aluguéis, seja na própria condição das moradias e bairros. A partir desse conhecimento acabam por trocar suas impressões com vizinhas e, no caso daquelas que atuam também fora do espaço doméstico, com suas companheiras de trabalho.

Acredita-se então que o espaço doméstico além de não ser o único que de fato as mulheres estiveram presentes é também local de construção de pensamento crítico que gera acúmulo a partir das trocas com outras mulheres. Essa troca impacta a própria percepção que temos sobre as mobilizações políticas, com destaque para o contexto da greve geral de 1917, iniciada em uma fábrica majoritariamente constituída por operárias mulheres e crianças, a Cotonifício Crespi (Biondi; Toledo, 2018).

Importante considerar o papel do trabalho reprodutivo entendendo que muitos dos lares da população pobre brasileira no início do século XX eram comandados por mulheres. Segundo estudo de Cláudia Fonseca (2017), as mulheres eram as principais responsáveis por ao menos 40% das casas. Por meio de sua pesquisa Fonseca foi capaz de expor como o trabalho masculino não era algo com o qual as mulheres poderiam contar. Aponta para um cenário em que muitos de seus companheiros não podiam ou mesmo queriam trabalhar. A bebedeira, a violência e a ausência na criação dos filhos são pontos destacados pela autora que, longe de distantes, permanecem até os dias atuais como motivos da sobrecarga de trabalho das mulheres. Esse quadro leva ao trabalho da mulher como uma necessidade que os debates higienistas da época não eram capazes de impedir.

Fonseca corrobora com as demais pesquisadoras ao apontar que o trabalho fora de casa sempre fora uma realidade para as trabalhadoras pobres e, como Rosin, também

destaca a precariedade de suas moradias, principalmente os cortiços “gênero-porão”, predominante para trabalhadoras informais e do sexo. Ao destacar a relação entre a mulher pobre e o espaço urbano Fonseca mostra que a situação de insegurança financeira é ainda pior quando esta não tem um companheiro.

Suas considerações nos fazem pensar como se dá a circulação dessas mulheres e sua segurança. Ao serem tidas como mulheres solteiras a própria inserção no ambiente de trabalho é dificultada, tornando sua situação ainda mais precária. O intuito da autora é de mostrar como a família conjugal — monogâmica — nunca foi algo natural, mas sim construído historicamente. Isso implica entender que dentro do contexto brasileiro estudado, as formações de família devem encarar a realidade da população pobre urbana como um ponto de inflexão de muitos dos ideais moralistas e higienistas que despontavam.

Fonseca busca discutir sobre a maternidade no contexto das famílias pobres. Aponta que a experiência da família nuclear e isolada é rara em comparação a rede de cuidado que se forma entre famílias — diga-se, entre mulheres — para criar uma criança. A autora fala sobre a “necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças” (Fonseca, 2017, p. 534). Se o cuidado é compartilhado, podemos também pensar que as preocupações e dificuldades são trocadas entre mulheres, o que reforça a possibilidade de organização e mobilização delas frente certas reivindicações. O quadro apresentado reforça que ao pensar em mobilizações contra a carestia de vida e alta dos aluguéis, a presença massiva das mulheres na administração das casas não deve ser desconsiderada.

É possível por meio da leitura dessas pesquisas apontar para uma realidade da mulher pobre na cidade de São Paulo no início do século XX que, dentro das experiências que vivencia, circulando pela cidade, trocando com suas redes locais e vivendo um contexto de aumento de crise econômica e social, que elas não estavam apartadas da possibilidade de se organizarem e de pensarem por si próprias sobre um horizonte de mudança de suas realidades. Se pouco ou nada temos de fontes que demonstrem essa atuação isso se dá menos pela impossibilidade de terem tomado forma, e muito mais pela falta de registro ou manutenção dos mesmos ao longo do tempo.

Retomemos agora trabalho de Glaucia Fraccaro por entender que por meio de sua pesquisa a autora foi capaz de apontar para esse debate, considerando a atuação feminina dentro do movimento operário como central, apesar de pouco estudado de forma sistemática. O faz considerando que essas mulheres também partiam de suas próprias experiências para trazer contribuições sobre a condição da mulher na sociedade de

classes, não sendo única a atuação política das mulheres, principalmente a partir do desenvolvimento das primeiras correntes do feminismo.

Ao olhar para as mulheres trabalhadoras, com enfoque nas operárias de fábrica, Fraccaro aponta para novas visões sobre o feminismo e a condição feminina que extrapolam aquelas tomadas por figuras como Bertha Lutz. Tanto Fraccaro quanto Rago aponto para as contribuições de Patrícia Galvão por intermédio de seu romance proletário *Parque Industrial* como ferramenta de propaganda e denúncia da realidade social das mulheres trabalhadoras, personagens centrais de seu livro, discutindo sobre como as particularidades da realidade dessas mulheres interferiram diretamente na forma de organização e estabelecimento de suas reivindicações políticas.

Figuras como Patrícia Galvão fizeram parte de um movimento de militantes e intelectuais revolucionárias que buscaram questionar e criticar práticas perpetradas por feministas burguesas. Em seu caso, a partir de uma leitura comunista, Pagu, como era conhecida, propôs um olhar direcionado para a realidade da mulher enquanto central no debate sobre a mudança da condição não somente da mulher trabalhadora, mas da classe como um todo, frente o avanço da exploração do sistema capitalista (Saraiva, 2022).

Os textos de Pagu são utilizados por Rago e Fraccaro como expoente dessa discussão a partir de mulheres que viveram e discutiram sobre a realidade precária. Há ainda um questionamento, levantado por Rago, que dentro desse debate pouco se fala sobre a produção de mulheres anarquistas que, ao menos 20 anos antes de Pagu escrever *Parque Industrial*, também tomavam as ruas de São Paulo e as páginas de jornais libertários para denunciar essa realidade. Sobre Maria Antônia Soares, ativa nas mobilizações da greve de 1917 e seus desdobramentos, Fraccaro comenta:

Reivindicar respeito, que bem poderia ser uma referência a abusos sexuais cometidos por feitores e capatazes, tinha mais valor e estava mais ligado à experiência de classe das mulheres do que, até mesmo, os ideais de igualdade e emancipação, ao menos entre anarquistas. Maria Antônia Soares ao tentar descobrir a forma de “outorgar a verdadeira emancipação” às mulheres, nas colunas de *A Plebe*, afirmou que não bastava a independência econômica, nem a instrução, nem governo, sequer a igualdade de salários ou a liberdade. O voto, para ela, deixava esse conjunto de soluções ainda menos completo: “Esta coisa, que bastaria, por si só, talvez, para elevar moralmente a mulher e emancipá-la é o respeito” (Fraccaro, 2017, p. 82).

Voltaremos a figura de Maria A. Soares mais para a frente. No mais, a autora capta em sua pesquisa o contexto de constituição de espaços políticos múltiplos, ligas, sindicatos, comitês, sociedades mutualistas e demais organizações que marcaram a greve, sendo a atuação feminina central desde os primeiros momentos. Sobre a organização dos

trabalhadores no contexto da greve de 1917, Fraccaro destaca que se assemelharem a motins contra a fome. Essa discussão abre possibilidades de reforçar o papel das mulheres nessas mobilizações, considerando que elas também são vistas como centrais pela historiografia que debate sobre os motins como visto no início.

A greve de 1917 e seus desdobramentos até o ano de 1920 é um marco para a historiografia empenhada em pensar as formas de mobilizações que conformaram um quadro político revolucionário naquele contexto. Considerando tudo que foi exposto fica evidente o papel central das mulheres dentro dele. Diante desse panorama, não deixa de ser importante reforçar como esse caráter revolucionário se coloca em relação as particularidades das mulheres pobres presentes nas manifestações. Como aponta Fraccaro:

Seja fora das ligas, ou ainda dos sindicatos, a atuação das mulheres a questionar as relações de trabalho a que estavam submetidas aparecem sistematicamente em fontes cujo objetivo é policiar o que acontece dentro das fábricas. Essas fontes provêm, portanto, valiosas pistas sobre uma forma de sociabilidade largamente utilizada pelas mulheres e que não se encaixava, de antemão, nos padrões sindicais ou esperados: a família ou a vizinhança. A escolha da sociabilidade por esses dois critérios certamente promovia o conforto e alguma segurança para aquelas que tinham sua honra questionada todo o tempo, como veremos adiante. (Fraccaro, 2018, p. 55)

Essa discussão é central ao considerar as possibilidades de organização das mulheres e as principais reivindicações delas. Isso também aponta, como reforçado por Fraccaro, para outras fontes que podem trazer possíveis respostas sobre essa temática. Reflexões como essas podem ser também encontradas nos trabalhos de Borin, Pereira e Rosin previamente citados.

Fraccaro aponta para as discussões sobre o trabalho doméstico feito pelas mulheres e como isso afetava a percepção do espaço sindical, considerando que elas não teriam tempo ou motivo para se organizarem desta forma, algo semelhante é apresentado por Frank ao falar sobre as donas de casa judias. A imagem do homem provedor da família fazia com que os trabalhadores buscassem garantir a seguridade de seu trabalho, considerando os homens os trabalhadores por excelência, sendo guardado às mulheres o espaço doméstico e de ajuda ao marido. Como visto no trabalho de Fonseca, esse ideal não representava a prática, principalmente quando passamos a considerar o trabalho informal, predominante para a grande maioria da população pobre (Barbosa, 2008).

No mais, a discussão se estabelece apontando que o foco das reivindicações deveria ser: as condições de miséria, a alta dos preços e os aluguéis, mas não as questões

das mulheres. Porém, não seriam essas também pautas das mulheres? Não seriam elas, inclusive, as principais afetadas por esses embates? Considerando serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não seriam elas as que mais teriam domínio sobre tais tópicos? O que buscamos afirmar ao longo do artigo é que sim, são pontos centrais no debate político realizado primordialmente por mulheres.

Fraccaro busca destacar como o debate feminista se mostrava presente para além dos círculos intelectualizados e pequeno burgueses, apontando como a experiência das mulheres trabalhadoras foi catalizadora de reivindicações políticas discutidas nas mais variadas frentes. Um contexto de mobilização política central para pensarmos em legislações reconhecidas como parte da política varguista de direitos “concedidos” aos trabalhadores, mas que na realidade foram fruto de muita luta, com massiva presença feminina.

Considerar esse encadeamento de eventos e esse acúmulo é algo que reverbera nos escritos de Biondi e Toledo (2018) quando discutindo sobre o que sucede a greve de 1917. Quando pensamos na atuação massiva de mulheres durante a greve de 1917 e seus desdobramentos até 1920, não devemos deixar de considerar que muito dessa participação se deu pela percepção das manifestantes do espaço que ocupavam dentro e fora de casa, enquanto trabalhadoras formais e informais, destacando o extenso trabalho reprodutivo realizado por elas.

Estabelecemos que pensar as mobilizações sociais, por melhorias urbanas e contra a carestia da vida, não pode ser feito negligenciando o papel feminino. Trabalhos como de Biondi & Toledo e Fraccaro discorrem sobre a construção e desdobramentos da greve de 1917 considerando o avanço da historiografia nos estudos de gênero. Principalmente Fraccaro aponta para como a participação das mulheres trabalhadoras foi central não só no início da greve, como também nos caminhos percorridos por outros projetos de emancipação feminina que não se limitaram os dizeres e feitos de feministas burguesas como Bertha Lutz. Críticas a Lutz podem ser encontradas na imprensa anarquista ao longo das primeiras décadas do século XX, com destaque para a militante libertária Maria Antônia Soares, traçando um panorama ainda mais complexo de mobilizações realizadas por mulheres.

Os dizeres de Maria Antônia Soares na imprensa

Maria Antônia Soares fora contemporânea do contexto de mobilizações políticas que antecede a greve geral de 1917. Seus escritos sobre a realidade da mulher brasileira

podem ser encontrados no jornal *A Lanterna* desde 1913, além de suas contribuições para *A Plebe*, *O Cosmopolita* e *O Grito Operário* entre 1918 e 1921 (Ludimila *et al.*, 2021). Um compilado de suas publicações pode ser consultado no livro organizado pela Tenda de Livros em 2021, *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*.

É um documento riquíssimo para quem busca se aventurar nos ideais e disputas perpetradas pelas mulheres trabalhadoras que se organizaram em ligas e centros de estudos, muitos destes em diálogo direto com o movimento anarquista do momento. Sua atuação não somente pela escrita, mas na agitação de manifestações e campanhas contra a prisão de militantes políticos foi por muitas vezes apagada. No mais, seus escritos continuam de suma importância para compreendermos ao menos parte do que as mulheres trabalhadoras não apenas vivenciavam, como também reivindicavam durante os anos que antecederam a greve geral de 1917 e seus desdobramentos até os anos de 1920.

Em texto intitulado “A Nossa Missão” publicado no jornal *A voz do trabalhador* em 2 de dezembro de 1914, Soares aponta para a natureza rebelde da mulher que apenas não se manifesta de um todo devido aos anos de submissão. Diz que: “Tanto no íntimo de todas elas ruge feroz uma terrível tempestade (isso acontece com todos os que chamamos de submissos) que um dia, inevitavelmente, se exteriorizará.” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 90). A militante discorre sobre o momento de inflexão no qual as mulheres não mais aguentariam sua situação e se levantariam contra seus algozes. Essa visão se contrapõe a muitos dos escritos que durante as greves destacavam o caráter não violento das mulheres. A partir de Soares podemos perceber que essa visão era questionada pelas próprias mulheres participantes dessas mobilizações.

Um dos temas dos escritos de Soares a ser aqui destacado é a maternidade e a fome, sempre interrelacionadas para a anarquista, partindo da experiência da mulher enquanto mãe e principal responsável pela economia doméstica, reforçando a importância do estudo voltado para essas mulheres. Centrava suas discussões na apresentação de um cenário da miséria enfrentada por elas e seus filhos e discorria sobre possíveis caminhos para superá-lo, partindo de suas ideias libertárias, não incorrendo no Estado como aliado de suas causas e encontrando na Educação o foco de suas contribuições. Isso ocorre não somente por seus textos, mas pela própria criação em 1913 do Centro Feminino “Jovens Idealistas” que visava a “emancipação moral e intelectual” da mulher (Ludimila, 2021, p. 147).

Em artigos como “A Instrução da Mulher” publicado no jornal *Guerra Social* em agosto de 1916, aponta para os trabalhos realizados pelas mães e donas de casa como para:

...contribuir à felicidade dos seus amados filhos, empregando todas as horas vagas, em transmitir-lhes o maior número de conhecimentos, guiando os seus primeiros passos na vida, evitando deste modo que sejam os inocentinhos seres predispostos ao erro e ao vício (Ludimila *et al.*, 2021, p. 109).

Continua o texto destacando que a mulher representa o ponto de harmonia dentro de uma família e que são poucas as mulheres que de fato reconhecem sua importância no ambiente doméstico. Seriam estas as responsáveis por tornar a “habitação ornada com simplicidade e bom gosto” considerando “o desvelo da dona de cada em tornar aquele lugar em higiênico e agradável” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 110).

São passagens que à primeira vista parecem simplesmente reforçar o papel da mulher na sociedade burguesa, mas que, na realidade, partem de um interesse de Soares em destacar a importância da atuação da mulher no espaço doméstico, como algo que carece de maiores estudos, possuindo sua própria expertise. Sem deixar de destacar que a dona de cada não representa a realidade da maioria das trabalhadoras, que todo “o seu tempo devem empregá-lo nas fábricas e oficinas, onde labutam sem descanso para poderem sustentar os filhos, que ficam entregues ao abandono completo.” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 110). Complementa ainda que a miséria impede até mesmo as mulheres que permanecem em casa, do “bom gosto” de um ambiente limpo e ordenado e de filhos bem-criados e alimentados.

Soares busca pela instrução das mulheres, ainda não conquistada, questionando o debate sobre a inserção de mulheres burguesas na política institucional, apontando em um de seus textos mais conhecidos, “O Voto Feminino”, publicado em janeiro de 1920, o seguinte:

E não se venha a dizer que, uma vez sob o domínio de um governo feminino, todos esses obstáculos serão destruídos. É engano. Um governo de mulheres burguesas, conservadoras por influência do poder e mesmo por sentimento próprio, não fará em benefício das classes proletárias (e nestas estão incluídas, naturalmente, as mulheres operárias) outra coisa que o que têm feito os governos masculinos. Não o pode fazer, porque fazer qualquer coisa que realmente venha a emancipar os trabalhadores é pôr em perigo a vida da sociedade burguesa, e provocar, como consequência, a queda de toda classe de governo. E isso não lhes convém (Ludimila *et al.*, 2021, p. 126).

O trecho acima foi escrito 12 anos antes do livro de Patrícia Galvão, *Parque Industrial*, que trazia em um de seus principais trechos uma crítica direta ao feminismo burguês, com destaque para a figura de Bertha Lutz. Na década de 20 Lutz já era uma figura conhecida por sua atuação dentro do movimento feminista. No mais, desde aquela época sua visão sobre feminismo e atuação das mulheres dentro da esfera institucional era questionada por Soares que, não nos enganemos, não estava sozinha. Isso pode ser compreendido a partir da leitura das notícias de criação do Centro Feminino e mesmo de sua atuação direta na greve geral de 1917 com a Liga da Mooca. Em seu artigo Soares acaba por questionar: “A maior parte das mulheres sente-se capaz de assumir um cargo político qualquer. Pergunto: quantas há que estejam realmente habilitadas para serem mães?” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 124).

A relação que Soares estabelece entre a atenção a ser dada para a maternidade e o que hoje podemos chamar de trabalho reprodutivo, aponta para outros direcionamentos sobre como a atuação das mulheres dentro do ambiente fabril e sua consequente mobilização contra as condições de trabalho dentro das fábricas não se encontra desatrelado do espaço doméstico. Soares destaca isso em seus textos e aponta como central para a construção de um outro mundo.

Em artigos como “A formosura da mulher” publicado em *A Plebe* em dezembro de 1920, Soares mostra que o principal motivo de revolta de uma mulher pobre e trabalhadora é a condenação à morte lenta de um filho pela fome. Esse cenário leva uma mãe a empregar todos os meios necessários para salvá-lo, até mesmo aqueles mais baixos, humilhantes que, ao fim, acabam por enobrecer suas ações. Para a militante, esse contexto também priva à mulher das belezas da infância e da juventude, não se referindo apenas a beleza física, mas sim do espírito, dos ensinamentos e das possibilidades de desenvolvimento de suas inteligências e reflexões de uma alma “sã, grande e nobre” (Ludimila, 2021; p. 142). Em completo diálogo com o pensamento libertário da época, os escritos de Soares despontam em uma compreensão sobre a atuação da mulher dentro e fora das fábricas como central e, ao reclamar melhores condições para elas, não o faz a partir do voto e participação na política institucional, mas sim por meio da instrução, do ensino e do reconhecimento de seu papel dentro do espaço doméstico como algo a ser valorizado e entendido também como constituidor de seus próprios saberes.

Buscamos destacar alguns trechos da produção de Maria Antônia Soares para assim conseguir expor que seus escritos são capazes de apontar para um momento em que a realidade da mulher trabalhadora estava em discussão pelas próprias e que seu levante e revolta era esperado. Compreendiam seu lugar subalternizado no espaço doméstico e a

sua circulação precária nas ruas e no espaço fabril, corroborando com as reflexões aqui expostas sobre o espaço das mulheres dentro das mobilizações contra a carestia e por melhores condições de vida. Soares nos mostra como esses conhecimentos das mulheres sobre a economia doméstica são combustível para luta.

Como visto no decorrer do texto, a presença de mulheres nas ruas, mesmo que questionada, se fez presente nas primeiras décadas do século XX. A atuação no espaço urbano se deu enquanto forma de resistência e figuras como Maria Antônia Soares são exemplares desse movimento. O mesmo não se limitou a realidade paulistana, como pode ser visto com os exemplos de pesquisas em Nova York e Lisboa. O que percebemos é que, quando juntas, essas mulheres representaram o principal expoente do debate sobre o espaço urbano e sobre a moradia, visto que eram as mais afetadas pela realidade precária da classe trabalhadora. A partir da visão das mulheres, temos um vislumbre de como essa expertise teve espaço na história e memória das mobilizações urbanas.

Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: Emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 80, mar. 2008.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BORIN, Monique Félix. *A Barra Funda e o fazer da cidade: Experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2014.

O COMBATE, São Paulo, n. 1121, fevereiro de 1919.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. – São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, p. 73-90, 2017.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRANK, Dana. Housewives, Socialists, and the Politics of Food: The 1917 New York Cost-of-Living Protests. *Feminists Studies*, v. 11, n. 2, summer, 1985, p. 255-285.

LINDEN, Marcel van der. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan-jun, 2009.

LUDIMILA, Aline (et al.) *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*. São Paulo: Tenda de livros, 2021.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*, n. 66, 2014.

PERROT, Michel. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradutor: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROSIN, Máira Cunha. *Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2021.

SARAIVA, Samara Akemi. “*Impróprio para menores e senhoritas*”: Parque Industrial – a história e a recepção de um romance sobre mulheres proletárias. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

SILVA, Henrique De Aro. *A greve de inquilinos de 1907 em Buenos Aires e o fenômeno do conventillo como metáfora de uma sociedade em transformação*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

THOMPSON, Edward P. “Economia moral revisada”. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.

Artigo recebido em 06/08/2024

Aceito para publicação em 18/02/2025

Editor(a) responsável: Nathan Rodrigues Falcucci

¹ Matérias publicadas no jornal *O Combate* nos dias 12 de outubro de 1917, 27 de maio de 1918, 29 de maio de 1918 e 3 de maio de 1920, respectivamente.

DOS PALCOS À TELA: A Recepção de Uma Revista da Cinematografia Estadunidense no Brasil de 1918 a 1921

FROM *PALCOS* TO *TELAS*: The Reception of a Magazine of American Film in Brazil from 1918 to 1921

Tatiana de Carvalho Castro¹

Resumo: Este trabalho visa analisar um dos primeiros periódicos especializados em cinema a circular no Brasil. *Palcos e Telas* foi uma revista cinematográfica construída para divulgar o cinema estadunidense entre os leitores e espectadores brasileiros dentro do recorte de tempo que vai de 1918 a 1921. Neste trabalho, *Palcos e Telas* se apresenta como um importante veículo de construção entre o imaginário hollywoodiano e o espectador brasileiro e traz uma leitura sobre os principais astros e estrelas consumidos pelo público em questão. Para além da escrita da trajetória do periódico, este texto busca compreender a influência cultural entre a cultura popular letrada brasileira e sua correlação com a prática de se assistir filmes.

Palavras-Chave: História e cinema, Impressos de cinema, Brasil republicano.

Abstract: This paper aims to analyze one of the first specialized cinema periodicals to circulate in Brazil. *Palcos e Telas* was a cinema magazine created to publicize American cinema among Brazilian readers and viewers, covering the period from 1918 to 1921. In this work, *Palcos e Telas* presents itself as an important vehicle for constructing the connection between the Hollywood imaginary and the Brazilian viewer and offers a reading of the main stars and actresses consumed by the audience in question. In addition to the writing of the periodical's trajectory, this text seeks to understand the cultural influence between Brazilian popular literate culture and its correlation with the practice of film viewing.

Keywords: History and cinema, Cinema periodicals, Republican Brazil.

Introdução

No final da década de 1910 peças teatrais e a cinematografia ocupavam os mesmos espaços. Algumas salas de exibição de filmes começavam a operar dentro dos teatros. Quando a temporada de um finalizava, iniciava-se a outra. Tratava-se de duas artes irmãs e não de uma relação paternal na qual o cinema adotava o papel de filho moderno. O teatro não foi o genitor do cinema, pensar assim é pensar o teatro como algo desqualificado e morto após a chegada do cinema e, por outro lado, pensar assim, torna o cinema uma continuação moderna do teatro. Ambos se desenvolveram na passagem dos séculos e, ao mesmo tempo que são bastante semelhantes, apresentam qualidades únicas no campo artístico. O cinema, portanto, é o irmão mais novo, mais vivo e mais aventureiro enquanto o teatro, representa o irmão mais velho e mais experiente.

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense UFF. E-mail: tccastro6@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5721-1552>.

O pós-Primeira Guerra, isso em 1918, permitiu que Hollywood ganhasse por completo o espectador latino americano, e no Brasil, a chegada de *Palcos e Telas* representou uma disfunção ou uma mudança na maneira como os impressos nacionais negociavam, divulgavam e discutiam a cinematografia norte-americana e europeia.

Palcos é a expressão que remete ao irmão mais velho, o teatro! É no palco que a mágica acontece no qual personagens ficcionais se tornam tão orgânicos quanto a vida. O irmão experiente existe nas artes muito antes da eletricidade e da segunda revolução industrial – combinações indispensáveis para a estruturação de toda cinematografia. O teatro e seus palcos permitiram a população comum e a burguesia brasileira uma diversão fantasmagórica e fantástica com fortes emoções. Presente em terras brasílicas muito antes da família Real Portuguesa, o teatro pertence a uma parte importante e estrutural da cultura brasileira.

Mario Nunes¹, um entusiasta dos palcos teatrais, um intelectual da modernidade experimentada pelo Brasil no início do século XX, foi o diretor geral e o idealizador do periódico *Palcos e Telas* que entrou em circulação no Rio de Janeiro em março de 1918 – mês de início da temporada cultural devido à baixa na temperatura carioca. A revista contava com cerca de 8 páginas, na qual podemos identificar o padrão de reprodução do material literário estadunidense, as revistas de fã e a leitura de *photoplay*.²

Annuncia-se o começo da estação theatral, e, em consequencia, a reabertura de alguns theatros; os primeiros signaes de frio proximo apparecem com a entrada official do Outomno, e a élite — a população elegante que frequenta as casas de diversões, — abandona os frescos asylos da Serra do Mar e volta ao Rio, a cidade, por excelencia, das bellas avenidas e dos tépidos dias hybernaes (...) E’ para o Rio culto e intellectual, para o publico escolhido que admira e ama, com enthusiasmo, a arte theatral e seus inteprètes, que este semnario veiu á luz (*Palcos e Telas*, n. 1, 1918, capa).

Se encontrava nas capas astros e estrelas da emergente Hollywood e personagens importantes da cena teatral. Por um fator de preferência, é possível encontrar mais personalidades da cinematografia do que do teatro ocupando essa importante posição. Na primeira edição, cuja crônica inicial trata-se do “*Paiz do sonho (Palcos e Telas*, n. 1, 1918, capa)”, a jovem e enérgica Mary Pickford ocupou em um retrato colecionável a primeira capa de *Palcos e Telas*. Descrita como uma “*creatura emcantadora que deliciosa juvenildade natural alegria e ar ingenuo e simples tornam adoravel (...)* Sabemos quanto a amam no Rio (*Palcos e Telas*, n. 1, 1918, capa)”. Tratava-se de um “brinde real” fornecido por *Palcos e Telas* aos seus leitores, na qual podemos identificar

com clareza de detalhes que se tratava da juventude e, mais específico ainda, o público feminino das senhorinhas.

Contracenando com Pickford, a crônica inicial apresenta um Brasil moderno, repleto de possibilidades futuras, o *Paiz do sonho* é um país possível para a cinematografia e para as leituras de cinema, o redator contrastou as qualidades de um Brasil visível que, neste período, passava pelos olhares atentos dos intelectuais pós-proclamação da República (Gomes; Ferreira, 1989). Neste primeiro fragmento literário o redator menciona as emoções íntimas dos leitores e leitoras que é também, o espectador ou espectadora dos filmes (Castro, 2021), e como a diversão cinema é algo profundamente legítimo para àquele tempo. Um tempo no qual o espectador consegue se situar no circuito de exibição, na chegada do produto estrangeiro e no consumo de uma vida ficcional, uma verdadeira experiência (Xavier, 1983, p. 375) Como demonstra a revista:

Felizes nas suas existencias simples, sentem as suas maiores aspirações satisfeitas, que terreno fôfo e humido sobreja e larguezas de espaço não se lhes ratinha. A pompa da vegetação é, por isso, a maravilha mais surprehendente das regiões tropecaes, detentoras quanto aos espectaculos de natureza das maiores resplandecencias, das maiores punjantes bellezas. A creatura humana segue sorte diversa da planta. Sujeita as mesmas imperiosas forças naturaes toda ella floresce em aspirações, arde em desejos, aneia por crescer, subir, dominar. (...) Então o homem, desanimado e vencido, aprende a viver pelo pensamento, recolhe-se á vida subjetiva e, por isso, cada um de nós agasalha em si, não uma creatura de combate, mas a alma melancolica de um sonhador (*Palcos e Telas*, n. 1, 1918, capa).

A chegada da primeira revista de cinema brasileiras, aos moldes do modelo norte-americano, possibilitou um novo espaço de fácil alcance e divulgação do trabalho intelectual moderno. Contracenando com Pickford, temos também as propagandas teatrais e um espaço seguro para escritores emergentes e boêmios de um Rio em mutação (Oliveira, 2010). *Palcos e Telas* permite ao leitor carioca mesclar e inserir o cinema na prática cotidiana da experiência moderna, urbana e divertida. Espaço já ocupado anteriormente pelos teatros e pela herança da influência francesa, a leitura dos folhetins.

Mario Nunes foi um verdadeiro apostador na causa da cinematografia no Brasil, notando a afinidade do espectador pelo produto importado e o interesse de alguns já consagrados exibidores se voltando quase integralmente para o produto norte-americano, Nunes possibilitou que o cinema circulasse nos moldes de *Photoplay* e da leitura de fã pela primeira vez no Rio de Janeiro. Na historiografia republicana, Nunes é lembrado como um intelectual do teatro e não existe nenhuma menção ao seu trabalho como redator geral e escritor em *Palcos e Telas*. Não é nenhum segredo que este personagem chegou

até o cinema por intermédio do teatro e também pelas demandas publicitárias que lhe eram cobradas pelo circuito exibidor que até então já existia no Brasil (Freire, 2020).

Com a avassaladora presença dos filmes norte-americanos em detrimento do produto de origem europeia, não demoraria muito para que o Brasil adotasse os hábitos da leitura popular de cinema, neste caso, revistas especializadas no assunto com um padrão bastante metódico: propaganda de filmes, crônicas sobre astros e estrelas, divulgação de futuras estreias, a moda no cinema, fotografias de personalidades desejáveis e uma capa colorida, sofisticada e bastante alinhada com o despertar da consciência moderna aos moldes do século XX.

O ano de 1918 representou não apenas o término da Primeira Guerra Mundial como também o ano de consolidação da cultura cinematográfica norte-americana em terras brasileiras. O número de correspondências com periódicos de origem estadunidense cresceu consideravelmente quando comparado aos anos anteriores demonstrando um espaço de circulação consolidado e conectado.³ *Palcos e Telas*, podemos dizer com segurança, chegou no cenário mais adequado possível para o seu desenvolvimento intelectual. Neste cenário, em especial o Rio de Janeiro, escritores e produtores teatrais abriram as portas dos grandes salões, dos cafés e dos espaços de diversão para o novo cinema, uma remodelação dos cinematógrafos franceses, para que o jovem irmão ocupasse uma cadeira especial no futuro até se transformar no “carro chefe” da cultura de massa do século XX (Morin, 1997, p. 38).

“E’ um Rio culto” ou quase isso: o público leitor de Palcos e Telas

A primeira revista cinematográfica carioca trouxe muito dos *habitus*⁴ de leitura comum que havia se desenvolvido no final do século XIX e início do XX no Brasil, as revistas de *Art Nouveau* dos anos 1900, representou a chegada do espaço da boemia intelectual no mercado de circulação de impressos assim como os primeiros fragmentos sobre cinema e publicidade. Rafael Cardoso na sua obra *Modernidade em preto e branco* questiona o espaço ocupado pelo círculo boêmio e as primeiras revistas que prepararam o leitor para uma vida moderna (Cardoso, 2022). Cardoso também aponta a presença de escritores consagrados, como Olavo Bilac que, por exemplo, já havia incorporado na sua produção literária a importância do cinematógrafo nesse processo de desenvolvimento sociocultural do Rio moderno.

Revistas como a *Kósmos* e *Renascença*, ambas de 1904, possibilitaram ao leitor da burguesia brasileira o contato direto com os costumes europeus e, entre eles, a

cinematografia. Quando *Palcos e Telas* penetrou nos hábitos literários, não havia um sentimento avulso e indiferente, mas sim uma recepção. Tratava-se de um semanário cinematográfico, algo aclamado e ansiosamente esperado pelo público. Assim como as primeiras revistas *Art Nouveau*, *Palcos e Telas* surgiu como um periódico voltado para um público elitizado, um público que estava mais acostumado a consumir teatro do que necessariamente os cinemas que eram mais baratos.

Contudo, é no passar dos poucos anos de circulação de *Palcos e Telas*, entre 1918 e 1921, que testemunhamos um evento bastante único: a metamorfose cultural de um periódico cinematográfico transitando do sofisticado para o popular. As heranças *Art Nouveau* em *Palcos e Telas* se tornou insustentável, considerando as demandas e a dinâmica do público no qual a revista teve maior impacto. Assim como a presença do moderno norte-americano que tinha um estilo parecido, mas, ao mesmo tempo, singular quando comparado com a influência cultural francesa.

A revista de Mario Nunes não poderia seguir como um periódico de alta sofisticação uma vez que atendia ao público que consumia semanalmente o produto norte-americano: a massa operária e a classe média brasileira. Ainda em 1918 a revista deixou de mencionar o público leitor unicamente como um espectador culto para direcionar-se apenas ao “*publico do Rio (Palcos e Telas, n. 18, 1918, p. 4)*”. Outra mudança significativa entre as páginas é o fluxo de presença do teatro, este que inicia 1918 com bons volumes textuais bem distribuídos pelas 8 páginas da revista, finaliza a circulação do periódico com uma coluna e poucas menções.

Com o tempo, Mario Nunes, um verdadeiro apaixonado por teatro, entende a necessidade de se ter uma revista exclusivamente cinematográfica! O público de ambos, por mais que se encontrem entre as ruas e avenidas, representavam perfis distintos. O teatro não pretendia perder sua identidade para o cinema e o mesmo também não. *Palcos e Telas* seguiu como um periódico cinematográfico, mas que mencionava o teatro, até o encerramento da sua circulação em 1921.

O público leitor de *Palcos e Telas* no Rio de Janeiro correspondia a pouca parcela alfabetizada e influenciada pelos movimentos modernos dos últimos anos. Assim como no perfil do leitor norte-americano de revistas de cinema, *Palcos e Telas* foi um querido entre as jovens senhorinhas que se encontravam prontas para o matrimônio e que sonhavam com uma vida tipicamente dramática e romântica, tal como elas encontravam nas telas.

As espectadoras e os espectadores de cinema nesse Rio moderno correspondiam as garotas criadas em famílias tradicionais, muitas delas, em lares da classe média.

Possuíam uma boa educação com hábitos sofisticados de leitura, aula de música, presença em espaços públicos, costume de *sports* e, quando inseridas no mercado de trabalho, lidavam diretamente com o público na venda de tecidos, sapatos, chapéus e outros adereços ou seguiam uma carreira menos presente no espaço público como secretárias e datilógrafas.

Esse perfil consumidor que transita entre os finais das décadas de 1910 e início dos anos 1920, corresponde as jovens senhorinhas que começam a arriscar uma carreira na emergente cinematografia nacional. Elas participam de concursos de beleza, desfile de porte de fotogenia e até arriscam a vida mudando-se de cidade ou país. Entre os 15 e 24 anos, muitas moças sonharam e até arriscaram entrar para uma vida que poucas pensariam em entrar alguns anos atrás, na qual a cinematografia era sinônimo de perdição, desastre familiar e desvio de conduta feminina (Venancio; Castro, 2023).

Com a chegada da prática de leitura de fã e as revistas especializadas em cinema, a própria mentalidade brasileira sobre a produção, distribuição e consumo de filmes se modificou. Na década de 1920 surgiram as primeiras companhias que entenderam o cinema como indústria, aos moldes hollywoodiano, empresas como de Carmen Santos⁵ e Adhemar Gonzaga⁶, passam a lidar com a produção fílmica como algo sério, algo além do artístico, algo que pode e deve fazer parte permanente da economia brasileira. As primeiras leitoras de *Palcos e Telas* iniciaram os anos 1920 com a mentalidade que o cinema representava o ápice mais moderno e o estilo de vida mais saboroso até então.

Tratava-se de um público, majoritariamente feminino, que possuía uma certa conduta familiar para a perspectiva da época; garotas que nasceram em um lar comum, possuíam uma certa liberdade restrita, eram mais livres do que as jovens da alta burguesia, mas não tão livres como as prostitutas. Algumas delas seguiam para os trabalhos fabris assim como os pais ou para o espaço da pequena burguesia. Uma rotina árdua de trabalho pesado não permitia que essas senhorinhas aproveitassem a semana, sobravam pouco tempo e dinheiro ainda para isso, mas o suficiente para assistir um filme ou comprar uma revista de cinema.

As revistas de cinema representaram uma presença ainda mais viva dessas espectadoras, uma vez que podiam manter próximas de si o cinema sem precisar frequentar as principais salas de exibição semanalmente. A popularização da leitura de fã permitiu que a senhorinha revisitasse sempre que possível o retrato das admiradas Mary Pickford ou Madge Kennedy (1891-1987), assim como dos apaixonantes galãs, dos quais sonhavam um dia se casar, como Wallace Reid (1891-1923) ou Rudolph Valentino (1895-1926).

Muitas dessas garotas ajudavam financeiramente em casa, o salário que tirava no mês permitia comprar um par de sapatos, comida para o almoço e o que sobrava, pagavam a ínfima diversão. Quando encontravam um namorado, seguiam para as salas de cinema acompanhadas, muitas vezes, o espetáculo era pago pelo acompanhante. É neste cenário da história que surgem os primeiros espaços de namoro nas salas escuras do cinema, algo que perdura até os dias atuais.

Muitos desses encontros amorosos resultavam-se em casamento, conduzidas pelo desejo que viam semanalmente nas telas de cinema, muitas dessas senhorinhas queriam vivenciar organicamente um grande e ardente amor, assim como sonhavam em constituir uma família. A chegada do primeiro filho diminuía o fluxo de ida aos cinemas, mas não impedia a jovem mãe de consumir as revistas de cinema. Muitas dessas senhorinhas abdicavam do sonho de se tornarem estrelas de cinema após o casamento. A rotina do matrimônio e o cuidado do lar as deixavam mais com os pés no chão do que com a cabeça em Hollywood.

A vida no lar para uma recém-casada da classe média não representava um mar de rosas. Muitas delas abriram mão do único emprego que tivera até então para dedicar-se ao trabalho invisível do cuidado. Os maridos, o jovem rapaz que, assim como sua companheira, admirava as estrelas de cinema, passou a dedicar-se ao trabalho e, quando o fardo familiar lhe causava ansiedade, refugiava-se nos bares, nos sambas e entregava-se a boêmia social carioca. Muitos trabalhavam no setor de base, executavam tarefas braçais no artesanato, marcenaria, transporte de cargas, transporte de pessoas. Os mais esclarecidos geralmente graduavam-se em direito, odontologia ou seguiam uma carreira nas letras como escritores. Outros escolhiam uma vida mais pública ou arriscavam na música. Os homens, especialmente os intelectuais e os boêmios, mesmo depois de casados, continuam frequentando as salas de cinema e, em certos casos, os cinemas livres, exhibições de filmes adultos. A vida pública dos homens é mais intensa, afinal, os padrões morais da sociedade os permitiam usufruir da liberdade. Portanto, sobravam-lhe pouco tempo para refugiar-se em casa para ler revistas de fã. No perfil do consumidor de revistas no Brasil, as mulheres da classe média e da burguesia representam o percentual mais elevado. Ler uma revista requer reclusão e uma rotina tediosa.

As mulheres remanescentes de um sistema escravocrata falido e habitantes dos morros possuíam baixa escolaridade ou nula formação nos hábitos de consumo de revistas, o que não lhes permitiam consumir na mesma frequência o cinema. O excesso de trabalho e os deslocamentos entre os espaços da cidade ocupavam todo o tempo, mal sobrava dinheiro para comer ou para se divertir. Tratava-se de uma parcela da sociedade

na qual o Brasil, com a sua recém República proclamada, fazia questão de esquecer. A presença dessas mulheres – como perfil consumidor dessas revistas - é indiferente e não considerável. A miséria de um Brasil estruturalmente explorado nos últimos séculos não entra no circuito de circulação do cinema. É importante trazer essa discussão para se pensar os espaços de exclusão e de consumo no Rio de Janeiro no início do século XX.

A modernização do Rio de Janeiro e a circulação de Hollywood entre os hábitos não contemplava a parcela que sofria com a dor da miséria, com as raízes da escravidão e da prostituição. Na esmagadora maioria, tratava-se de um público não letrado, com pouca influência cultural estrangeira e pouco tempo de descanso. Segundo Sidney Chalhoub, essa parcela da sociedade passava por um processo de “condução” da exploração escravocrata para a exploração velada do capitalismo moderno (Chalhoub, 2012, p. 77). Portanto, a circulação das revistas de cinema restringia-se apenas a dois setores da sociedade: a burguesia emergente e a alta burguesia – representada por donos de fábrica, fazendeiros e a elite intelectual.

Por outro lado, por mais que tais revistas representassem a diversão, era uma leitura de refúgio para o sofrimento de mulheres reclusas. Saber a cor e textura de um estofado do sofá da mansão de uma determinada atriz de Hollywood dizia muito sobre os hábitos comuns, sociais e a rotina de quem estava consumindo essa leitura. As crônicas de cinema eram consideravelmente grandes, algumas possuíam continuidade no final do número ou na edição seguinte. A narrativa e a crítica cinematográfica exigiam tempo de absorção e a fofoca demandava um conhecimento prévio sobre a trajetória de uma determinada estrela. As fotografias que acompanhavam os números, permitiam que o leitor ou a leitora, no ápice do tédio e da sobrecarga da vida comum, colecionasse incansáveis imagens de pessoas cujas vidas eram vendidas como perfeita e indestrutível.

As correspondências demonstravam uma certa preocupação da espectadora/leitora (o) com as últimas fofocas. Muitos deles solicitavam o endereço de astros e atrizes para direcionar cartas. A relação da leitora com as revistas de cinema era uma relação íntima. Muitos desses leitores, por uma infelicidade do tempo, escondiam sua homossexualidade, muitas mulheres e homens se casavam com o sexo oposto para manter uma aparência social, mas, eram nas revistas cinematográficas que os desejos fluíam.

Como refúgio, homens e mulheres homossexuais reclusos, enxergavam na coleção de fotografias de astros e estrelas de cinema uma relação mais viva e mais prazerosa do que a que reproduziam na vida real. A presença de corpos em Hollywood como símbolo da sensualidade e da sedução permitiram que a leitura de cinema

conectasse os desejos mais obscuros, as fantasias mais impuras e os desejos mais legítimos. O cinema trouxe vida e alegria para muitos leitores neste cenário dos anos 1920 — um cenário de mudanças significativas no aspecto cultural brasileiro. A prática era tão rentável e tão facilmente consumida que perdurará até a segunda metade do século XX.

Foi com as revistas de cinema que as senhorinhas brasileiras tiveram o primeiro contato com a naturalização do divórcio, uma prática que, no início de 1920, não se discutia no Brasil. A separação de Rudolph Valentino com a atriz Natacha Rambova (1897-1966) — símbolo de liberdade feminina e presença autoral na historiografia do cinema — em meados de 1925, repercutiu as páginas das principais revistas de cinema da época. Os dois astros se casaram em 1923, mas viveram juntos sem um matrimônio antes. A união de estrelas sem um casamento ou uma celebração religiosa inicial, influenciaram tanto quanto a moda nos hábitos brasileiros. Em um país predominantemente católico, o oposto dos Estados Unidos, a união religiosa era a única união reconhecida. A influência dos divórcios de Hollywood trouxeram um certo *glamour* para os rompimentos que já não davam mais certo assim como para a união de dois amantes que não tinham como financeiramente se casar seguindo os ritos e os dotes necessários.

As revistas de cinema permitiram que a leitora e o leitor brasileiro modificassem os desejos, se aproximassem das salas de cinema e nutrissem uma relação de fã com nomes que estavam sempre presentes na publicidade. O padrão de leitura das revistas sugere que este público consumidor não tinha um alto apreço pela vida culta e erudita, pela história da humanidade, interesses botânicos, medicinais e, em certos casos, demonstrava um certo apreço pelas artes plásticas e pelo teatro. A massa consumidora dessas leituras, devido ao baixo contato direto com a sofisticação, por se tratar de uma burguesia emergente, interessava-se pela vida de Charlie Chaplin, as últimas fofocas de Hollywood, os dramas comuns da vida cotidiana e a comédia que exigia muito pouco do espectador.

Com o tempo, o produto norte-americano, especialista no melodrama e nas comédias de qualquer sentido, se tornou o favorito entre os leitores e as leitoras das revistas de cinema. A classe média não era muito alinhada com a sofisticação europeia, pois nasceram no Brasil, muitos deles, tiveram influência direta portuguesa, outros, tratavam-se de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, mesmo de origem europeia, não correspondiam ao perfil de sociedade na qual circulavam a formação erudita.

A Europa, apesar de permitir o desenvolvimento do iluminismo, até a chegada da Revolução Francesa, foi bastante restrita no sistema de alfabetização e inserção da classe

popular no circuito das artes clássicas. Contudo, no século XVIII o acesso à leitura se populariza, algo que vai possibilitar estudar essas ondulações entre a leitura popular e a alta erudição (Chartier, 2021, p. 97). A alta burguesia dominava a sofisticação enquanto o proletariado sobrevivia nas minas de carvão, nas colheitas, na produção de alimentos e no cuidado doméstico de terceiros, contudo, não deixavam de consumir e participar da construção das representações culturais.

As “supermulheres” da arte do silêncio e as narrativas construídas em Palcos e Telas

A revista *Palcos e Telas* circulava todas as quintas-feiras custando o número avulso 200 réis. Assinaturas anuais, com 52 números, custavam 10 mil réis. Toda correspondência deveria ser endereçada as dependências do *Jornal do Brasil*, periódico de diversidade que circulava na mesma época e possuía um amplo público leitor.

Tratava-se de um periódico bastante variado dentro da temática da cinematografia. Em 8 páginas Mario Nunes e demais redatores conseguiam distribuir diferentes informações que variavam entre as últimas novidades do mercado exibidor norte-americano, assim como, o teatro no Rio de Janeiro e informações importantes de outros círculos culturais. Astros e estrelas chegaram, pela primeira vez, ou melhor, em primeira mão, aos leitores espectadores brasileiros. Popularizou crônicas de fã como, por exemplo, a jornada e a intimidade de personagens famosos. Entre esses personagens, as primeiras estrelas do cinema. Tratava-se de mulheres que nasceram nas últimas décadas do século XIX, cuja carreira se iniciara entre as duas primeiras décadas do século XX, entre os 16 e 19 anos, na qual ajudaram a sustentar a qualidade da arte silenciosa do primeiro cinema. As “supermulheres”, consagradas como personalidades que não deveriam jamais cair no esquecimento, nasceram, boa parte delas, do teatro e migraram para o cinema e por lá permaneceram até a chegada e a consolidação do cinema sonoro.

Geraldine Farrar (1882-1967), popular pela voz e pela brilhante atuação na primeira fase do cinema silenciosos, considerada pela publicidade e pelos fãs como uma das primeiras “supermulheres” do cinema compartilhou com os fãs brasileiros fragmentos da sua intimidade na crônica “*Geraldine Farrar falla sobre a velhice (Palcos e Telas, n. 37, 1918, p. 3)*”. Envelhecer aparentava ser um tema problemático no mundo da sétima arte, a juventude e a vitalidade de um corpo recém adulto era o que alimentava os principais interesses do cinema na época, portanto, envelhecer neste mundo de estética e beleza, representava o abandono de uma carreira.

Para as “supermulheres” do primeiro cinema a saída não representava um fim trágico e melodramático, pelo contrário, Farrar orgulhava-se por ser uma das primeiras damas a contribuir para o avanço significativo da cinematografia em um período no qual o cinema mal conseguia se sustentar no Brasil e em outros países.

A atriz iniciou sua carreira em 1915 com uma releitura da aclamada peça lírica *Carmen*, dirigido por Cecil B. DeMille. Farrar contracenou com Wallace Reid (1891 – 1923), outro nome forte entre as páginas de *Palcos e Telas*. Em 1918 Farrar atuou em *The Turn of the Wheel*, dirigido por Reginald Barker e *The Hell Cat*, do mesmo diretor. Geraldine Farrar foi uma das primeiras atrizes a penetrar o coração e a mente dos espectadores brasileiros, a sua performance artística representava com delicadeza e sedução o desejável primeiro cinema. Com a chegada de *Palcos e Telas* o consumo desta “supermulher” passaria a se dar de outra forma.

Agora, além dos filmes, o produto motriz de encantamento, Farrar podia ocupar um espaço íntimo na casa do fã. Fotografias e crônicas promoviam uma aproximação bastante certa para o mercado exibidor estrangeiro e brasileiro. Pela primeira vez o fã podia entender o que se passava na mente das estrelas, algo como opiniões, visão de vida, interesses pessoais e reflexões filosóficas.

Diz Geraldine Farrar: “Não sei se todas as atrizes e prima-donas são supermulheres, mas aquelas que o são devem resistir, triunfantemente, aos inevitáveis estragos do tempo (*Palcos e Telas*, n. 37, 1918, p. 3).” Envelhecer no cinema não seria mais algo completamente orgânico – um processo físico do corpo — a permanência por tempos, em palavras, representava, na verdade, um domínio de técnicas e saberes, uma referência de força. As palavras permitiram que as estrelas não fossem descartadas por sua ausência em novos filmes. Foi nas crônicas cinematográficas que surgiram os primeiros sinônimos de deusas e deuses.

Segundo o teórico Edgar Morin: “As estrelas não é apenas uma atriz. Suas personagens não são apenas personagens. As personagens do cinema contaminam as estrelas (Moran, 1989, p. 24).” Essas pessoas, tanto as mulheres quanto os homens, passam a vivenciar uma vida pública, na qual não apenas os personagens fictícios ganhavam a vez como também os nomes que os interpretam.

A verdadeira artista é a super-mulher. E’ como uma deusa. Tem uma visão mais larga que a do comum dos mortaes. Possui uma força maior. E’ dotada de uma terrível franqueza. Está individualizada até o vigésimo gráo (*Palcos e Telas*, n.37, 1918, p. 3).

A permanência de nomes nas crônicas, mesmo que ausentes nos novos filmes, inaugura uma fase importante para a história do cinema: a consagração dos nomes e a eternização de antigos títulos. É com a genuína aproximação das leituras e a popularização das palavras que o campo cinematográfico começa a configurar os seus primeiros clássicos, sendo um deles, Charlie Chaplin (1889-1977).

Palcos e Telas trouxe em primeira mão não apenas os novos como também os velhos nomes. A revitalização de filmes, as lembranças e as memórias permitiram que o público leitor espectador revisitasse um passado recente do primeiro cinema. Por outro lado, a belíssima Geraldine Farrar, que nos finais da década de 1910 caminhava para o encerramento da sua carreira, transpassou para a excêntrica e moderna Sarah Bernhardt (1844-1923) o título de futura “supermulher”.

Sarah Bernhardt é, talvez, o mais brilhante exemplo de super-mulher que não acompanha o triste rolar do tempo. Ella tem armazenado um pouco de philosophia, atravez dos annos, com o que vae contrabalançando os prazeres naturaes ou accidentaes que a têm colhido... algumas graciosas theorias que tornam imperceptivel a commum passagem do verão para o outomno (*Palcos e Telas*, n. 37, 1918, p. 3).

Assim como Farrar, Bernhardt também é fruto do teatro. Neste primeiro cinema, nomes que serão consagrados transitaram entre uma carreira inicial no interior da cena teatral para uma atuação no campo cinematográfico. Os primeiros deuses e deusas, em especial, as deusas, tiveram carreiras dualistas, trabalhando em artes distintas, algumas eram cantoras, dançarinas entre outras atividades artísticas.

Para consolidar a cinematografia, muitas dessas “supermulheres” haviam aprendido atuar antes em espaços distintos. A expressiva e dinâmica Bessie Barriscale (1884-1965) é outro nome que surge no teatro e se consagra no cinema; a dançarina Irene Castle (1893 – 1969) também se tornara atriz em meados dos anos 1910. Descrita em *Palcos e Telas* como uma “fragil e delicada (...) o typo da mulher do seculo vinte, da mulher de depois da guerra capaz de grandes trabalhos (*Palcos e Telas*, n. 39, 1918, capa)”. Pauline Frederick (1883-1938), outro nome de transição do teatro para o cinema iniciou sua carreira em 1915 atuando em títulos como *The Spider* de 1916, dirigido por Robert G. Vignola e *Sapho* de 1917, dirigido por Hugh Ford. Ao contrário de Castle, descrita como uma mulher frágil, Pauline aparece nas publicidades como uma “figura de mulher insinuante (...) possue, em alto grão, esse dom que a arte do silencio veiu revelar ao mundo (*Palcos e Telas*, n. 40, 1918, capa)”. Muitas dessas personalidades atuaram até meados dos anos 1920, período quando o cinema deixou de ser uma arte do silêncio para

se tornar um produto sonoro, logo, mais realista, exigindo uma atuação mais sólida e menos corporal.

As legítimas artistas do cinema começam a surgir no final da década de 1910. Bessie Love (1898-1986) é um exemplo entre diversos nomes. A jovem trouxe juventude e energia para o surgimento de uma carreira iniciada sem o sustento direto e interventor do teatro. Descrita em *Palcos e Telas* como:

Tudo nella respira candura e de tamnha innocencia se reveste que quem a vê se convence de que não lhe chegou ainda noticia da maldade do mundo, como se cêga fosse para todos os sentimentos que andam encolhidos nos socavões da alma humana, como fêras em antros. Disso deriva o merito de Bessie Love: ella encarna, nos papeis, que interpreta, as mais elevadas e mais raras virtudes femininas (*Palcos e Telas*, n. 38, 1918, capa).

Em 1917 Bessie atuou em *Nina, the Flower Girl*, dirigido por Lloyd Ingraham e em *A Daughter of the Poor*, dirigido por Edward Dillon. June Caprice (1895-1936), aos 16 anos venceu um concurso de sósia de Mary Pickford e iniciou sua carreira no cinema em 1916 atuando em *Every Girl's Dream* lançado em 1917 e dirigido por Harry F. Millarde como em outros diversos títulos. Sua carreira estendeu até o início dos anos 1920 quando decidiu encerrar as atividades devido as obrigações como esposa e dona do lar.

A comunicação integralmente por meio do corpo, algo essencial para a cena teatral, deixa de ser uma exigência com a chegada do cinema falado. O rompimento entre as deusas do teatro para o cinema acontece anos depois, com a chegada do cinema falado. A comunicação por meio da fala exigia uma nova personalidade artística e uma personalidade puramente cinematográfica.

Neste cenário transitório entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, muitos nomes, em especial os consagrados pelo teatro, não conseguem acompanhar as demandas de uma nova fase cinematográfica. As atuações serão duramente comparadas e classificadas. Foi neste momento que muitos astros e estrelas se perderam e foram esquecidos. As lembranças do cinema silencioso se tornam uma lembrança a ser esquecida. Considerado arcaico ou, como em algumas leituras, “primitivo”⁷, o cinema silencioso não poderia competir com o cinema considerado ultramoderno, logo, suas personas não poderiam acompanhar essa nova fase artística, restando apenas as páginas das revistas e um título de *vamp* ou garota ingênua.

A consagração de nomes é um momento muito importante para a história do cinema. Tal função não seria executada se não houvesse a possibilidade do cinema se expandir no campo editorial de revistas. As leituras de fã relembram das “supermulheres” e do primeiro cinema como uma parte substancial na história da arte, por mais que ele

não possa sustentar o cinema sonoro, e muito menos concorrer com ele, a consagração dos primeiros clássicos abre espaço para uma nova fase do cinema: a fase da presença da arte silenciosa nas disputas simbólicas por permanência cultural e histórica.

Concurso de popularidade cinematográfica: os queridinhos do Brasil

O mercado editorial permitiu o próprio público se conhecer melhor, assim como, permitiu o público uma formação continuada nas artes do cinema. *Palcos e Telas* foi a primeira revista a realizar concursos no qual o público leitor trabalha em conjunto para eleger a figura mais visível e mais popular das telas.

Palcos e Telas é actualmente a revista de theatros e cinemas mais lida do Brasil. Isso lhe dá autoridade bastante para indagar quaes são as figuras mais populares no nosso meio, trabalhando no palco ou actuando na téla.

Assim, abre entre os seus leitores um concurso que obedecerá ás seguintes condições:

1º – O concurso será de popularidade e apurará o actor e a actriz de theatro e de cinema mais queridos do nosso publico.

2º – Cada leitor de *Palcos e Telas* representará um voto dado a quatro nomes. Para isso será publicado na setima página um *coupon* (*Palcos e Telas*, n. 41, 1919, p. 2).

As estrelas vencedoras tiveram um retrato publicado junto com artigos ilustrados na edição especial de número 52. O concurso foi uma iniciativa não apenas para eleger os queridos entre os espectadores, como também uma iniciativa de celebrar o primeiro ano de circulação da primeira revista cinematográfica brasileira aos moldes dos periódicos norte-americanos.

Palcos e Telas comemorou seu primeiro aniversário no dia 21 de março de 1919 com uma festa no Theatro Phenix, localizado na esquina da Rua Barão de São Gonçalo com a Rua México, com a participação de intelectuais do cinema, donos de salas de exibição, empresários e fãs. Na festa também esteve presente personalidades do teatro brasileiro, estrelas e astros que já eram conhecidos não apenas pelas páginas da revista como também pelas atuações na capital. Os leitores puderam participar. A venda dos bilhetes aconteceu na Locação Theatral do *Jornal do Brasil* (*Palcos e Telas*, n. 51, 1919).

No concurso de popularidade os atores que levaram os títulos de mais queridos pelo público brasileiro foram: William Farnum, com 217 votos, seguido de George Walsh (1889-1981) com 199 votos e, em terceiro, Charles Ray (1891-1943) com 110 votos.

Entre as atrizes, Mary Pickford (1892-1979) foi escolhida como a mais popular no Brasil em 1919. Pickford recebeu 207 votos, seguida de June Caprice com 165 e Margery Wilson (1896-1986) com 136 votos (*Palcos e Telas*, n. 50, 1919, p. 5).

William Farnum, o vencedor, foi um ator amplamente difundido por *Palcos e Telas* em 1918. Em algumas páginas apareceu como o símbolo sexual das “leitoras, não menos ardentes admiradoras (*Palcos e Telas*, n. 2, 1918, p. 5)”. Farnum pertencia à Fox. A empresa estava se aprimorando nos longas e, em especial, se desenvolvendo na construção de nomes como do próprio William Farnum, assim como de Theda Bara (1885-1955), Gladys Brockwell (1894-1929) e June Caprice. Farnum prometera aos fãs títulos operados em 1917, mas que chegariam no Brasil somente em 1918: *Os Miseráveis* (Direção: Frank Lloyd, 1917)⁸, *O Conquistador* (Direção: Raoul Walsh, 1917)⁹, *Coração de Leão* (Direção: Frank Lloyd, 1917)¹⁰ e *Quando um homem vê vermelho* (Direção: Frank Lloyd, 1917)¹¹. Nas palavras da revista “a Fox é com justo motivo uma das fabricas norte-americanas que maior sucesso alcança no Rio (*Palcos e Telas*, n. 2, 1918, p. 2)”. A presença da Fox e outras empresas empipocam a imaginação e o desejo do consumidor, as revistas servem de acalanto para tais sentimentos. É na publicidade que os nomes se constroem e se entrelaçam à realidade do espectador.

A carreira de William Farnum se iniciou no teatro, no transcorrer do século XIX para o XX. Sua primeira atuação profissional se deu na Broadway em 1896 e o seu primeiro grande sucesso foi no papel de *Ben Hur* — trabalho executado por cinco anos seguidos. Assim como muitas estrelas e astros, William ingressou no cinema por volta de 1915 e por lá permaneceu até meados da década de 1950. Farnum iniciou no cinema como um dos astros mais bem pagos de Hollywood. A popularidade não era algo avulso, Farnum foi um símbolo de técnica para o avanço do modelo hollywoodiano¹² assim como sua colega vencedora, Mary Pickford.

No Brasil, Farnum logo se tornou um dos primeiros galãs. As fãs consumiam seus filmes e aclamavam por fotografias do astro entre as páginas da revista (*Palcos e Telas*, n. 8, 1918, p. 7). Na edição de 27 de junho de 1918 finalmente Farnum ocupou a capa com uma fotografia e um fragmento publicitário que o enaltecia entre os principais nomes da cinematografia.

William Farnum é o actor magnifico que tanto nos parece formidavel, quando domina, transfigurado pela bravura heroica, quanto nos parece miserando, quando abatido pelas amargas decepções da vida. Sua bella e sympathica figura, honra e orgulho de uma raça forte, impõe-se pelo alto relevo das suas expressões que revelam uma organização artistica de elite, admiravel typo representativo de arte theatral na época

contemporanea. No Rio de Janeiro, como aliás em todo mundo, William Farnum é, com justiça, um dos grandes favoritos do publico de cinema que nelle applaude uma das mais legitimas glorias da cinematographia norte-americana (*Palcos e Telas*, n. 15, 1918, capa).

Não resta dúvidas que entre os galãs do cinema silencioso Farnum foi o principal a ocupar as paredes e as portas de guarda-roupa das jovens senhorinhas. A sua popularidade não se deu exclusivamente pela sua fotogenia, um atrativo indispensável para os costumes da época, sendo ele um rapaz de estilo esportivo e portador de um sorriso cativante. Farnum foi um produto orgânico da Fox, assim como os demais nomes de estrelas. O desejo pelo galã consequentemente aumentava o desejo por seus filmes nas salas de exibição. Tratava-se de uma troca justa entre a publicidade das leituras populares, os exibidores e as companhias produtoras.

Em meados de 1918 chegava no Brasil, anunciado por *Palcos e Telas*, três superproduções da Fox, *Os Miseraveis*, como já mencionado, sendo essa obra uma releitura cinematográfica da obra de Victor Hugo, com a atuação de Farnum; *Cleopatra* (Direção: J. Gordon Edwards, 1917), interpretada por Theda Bara; e *A Rainha do Mar* (Direção: John G. Adolphi, 1917)¹³, com a nadadora australiana, Annette Kellerman (1887-1975). A Companhia Brasil Cinematographica, cujo domínio cinematográfico no Brasil decorreu durante toda década de 1910 e 1920, inaugura uma nova fase no consumo de películas no Brasil, o consumo das superproduções.

Tratava-se de obras bem elaboradas não apenas para agradar o espectador crítico da época como também para permanecer na posteridade histórica do cinema. A participação de Farnum neste processo revela o quão receptivo era seu nome nos EUA e demais países consumidores de filmes estadunidenses. Filmes tidos como superproduções custavam caro às Companhias e precisavam ter no *set* os nomes que, assim como a obra, seriam futuramente consagrados. Tratavam-se de investimentos elevados, onde visavam o consumo e a permanência. Uma prática que perdura até os dias atuais.

A misteriosa Theda Bara também teve seu nome amplamente difundido em *Palcos e Telas*, foi uma estrela bastante diferente. Não se destacava unicamente por uma beleza padronizada, mas pela excentricidade de uma personalidade diferente. A beleza de Bara estava na sua personalidade e no seu nome. Foi com essa jovem atriz que a Fox inaugurou uma outra personalidade artística de consumo publicitário: a *vamp*.

Theda Bara incorporava as personagens que interpretava. Atuando ou não, a trajetória da atriz sempre tratava de ser curiosa e fora do comum. Nos olhares de hoje, longe de cometer um anacronismo histórico, mas para fins de explicação, atrevo-me dizer que Theda Bara foi a gótica da Fox. Maquiagem carregada, fotografias com caveiras,

presença de corvos, simbologias de tristeza e morte acompanharam Bara durante todo passar das décadas de 1910 para os anos 1920. A atriz trouxe uma nova interpretação de sensualidade e desejo, algo que fugia dos padrões da mulher glamourosa ou da mulher patriota, redentora a heroína do lar. Em *Palcos e Telas*, Theda Bara é apresentada como:

O olhar magnetico das serpentes é dotado de um alto poder de fascinação. Theda Bara, a perturbadora actriz dos grandes olhos impressionantes, possui esse poder generalizado. São seus olhos negros, seu nariz grosso, sua bocca sensual, sua physionomia rudemente bella, seu corpo flexivel e provocante, que enchem de inquietação e doloroso anseio quem nelles demore o olhar inadvertido do mal que se causa. E' por isso que em toda a face do globo ninguem ouve, de animo sereno, o nome de Theda Bara (...) na verdade, não é, na especie, senão um symbolo (*Palcos e Telas*, n. 17, 1918, capa).

Apesar de reunir atributos interessantíssimos, Theda Bara não foi a queridinha número um dos espectadores brasileiros. Pelo contrário, entre as principais, a misteriosa conquistou apenas 34 votos no concurso de popularidade. Quem ocupou essa posição foi outra jovem, uma personagem bastante avessa à de Bara. Estamos falando de Mary Pickford. Considerada pela historiografia do cinema como uma estrela completa. A publicidade usou e abusou da sua personalidade pública para difundir o modelo de cinematografia norte-americana.

Mary despertava as melhores e mais progressistas sensações relacionadas ao cinema. Possuía uma fotogenia julgada perfeita pelos norte-americanos; portava um talento exclusivo; e, além de carismática, Pickford tinha sentimentos diplomáticos e sabia que poderia usar da sua personalidade pública para conduzir o cinema para outros campos.

Pickford já era bastante conhecida entre os espectadores brasileiros antes mesmo de *Palcos e Telas* iniciar sua circulação. A jovem atriz foi quem inaugurou a capa da revista em março de 1918 com as seguintes palavras dos redatores:

Creatura encantadora que deliciosa juvenilidade natural alegria e ar ingenua e simples tornam adoravel MARY PICKFORD gosa em todo o mundo da mais vasta e justa celebridade. Sabemos quanto a amam no Rio: e assim o retrato da formosa actriz é bem um brinde real que 'Palcos e Telas' faz aos seus queridos leitores (*Palcos e Telas*, n. 1, 1918, capa).

Simbolicamente, Pickford era o ícone para se falar de cinema norte-americano, para definir qualidade artística e manejo técnico no cinema silencioso. Os principais consumidores de filmes estadunidenses se encontravam viciados! Sim, no sentido literal da palavra. Pickford alcançou um espaço íntimo na alma dos fãs em 1914 após o

lançamento dos filmes *Hearts Adrift* e *Tess of the Storm Country*. A personagem encarnada em farrapos e olhos expressivos tocou e conectou-se tão profundamente que algumas pessoas chegaram acreditar que ela possuía algum dom sobrenatural. Não podemos negar que neste primeiro cinema referente a década de 1910, Pickford reinou (Whitfield, 2012, p. 165).

Ela esteve presente nos primeiros grandes sucessos que chegaram no Brasil entre 1911 e 1915. Pickford atuou em filmes das pioneiras Biograph e Famous Players, além de integrar a *First National Exhibitors' Circuit*¹⁴ em 1918. Pickford foi uma mulher determinada em não ser apenas uma simples atriz, mas um nome consagrado no cinema.

Mary inaugurou a participação ativa das mulheres na elaboração de filmes e na distribuição dos mesmos. Em 1919, ela se juntou a D.W. Griffith, Charlie Chaplin e Douglas Fairbanks na elaboração da *United Artists*. A admiração por Mary Pickford da parte do público brasileiro transpassava a sua qualidade artística, Mary foi uma legítima apaixonada pelo cinema. Ela comprovou que, quando se é jovem e apaixonado, tudo é possível. Mary fez por merecer os 207 votos recebidos.

Figura 1 – “Brinde de PALCOS E TELAS.” O retrato de Pickford para os fãs colecionarem



Fonte: *Palcos e Telas*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 52, 21 de mar de 1919, p. 13. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=427> Acesso em: 10 de mai. de 2024.

Figura 2 – “Brinde de PALCOS E TELAS.” O retrato de William Farnum.



Fonte: *Palcos e Telas*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 52, 21 de mar de 1919, p. 14. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=428> Acesso em: 10 de mai. de 2024.

Na edição de aniversário, Pickford aparece ao lado de William Farnum, consagrados os mais populares e os mais queridos entre os espectadores brasileiros. Para um mercado ainda em desenvolvimento, a cinematografia estadunidense já se encontrava consolidada entre os gostos e preferências. A técnica de produção importada das principais companhias definiu o padrão de qualidade e consumo, sobrando pouco espaço para a recepção de produtos de outros países, neste cenário temporal, os filmes europeus.

A publicidade das leituras de fã, uma prática de leitura popular também importada dos costumes estadunidenses, auxiliou no fortalecimento dos laços. As crônicas, fofocas, novidades, fotografias, contos, sinopse de filmes e a divulgação das principais salas de exibição, permitiram os fãs uma experiência para além-cinema e, conseqüentemente, o consumo dos costumes de um outro país. Foi em 1918 que se inaugura no Brasil a

presença cultural dos EUA em detrimento da presença francesa que, por muitos anos, ditou os gostos e os interesses da burguesia e da classe média brasileira, especialmente dos emergentes centros urbanos.

A união entre mercado exibidor estadunidense e o emergente mercado editorial de revistas de cinema contribuíram para o desenvolvimento pleno de Hollywood no final da década de 1910 para emergir nos anos seguintes no qual a historiografia compreende como a “era de ouro” de Hollywood. O mercado editorial de leitura de *photoplay* e “leitura de fã” fortaleceram os laços entre um público leitor e, ao mesmo tempo, espectador no Brasil.

Este processo é necessário para compreender uma parte silenciada da história cultural brasileira, ou seja, a presença do mercado editorial de cinema e a sua influência nos costumes e nos desejos da emergente burguesia brasileira.

Fontes

CINE-MUNDIAL. Nova Iorque, n. 3, mar de 1918, p. 114-115. Disponível em: <https://archive.org/details/cinemundial03unse/page/114/mode/2up> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, n.1, n. 1, 21 de mar de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=1> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 18, 18 de jul de 1918, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=140> Acesso em: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a.1, n. 37, 5 de dez de 1918, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=301> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 39, 19 de dez de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=313> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 40, 26 de dez de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=321> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a.1, n. 38, 12 de jan de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=307> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 2, n. 41, 2 de jan de 1919, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=330> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 2, n. 51, 13 de mar de 1919, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=413> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 2, n. 50, mar de 1919, p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=405> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, 28 e mar de 1918, p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=13> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 15, 27 de jun de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=113> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 8, 9 de mai de 1918, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=63> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 1, n. 17, 11 de jul de 1918, capa. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=129> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 2, n. 52, 21 de mar de 1919, p. 13. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=427> Acesso: 16 de jan de 2025.

PALCOS E TELAS. Rio de Janeiro, a. 2, n. 52, 21 de mar de 1919, p. 14. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=480703&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=428> Acesso: 16 de jan de 2025.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDOSO, Rafael. *Modernidade em preto e branco: Arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2021.

DE CASTRO GOMES, Ângela Maria; DE MORAES FERREIRA, Marieta. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

DE CARVALHO CASTRO, Tatiana. Cinema e o espaço crítico-literário: o papel das revistas ilustradas na formação do público leitor/espectador. *Revista Nava*, v. 7, n. 1, 2021.

FREIRE, Rafael de Luna. “A Companhia Cinematográfica Brasileira e a Marc Ferrez & Filhos: Discutindo a relação entre Francisco Serrador e a família Ferrez (1912-1915)”, *Vivomatografias. Revista de estudios sobre precine y cine silente en Latinoamérica*, n. 6, diciembre de 2020, pp. 116-148. Disponible en: <<http://www.vivomatografias.com/index.php/vmfs/article/view/320>> [Acceso 10 de mai de 2024].

GONZAGA, Alice; AQUINO, Carlos. *Gonzaga por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

MORIN, Edgar. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PESSOA, Ana. *Carmen Santos: O cinema dos anos 20*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista brasileira de Educação*, p. 60-70, 2002.

VENANCIO, Giselle Martins; CASTRO, Tatiana de Carvalho. Beleza, talento e liberdade restringida: as atrizes nos primórdios do cinema brasileiro. In: Cristina Facchinetti. (Org.). *Mulheres no Brasil: como chegamos até aqui*. 1ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2023.

WHITFIELD, Eileen. Laws of Attraction: Mary Pickford, Movies and the Evolution of Fame. In: SCHMIDT, Christel. *Mary Pickford queen of the movies*. Library of Congress; University Press of Kentucky, Lexington, 2012, p. 165.

XAVIER, Ismail. *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Artigo recebido em 10/08/2024

Aceito para publicação em 05/02/2025

Editor(a) responsável: Rhaira Silva

¹ Mario Nunes foi um cronista carioca, crítico teatral e entusiasta do cinema. Nunes nasceu em Vassouras (RJ), no ano de 1886. Foi um dos críticos fundadores da Associação Brasileira de Críticos Teatrais (ABCT). Atuou como autor de crônicas por mais de cinquenta anos (1913-1964) nas dependências do *Jornal do Brasil*. Além de *Palcos e Telas*, Mario Nunes contribuía para as revistas *O Malho*, *Para Todos* e *Vida Doméstica*. Nunes também foi um importante roteirista teatral, em 1925 escreve a peça *Gastão Não Quer Outra Vida*, em seguida escreveu *Me Leva Meu Bem* e *De Quem É a Vez?* em parceria com Antoine Cassal. Mario Nunes também é o autor da obra *40 Anos de Teatro*, sobre críticas, anúncios, artigos e apreciações do panorama teatral. Em 1929 foi editor de *Frou-Frou*, um periódico semelhante a *Palcos e Telas*.

² Leituras de *photoplay* são crônicas produzidas no início do século XX por periódicos que se voltavam para literatura popular e a emergência do cinema. As leituras de *photoplay* que, em outros momentos, pode ser entendida como *photodramas*, são textos no qual se apresenta uma ficção bastante semelhante aos roteiros apresentados pelos filmes e as leituras de folhetins. Na década de 1920 *photoplay* se tornou o nome de uma das principais revistas de cinema a circular nos Estados Unidos na qual o leitor/espectador podia encontrar as últimas fofocas, a moda de Hollywood e fotografias dos astros favoritos.

³ Em 1916 entrou em circulação no mercado editorial norte-americano a revista *Cine-Mundial*. Este periódico foi desenvolvido para difundir o cinema produzido nos EUA para os demais países latinos da América e da Europa. *Cine-Mundial* representou a expansão do consumo de filmes norte-americanos em países não falantes do inglês e contribuiu para o fortalecimento de um estilo bastante único: o consumo da cinematografia dos EUA.

⁴ Neste trabalho lidaremos com as trocas simbólicas (Bourdieu, 2007, p.99) produzidas entre o circuito exibidor e produtor de filmes e o mercado editorial. Tal troca proporcionou a construção de um *habitus* de consumo tal como pensado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Aqui compreende-se *habitus* como relações particulares de um determinado conjunto de pessoas estruturada por afinidades socioculturais para compreender a influência de uma época específica nos comportamentos dos seus sujeitos, dos grupos sociais ou de uma identidade coletiva. Neste trabalho em específico, analisamos a influência de Palcos e Telas na formação de um *habitus* de consumo de cinema e leituras de cinema. Para compreender o conceito, ver: Setton, 2002.

⁵ Carmen Santos foi uma atriz, empresária e diretora do cinema brasileiro. Ela atuou entre as décadas de 1920 e 1940. Santos foi responsável por ajudar a construir a história do cinema brasileiro e pensar uma linguagem para a cinematografia nacional. Para conhecer a biografia de Santos, ver: Pessoa, 2002.

⁶ Adhemar Gonzaga foi o empresário fundador de Cinédia e diretor de cinema. Assim como Carmen Santos, atuou no ramo especialmente entre as décadas de 1930 e 1940. Gonzaga é aclamado pela historiografia do cinema brasileiro como sendo um dos pioneiros, juntamente com Carmen Santos e Humberto Mauro. Para conhecer a biografia de Gonzaga, ver: Gonzaga; Aquino, 1989.

⁷ Na atual historiografia do cinema não se usa mais o termo “primitivo” para definir o primeiro cinema. Pois a ideia de “primitivo” desqualifica a produção artística desses primeiros filmes e, atualmente, sabemos que o primeiro cinema e sua história é tão rico quanto as etapas dos estudos do cinema seguintes.

⁸ Título original: *Les Misérables*.

⁹ Título original: *The Conqueror*.

¹⁰ Título original: *The Heart of a Lion*.

¹¹ Título original: *When a Man Sees Red*.

¹² Condiz com a produção em massa de filmes melodramáticos, de aventura ou comédia. O mercado exibidor estadunidense se iniciou em Nova Iorque no início do século XX e se mudou para Los Angeles no final da década de 1910 quando o mercado editorial de revistas especializadas na cinematografia norte-americana se expandiu para além do território dos Estados Unidos. O desenvolvimento de Hollywood condiz com a necessidade de expansão dos filmes e a procura dos países importadores por novos filmes.

¹³ Título original: *Queen of the Sea*.

¹⁴ O circuito exibidor norte-americano foi elaborado por proprietários de salas de exibição. Esses homens eram responsáveis pela compra dos filmes diretamente com as produtoras. Essa sociedade era responsável pela compra de direitos de exibição com as produtoras. Tratava-se de um tempo no qual o cinema resumia-se em uma imensa comercialização de filmes e locações entre proprietários de teatros de variedade na qual se encontrava uma sala escura de projeção. Os membros do circuito eram comerciantes que possuíam mais de 50 mil dólares no bolso. Muitos desses homens também tinham salas de exibição no Canadá e na Austrália e outros países. O circuito ou movimentação dos filmes aconteciam da seguinte maneira: após uma exibição em uma determinada sala de teatro cinematográfico, o produto era passado para outro teatro integrante da associação. Ver: *Cine-Mundial*, n. 3, 1918, p. 114-115.

ARTE E MANIFESTO: Hadashi No Gen, Narrativa e o Revisionismo no Japão Pós-Guerra

ART AND MANIFEST: Hadashi No Gen, Narrative and Revisionism in Post-War Japan

Maxton Moreira Filho¹

Resumo: O presente artigo pretende, através das obras cinematográficas *Hadashi no Gen* parte 1 e 2 analisar a percepção de um sobrevivente do bombardeio a cidade de Hiroshima entendendo a narrativa produzida por Keiji Nakazawa, como algo destoante das diversas narrativas “oficiais” produzidas durante o período. A narrativa japonesa no período Pós-Guerra, silencia percepções que se distanciam da forma “oficiais” de se narrar os eventos desse período, criando uma história homogeneizada que descarta o que não cabe dentro dessa narrativa. O revisionismo desempenha um papel importante dentro dessa construção sobre a percepção de um novo Japão. Sendo assim, o trauma não é visto de frente, é enterrado pelo discurso de um novo amanhã e a brisa do progresso.

Palavras-chave: Revisionismo, Narrativa, Japão, Pós-Guerra, Bomba Atômica.

Abstract: This article aims, through the films *Hadashi no Gen* Parts 1 and 2, to analyze the perception of a survivor of the Hiroshima bombing, understanding Keiji Nakazawa's narrative as dissonant from the various “official” narratives produced during that period. The Japanese narrative in the post-war period silences perspectives that diverge from the “official” way of narrating the events, creating a homogenized story that excludes what does not fit within this narrative. Revisionism plays an important role in constructing the perception of a new Japan. Thus, trauma is not confronted directly; it is buried beneath the discourse of a new tomorrow and the breeze of progress.

Keywords: Revisionism, Narrative, Japan, Post-War, Atomic Bomb.

Introdução

A abertura do passado quer dizer também que os chamados “julgamentos da história” não tem nada de definitivo nem de imutável. O futuro pode reabrir os dossiês históricos “fechados”, “reabilitar” vítimas caluniadas, reatualizar esperanças e aspirações vencidas, redescobrir combates esquecidos, ou considerados “utópicos”, “anacrônicos” e “na contracorrente do progresso”. Dessa maneira, a abertura do passado e a do futuro estão estreitamente associados. (Löwy, 2015, p. 158).

O historiador em seu ofício revisita constantemente os vestígios do passado que chegaram ao presente, mesmo um acontecimento amplamente estudado e debatido pode apresentar novas perspectivas. Ao debruçar-se sobre a narrativa japonesa do pós-Segunda Guerra Mundial, nota-se uma mudança brusca no projeto de nação que começa a emergir e vai se construindo durante os anos subsequentes. A guerra e suas consequências causam

¹ Doutorando pela Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: maxton.m.filho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7488-2598>.

uma disrupção entre o passado imperialista japonês e o presente imediato após sua derrota, a história japonesa entra em um período de conflito entre o que foi e o que se almeja ser.

O que se pode observar na história “oficial” japonesa do pós-guerra é uma completa mudança sobre a representação da nação, deixa de lado a imagem por vezes violenta para construir uma imagem mais apaziguadora, condizente com o que o mundo “ocidental” e “civilizado” espera. Ao tornar-se vítima, seus crimes precisam deixar de existir, as narrativas, os fatos que denunciam e questionam a nova história que começa a se formar, aos poucos são silenciados, o que parecia indubitável, a verdade histórica, seja de forma arbitrária ou involuntariamente acaba sendo diluída, enterrada sobre “camadas” de “esquecimento, de negação” (Said, 2012, p. 08).

O revisionismo histórico entra em cena, não importando com a vítimas, sejam os países que sofrem os horrores infligidos pelo Império Japonês em sua marcha expansionista, ou a própria população japonesa. Os traumas e as narrativas individuais japonesas, não seriam soterrados caso servissem e respondessem às questões necessárias impostas pela história “oficial”, o que a historiografia japonesa aliada ao revisionismo tenta fazer é, “(...) destruir, não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade” (Vidal-Naquet, 1988, p. 09).

É nessa concepção sobre a história, que os filmes *Hadashi no Gen* (はだしのゲン) parte 1 e 2 apresentaram outra perspectiva do bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, como também dos anos que se seguiram. Ao analisar tais filmes, foi possível perceber como a narrativa empregada destoa da narrativa dita “oficial” do Japão, mostrando o alcance e sua capacidade de fixação na cultura popular japonesa, uma vez que muitos só foram entender o impacto e crueldade das bombas atômicas através da história de Keiji Nakazawa.

Deste modo, é possível perceber as particularidades e diferenças da obra e como sua narrativa se desloca do âmbito nacional, deixando de lado a construção de uma imagem homogenia do conflito. Sendo assim, o filme tem como foco as memórias do seu autor, dos sobreviventes e das vítimas do conflito, fazendo com que uma abordagem a “contrapelo”, como categorizada por Walter Benjamin (2020) no seu texto “Teses sobre o Conceito de História”, seja uma das principais abordagens utilizada no artigo.

Sendo assim o artigo tem dois pontos centrais, primeiro trata-se do embate entre uma história “oficial” revisionista, cujo objetivo é apagar os crimes da nação utilizando sua derrota no conflito mundial, assim como as vítimas da guerra com o intuito de criar uma nova imagem. Condizente com os discursos dos países ocidentais, podendo tornar-

se, dessa forma, parte da “civilização”, encaixando-se nos binarismos discursivos do bem e mal. Se é vítima, não pode ser algoz.

E em segundo lugar, o texto se debruçará sobre os filmes que se baseiam na história de vida de seu autor e roteirista, uma história que se forja sobre as memórias e traumas dos envolvidos no conflito, que constantemente são relegados ao esquecimento, reflexo da tentativa de homogeneização do passado propostas pelos revisionistas.

A arte de manifesto de Keiji Nakazawa:

Os “bens culturais” passaram da Grécia para Roma e, em seguida, para a Igreja, depois caíram nas mãos da burguesia, desde o Renascimento até hoje. Em cada caso, a elite dominante se apropria – pela conquista, ou por meios bárbaros – da cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico (Benjamin, 2015, p. 79).

Os dois filmes que servem como fonte principal da pesquisa são adaptação dos quadrinhos de mesmo nome lançados de 1973 a 1985, na revista semanal Weekly Shonen Jump, escrito e ilustrado por Keiji Nakazawa com base em sua vida pessoal e experiência como um sobrevivente da bomba de Hiroshima. A análise de dá principalmente nos filmes animados, lançados em 1983 e 1986, em que Keiji Nakazawa teve parte importante na produção como consultor e roteirista dos filmes.

A escolha de análise por meio de animações se deu primeiramente pela sua capacidade de adentrar os espaços sociais de forma mais abrangente, pela maior acessibilidade dos filmes levando em conta a faixa etária, a escolaridade, mesmo uma pessoa com dificuldade na leitura pode experienciar, pois o filme não conta sua história só pelo texto, mas por um conjunto que vai da imagem a montagem e ao enquadramento, a *mise en scène*¹. Deleuze ao se debruçar sobre o cinema ressalta também uma característica que considera fundamental como nos mostra Rodrigues *Et al*:

[...] a atuação do cinema na busca humana pela cristalização do tempo no sentido de resistir à perenidade da vida através de captura e preservação de instantes, os quais compõem um conjunto de lembranças que se perpetuam, através da memória, pelo estreito fio da temporalidade (Rodrigues Et al. 2010, p. 1)

O que podemos notar é como o filme intencionalmente ou não sempre busca de uma forma, ou de outra cristalizar certos aspectos da realidade concreta, algo perceptível na própria angústia de Keiji Nakazawa. Após a morte de sua mãe em 1960, Keiji percebe que os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e os ataques a cidade de Hiroshima e Nagasaki, estão sendo cada vez mais esvaziados e esquecidos pelo progresso econômico

japonês, o passado não precisa mais ser lembrado. Suas histórias a partir desse momento se entrelaçam com sua memória e com a história da nação.

É preciso entender que o contexto do Japão e das artes em geral eram propícios para que obras como a de Keiji Nakazawa chegassem ao público, mesmo com as barreiras do estado e da própria sociedade japonesa. Logo após a saída estadunidense de solo japonês, mais especificamente dois anos após, é lançado nos cinemas a obra-prima de Ishiro Honda (本多猪四郎), *Godzilla*, sucesso de público e crítica, a obra ajudou a consolidar os filmes de Kaiju² e Tokusatsu³, como mostrou ao mundo o medo atômico japonês.

O monstro que surge de testes nucleares, ao acordar deixa um rastro de destruição por onde passa dizimando cidades, e fazendo vítimas, é uma clara alusão às bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos da América na cidade de Hiroshima e Nagasaki. A aparência monstruosa de *Godzilla* está intimamente ligada aos horrores da guerra, que permeiam até mesmo o subconsciente dos sobreviventes, horror esse que não pode ser explicado, mas, que foram materializados na aparência do Rei dos Monstros.

Na análise do filme, o historiador deve estar atento ao contexto:

Podem ocorrer em todos os níveis do filme, como na sua relação com a sociedade. Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível. (Ferro, 1975, p. 200)

O filme não está separado do seu contexto, ele permeia a obra cinematográfica, como um todo, seja em concordância com a ideologia vigente, ou para criticá-la. Uma das críticas mais fortes do filme, está na contestação da narrativa vigente que apaga a culpabilidade norte-americana, isentando-a da responsabiliza pelos seus atos.

Os Estados Unidos da América não se responsabilizaram pelos seus atos, e como veremos adiante, construirão para si e para o resto do mundo uma narrativa que o coloca como salvador. O Japão da mesma forma tenta negar seus crimes, e construir a imagem de uma nação ligada ao pacifismo. Durante a década de 1960 e 1970, com o crescimento de movimentos sindicais e estudantis, esses grupos começaram a ir para as ruas fazendo manifestações contra o tratado de segurança mútua que permitia a interferência dos Estados Unidos no Japão.

Com o crescimento desses movimentos populares, mais uma vez se tem a criação de um departamento de controle e censura, desta vez voltado para monitoramento dos mangás⁴ em 1977. Essa arte de cunho popular começou a ser vista pelos partidos de direita como má influências aos movimentos estudantis, e que estariam instigando rebeldia e atos

considerados subversivos para o Estado. Isso se dá, principalmente, devido ao movimento de mangakas⁵ chamado Gekiga, que escreviam sobre temas adultos, incluindo questões de guerra, violência, sexualidade.

Mesmo não fazendo parte em si do movimento, a obra de Keiji Nakazawa é lançada nesse período e carrega consigo muito dos temas que eram importantes para o movimento Gekiga. A guerra e a violência por ela gerada, estavam não só como pano de fundo, mas era o tema da história, a memória de Nakazawa inundava as páginas dos seus quadrinhos com a violência do conflito, e posteriormente inundaria as telas do cinema, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 1 – Radiação sobre o Corpo



Fonte: Hadashi no Gen, 1983.

Como podemos notar, mesmo a obra sendo majoritariamente voltada para um público jovem, Nakazawa e o diretor da película, Mori Masaki, não escondem os efeitos da bomba sobre a população. Os corpos derretidos, a cena que lembra um filme de terror, foram priorizadas pelos realizadores, pois era essa a destruição que a narrativa fundadora soterrava, numa tentativa de esconder seus crimes, e de se aliar ao ocidente capitalista, guiado pela nação estadunidense.

Para complementar o texto do filme também é enfático sobre os efeitos da bomba, o narrador entra em cena para, mais uma vez, enfatizar na narrativa, sobre os horrores da bomba:

A explosão inicial da bomba custou mais de 100.000 vidas, mas aquele era só o começo. A radiação permaneceu contaminando soldados e

varrendo a cidade, bem como os parentes das vítimas que vieram procurar por elas. Por anos à frente, aquelas pessoas sofreram de leucemia e outros tipos de câncer, como parte dos efeitos colaterais infligidos pela bomba (GEN, Hadashi no: Mori Masaki. 1983, minuto. 53:34).

Não apenas a explosão é detalhada, mas também seus efeitos posteriores, muitos japoneses só tomaram conhecimento sobre tais efeitos a partir de obras como Hadashi no Gen. Só ao entender e compreender a intensidade dos eventos ocorridos em Hiroshima e Nagasaki é possível questionar as decisões do exército Imperial e do próprio imperador, e assim poder enfrentar o passado imperialista do país para com as outras nações da Ásia.

A obra também discute o nacionalismo vigente na população, pois foi através desse discurso nacionalista que os crimes de guerra contra as outras nações foram justificados. A idealização de uma nação superior, que está ali para guiar as outras, algo tão quisto pelo discurso ocidental, muito antes do nazismo, o amor cego pelo seu líder é condenado pelo pai do nosso protagonista:

– Traidor, covarde, essas palavras não significam nada para mim. Na verdade, cheguei a pensar que me orgulharia se fosse chamado assim. Esta guerra não tem sentido, mas somente covardes como eu dizem isso. Se houvesse mais pessoas como nós. Às vezes é mais valente não lutar do que lutar, não querer matar quando tudo ao seu redor cheira a sangue. Esse é o verdadeiro valor, ao meu modo de ver. Gen, Shinji, se não se lembrarem de nada do que lhes ensinei, espero que ao menos se lembrem disso, certo? (GEN, Hadashi no: Mori Masaki. 1983, minuto. 23:22).

Assim como o narrador de Walter Benjamin, que com suas histórias tenta passar algum ensinamento para o ouvinte, os filmes hadashi no Gen também anseiam por tal objetivo. Ao falar com Gen, seu pai também fala com o espectador, em sua maioria jovem também, o pedido para que seus filhos lembrem do que ele os ensinou, é um pedido para quem assiste ao filme.

Não há inocência nesta análise, em simplesmente ver o telespectador como um simples consumidor passivo do seu produto, Certeau (1994), já alertava em como o consumidor dos produtos culturais, também produz a partir do que consome. Por isso, a ênfase no “pedido”, assim como o pai não pode controlar o que seus filhos irão fazer com o que os ensinou, Nakazawa também não tem como controlar seu público. O pedido do pai, é também o pedido do autor para o seu público.

Nakazawa não pode controlar o que cada pessoa vai fazer com sua arte, pois quando a mesma ganha o mundo está sujeita a várias formas de interpretação e utilização. O esforço do autor é para que ela não seja instrumento de uma ideologia dominante, que

em seu objetivo, não se preocupa em fazer mais escombros, soterrando os vencidos e impedindo que os mortos descansem.

Sua obra, as animações que dela derivam, não podem ser usadas pela narrativa “oficial” pautada no revisionismo histórico, pois ao focar nos vencidos, nos que foram derrotados por essa mesma narrativa torna-se quase impossível não a questionar. Como veremos no próximo tópico, a imagem criada pela história “oficial” japonesa do pós-guerra, pautada pelo negacionismo revisionista, para tentar cumprir seu objetivo, necessita que histórias como a de Keiji Nakazawa e sua obra *Hadashi no Gen*, sejam deixadas de lado, que não sejam mais que apenas um choque instantâneo, em uma sociedade completamente amortecida.

Nem tudo que reluz é ouro: da arma benevolente a intervenção divina

A partir do século XVII a nação japonesa se fecha principalmente para o mundo ocidental, passando a ser governada pelo clã Tokugawa, sendo o terceiro governo Xogum (Shōgun), a liderar a nação japonesa. Ao se fechar por um período de 200 anos, o Japão alcança em certos aspectos estabilidade e paz até a chegada de representantes norte-americanos a baía de Uraga, momento no qual o país é obrigado a abrir seus portos, iniciando disputas internas, que culminaram na transição do período Edo⁶ para a Era Meiji⁷ no século XIX. O poder é restituído à corte imperial e para evitar a colonização, o Japão passa por um processo de modernização nos padrões ocidentais, se aproximando das políticas coloniais e imperiais.

O imperialismo e o colonialismo constituem em sua característica como um regime de “massacres administrativos”, que veem o resto do mundo como um grande depósito, servindo para a expansão de capital e a conquista de espaço vital como articula Traverso (2001), essa era a política usada pelo Japão nos territórios e nações vizinhas. Mas a derrota na Segunda Guerra Mundial interrompeu a política imperialista do país, agora é preciso criar uma nova imagem perante o mundo. Como no século XIX era preciso se adequar ao mundo ocidental, se tornar uma “democracia” aos termos de seu algar e aliado. Mas como conciliar a verdade histórica japonesa do pré-guerra, com a nova imagem que se tenta criar no pós-guerra?

O Japão adentra o pós-guerra em busca de paz, construindo para si e para o outro uma narrativa de progresso econômico e reconstrução, essa busca pela paz não traz consigo um trabalho com o passado, seja para com o trauma da nação quanto para com o trauma causado pela nação. O silenciamento começa a ser parte estruturante da narrativa

historiográfica de uma parcela de intelectuais japoneses, desta forma começa a se “naturalizar” a ausência e o silêncio como mostra Igarashi:

Pode parecer que a sociedade do pós-guerra facilmente deixou suas experiências para trás na busca por sucesso econômico. Entretanto, o progresso atual de esquecimento da perda não foi fácil: isto envolveu uma luta constante para transformar as memórias da guerra em uma forma nostálgica e benigna. A sociedade japonesa conseguiu, afinal, ocultar a luta do pós-guerra pelo esquecimento. Quando o próprio processo histórico de esquecimento foi erradicado, as experiências e as perdas da guerra foram enterradas junto com a sociedade do pós-guerra (Igarashi, 2011, p. 40).

Evitando enfrentar o trauma da guerra, a historiografia japonesa abre a possibilidade de não falar, o silêncio e o esquecimento é voluntário e esquemático, fazendo parte da abordagem sobre o passado. Como afirma Paul Ricoeur (2007), a memória e o esquecimento fazem parte, e o ato de rememorar constrói, mesmo a memória sugerindo uma relação mais pessoal, não se pode esquecer que a mesma faz parte de um coletivo, e que narrativas históricas, socialmente produzidas, geram efeitos no individual.

Homi Bhabha (1998) afirma que o ato de Relembrar se constitui no esforço para que o “trauma do presente possa ter sentido”. Olhando o passado e vendo a derrota, os crimes de guerra não cabem no futuro a ser construído, e nem valem ser lembrados, pois o resultado foi a derrota.

Yuki Tanaka (2003) mostra que o uso de “mulheres de conforto” era feito de forma organizada e sistemática pelo exército japonês, mas que a partir do pós-guerra pouco se fala na historiografia japonesa, essas mulheres aos poucos são apagadas da história do conflito. O crime para muitos deixa de ser crime, não sendo classificado como estupro, pois seria um ato consensual, afinal eram pagas, isso é claro não considera todo o contexto da guerra, a fome e a destruição causada pelo exército japonês, como atenta Marcello (2021, p. 40).

A situação se complica quando se procuram fontes sobre o ocorrido, por duas características, a primeira recai sobre as mulheres que sofreram os abusos, o trauma sobre o ocorrido recai diretamente sobre seus corpos e sobre sua honra, em um mundo que não mede esforços para julgar e subjugar essas mulheres, o esquecimento e o silêncio por muitas vezes se torna mais reconfortante, desta maneira:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confiscável e o inconfessável, separa, em nosso exemplo, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume que resume a imagem que uma

sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 08).

Seguindo essa linha de raciocínio, a segunda característica, está ligada ao fato dos perpetradores dos crimes serem agentes do Estado, dessa maneira a fabricação de documentos é esvaziada (Marcello, 2021, p. 41). Admitir certos crimes, seria admitir certa culpabilidade do Imperador e de sua administração, como veremos mais adiante, isso seria impensável. A história é contada por sujeitos, ela não é uma entidade autônoma, de maneira que “não existe um passado que não seja um produto de um determinado uso”, como afirma Domenico Losurdo (2017).

Dessa forma, a narrativa histórica que o Japão constrói no pós-guerra, faz parte de um contexto maior, vai além de si, ela é forjada pelo revisionismo histórico ocidental, que coloca o outro como bárbaro o desespecificando de sua característica política e biológica, alcançando seu apogeu no período da Segunda Guerra Mundial, tendo os Estados Unidos da América como um dos seus principais representantes. A corrente revisionista ocidental, se debruçou na ideia de uma “guerra civil internacional”, desta forma recorre à perspectiva de uma luta de resistência das nações do ocidente contra o inimigo bárbaro e desumano representado pelo oriente, com isso um novo estilo de guerra surge: “A guerra total”, vai mudar a mentalidade e a cultura do mundo vigente — muda-se a guerra, as forças mobilizadas a transformam em um grande massacre — parecendo aquilo que Kant prefigura como uma ‘guerra de extermínio’” (Traverso, 2001, p. 15).

O extermínio em massa sistematizado que é visto nas colônias agora faz parte da forma de se guerrear, muitos iram celebrar as “formas de vida ocidentais” como o próprio Habermas fez, e isso será usado pelo revisionismo como combustível para justificar os atos dos países ocidentais, isso posto a “(...) corrida pela hegemonia e levar adiante a missão planetária de que se sente investido” (Losurdo, 2017, p. 147). Mudasse o discurso sobre a guerra, ela se torna o meio de se chegar a paz, Harry Elmer Barnes cunha o termo “Guerra perpétua como paz perpétua”, conseqüentemente se criminaliza os pressupostos agressores.

O caminho da nação japonesa com o ocidente se dá de forma decisiva com os Estados Unidos da América, os norte-americanos no início do conflito, se encontrava na posição de não interferência, o senado não estava disposto a entrar na disputa sem um real motivo, mas Roosevelt tinha como objetivo fazer parte da guerra, de ser protagonista nessa “cruzada” pela “paz”:

Fato que os Estados Unidos foram levados, mais que qualquer outro povo, a interpretar seu envolvimento nas duas grandes guerras do século XX nos termos de uma cruzada pela justiça (Losurdo, 2017, p. 148).

Para entrar nessa disputa pela hegemonia da paz, era preciso sofrer o primeiro golpe, seja ele dado pelo inimigo asiático ou europeu, nem que fosse necessário estimulá-lo, a justiça justificaria as perdas.

Como aludido por Losurdo (2017), Pearl Harbor talvez fosse algo desejado e previsto, a nação japonesa tinha seus recursos primários finitos, a expansão e tomada desses recursos como petróleo, era obrigatória para a manutenção de sua máquina de guerra, dessa forma começa embargos sistemáticos dos Estados Unidos da América, assim sendo forçando o Japão fazer a escolha entre capitulação política ou a tomada das matérias-primas, o que gera o ataque a base norte-americana de Pearl Harbor, a porta dos fundos para se entrar no conflito mundial. Esse ataque ajudou não só na entrada norte-americana na guerra, como a criar toda uma narrativa de desespecificação do povo japonês:

Os fuzileiros navais adoravam usar os poucos japoneses que se rendiam como divertidos alvos para seus próprios fuzis, e se regozijavam de satisfação ao vê-los se contorcerem e se debaterem quando eram atingidos pelo napalm dos lança-chamas. Os crânios dos japoneses não eram os únicos troféus almejados: também eram muito apreciados os dentes de ouro, às vezes arrancados da boca dos inimigos ainda vivos com o cabo das facas Ka-bar usadas pelos fuzileiros (Losurdo, 2017, p. 168).

Assim como foi feito com os povos africanos, para justificar o colonialismo e a escravidão, e todo um movimento heugenista anos depois na tentativa de fazer uma purificação racial, a imagem dos japoneses foi atrelado e desespecificado de humanidade, seus crânios eram estudados e categorizados como dois mil anos atrasados. Não ver seu inimigo como humano, e o extremo nacionalismo atrelado ao sentimento de vingança tornou os horrores justificados.

Como duas dessas duas nações puderam alinhar seu discurso? A resposta principal para essa questão é a “arma benevolente”, como Harry S. Truman, trigésimo terceiro presidente dos Estados Unidos da América, gostava de nomear. Do modo que Igarashi (2011) mostra, a visão do ocorrido habitualmente é aceita e perpetuada, tanto pelos Estados Unidos, quanto pelo Japão, como um desenrolar de eventos iluminados.

Dois grandes homens, na figura do Presidente Truman e do Imperador Hirohito, movem as decisões envolvendo o final da Segunda Guerra e o conflito entre as duas nações inimigas. A decisão de Truman em usar a Bomba Atômica nas cidades de

Hiroshima e Nagasaki, não sofreram releituras por parte dos revisionistas, exemplo de Paul Johnson que categoricamente afirmava que seria ilógico não usá-las na guerra, isto posto, “(...) forjou-se um novo ethos guerreiro, os ideais de heroísmo foram combinados com a tecnologia moderna, o niilismo foi racionalizado, o combate se transforma em destruição metódica do inimigo” (Traverso, 2001, p. 16).

Desse modo a “arma benevolente” de Truman, ganha seu propósito, alcançar a paz e encerrar o conflito, mas para tal acontecimento o termo utilizado por Domenico Losurdo torna-se mais adequado (2020) no qual o autor vê a utilização das Bombas como “terrorismo de massa”⁸, e não um simples ato de guerra em busca da tão almejada paz:

É preciso acrescentar mais um detalhe arrepiante: foi observado que pelo menos a aniquilação da população civil de Hiroshima e Nagasaki visava, mais do que o Japão que estava para capitular, a União Soviética, a quem se lançava uma pesada advertência. Portanto estamos diante de dois atos de terrorismo em amplíssima escala e, além do mais, transversal: são massacradas dezenas e dezenas de milhares de civis desarmados do velho inimigo (antes do ex-inimigo que se prepara para transformar-se em aliado) a fim de aterrorizar o aliado, já considerado como novo inimigo. (Losurdo, 2020, p. 21).

Os objetivos do uso da bomba estão longe de ser filantrópicos, o objetivo é claro dentro da realidade concreta da Segunda Guerra Mundial, e do que se planejava conquistar após ela, o embate ideológico que veremos durante a Guerra Fria, se inicia bem antes, e o Japão se torna um ponto estratégico dessa disputa, como aliado se transforma uma base para os interesses norte-americanos.

Voltamos um pouco para antes do lançamento da bomba e da rendição do Japão, muito se discutia sobre a rendição da nação no final, boa parte de suas cidades arrasadas por bombardeios e ataques, quilômetros de terra arrasada de dimensões em quilômetros muito maiores que as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

A narrativa “oficial” japonesa, coloca o final da guerra não só motivados pelos ataques de uma arma nunca vista antes, mas pelo que ficou conhecido como “intervenção divina”, momento no qual o Imperador Hirohito intervém e decide de uma vez por todas acabar com o conflito e com o sofrimento da população.

Como aponta Igarashi (2011), ao decidir pela rendição, e o término da guerra, as palavras supostamente proferidas pelo Imperador teriam sido: “Eu não ligo para o que possa acontecer comigo. Eu não posso mais continuar com a guerra, porque eu não aguento mais assistir o sofrimento das pessoas” (Igarashi, 2011, p. 93).

Mas esse relato ajuda a deixar de lado o fato de que o Japão e O Imperador só aceitariam a rendição se a declaração de Potsdam⁹, não interferisse nas atribuições e

soberanias de sua Majestade Imperial como regente. Ao deparar com esse fato, pode-se notar que a segurança e sofrimento da população não se encontravam em primeiro plano, pois caso essa exigência não fosse aceita o Imperador pretendia continuar com a guerra, diferente do período no qual os Xoguns lideraram a nação, dessa vez o Imperador não pretendia sair do palco.

Após a rendição do Japão as perspectivas históricas conflitantes precisavam ser alinhadas, a prerrogativa da paz serviu como norte, tanto na narrativa norte-americana quanto Japonesa. Os crimes de guerra japoneses eram escondidos e silenciados, pois era uma nação que se tornou vítima, desistindo da luta pela paz do global, e em contrapartida, os Estados Unidos entraram na Guerra com o único motivo de levar a paz.

Após a guerra, o território japonês é ocupado pelos norte-americanos, que impuseram leis de censura, dessa forma, influenciando na política e na construção da narrativa de guerra. Dessa forma, o resultado da guerra colocou a população japonesa sob controle civil/militar dos Estados Unidos, que logo de início ratificou leis que tolhiam e censuravam o falar sobre os acontecimentos da guerra que a pouco findou.

No mesmo ano de 1945 foi criado o que ficou conhecido como CIE (Civil Information and Education Section) um departamento que em seu objetivo primordial era trabalhar à propaganda pró ocupação, tendo controle sobre as produções cinematográficas da nação japonesa. Isso irá funcionar em consonância com os objetivos dos dirigentes japoneses, que também tinham o objetivo de esquecer seus crimes, as duas nações têm suas “memórias entrelaçadas”¹⁰, e dessa forma constroem para si uma nova.

As bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, e suas consequências também foram alvos das censuras. Um exemplo é a radiação que contaminou a cidade após as explosões das bombas. É preciso salientar que seria anacrônico olhar a reportagens e notícias da época com o conhecimento atual dos efeitos da bomba atômica, mas é interessante notar como foram divulgadas e veiculadas as notícias na mídia sobre tais eventos.

Como veremos na imagem abaixo, havia uma necessidade em tornar o lançamento da bomba em algo menos cruel possível. Ela era uma arma necessária para salvar vidas, depois de sua explosão ela não poderia continuar causando destruição, com ou sem conhecimento sobre seus efeitos, a radiação não poderia existir:

Figura 2 – Manchete The New York Times



Fonte: New York Times, 1945.

O Japão se utiliza da mesma premissa para distorcer os fatos, e por fim, produzir uma nova imagem de si, essa narrativa não se preocupa com o que vai soterrar, sobre os escombros do progresso que almeja, seja suas vítimas, ou aqueles que a priori parecem fazer parte da história que está sendo contada. Nem tudo que reluz é ouro.

Considerações finais

Olhando para a cidade de uma janela, Smith diz: “Bilhões de pessoas apenas vivendo suas vidas... Distraída” (Dir. Irmãs Wachowski, Matrix, 1: 31:50).

Como podemos notar no decorrer do texto a construção da imagem “oficial” de progresso do Japão no pós-guerra é permeada de apagamentos, para que sua narrativa funcione de forma homogênea foi necessário o silenciamento de muitos, como Walter Benjamin (2020) já havia falado em suas teses, os derrotados jazem nos escombros da história, e o cortejo triunfal dos vencedores não se preocupa quantos mais precise soterrar, se a morte não os silenciou, o revisionismo poderá fazê-lo: “Talvez possamos ver melhor o que significa esse método histórico; é em nossa sociedade de encenação e espetáculo, uma tentativa de extermínio no papel, que substitui o extermínio real” (Vidal-Naquet, 1988, p. 160).

O extermínio não acaba com a morte, aqueles que foram exterminados em vida ainda podem ter seu extermínio após a morte, Conrad (2020) aponta que a história do

Japão, ao se entrelaçar com a norte-americana no pós-guerra, começa um sistemático empreendimento para apagar seus crimes. Um dos primeiros indícios a ser percebido é o fato que o principal inimigo japonês ao centrar-se na figura dos norte-americanos, os países asiáticos como China, Coreia, Taiwan, ficam de lado nessa nova percepção do conflito.

A história tem a capacidade de justificar as atrocidades cometidas na guerra, mas também pode entre outras possibilidades construir e defender a cidadania, criar e consolidar a democracia, desta forma:

O mínimo que se pode fazer e que é uma tarefa que nunca se acaba, é estabelecer os fatos com o máximo de precisão possível, é o historiador purgar sua obra de tudo o que é inventado, lendário e mítico. (...) a história não consegue escapar à sua responsabilidade, à de suas escolhas pessoais e até de seus valores (Vidal-Naquet, 1988, p. 160).

O revisionismo, em sua característica, não está preocupado com as fontes, não há necessidade de confrontá-las com métodos e ética, para o historiador do revisionismo a história se dá antes mesmo das fontes. Marcello (2021), ao estudar o negacionismo atrelado ao revisionismo na corrente historiográfica japonesa, percebe que a historiografia “oficial” se utiliza do fato de ter sido uma vítima de um crime para esconder e apagar seus próprios crimes.

As bombas atômicas e o trauma dos sobreviventes se tornam a justificativa perfeita para não falar que além de vítima, a nação também foi algoz, dessa forma as pessoas continuam suas vidas presas em um discurso que é contra argumentos destoantes. O revisionismo não consegue apagar a verdade dos eventos, as memórias que questionam e vão contra as narrativas “oficiais” estão espalhadas por todo o Japão e, apesar dos revisionistas lutarem para criar uma única possibilidade de apreensão da realidade, as memórias e narrativas “subterrâneas” criam seus caminhos para submergir.

Ao evitar enfrentar os seus traumas, e negar os seus crimes, o Japão abriu a possibilidade de não ver os seus atos como crime, a extrema-direita ganhou cada vez mais força na política japonesa no pós-guerra. Ao olhar para o Japão de seu período, Nakazawa temia pelo futuro, Hadashi no Gen nasce desse temor, e se perpetua junto com as pessoas que compartilha dele.

A narrativa de sua obra e os temores que foram ímpetos para ela existir, ganham força na sociedade atual japonesa. No dia 8 de julho de 2022, o ex-primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, foi assassinado na cidade Nara, enquanto fazia campanha para as

eleições japonesas. Abe foi um conservador que veementemente negou os crimes da nação. Não há como acabar com um regime fascista mantendo seu governo no poder.

Abe é fruto dessa política fascista, suas ideologias surgem do negacionismo revisionista do Japão pós-guerra. Era em objeção a esse futuro que Nakazawa se posicionava, era contra essas possibilidades que Hadashi no Gen contestava enquanto arte.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*: edição crítica. Organização e tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade. *O local da cultura*, p. 70-104, 1998.

CALAZANS, Érika Louise Bastos. A construção do Direito Internacional como disciplina jurídica no Japão sob a influência eurocêntrica: da era Edo (1603-1868) à era Showa (1926-1989). *Sequência* (Florianópolis), p. 89-120, 2017.

CONRAD, Sebastian. Memórias entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 130-148, 2020. ISSN 2175-7976 DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e71081>.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade?" In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 199-215, 1975.

HADASHI no Gen. Direção: Mori Masaki. [S.I]: Madhouse, 1983. 1 DVD (80 min).
IGARASHI, Yoshikuni. *Corpos da memória: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa [1945-1970]*. Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

LOSURDO, Domenico. *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. Boitempo Editorial, 2017.

_____. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2020.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história"*. Boitempo Editorial, 2015.

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 37-60, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista estudos históricos*, V.2, n.3, p. 3 – 15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp, 2007.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. tradução Sonia Midori. — São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

TANAKA, Yuki. *Japan's comfort women*. Routledge, 2003.

TRAVERSO, Enzo. *El totalitarismo. Historia de un debate*. Buenos Aires, Eudeba, 2001.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Tradução Maria Appenzeller, — Campinas, SP: Papirus, 1988.

Artigo recebido em 14/08/2024

Aceito para publicação em 22/02/2025

Editor(a) responsável: Amanda Guimarães

¹ Mise en Scène, é o que podemos chamar de direção artística, desde enquadramento, objetos que estão em cena, o posicionamento dos atores, aqui no caso personagens, tudo isso é pensado e tem um significado na forma de se narra uma história dentro de m filme.

² Filmes de monstros gigantes, sendo Godzilla um dos principais expoentes do gênero.

³ Filmes ou séries de TV com investimento pesado em efeitos visuais. Esse termo foi criado no Japão, mas na atualidade serve também para denominar produções que seguem uma mesma linha de produção narrativa e estilo, alguns exemplos são séries como Ultraman, Metalder, no ocidente temos os Power Rangers como principal representante.

⁴ O mangá é um quadrinho tipicamente japonês, tendo surgido em 1814 trazendo caricaturas e ilustrações sobre a cultura japonesa. O mangá referido no texto, se trata de uma modernização do antigo, tendo influência do ocidente, seu principal expoente e criador foi Osamu Tezuka em 1947, com a obra *Shin Takarajima* (A nova ilha do tesouro).

⁵ Autores de mangás.

⁶ Período da história do Japão conhecido como Idade da Paz Ininterrupta, momento em que a nação foi governada pelos Xoguns da família Tokugawa, indo de março de 1603 a maio de 1868. Para mais informações ver: CALAZANS, Érika Louise Bastos. A construção do Direito Internacional como disciplina jurídica no Japão sob a influência eurocêntrica: da era Edo (1603-1868) à era Showa (1926-1989). *Sequência (Florianópolis)*, p. 89-120, 2017.

⁷ A Era Meiji, que significa “governo esclarecido”, sucedeu o Período Edo, ocorrendo de 1668 a 1912. Para mais informações ver: CALAZANS, Érika Louise Bastos. A construção do Direito Internacional como disciplina jurídica no Japão sob a influência eurocêntrica: da era Edo (1603-1868) à era Showa (1926-1989). *Sequência (Florianópolis)*, p. 89-120, 2017.

⁸ Se por terrorismo de massa entendermos o desencadeamento da violência contra a população civil com o intuito de alcançar determinados objetivos políticos e militares, devemos dizer que na história o exemplo mais clamoroso dessa forma horrível de violência foi o aniquilamento nuclear de Hiroshima e Nagasaki (Losurdo, 2020, p. 21).

⁹ “Em 26 de julho de 1945, os EUA, a Grã-Bretanha e a China exigiram na Declaração de Postdam a rendição incondicional de todas as Forças Armadas japonesas” (Igarashi, 2011, p. 64).

¹⁰ O termo “memórias entrelaçadas” não se refere tanto ao fato de que o passado lembrado — o objeto da memória — deve ser disposto em um contexto transnacional e visto como um produto de processos de trocas e de influências. Em vez disso, concentra-se no momento da produção da memória, vista não apenas como uma tentativa de se conectar ao passado individual ou coletivo, mas também como o efeito de múltiplos e complexos impulsos no presente (Conrad, 2020, pg. 133).

AS PERMANÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE VÍTIMA E AGRESSOR EM DISCURSOS DE PROCESSOS CRIMINAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO XXI

THE PERMANENCE IN THE CONSTRUCTION OF THE IMAGE OF VICTIM AND AGGRESSOR IN DISCOURSES ON CRIMINAL CASES IN BRAZIL FROM THE 19TH TO THE 21ST CENTURY

Paloma Heller Dallagnol¹

Resumo: A linguagem apresenta-se como um fator de construção da subjetividade dos envolvidos, da construção social e cultural do próprio crime, da construção de gênero, suas linguagens morais, suas vontades e seus desejos. Sendo assim, partindo do caso criminal de Mariana Ferrer este artigo fará um passeio sobre os códigos criminais brasileiros entre o século XIX e XXI buscando a partir desses a construção da imagem ideal de vítima e agressor e como esses sofreram mudanças e permanências ao longo deste tempo.

Palavras-chave: Brasil República, Discurso, Processos, Relações de Gênero, Infância.

Abstract: Language plays a key role in shaping the subjectivity of those involved, as well as in the social and cultural construction of crime, gender, moral discourse, intentions, and desires. Based on the criminal case of Mariana Ferrer, this article examines Brazilian criminal codes from the 19th to the 21st century, focusing on the construction of the ideal image of both victim and aggressor, and how these notions have changed or persisted over time.

Keywords: Republican Brazil, Discourse, Legal Proceedings, Gender Relations, Childhood.

Introdução

A História não se trata de uma ciência de reconstituição ou de resgate do passado, mas de um processo de entendimento do próprio presente. Ao nos depararmos com acontecimentos do nosso dia a dia, questionamo-nos como é possível que tais eventos ocorram e como podemos percebê-los dentro do movimento da História. Nesse sentido, durante o ano de 2020, acompanhamos, por meio das redes sociais, as reviravoltas do julgamento do processo criminal do estupro da modelo Mariana Ferrer (1996-)¹.

O caso Mariana Ferrer ganhou notoriedade, chegando a ser conhecido nacionalmente, devido à utilização das redes sociais e da internet, tanto para a juntada de provas sobre a conduta dos envolvidos, como pelos pedidos de apoio à vítima, que era influencer e usava suas redes sociais como ferramenta de trabalho.

O crime de estupro, objeto julgado pelo processo, ocorreu durante a realização de evento em que a modelo fora incumbida da responsabilidade de divulgar. Durante a festa foi dopada e levada a um dos camarins, lugar onde sofreu a agressão. O exame pericial,

¹ Doutoranda pela Universidade Federal do Paraná. Email: palomaheller@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9818-9717>. Bolsa Capes.

importante em casos de violência sexual, constatou a virgindade da vítima anterior ao ato de agressão sexual, bem como a presença de espermatozoides. O laudo foi ignorado pela justiça, assim como áudios, mensagens e depoimentos de pessoas que tiveram contato com a vítima durante e depois da festa. O processo contra o agressor inicialmente teve como base o art. 217-A, inciso 1º, do Código Penal vigente, que considerado estupro de vulnerável o ato no qual não há discernimento ou capacidade de resistência por parte da vítima.

Essa primeira qualificação foi alterada, pelo promotor que substituiu o caso, passando o ato a ser qualificado como “estupro sem intenção” baseado no art. 20 do CP, entendido como a impossibilidade de se comprovar que, na hora do estupro, a vítima teria, ou não, a capacidade de resistência e, portanto, não podendo afirmar o dolo² do acusado. A alteração da peça inicial de denúncia, bem como os diversos fatos que interferiram no processo, como afastamento do promotor responsável, desvinculação de provas, entre outras, levou a mídia a perceber as inconsistências nos ditames processuais e na decisão final do processo. Mas por que usar o caso Mariana Ferreira como ponto de partida para a discussão e não outros tantos de violência sexual, que são ignorados ou mesmo esquecidos?

O caso da influencer ganhou comoção após o portal *Intercept Brasil* publicar matéria sobre a decisão do julgamento do caso, divulgando, inclusive, trechos da audiência em vídeo. A notícia da decisão trazia a seguinte manchete: “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro Culposos’ e advogado humilhando jovem”. Ainda na matéria se via o texto: “Imagens inéditas da audiência mostram defesa do réu usando fotos sensuais da jovem para questionar acusação de estupro”³.

A mídia, como a que fez a referida cobertura do caso Mariana Ferrer, é um importante veículo de formação de opinião e criação de imagens. Mesmo em casos de reportagens por sites e portais *online*, as fontes jornalísticas como fonte histórica, antes entendida pelos historiadores apenas como subjetiva e de caráter manipulativo, passou a ser percebida, desde a segunda metade do século XX, como importantes para a percepção de discursos capazes de articular desejos de futuro e questionamentos do presente⁴ não apenas por parte dos autores da reportagem, mas pelos próprios leitores. Assim, manchetes como a do *The Intercept* tem uma grande importância em termos de formação de opinião, pois foi a partir da veiculação no site de notícias que o caso da influencer se tornou conhecido na internet, sendo comentado por diversos especialistas do direito, por movimentos de defesa das mulheres e crianças e pelo público.

Ainda que o termo “estupro culposo” não seja utilizado, literalmente, pelos agentes do processo, para os movimentos de defesa das mulheres, essa decisão inédita de absolver o acusado, entendendo que o crime pode ser cometido sem intenção, abriu um precedente perigoso para a resolução de casos de violência sexual, tornando-se alvo de uma grande discussão.

A matéria jornalística segue a denúncia do julgamento de Ferrer ao relatar que o discurso do promotor responsável pelo caso afirma “não haver como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo, portanto, intenção de estuprar”⁵. Induzindo ao entendimento de que sempre que um acusado alegar estar “bêbado” ou sobre influência de qualquer substância, automaticamente o torna incapaz de perceber o consentimento prévio da vítima, abrindo um precedente de defesa e absolvição para outros casos de violência sexual. O advogado de defesa ainda usou fotos sensuais da vítima, que ainda atua como modelo, como provas da consensualidade do ato, alegando que, pelo seu comportamento, não havia como ela ser inocente e não haver consentido ao ato.

Durante a sentença decisiva o juiz alegou que em crimes sexuais, mesmo que a palavra da vítima seja prova definitiva, quando corroborada por demais elementos, no caso não havia provas necessárias para tornar culposo o ato do acusado, ignorando os laudos, testemunhos, áudios e vídeos de câmeras de segurança do local. Optando por absolver o acusado, o discurso do juiz levanta duas questões centrais: O que motivou a absolvição do acusado, mesmo com um grande conjunto de provas? O que as acusações feitas pelo advogado de defesa sobre a moral da vítima têm a ver com o crime?

A primeira questão está intimamente ligada ao perfil estabelecido no imaginário social (Bourdieu, 2007; 2011)⁶ e da própria justiça de como é e como se comporta um agressor sexual, relacionando principalmente a um indivíduo patológico. No caso em questão, o acusado era um empresário famoso, branco e de classe social elevada, indo contra estes padrões estabelecidos do criminoso por estupro, como se o crime sexual fosse cometido apenas por indivíduos monstruosos, doentes ou “pervertidos”, algo que discutiremos mais adiante.

A segunda questão está relacionada ao próprio procedimento de investigação e julgamento de crimes sexuais, que tem sua lógica própria e difere de outros crimes, pois os crimes sexuais acontecem, majoritariamente, em locais fechados⁷, sem a possibilidade de testemunhas e que nem sempre deixam marcas físicas na vítima. No estupro, a palavra da vítima é a prova principal. Devido a este fator, há uma prática normatizada em que os advogados de defesa dos acusados buscam colocar à prova a moral da vítima e,

consequentemente, a veracidade de suas denúncias, resultando em uma investigação, no primeiro momento, da vítima e, somente após a conclusão da sua idoneidade, é que o acusado e o crime passam a ser investigados, algo que já foi percebido a partir da análise de diversos processos criminais.

No entanto, a investigação sobre a moral e a honestidade da vítima não é objetiva, muito menos neutra, seja neste caso citado anteriormente, ou em demais casos de crimes sexuais, como quer parecer o filtro da justiça. Para Castro, os operadores do direito estão marcados por vícios sociais e culturais, marcados em seus argumentos e estereótipos que podem ser notados, inclusive, nos marcadores de gênero reproduzindo a violência, agora de forma simbólica e institucional, pois “denota-se a impossibilidade de se falar em imparcialidade jurídica, visto que, ao aplicar o Direito no caso concreto, os julgadores realizam um processo interpretativo sem neutralidade, incorporando fatores externos aos autos” (Castro, 2017, p. 31).

Sendo assim, o caso de Mariana não é um exemplo isolado, faz parte de uma construção discursiva em torno de crimes sexuais que não é novidade do século XXI, muito pelo contrário, é uma construção histórica sobre a honestidade, honra, conduta e sexualidade de mulheres no meio jurídico brasileiro, bem como de uma imagem criada sobre os agressores sexuais ligados a irracionalidade e a patologia. Essas noções são essenciais para entender como os julgamentos deste tipo de crime tem seu andamento, mas também como a imagem das vítimas e acusados são criadas, inclusive, na construção legislativa dos artigos sobre crimes sexuais do Código Penal.

O perfil da mulher honesta

Os processos criminais são cercados de narrativas que contextualizam os acontecimentos do ponto de vista da vítima, do agressor e das testemunhas. Do mesmo modo, as narrativas ambientam os eventos narrados pelos agentes oficiais, geralmente produzidos mediante uma linguagem específica, de métodos, regulamentos e procedimentos que buscam a objetividade e a neutralidade, constituindo um sistema que atribui validade à produção discursiva e, portanto, numa considerada “verdade” (Foucault, 1996, p. 30).

No entanto, a objetividade e neutralidade estão atravessadas por elementos que mostram como as desigualdades sociais, de raça e gênero beneficiam uns, enquanto desqualificam outros. Podemos observar esses elementos não apenas na criação de discursos sobre o crime, mas na criação de sujeitos como o criminoso e a vítima ideal, no

caso de Mariana, o perfil da vítima é constantemente questionado pelas autoridades, sejam juízes, advogados ou policiais, esta imagem de vítima para se tornar ideal precisa estar vinculada à imagem de mulher honesta.

O perfil da mulher honesta e honrada é algo discutido no meio judicial brasileiro desde antes do início da Primeira República, pois, segundo os juristas brasileiros desse período, o futuro da nação estava associado à honra da família que estava alicerçada na honestidade feminina das futuras esposas e mães (Caulfield, 2000, p. 21). Os códigos brasileiros buscavam inserir a discussão sobre a honestidade feminina como um demonstrativo do progresso:

O juiz e professor de direito Francisco Viveiros de Castro expressou o sentimento de seus pares da virada do século quando declarou que “o respeito pela honra da mulher não é um sentimento inato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das ideias morais sobre uma brutalidade dos instintos” (Caulfield, 2000, p. 54).

Os debates públicos sobre a modernização do Brasil, durante o final do século XIX e início do XX, circulavam em torno da honra sexual como base para a família e esta seria a base da nação, a família como o único impedimento contra a criminalidade e o caos social. Essa busca pela formação de uma família honesta inseriu-se em uma política de produção e controle da sexualidade, principalmente das mulheres e crianças (Esteves, 1989, p. 27). Neste período também, o sexo passou a ser assunto do Estado e interesse de todo um corpo social, sendo a definição do normal e de desviante baseada nos saberes médicos, ou seja, a medicina passava a integrar os aparelhos estatais e principalmente os jurídicos, colocando-se como autoridade no debate sobre a família e o sexo, como detentora dos conhecimentos em torno do corpo, da saúde e da vida (Foucault, 1988, p. 118).

A mulher passou, então, a ser o centro dessa política de proteção e higienização das famílias, sendo necessário a intervenção do Estado na manutenção e formação de uma política sexual. Os processos criminais foram utilizados, então, como uma forma de higienizar e controlar os comportamentos amorosos, atribuindo uma norma sexual e uma determinada honra feminina, além de estabelecer padrões de como a mulher deveria agir e como deveria educar suas filhas para ter acesso à proteção da justiça, afastando a possibilidade de uma mulher não higienizada constituir família ou de surgirem filhos ilegítimos, ou seja, de nascer filhos fora de um casamento devidamente regulamentado (Esteves, 1989, p. 31). Mas qual era então o perfil da mulher honesta? Quem era esta mulher e como deveria se comportar?

No início do século XX, uma mulher honesta e higiênica era aquela que não tinha contato com o mundo público. Desde criança, a mulher deveria se relacionar apenas com os membros da própria casa, seja no lazer ou na relação com as pessoas (Esteves, 1989, p. 43). Quando necessitava sair para a rua, eram controladas no seu horário, companhia e destino, não sair desacompanhada ou em horários impróprios era um pilar de honestidade que deveria cercar esta mulher, do contrário essa “falta de honestidade e honra” seria utilizada nos discursos empregados por advogados em eventuais processos criminais, como fator de desabono de sua conduta. A rua era vista como um ambiente perigoso, no qual teria acesso aos vícios e às más companhias. Assim, uma mulher com acesso livre à rua era considerada uma mulher pública, sinônimo de prostituta (Rago, 2008), fato que poderia desabonar sua honestidade e causar questionamentos.

A preocupação com a mulher honesta associava-se à ideia de mãe ideal, pois aquela mulher que fosse capaz de manter-se afastada dos vícios e da luxúria seria a mãe que manteria a família dentro do caminho da honestidade e da honra. Para regulamentar quais comportamentos seriam entendidos como higiênicos e quais seriam entendidos como viciosos, normas e padrões específicos foram criados servindo de referências aos tribunais que passaram a ser utilizados como local de educação das jovens moças, sendo essas normas capazes de atribuir o status de ofendida ou não às vítimas (Rago, 2008, p. 54).

Aqui se faz assaz importante diferenciar a relação entre norma e lei, pois a norma apresenta-se como um paradigma que será utilizado como base entre o normal e o anormal, sendo o anormal aquilo que se encontra à margem da norma, para os quais os instrumentos de correção são criados, seja os loucos, os perversos, os delinquentes, entre outros (Foucault, 1987). Ou seja, a norma funciona como um mecanismo de exclusão daqueles que não se encaixam nos padrões e valores morais estabelecidos. A norma, nesse sentido, não está restrita apenas ao Direito e a lei, estes são instrumentos de produção de condutas e modificação de comportamentos considerados desviantes.

A medicina, de acordo com Foucault, que se estabeleceu como autoridade durante a modernidade, foi uma grande produtora de normas, do normal e do anormal, transformando os desviantes em patológico, podendo ser percebida na conexão entre a Psiquiatria, a Criminologia e o Direito. Essa conexão entre medicina e direito foi importante na construção do imaginário da mulher honesta e do agressor patológico, criando estereótipos de comportamento que acabavam por dificultar a condenação de acusados de crimes sexuais, pois ao não se encaixar nesses estereótipos de honestidade, para a vítima, e desvio para o acusado, o crime não era entendido como crime, mas como

apenas sexo. Desse modo, os sujeitos que eram reconhecidos como pais de família, trabalhadores, “sujeitos de bem”, eram afastados das suspeitas de agressão sexual. Da mesma forma, a mulher que não prova estar dentro das normas de honestidade e moral era vista como uma mulher fácil, portanto, improvável de ser reconhecida como vítima em um crime desta modalidade.

Importante destacar que a produção de normas e de comportamentos higiênicos em torno da mulher não significa que estavam impedidas de exercer a sexualidade e o prazer, mas deviam ser destinados ao casamento. O ato sexual fora deste contexto era entendido como leviano e doentio, gerando uma série de proibições em torno do exercício da sexualidade pelas mulheres, como a escolha de parceiros, “garantidor” do nascimento de filhos saudáveis e legítimos, da honra da família e, conseqüentemente, do bem-estar da sociedade (Rago, 2008, p. 54). Essa noção criada no início do século XX perdurou durante boa parte do século, com permanências discursivas no campo jurídico até agora no século XXI.

Esta imagem de mulher honesta torna-se base para a análise de crimes sexuais, mesmo com as alterações do Código Penal realizadas em 2009 e 2018, que excluem a categoria “mulher” e substituem por “alguém”, dando a entender que o crime de estupro não é apenas cometido contra mulheres, mas contra qualquer indivíduo, o andamento processual ainda carrega certos padrões de análise tanto durante a fase de inquérito, quando durante os julgamentos. Padrões estes pautados na veiculação do crime ao estereótipo do acusado e da vítima.

Após avanços e modificações em torno da questão, que surgiram no início do século XXI, encontramos-nos em um período de retrocesso ao conservadorismo e ascensão ao poder da extrema-direita no Brasil, incitando o ressurgimento de discursos em prol da família, da honestidade e recato feminino, dando ensejo à suspensão de direitos conquistados, com muita luta, pelos movimentos em defesa dos direitos das mulheres. A ascensão dessa discursividade no Brasil dá ensejo a permanência de discursos sobre a moral, honra e honestidade como fator de prova do comportamento das vítimas, interferindo no desenvolvimento e julgamento processual.

A compreensão das questões pontuadas aumenta quando se analisa o modo como se dava a fundamentação jurídica no período de constituição do Código Penal vigente, base para se entender como se construiu a lógica jurídica em torno da mulher honesta. Assim, a fundamentação jurídica lançava mão da tese de que a imagem da mulher vítima está ligada majoritariamente à sua conduta moral, enquanto o homem à sua conduta profissional. Enquanto as mulheres deveriam controlar sua sexualidade, os homens

deveriam ser sujeitos trabalhadores. Caso a vítima não se encaixasse no perfil da mulher honesta, o processo era muitas vezes arquivado ou o acusado inocentado.

Dessa forma, percebemos que os discursos médicos criaram, no início do século XX no Brasil, um padrão normativo de comportamento sexual para mulheres e crianças, que influenciou a forma com que essas deveriam se comportar para serem entendidas como honestas e honradas pela sociedade. Esses padrões passaram a ser parte também do andamento processual e da forma com que os agentes da justiça recebiam e julgavam as denúncias de crimes sexuais. Interferindo na forma com que a vítima e o acusado eram percebidos, influenciando, inclusive, no desfecho processual. Mas como a lei definia os artigos criminais sobre crimes sexuais? Como esses padrões moralizantes passaram a interferir no andamento processual? Como exatamente era definido o comportamento da mulher honesta pelo Código Penal?

A honra nos códigos penais brasileiros

Na busca pela modernização, pelo progresso no Brasil durante o início do século XX, surge a padronização de comportamentos considerados ideais e a punição dos desviantes (Fonteneles, 2016, p. 548). O papel do direito, neste sentido, surge como o desenvolvedor da norma jurídica, um instrumento que irá prescrever as condutas e modificações de comportamento (Darmon, 1991. p. 16). Aliado ao Direito, a Medicina transformou o anormal em patológico, estabelecendo uma conexão entre a psiquiatria e o Direito Penal, pois a personalidade dos envolvidos será avaliada tanto quanto o crime em si, gerando debates sobre como avaliar esses comportamentos e o que deveria ser considerado desviante. Pensando sobre essas questões, a partir de Foucault:

Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos, etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (1987, p. 157)

Sendo assim, Foucault demonstra em sua análise do contexto francês, que as normas criadas pelas diversas instituições, para além da justiça, adentram o campo penal, com o intuito de regular os comportamentos e normatizar os sujeitos, neste caso o sujeito feminino, que deveria ser percebido como mãe e esposa.

Não apenas no contexto francês de Foucault, mas no Brasil não será diferente, a interferência da medicina no Direito Penal irá gerar um grande debate entre os defensores

do Direito Clássico e os defensores do Direito Liberal durante a construção dos Códigos Criminais da República, principalmente em torno dos crimes sexuais e da defesa da honra da mulher e da família (Caulfield, 2000, p. 18-19). Mesmo em lados opostos em suas doutrinas de pensamento, para os juristas brasileiros, os caminhos da civilização e da modernização estavam pautados na eficiência da lei para garantir o respeito à honra da mulher (Esteves, 1989, p. 35). É a partir deste debate que o novo Código Penal será construído, e os novos artigos sobre crime sexual, assim como as doutrinas serão criadas, baseadas nessa ideia de proteção da mulher honesta, da honra e da família.

Baseados nos conhecimentos médicos, o Direito brasileiro irá classificar o que chamou de aberrações sexuais e práticas pervertidas, catalogando os comportamentos perigosos em relação à moral e aos bons costumes (Caulfield, 2000, p. 23). No desenvolvimento dos artigos do Código Penal sobre crimes sexuais, seja de 1890 ou de 1940, torna-se nítida a presença das normas e da imagem de moralidade interpretadas pelos juristas, sendo evidente a presença desses preceitos nos discursos de advogados e promotores na diferenciação de padrões de inocência do acusado quando a mulher não correspondia às definições de mulher honesta, ou seja, para que houvesse crime sexual era, antes de tudo, necessário demonstrar e comprovar os valores morais da vítima (Dallagnol, 2022).

Para Martha Esteves (1989, pp. 38-39), o primeiro Código Penal a demonstrar a preocupação dos legisladores com a honestidade da mulher foi o Código de 1890. Nele, para definir e tipificar os crimes sexuais, era exigido a distinção da fronteira do consentimento, entre sedução, engano ou fraude. Haveria crime caso ficasse provado o não consentimento da mulher ao ato, ou seja, a noção de consentimento estava intimamente ligada à questão da moral do referido período.

O Código Penal de 1830, primeiro código criminal brasileiro que substituiu o livro 05 das Ordenações Filipinas de 1603, estava pautado em uma filosofia jurídica liberal progressista que não havia sido implementada em nenhum outro lugar. Ele foi rapidamente reconhecido no Brasil como demonstrativo do avanço da nação e gerou admiração de juristas europeus (Caulfield, 2000, pp. 57-58).

Para os juristas que elaboraram o Código de 1830, não havia, nas Ordenações Filipinas, uma distinção objetiva entre o crime e as imoralidades, o que dificultava a diferenciação do que era condenado pelo Estado, o que era condenado pela Igreja e os privilégios aristocráticos. Desse modo, percebemos que com as mudanças "progressistas" do novo código, não foram eliminados totalmente os conceitos de honra e moralidade, principalmente nos artigos de crimes sexuais, pois ofender a honra da mulher poderia

significar ofender as honras da Igreja, do Estado, da família e do pai (Caulfield, 2000, p. 59).

No entanto, o Código de 1830 trouxe um abrandamento das penas relacionadas a crimes sexuais. O crime de estupro, antes punido com degredo a África, agora passava a ter condenação amenizada e a fronteira de consentimento que a definia, assim como o ato consensual, ficaram indefinidas, o que levava muitos acusados a casarem com as vítimas para evitar a condenação, como demonstra os seguintes artigos:

Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos.

Penas – de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta. Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.

Penas – de desterro para fóra da provincia, em que residir a deflorada, por dous a seis annos, e de dotar esta.

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas – de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida. Se a violentada fôr prostituta. Penas – de prisão por um mez a dous annos (Brasil, 2021).

Para os juristas que buscavam a reformulação das leis durante a Primeira República, este código de 1930 não definiu de forma concisa os crimes. O crime se pautava na perda da virgindade e na cópula por meio de violência com mulher honesta. No entanto, era fácil burlar essa fronteira entre estupro e ato sexual consentido, ao casar-se com a vítima ou alegar a sua não virgindade anterior, gerando uma obsessão de médicos e juristas brasileiros pelo estudo do hímen, tornando os médicos legais brasileiros os maiores especialistas do mundo em himenolatria (Caulfield, 2000, p. 51).

Diferente do Código de 1830, que surgiu aclamado, o Código de 1890 foi duramente criticado por ser mal escrito e ter nascido obsoleto. A escola do Direito Penal positiva, baseada nos novos conhecimentos biológicos e na sociologia, principalmente nas concepções sobre o indivíduo, produziu uma gama de critérios psicológicos e fisiológicos para classificar os indivíduos criminosos rejeitando os princípios clássicos do livre-arbítrio e responsabilidade penal, o que fazia oposição ao direito clássico (Caulfield, 2000, p. 70).

Essa busca pela classificação de comportamentos desviantes atenuavam as responsabilidades criminais, provocando uma nova onda de debates jurídicos. Entre os juristas brasileiros houve um favorecimento das teorias que entendiam o ambiente social e familiar como causa da criminalidade e dos desvios. Neste sentido, a valorização da família e da honra ressurgem como foco principal, como pilar de combate à criminalidade.

Isso se torna evidente com a modificação do título destinado aos crimes sexuais no código de 1890. Anteriormente denominado “Dos crimes contra a segurança da honra” foi modificado para “Dos crimes contra a segurança da honra e da honestidade das famílias”. Ou seja, já não era considerado um crime contra a pessoa, mas um crime contra a família (Caulfield 2000, p. 74).

Nas primeiras décadas do século XX o grande debate jurídico estava em torno do crime de defloração e sedução. O verbo deflorar é uma novidade do Código de 1830 que se mantém em 1890, enquanto o direito romano usava o termo desvirginar, deflorar implicava não apenas na perda da virgindade física, mas na moralidade em torno do ato de tirar a pureza da mulher honesta. Esse debate pode ser observado nos seguintes artigos penais:

Art. 266. Atentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral: Pena – de prisão celular por um a seis annos. Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem. Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude: Pena – de prisão celular por um a quatro annos. Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão celular por um a seis annos (Planalto, 2021).

Cabe aqui salientar que o termo “deflorar” não surge da linguagem jurídica, mas sim da linguagem popular, sendo possível entender sua permanência nos processos criminais mesmo com a modificação do Código em 1940 que retira o crime de defloração. Sendo assim, deflorar não era apenas o ato de desvirginar, mas na cultura popular o “deflorar” tinha como sentido o ato de tirar uma jovem do “bom caminho” que levaria ao casamento e a boa moral familiar.

Neste sentido, o Código deixa claro que o crime de defloração só ocorreria por meio de sedução, engano ou fraude. Para serem encaixadas neste perfil, as vítimas precisavam inserir suas narrativas dentro dos padrões normativos e condutas morais estabelecidas pelos jurídicos. Essas moças precisavam provar sua honestidade e provar que foram enganadas pelos acusados.

Essas jovens, para demonstrar que foram enganadas ou induzidas a fraude, utilizavam como principal justificativa para terem se “entregado” ao acusado o fato de ter sido prometida em casamento ou como um pedido de uma prova de fidelidade feita por seus parceiros. Em contrapartida, os acusados tentavam, de todas as formas, demonstrar que as moças não eram honestas, que iam a bailes, festas, andavam desacompanhadas nas

ruas, que haviam tido relacionamentos anteriores, que sua família não era bem estruturada, entre outras diversas situações que as colocavam como mulheres “públicas”⁸.

A década de 1930 estava marcada pelo debate higiênico intervencionista nas famílias, assim como o forte caráter nacionalista, buscando a modernização dos conceitos de honra e honestidade e sobre o controle do corpo feminino (Caulfield, 2000, p. 164). Dessa forma, a imagem das mulheres honestas não estava apenas vinculada ao interior da casa e à virgindade física, mas à chamada “virgindade moral”⁹.

Como as mulheres neste momento estavam circulando nos novos ambientes de trabalho, que eram de vital importância para a política de avanço econômico e para a modernização da sociedade brasileira, não poderiam ser impedidas de trabalhar fora de casa, mas ser vigiadas em seus comportamentos para que não se desviasse do caminho entendido como moralmente correto.

É importante ressaltar que, em sua maioria, as mulheres que circulavam nesses novos espaços eram operárias, pobres e negras e que já circulavam no ambiente de trabalho muito antes dos discursos de modernização as aceitarem no espaço público. Contudo, com o aumento da demanda de mulheres nas fábricas, surge a ideia de virgindade moral, aliada à ideia de virgindade física. Neste sentido, a mulher precisava demonstrar ser honesta e higiênica mesmo frequentando estes espaços antes não aceitos como “lugar de mulher”, ou seja, nos ambientes de trabalho fora de casa.

Mais uma vez, as definições sobre a honestidade e a imagem da mulher honrada permearam os debates no meio jurídico, tornando ainda mais estereotipada os ideais de moralidade e imagem de vítima ideal para os olhos da justiça, inclusive na titulação dos artigos agora nomeados como “Dos crimes contra o costume”¹⁰ como demonstra os artigos do Código de 1940, com a permanência da noção de “mulher honesta”:

Estupro: Art. 213 – Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena reclusão de três a oito anos.

Atentado Violento ao Pudor: Art. 214 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena – reclusão de dois a sete anos.

Posse sexual mediante fraude: art. 215 – Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude:

Pena – reclusão de dois a seis anos.

Atentado ao pudor mediante fraude: art. 216 – Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena – reclusão de um a dois anos.

Sedução: Art. 217 – Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos.

A permanência da mulher honesta na definição dos crimes sexuais no novo Código Penal de 1940, bem como a ideia de sedução mediante fraude, demonstram que não houve uma ruptura tão grande quanto desejada com os códigos anteriores. Dessa maneira, os programas de controle da criminalidade sempre alinharam o combate ao crime à ordem moral, da mesma forma que havia um deslocamento da ordem da violência contra a mulher direcionando-a para a família, o que dificulta a percepção da violência motivada por pressupostos de gênero (Debert; Gregori, 2008, p. 174).

Para entender melhor qual a relação dos crimes sexuais com os pressupostos de gênero, devemos primeiro perceber quando o estupro tornou-se um problema de ordem moral. De acordo com Rita Segato (2003, p. 18-20) a dimensão histórica do estupro demonstra que antes da atribuição do status de sujeito de direito à mulher, o crime de estupro não existia. Antes disso, a mulher era considerada como parte integrante do território, algo a ser conquistado e dominado, apresentava-se como espólio. Dessa forma, o estupro não era visto como um problema nem de ordem moral, nem de ordem criminosa. No entanto, quando a mulher torna-se sujeito de direito, o crime de estupro passa a existir como um crime contra a individualidade da mulher e como algo hediondo que deve ser combatido.

Como mencionado anteriormente, o problema está no deslocamento do crime sexual da ordem individual e do corpo para o costume, a lei brasileira deixa clara suas concepções pré-modernas ao indexar o crime de estupro não contra a mulher, mas contra a família ou o costume, retirando a questão do gênero como fator impulsionador deste tipo de crime.

Os discursos encontrados nos processos criminais através das falas dos agentes envolvidos no processo demonstram esse apagamento evidenciando o conflito nas representações de crime e sobre o papel exercido das partes envolvidas, pois nestes julgamentos o comportamento da ofendida era definido a partir dos depoimentos e da moral atribuída à vítima (Lima; Winter, 2013. p. 08). A imagem da vítima é capaz de mudar a fronteira do consentimento, pois ao não conseguir demonstrar ser uma mulher que necessita de proteção e reparação pela lei, o ato, antes entendido como estupro, passa a ser concebido como ato sexual consensual.

Essa capacidade de transformação de crime em sexo, é o que Lia Machado chama de “transformismo” uma chave explicativa de uma capacidade de reversão do estupro. Ou seja, a noção de estupro como uma dimensão do investimento subjetivo, “um jogo perverso em que o desejo do outro não será levado em conta, porque ele quer fazer valer

somente o seu desejo” (Machado, 1999. p. 299). Como era o caso, por exemplo, das prostitutas que por muito tempo não eram consideradas vítimas em casos de estupro por não se apresentarem como mulheres honestas, mas como mulheres públicas, portanto, o consentimento era considerado irrelevante para esses corpos.

No mesmo sentido, a imagem do estuprador, sempre entendido como um monstro patológico, dificulta a punição e condenação de sujeitos que se apresentam como pais de família, trabalhadores, que frequentam a igreja, pessoas ditas comuns, que ao olhar da justiça que busca padrões desviantes e o “criminoso nato” de Lombroso¹¹, não se apresentam como ameaças e, portanto, a mulher não pode ser uma vítima.

Essa figura do criminoso como alguém patológico está associado ao que Foucault identificou como produção da verdade, e na relação entre a constituição de saberes e as relações de poder, pois estes se implicam mutuamente, não havendo relação de poder sem a constituição de saberes, que novamente são utilizados como instrumentos ou ferramentas estratégicas das relações de poder (Foucault, 1978, pp. 13-15).

O sujeito delinquente, neste sentido, é um produto dessas relações entre saber e poder, cria-se a imagem de alguém à margem e anormal, portanto alvo das correções e adequações da instituição penal. Sendo assim, é preciso criar fronteiras do que é criminoso, do que é um comportamento criminoso, as características e o perfil do agressor sexual, frequentemente associadas a preconceitos de classe e raça que fogem ao padrão branco, de classe alta e heterossexual.

Dessa forma, pode-se perceber que a construção de uma imagem e de uma narrativa ideal de vítima é o elemento principal dos processos criminais de crimes sexuais, mas mesmo quando esta se apresenta dentro dos padrões normativos e do perfil pré-estabelecido, o acusado também precisa encaixar-se na figura de delinquente, do contrário seu status de classe, raça e gênero, pode falar mais alto do que as provas e a voz da própria vítima. Caberá sempre à vítima elaborar uma narrativa por meio da qual demonstra seu papel de vulnerável, pois somente assim consegue reivindicar a necessidade de obter um amparo jurídico.

Considerações finais

O que moveu a intencionalidade deste artigo, para além de escolhas teóricas, são escolhas políticas, um pesquisador não está alheio ao seu meio, não há neutralidade absoluta, toda escolha, desde a temática até as referências e fontes, partem do incômodo do presente. E neste artigo do qual não busquei uma falsa objetividade, mas parte daquilo

que cerca o meio em que vivo, escolhi trazer à tona aquilo que me incomoda, me posicionar frente ao problema do presente.

Sendo assim, durante este percurso pelos Códigos Penais brasileiros foi possível perceber algumas rupturas com relação à concepção de crime sexual, principalmente percebendo quais práticas eram consideradas crimes e quais deixaram de ocupar esse espaço, como o caso do crime de defloramento. No entanto, fica evidente o peso das permanências, apesar dos inúmeros embates, seja na definição de honestidade e honra pelos próprios artigos penais, ou pela construção de imagem da vítima nos discursos que sempre se consideram pautados na objetividade e neutralidade da justiça.

O caso de Mariana Ferrer, apontado no início do artigo, apresenta a modificação da denúncia de “estupro de vulnerável” para “crime sem intenção” pelo promotor e as falas do advogado de defesa afirmando que Mariana era uma mulher fácil, que não se dava ao respeito, que sua exposição pública como modelo a tornava uma mulher questionável, demonstram claramente a permanência da figura da mulher honesta, criada durante o século XIX pelo Código Penal de 1830.

Da mesma forma, a imagem do acusado como alguém incapaz de saber sobre a vulnerabilidade da vítima e não percepção da sua negativa ao ato demonstra uma incômoda permanência das diversas defesas apresentadas por advogados do século XIX e XX, que questionavam o status de vulnerabilidade da mulher por estar em um ambiente público, inclusive utilizavam-se do argumento de que o acusado havia confundido a vítima com uma prostituta, o que desmancharia a imagem de honestidade da mulher e promoveria a sua absolvição do caso.

As melhorias e avanços nas políticas públicas de defesa da mulher, da criança, LGBTs, entre outros, são evidentes no século XXI, com as alterações dos artigos penais sobre crimes sexuais, excluindo principalmente a terminologia de mulher honesta. Demonstrando que estupro não deve ser considerado apenas conjunção carnal, a penetração via vaginal da mulher, mas uma violência que não escolhe modelo ou corpo específico, nem padrão de comportamento ou moral.

Mas, ainda é preciso questionar e buscar reverter sentenças como as de Mariana Ferrer e de diversas outras mulheres e jovens que são submetidas novamente a violências, agora no campo judicial, pois não há estupro accidental. A simples menção a esta ideia de acidente, a uma pretensa falta de consciência do agressor, insinuando uma irracionalidade no crime, oculta a intencionalidade e a racionalidade da violência, pois esta não está alheia ao processo histórico, pelo contrário, demonstra padrões de sociabilidade, modelos de

comportamento da sociedade vigente (Longo, 2005, p. 100). Como diz Suárez e Bandeira, devemos compreender a:

Violência sexual como uma ação que envolve um certo grau de racionalização [...] o indivíduo age de forma pensada, obcecada sobre o desejo baseado na legitimidade da ideologia da virilidade, como algo incontrolável (1999, p. 360-361).

Na mesma direção, um marido não tem direito sobre o corpo de sua esposa. Assim, discursos como os do advogado de defesa do acusado no caso de Mariana precisam ser combatidos. Devemos romper permanentemente com estes estereótipos de vítima ideal e de agressor patológico. O crime de estupro precisa e deve ser entendido como uma violência exercida sobre alguém e não sobre os costumes e a família, pois não há estupro sem intenção ou irracional.

A partir dessas discussões brevemente apresentadas, percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido no campo jurídico, para que os casos de agressão sexual sejam combatidos sem a interferência do viés de classe, raça ou gênero. Que um homem branco, hétero e de classe elevada, não tenha seu crime absolvido por falta de provas, quando estas estavam ali, que meninas e jovens sejam tratadas como crianças e vulneráveis que são, que uma mulher não “mereça ser estuprada” pela roupa que usa, ou pelo local que frequenta, que o meio jurídico não compactue ou reforce preconceitos de gênero.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. *CAPÍTULO II: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA*. LIM-16-12-1830. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 16. maio. 2021.

CASTRO, Paloma Gouveia de. *O Judiciário e a Cultura do Estupro*. 2017. 55 fls. Monografia (Bacharelado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas e Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa de História Social da Cultura, 2000.

DALLAGNOL, Paloma Heller. *O fim da inocência? Sexo ou crime: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na comarca de Guarapuava- Paraná*. 2022. 245f. Mestrado (Dissertação e História)

– Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2022. Recurso on-line: PDF.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, nº. 66 fevereiro/2008, p. 165-211.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 19ª Ed. Petrópolis – RJ.: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

LONGO, Cristiano da Silveira. ÉTICA DISCIPLINAR E PUNIÇÕES CORPORAIS NA INFÂNCIA. In: *Psicologia USP*, 2005, 16(4), 99-119. p. 100.

MACHADO, Lia Zannota. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (org). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

PLANALTO. Título VIII: Capítulo I: *DA VIOLÊNCIA CARNAL*. D847. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 16. maio. 2021.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SCHIRLEI ALVES. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de “estupro culposos” e advogado humilhando jovem. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>>. Acesso em: 6 maio 2021.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (org). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

Artigo recebido em 14/08/2024

Aceito para publicação em 04/04/2025

Editor(a) responsável: Nathan Rodrigues Falcucci

¹ O objetivo deste trabalho não é se debruçar sobre o processo específico de Mariana Ferrer, não se trata de um estudo de caso, este processo foi escolhido apenas como ponto de partida, para que o leitor possa perceber como há uma permanência evidente de discursos sobre a moral sexual feminina do século XIX e XX no século XXI.

² O promotor baseou-se no art. 20 do Código Penal, no qual se considera um crime culposos quando há a vontade, mas não há consciência do ato cometido, o que contraria o crime doloso no qual há total ciência do fato cometido.

³ Esta manchete e trechos da notícia foram retirados do portal online do Intercept-Brasil, texto integral em: SCHIRLEI ALVES. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de “estupro culposos” e advogado humilhando jovem. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>>. Acesso em: 6 maio 2021.

⁴ Há uma gama de historiadores que passaram a considerar a utilização de fontes da imprensa, revistas, jornais, periódicos, como fontes históricas, para saber mais sobre: ALBERT.P; TERROU.F. História da imprensa. São Paulo: Martins Fontes, 1990; ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERE, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. In: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v.1 n.2 p.30-53, ago./nov.2007. Disponível em <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=7>; DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. Editora Contexto, São Paulo, 2006; SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. In: Revista Biblos. Editora da Furg, Rio Grande, 2006.

⁵ Ver mais em: SCHIRLEI ALVES. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de “estupro culposos” e advogado humilhando jovem. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>>. Acesso em: 6 maio 2021.

⁶ O imaginário aqui citado parte do conceito de Pierre Bourdieu no qual o imaginário possui um caráter político e social capaz de consolidar uma visão de mundo, legítima agentes e grupos sociais e os mobiliza. Sendo assim, um campo de disputa pelo poder, de luta política e marcado pelo conflito entre grupos, classes, ideologias etc. Para mais ler: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.

⁷ Pesquisas apontam a porcentagem imensa de casos de abusos sexuais que ocorrem não apenas em locais fechados, mas dentro da própria casa da vítima, essa porcentagem aumenta quando trata-se de crimes contra menores de idade. Para mais ver: DALLAGNOL, Paloma Heller. *O fim da inocência? Sexo ou crime: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na comarca de Guarapuava- Paraná*. 2022. 245f. Mestrado (Dissertação e História) — Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná — Curitiba, 2022. Recurso on-line: PDF. Para acessar dados atuais sobre casos de denúncias de crimes sexuais ver: BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *BALANÇO 10 ANOS DA CENTRAL 180 DE ATENDIMENTO A MULHER (2005/2015)*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/relatorios-ligue-180>. Acesso em: 5 ago. 2022.

⁸ Para ver mais sobre as disputas nos processos de defloração, Martha Esteves em seu livro “Meninas Perdidas” faz um levantamento sobre como se davam as disputas em processos criminais entre homens e mulheres nas décadas iniciais do século XX. ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

⁹ O conceito de virgindade moral é apresentado por médicos e legisladores durante o período de disputa da mudança do Código Penal de 1940, apresentado no trabalho de Caulfield: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa de História Social da Cultura, 2000.

¹⁰ Em 2005 e 2009 houve alterações no código, em seus artigos e em alguns nomes de seções. A seção antes nomeada DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES, tornou-se em 2009 DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. Os artigos 214, 215 e 217 foram removidos e o termo mulher no art. 213 foi substituído por constranger “alguém”.

¹¹ Para ver mais sobre o “criminoso nato”, perfil criado por Cesare Lombroso, grande nome da criminologia no século XIX, ver: DARMON, Pierre. Médicos e assassinos na belle époque: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NA OBRA DE GUSTAVO BARROSO

HISTORY, MEMORY AND REPRESENTATIONS OF THE PAST IN GUSTAVO BARROSO'S WORK

Erika Cerqueira¹

Resumo: O objetivo é investigar a produção de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira, na constituição de um projeto de memória nacional, especialmente por meio da escrita de biografias, editadas entre as décadas de 1920 a 1940. Considera-se que, ao narrar histórias de vida dos combatentes, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou testemunhas, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A criação desse efeito de verdade, por meio do discurso, seria o principal traço de sua narrativa, comprometida com a transmissão de uma experiência viva e emotiva do passado. E ainda, ao intercambiar narrativa histórica e narrativa museográfica, Barroso promovia uma pedagogia da história, comprometida com a construção política e simbólica da nação.

Palavras-chave: Gustavo Barroso, Biografia, História, Memória.

Abstract: This article aims to investigate the work of Gustavo Barroso (1888–1959), an intellectual dedicated to the study of Brazilian military history, in shaping a national memory project, especially through the writing of biographies published between the 1920s and 1940s. By narrating the life stories of combatants, Barroso sought to transform readers into spectators or witnesses, offering them an experience of the past. The construction of a truth effect through discourse stands out as a central feature of his narrative, which is committed to conveying a vivid and emotional experience of history. Furthermore, by intertwining historical and museographic narratives, Barroso advanced a pedagogy of history deeply engaged with the political and symbolic construction of the nation.

Keywords: Gustavo Barroso, Biography, History, Memory.

A Guerra do Lopez constitui a primeira biografia produzida por Gustavo Barroso. A obra foi publicada em 1928 pela Companhia Editora Nacional e figura entre os trinta e três lançamentos do autor, alguns com edições esgotadas. Na capa, o autor assina o nome próprio, seguido do pseudônimo “João do Norte” e da identificação “da Academia Brasileira de Letras” — informações que sugerem o anseio por demarcar um lugar na produção literária nacional. Nessa época, Barroso era relativamente conhecido por sua escrita regionalista, fortemente comprometida com a exaltação do Ceará, seu estado natal, responsável por sua inserção em espaços seletos de sociabilidade durante a Primeira República. O pseudônimo evocaria a origem nortista e seria utilizado pelo autor desde as primeiras publicações, tanto em jornais, quanto em livros. A vinculação à ABL insinuaria, por sua vez, a necessidade de exibir o pertencimento a um espaço consagrado de produção, algo que atestaria a qualidade da obra, assim como o mérito e

¹ Professora no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG). Doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: erika.cerqueira@ifsudestemg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6604-0361>.

a reputação do escritor. Importa considerar os vínculos entre o biográfico e as instituições tradicionais, como o IHGB e a ABL, durante a Primeira República. Armelle Enders (2014, p. 331) explica que seriam essas instâncias remanescentes do período imperial as responsáveis por difundir “entre o grande público a história do Brasil e a memória de seus vultos, especialmente homenageados por ocasião do centenário da independência”.

Quanto à proposta da publicação, o autor informa “tratar-se de um livro de folclore de guerra” (Barroso, 1928. p. 25), que reuniria histórias que lhe contaram “velhos soldados do Paraguai” (Idem), incluindo versos, tradições e anedotas. As epígrafes que antecedem cada um dos dezessete capítulos apresentam, em geral, elementos da cultura popular, presentes em letras de samba, quadras e cantigas populares. Há certo cuidado com a autoria na transcrição das citações, de maneira a informar os pesquisadores responsáveis por inventariar essas fontes, como, por exemplo, na segunda epígrafe, quando é apresentado um “samba baiano colhido por João da Silva Campos” (Idem). A noção de tradição é algo que atravessa a obra, presente desde a apresentação, por meio de uma citação em francês, atribuída a Pierre Loti: “vamos manter a tradição de nossos pais, o que parece nos prolongar um pouco, conectando-nos mais intimamente aos homens do passado e futuros homens” (Idem).

Conforme Albuquerque Jr. (2013, p. 83), entre os pesquisadores do folclore nacional, teria havido um grupo, representado por autores como Sílvio Romero e Gustavo Barroso, que recolheu material popular e se dedicou a reproduzir em livros parte deste material. Contudo, embora publicassem os versos e os contos, “ninguém ficava sabendo quem eram seus autores, a história deles, como viviam, produziam, decoravam, enfim, não se sabia a mecânica da sua produção” (Idem). Outro senão que rondaria essa prática estaria no fato de que, apesar de não adulterarem o material popular e não atribuírem a si mesmos a autoria do que aparecia em seus livros, esses autores selecionavam o que merecia ser publicado, atitude que significaria “uma interferência deles na forma como este material ia ser recebido” (Idem). Ao se identificarem apenas como colecionadores do material popular, esses escritores não se interessavam por pesquisar e tornar visível quem eram os verdadeiros autores dos poemas, dos versos, da produção literária que recolhiam, selecionavam e divulgavam. Dessa forma, os verdadeiros “autores continuavam anônimos, continuavam escondidos atrás de sua produção que, facilmente se tornavam assim produção do outro, do autor letrado, do folclorista que os recolhia” (Albuquerque Jr., 2013, p. 83).

Havia um movimento ambíguo de afirmação desses homens, transformados em autores pela ação do folclorista, ao mesmo tempo em que eram rebaixados para a condição de subordinados à autoridade desse pesquisador. Conforme Albuquerque Jr. (2013, p. 87), isso se dava “não pela desonestidade do poeta, mas porque não parecia existir nessas práticas culturais marcadas pela oralidade a ideia mesma de autoria, tal como concebida nas práticas culturais marcadas pela escrita”. O que imperaria nesse universo cultural seria a lógica do uso e não da posse ou da propriedade, pois nesse universo das atividades poéticas das camadas populares a própria noção de propriedade sobre um bem simbólico seria ainda bastante frágil. Acrescentemos a isso o fato de o folclore, enquanto uma área de conhecimento muito recente, ainda não ter o prestígio de outros saberes. Apresentado como sendo outra forma de conferir sentido ao passado, ele trataria de uma outra história: “a história do povo, a história da contribuição popular para a civilização, a história das tradições populares, que encarnariam a verdadeira história dos homens e das sociedades” (Idem, p. 148).

Ao nomear as matérias e formas de expressão que recolhiam como sendo tradicionais, os folcloristas imediatamente as alojavam no passado. Dessa forma, o folclore seria compreendido como algo pertencente a um tempo que está em vias de desaparecer, como sendo composto por manifestações, por rituais, por objetos, por festas, lendas, mitos e superstições. Por essa via, o discurso do folclore apontaria uma forma muito particular de pensar a história, uma história feita de conservações e não de mudanças, de rupturas, de descontinuidades, de deslocamentos. “Uma história conservadora, que se pensa como resgate do passado, como reposição da tradição, como retorno da memória, como reencenação do já vivido, como reencontro com o tempo perdido, como a ressurreição do que estava morto” (Albuquerque Jr., 2013, p. 154). Essa história nostálgica e saudosista buscaria anular as diferenças temporais ao produzir o reencontro do presente com o passado.

A própria escrita da obra folclórica poderia ser “encarada como uma atividade de prolongamento no tempo destas tradições ditas ancestrais, uma contribuição à continuidade de costumes e crenças, uma maneira de tornar presente este tempo atemporal, este tempo que não passa” (Idem, p. 175). A necessidade de perenizar os registros do passado poderia ser compreendida, assim, como fruto de um anseio por retornar a um tempo idealizado, o que demonstraria seu viés romântico. Importa destacar que os folcloristas eram, em sua maioria, homens insatisfeitos com o mundo burguês, com a sociedade moderna, com a sociedade de mercado, com a própria democracia burguesa. Dessa forma, a manutenção da tradição seria um instrumento de

luta contra a corrupção do tempo. Tal postura apontaria uma compreensão antiquária da história, uma história monumental, em que “tudo de grandioso reside e foi feito no passado, que o futuro é amedrontador, e só será apaziguado, domado, pela repetição do passado, se ele for a efetivação do passado como projeto” (Albuquerque Jr., 2013, p. 165).

O reencontro do passado com o presente

Na expectativa de traçar os contornos do nacional, Barroso encontrava nas particularidades regionais um caminho para construir um projeto de brasilidade. Para o autor, se as unidades nacionais seriam exemplos de “heroísmo sem par”, as estrangeiras estariam “mergulhadas na mais profunda ignorância e dominadas pelo mais ferrenho fanatismo” (Barroso, 1928. p. 95). O suposto atraso civilizacional do Paraguai poderia ser observado, conforme o autor, no comportamento das tropas e, inclusive, no idioma utilizado pela maioria dos combatentes. Exemplo desse descompasso entre as duas nações estaria no fato de o Brasil ter utilizado balões para reconhecimento do território inimigo, algo desconhecido pelos paraguaios, de tal forma que, diante da novidade, os inimigos teriam “soltado bárbaras interjeições guturais” (Idem). Enquanto os brasileiros, lentamente, puxavam os cabos que prendiam o aeróstato para o acampamento, o coronel Bruguez teria ordenado “algumas descargas contra aquela coisa descomunal” (Idem). A ascensão conjunta de dois balões teria atemorizado ainda mais “as sentinelas que esganiçaram-se a uivar”, de tal forma que um soldado, após chamar o seu comandante, teria “caído de joelhos espumando de raiva fanática” (Idem). Curiosos, quando a “coisa descomunal” aparecia, “os inimigos se alvoroçavam berrando o mesmo estribilho em guarani” (Idem, p. 100).

Interessa notar que a citação em guarani foi traduzida em nota para o português, atitude que difere do tratamento conferido a outros idiomas estrangeiros, como o francês, empregado na epígrafe da obra. É possível inferir que o autor compreendia a incapacidade de seu leitor para a tradução do guarani, o que suscita o questionamento acerca do perfil do leitor imaginado, que embora hábil em francês e inglês, ignorava o que se falava no restante da América. Evidencia-se, aqui, a compreensão do guarani como idioma de selvagens. Outro indício do atraso paraguaio seria a ignorância acerca dos balões, aspecto em que o autor se contradiz, haja vista que Barroso informa, igualmente, o desconhecimento desse artefato pelos brasileiros. Segundo o autor, “muito soldado deixou o acampamento a uma légua de distância para rodar pelas

cercanias do estado-maior e olhar os preparativos para o enchimento dos nunca vistos engenhos” (Idem, p. 92).

Conforme Eliana Dutra (2012, p. 141), a importância da figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas está em que este, “além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade”. Da mesma forma, por ameaçar a pátria, o inimigo estrangeiro seria a expressão da ruína material e moral, da instabilidade política e social, do atraso econômico e cultural. Culpado por todas as mazelas da sociedade, ele seria um alvo utilizado pelo nacionalismo como objeto para a “agressão simbólica diária”, escondendo divisões e fraquezas das ordens “conservadoras ou radicais”, fornecendo ao povo uma espécie de consciência de unidade (Dutra, 2012).

Despontam na narrativa construída por Barroso relatos sobre a conduta de personagens capazes de ações extraordinárias e, dentre esses episódios, merecia destaque a história de vida de João Sorongo, “caboclo que vivia bebendo por todas as vendas da esquina” (Barroso, 1928, p. 155). Entregue aos vícios, em uma “existência humilhante e triste”, o moço cearense teria abandonado seus hábitos ao ler a “proclamação do governo imperial sobre a guerra” e decidido se alistar (Idem, p. 156). Na primeira batalha de Tuiti, João Sorongo teria aprisionado um oficial da cavalaria inimiga” e em Itororó, ele teria transportado “às costas, sob chuva de balas, o capitão de sua companhia ferido no ventre”. Na batalha de Avaí, quando os paraguaios se apoderaram de uma bandeira imperial, João Sorongo teria perseguido os inimigos que, aos “gritos de triunfo, guardavam o troféu” (Idem). A ação orquestrada pelos paraguaios seria exitosa caso não surgisse “uma fera de forma humana”, que teria “derrubado com certo tiro o que levava a bandeira”, além de ter atingido outros três oficiais, “apoderando-se do símbolo sagrado” (Idem, p. 162). Contudo, os inimigos seriam mais numerosos e teriam golpeado mortalmente o combatente brasileiro que, ao final, seria encontrado com “ambas as mãos decepadas. Entre os lábios cerrados, fiapos da bandeira, como se, não a podendo segurar mais com os dedos, a tivesse agarrado com os dentes” (Idem, p. 163).

Por essa via, é possível inferir que a veneração ao símbolo nacional, tal como é construída nessa narrativa, poderia ter como função aumentar a disposição para a prática do civismo e reforçar atitudes de obediência e sacrifício. Da mesma forma, tal culto poderia fazer crer que havia certa igualdade entre poderosos e humildes, irmanados no sentimento de fraternidade, porque a bandeira a todos acolheria, abrigo a todos os

brasileiros, dos rincões mais remotos à metrópole mais movimentada. A temática da bandeira, enquanto símbolo do corpo geográfico da nação e símbolo sentimental, seria recorrente em outros discursos naquele período e assinalaria que a unidade moral seria também entendida como unidade sentimental. Segundo Eliana Dutra (2012, p. 174), a ênfase na definição da bandeira como símbolo sentimental insinuaria um discurso caro ao ideário autoritário e conservador: o do caráter nacional.

Os símbolos nacionais, enquanto emblemas sagrados, estariam presentes em outros relatos nessa biografia, como no episódio do assassinato do coronel uruguaio Leandro Gomez. O personagem teria recusado que lhe vendassem os olhos e, em seguida, “a lâmina brilharia rapidamente no ar e enterrar-se-ia no pescoço do condenado, com um ranger surdo, arrepiante. Um esguicho rubro ensoparia o chão à distância de um metro. Leandro Gomez daria alguns passos trôpegos, contorcendo-se sobre a terra que o vira nascer” (Barroso, 1928, p. 155). Há, nesse ponto, um forte componente do sentimento patriótico, qual seja, a idolatria do solo. Em sua ligação aos extremos de berço e sepulcro, nascimento e morte, a terra é descrita como um suporte vital que vincula o destino do personagem e lhe confere um lar e uma identidade. O solo pátrio se transforma no corpo da mãe, tornando perceptível as associações pátria/mãe, terra/mãe, solo/útero, berço/sepultura (Dutra, 2012, p. 154). A terra, tal como o avatar do útero materno, sugeriria um destino indissolivelmente ligado a ela: “de onde viemos e para onde retornaremos” (Barroso, 1928, p. 155).

Fernando Catroga (2011, p. 13), ao delinear os contornos do conceito de patriotismo, apontou que, desde os poemas homéricos, o termo *patris* remetia à terra dos pais, expressão que denotaria tanto o enraizamento quanto a fidelidade a uma terra e a um grupo, marcado por uma herança comum — quer seja real ou fictícia. Em sua incursão pela “geografia dos afetos pátrios”, o autor sugeriu que o termo possuiria um aspecto paternal, o que pressuporia uma ancestralidade, sustentada e reproduzida pelo culto aos mortos, ritual que possuiria um caráter cívico, essencial para difundir o sentimento de pertença e unificação da comunidade. Catroga chamou a atenção para o fato de que o sentimento pátrio possuiria uma forte componente psicoafetiva, que poderia ser definida como *matripatriótica* (mãe-pátria feminina, que seus filhos devem amar e proteger) e *paterno-viril* (enquanto autoridade justificada, imperativa, que chama às armas e ao dever). Pontua-se, aqui, a dessemelhança entre os termos pátria, nação e Estado.

As análises a respeito das diferenciações entre as acepções de pátria e de nação apontam para o fato de a pátria ser ôntica, lógica e cronologicamente anterior à nação

(Catroga, 2011, p. 21). Conforme Catroga, entre os afetos pátrios e a racionalidade do Estado, coube à nação realizar a ponte entre os dois termos. Em suas palavras, somente o *calor* do patriotismo seria capaz de realizar o enraizamento do Estado-Nação, mais burocrático e homogeneizador, de tal forma que “as revoluções empreendidas entre os séculos XVIII e XIX, se pretendiam refundar a nação, o fizeram em nome do patriotismo” (Catroga, 2011, p. 15). Quanto ao vocábulo patriotismo, este teria adquirido sentidos diferenciados e sido apropriado por ideologias igualmente distintas e, não raro, antagônicas. Em sua função de criar identidades, demarcar as diferenças e prometer destinos históricos, o patriotismo possuiria um aspecto mais abrangente e mobilizador, de tal forma que não se poderia pensar a nação sem este aspecto acolhedor que a pátria proporciona.

Em Barroso, é possível perceber a recorrência à noção de pátria como terra dos pais, em seu aspecto familiar e hereditário, profundamente evidente como aquela que comunga de um mesmo sangue, de uma mesma origem e destino. Há, sobretudo, a divulgação de um patriotismo acentuadamente viril, de forma que a pátria é apresentada como aquela que convida às armas e reclama o sacrifício, percebido como algo que reúne e move os indivíduos. A história nacional, tal como é construída por Barroso, seria a responsável pela difusão deste sentimento de pertença, expresso na busca por traçar os contornos da particularidade nacional, assim como por reforçar os laços de comunhão de sentido. Em outros termos, esta narrativa privilegiaria origem e herança, em um trabalho de memória que enlaçaria, retrospectivamente, vivos e mortos, em uma cadeia de solidariedade. A hipótese é a de que Barroso não tenha feito uso dos termos pátria e nação como sinônimos, mas antes, de que tenha empregado a noção de pátria por compreender seu maior alcance afetivo e, dessa forma, mobilizador do sentimento.

O patriotismo seria, em Barroso, algo a alentar o nacionalismo, devido à sua capacidade de englobar o sentimento natalício e a fidelidade a uma terra e a um povo, identificado por uma herança comum. Nessa perspectiva, a obra se tornaria a biografia da nação brasileira, com a criação de uma ordem do tempo — o tempo da nação — e de um território — cujas fronteiras teriam sido definidas pelo sangue derramado dos ancestrais. Há, dessa forma, uma noção de destino assinalado desde as origens. Ao tentar definir a nação, o autor recorreria à metáfora da floresta, “cujas árvores vão procurar com suas raízes o humus no solo”, de forma a explicar que um povo, da mesma forma, viveria “do humus moral formado pelas virtudes, heroísmos, aspirações, dores e esperanças das gerações de homens que, umas depois das outras, juncaram o caminho dos séculos” (Barroso, 1928, p. 27). Desse “humus moral”, se constituiria o

“ideal nacional”, que “cada povo tem o seu e é nele que reside a sua tradição”, “alimento” que as “gerações desaparecidas” preparariam para as “gerações vindouras, de modo que essas existirão porque aquelas existiram” (Idem). A sobrevivência da nação dependeria da “comunicação entre as gerações que morreram e as que estão vivas”, pois se lhe apagarem a lembrança de suas tradições, a sua “alma morrerá como a árvore, cujas raízes transmissoras de seiva foram cortadas” (Idem).

A defesa do passado e da tradição constitui, portanto, um importante sustentáculo da ideia de pátria. Contudo, não seria qualquer passado que deveria ser valorizado. Barroso pretendia enaltecer a versão que exaltasse a cultura e os valores aristocráticos, em detrimento da profunda diversidade étnica e social que caracterizava o país, de maneira a veicular uma compreensão da nação como resultado da ação dos *grandes homens* na história. Tais indivíduos, cujas trajetórias estavam repletas de façanhas e sacrifícios, reforçavam a ideia de uma pátria unida e aguerrida. A proposta parecia ser a de que o passado fosse o fiador do presente, e o presente, o guardião do passado, em uma operação de controle da memória.

“A mais ensanguentada tirania da América”

“A Guerra de Rosas” (1929), segunda biografia produzida por Gustavo Barroso, diferentemente da publicação anterior, apresenta um número expressivo de notas explicativas e referências, demonstrando o rigor da pesquisa histórica como reivindicação de uma suposta verdade. Há uma preocupação quanto à confiabilidade do que é apresentado, algo perceptível na edição lançada pela Editora Getúlio M. da Costa, que apresenta na orelha um texto sem autoria informando ser Barroso “apaixonado por documentos e divulgador inteligente e habilíssimo”, assegurando que “tudo nele é verdadeiro”. O método histórico não seria incompatível com a criação artística, uma vez que a “imaginação quando é chamada serve apenas para embelezar os fatos, colorir os acontecimentos”, informando sobre uma escrita que comporta certa abertura para a ficção.

Rosas seria um “livro brasileiro para brasileiros que desejam conhecer os episódios mais vibrantes da história do Brasil”, o que informa sobre o lugar da produção nacional no mercado editorial e descortina possíveis espaços de disputa acerca da memória militar. A autoria parece resguardar o texto de uma parcialidade que estaria presente na produção estrangeira, admoestando leitores para uma interpretação que é, não obstante, uma espécie de resposta aos escritores platinos — frequentemente

referenciados na obra. Há uma evidente intenção de associar o nacional à civilização e o estrangeiro à barbárie, algo que pode ser observado no capítulo “Violino e violão”, quando o autor explora o ritual de degolamento dos opositores ao regime rosista. O evento ocorreria na Praça da Pirâmide de Mayo, “na qual se penduravam as cabeças dos selvagens unitários degolados”, e para onde “acoriavam, sôfregos, homens e mulheres”, aguardando pela exibição dos “mimos muito apreciados pelo ditador” (Barroso, 1929, p. 27).

O comportamento da multidão, da maneira como é narrado, sugere uma mobilização massiva e uma adesão incondicional ao acontecimento, contando sobre um povo que “cantava a canção fatídica dos degoladores rosistas”, enquanto observava “o corpo amarrado a um poste de madeira, contorcendo-se horripelantemente” (Idem). O frenesi popular seria ainda maior quando “o sangue enrubscescia o solo. Os algozes riam. A gentilha cantarolava” (Idem). A desqualificação do estrangeiro prossegue no capítulo seguinte intitulado “O candomblé de Rosas”, desvelando um autor que compreende a religiosidade de matriz africana como indício de incivilidade, ao mesmo tempo em que estabelece uma hierarquia social orientada pelo ponto de vista étnico. Por esse viés, o regime rosista seria desmerecido por sua dimensão negra e popular.

Os negros seriam “animados e protegidos” pelo regime, além de organizados em sociedades cujos “nomes eram tão bárbaros quando seus associados: Nación Munonque, Nación Benguela, Sociedad Conga e dezenas de outras semelhantes” (Idem, p. 31). Nesses espaços, os associados “conservavam os ritos selvagens da África, as hierarquias da Nigricia, os feitiços, as abusões, os costumes do outro lado do Atlântico”. Rosas e sua filha Manuelita seriam os presidentes da maioria dessas entidades, “vulgarmente denominadas tambores, as quais saíam pelas ruas nos dias de carnaval, tocando suas músicas primitivas, rufando seus atabaques grosseiros, dançando os seus bailes grotescos e cantando nos ásperos dialetos da Mina” (Idem). Durante o Natal, as festividades também seriam conduzidas pelas comunidades negras e, segundo Barroso, tudo isso para “humilhar a sociedade portenha que talvez se sentisse revoltada sob a aparência do seu torpor efeito de medo” (Idem, p. 32).

Os negros seriam ainda “os melhores soldados de seu exército, formavam sua guarda pessoal, mandavam na sua quinta dos Santos Lugares, influíam toda a gente com insuportável orgulho” (Idem). Nesse ponto, é possível observar, para além do desprestígio da cultura de origem africana e popular, certo desprezo pela competência militar dos negros, cujas habilidades parecem, aos olhos do narrador, apenas fruto do desejo de rebaixar uma suposta elite — branca e europeizada. Não há espaço para a

compreensão da capacidade técnica dos afrodescendentes e, tampouco, a preocupação em estudar os motivos da identificação entre Rosas e esses sujeitos, que parecem, sob a lente de Barroso, um grupo homogêneo e inculto.

As festas populares e as solenidades cívicas são narradas como eventualidades degradadas, pois, encenadas por Rosas, seriam por ele maculadas. Interessa-nos evidenciar o fato de que o autor teria ocupado quase a metade da obra em denunciar os supostos hábitos selvagens de D. Manuel de Rosas. Dessa forma, seria possível questionar se todas as páginas anteriores não seriam meramente uma justificativa para a intervenção do Brasil no conflito contra a Argentina. Não obstante, poderíamos questionar se a exaustiva tentativa de justificar a intervenção brasileira no conflito não seria reveladora de uma possível falta de justificativa. E ainda, poderíamos pensar se a caracterização envilecida da sociedade rosista não seria uma estratégia do autor para provocar certa comiseração entre os leitores brasileiros.

Nessa perspectiva, seria importante indagar se a inferiorização do negro e da cultura popular não seria, ao mesmo tempo, uma defesa dos valores brancos e aristocráticos. Por essa via, cumpre refletir acerca do leitor imaginado. Em outros termos, é possível inferir que Barroso utilizava tais estratégias discursivas por compreender que seu leitor se identificaria com essa suposta elite branca e europeizada, concordando com a intervenção brasileira em benefício de um grupo social que, por analogia, seria como um igual. A desqualificação do estrangeiro perpassaria, assim, a questão nacional, uma vez que há também uma desqualificação do outro interno, acompanhada da exaltação de um determinado grupo social.

Vale ressaltar que, ao final dos anos 1920 e, especialmente durante a década de 1930, o gênero biográfico experimentou um crescimento vertiginoso no Brasil, conforme demonstra Márcia Gonçalves (2009). A esse respeito, importa considerar a classificação para as escolhas dos leitores elaborada pelo editor da Companhia Editora Nacional, responsável pela difusão das biografias tecidas por Barroso. Segundo o editor, a “elite era apreciadora dos trabalhos sobre cultura, e a isso associou a boa recepção da *Brasiliانا*, apresentada como a mais vasta coleção (cem volumes até então publicados) dedicada aos estudos brasileiros. A massa, concluía o mesmo editor, preferia a literatura de ficção” (Gonçalves, 2009, p. 100). A tentativa de perscrutar gostos e preferências do público consumidor assinalava um esforço dos editores em compreender as possibilidades de um mercado em expansão que começava a demonstrar um interesse crescente pelas biografias.

Segundo Gonçalves, “se a massa consumia preferencialmente a literatura de ficção — aventuras, romances, tramas policiais —, a elite, tomando de empréstimo a qualificação proposta pelo editor da Companhia Editora Nacional, voltava-se à compreensão da cultura nacional” (2009, p. 100). A “elite” tenderia a buscar os estudos brasileiros, entendidos como exemplares de divulgação científica, investigações brasileiras, trabalhos técnicos, livros especializados e obras de fundo social e sociológico. Conforme Heloísa Pontes (2011, p. 54), esse grupo seria mais exigente e tenderia a demonstrar um favoritismo pelos romances e pelo gênero biográfico, o que poderia auxiliar a compreensão do público leitor imaginado por Barroso. A esse respeito, é possível inferir que a narrativa de histórias de vidas de militares, enquanto estratégia para a investigação de uma instituição e de uma época, tenha sido acolhida no mercado editorial por ser uma expressão de certo personalismo do caráter brasileiro. Por essa via, as biografias publicadas por Barroso teriam atraído um determinado perfil de leitores, possivelmente mais afeito a interpretações voltadas para as interdependências entre trajetórias individuais e coletivas. Funcionando como uma galeria de espelhos, as biografias escritas por Barroso reforçavam valores compartilhados por essa suposta elite letrada.

Vidas Exemplares além do Oitocentos?

É possível perceber certa preocupação quanto a exemplaridade das histórias de vida narradas por Barroso, dimensão que rescende à proposta historiográfica tecida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o século XIX. Segundo Maria da Glória Oliveira, o projeto de escrita da história nacional, pensado nessa instituição, desdobrava-se em múltiplas vias de realização, entre as quais estava a constituição de uma galeria de nomes dignos a serem memorizados por seus grandes feitos em prol da nação. “A ideia de que a tarefa da história era fixar a memória das vidas e feitos dos grandes homens funcionou como argumento decisivo para a incorporação da escrita de biografias ao programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX” (Oliveira, 2009, p. 10). Proposto pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, no discurso de fundação em 1838, o trabalho de “dar vida a beneméritos” teria adquirido contornos concretos a partir do segundo número da Revista Trimensal, com a seção de Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas e Virtudes.

Na perspectiva de Oliveira, esses trabalhos biográficos deveriam ser compreendidos, primordialmente, como modos de elaboração da experiência do passado, integrados ao processo mais amplo de constituição de um regime de escrita da história no Brasil oitocentista. Dessa forma, “plenamente afinada ao programa da *historia magistra*, a escrita biográfica apresentava-se, portanto, como portadora de *exempla*, servindo, acima de tudo, para instruir os brasileiros no presente” (Idem, p. 40). Por esse viés, é possível perceber certa inspiração do modelo historiográfico oitocentista na prática biográfica de Barroso, ao mesmo tempo em que, ao narrar o passado dos grandes homens, o autor o fazia observando algumas noções de um regime de escrita que seria comum aos escritores do século XX. Nesse aspecto, a noção de “cultura histórica” parece-nos adequada para pensar a especificidade da produção barroseana, especialmente pelo seu largo alcance de análise, que permite vincular a escrita da história a outras formas de conferir sentido ao passado — como as comemorações e práticas cívicas, a construção das coleções e museus, o patrimônio histórico e o ensino de história (Caldeira; Marcelino, 2019, p. 52).

Para além dessa amplitude, a noção de cultura histórica teria como desdobramento, segundo Ângela de Castro Gomes (2007, p. 48), o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, “atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*”. No tocante às primeiras décadas do século XX e, especialmente ao Estado Novo, embora não seja possível notar um grande número de obras históricas produzidas por historiadores, seria perceptível um “vasto conjunto de discursos e práticas sobre o ‘povo’ e a ‘nação’” (Idem, p. 51). Haveria, nesse contexto, uma valorização do passado nacional, que teria tanto o sentido de uma tradição que marcava a cultura popular como a forma de um discurso histórico datado, em que a figura do historiador e suas obras deveriam ser recuperadas. Essas duas concepções de passado conviveriam em um mesmo discurso.

A ideia de um passado ligado à cultura popular se manifestaria através de um conjunto de tradições e conviveria com o presente, sendo a-histórico e referido a uma noção de tempo não datado. A noção de um passado histórico, por sua vez, pressupunha uma ideia de tempo linear, cronológico, datado e referido à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão a qual é vedado conviver com o presente (Gomes, 2007). Dessa feita, é possível observar ambas as concepções na narrativa elaborada por Barroso, evidente em sua proposta inicial, ao assumir a tarefa de “recolher” folclore de guerra, esparso na cultura popular e, ao mesmo tempo, na

preocupação em datar fatos e eventos significativos da história nacional, construindo uma historiografia militar por meio dos relatos de vidas. Assim, o passado histórico e o passado enquanto tradição conviveriam na obra barrosiana, sem uma hierarquização quanto à relevância de ambos, valorados em uma narrativa que comportaria múltiplas experiências do tempo.

Por essa via, inferimos que Barroso se constitui enquanto escritor cultivando noções que seriam próprias da cultura histórica do século XX, ao mesmo tempo em que recupera ideias importantes do fazer historiográfico do período imperial. A compreensão do passado como “floresta de exemplos” não significaria uma compreensão do passado como mestre do presente e do futuro, mas, antes, um reconhecimento da importância do uso dessa concepção enquanto artifício retórico. Barroso, autor de transição entre uma cultura histórica imperial e uma cultura histórica republicana, não chegou a expressar abertamente seu entendimento do gênero biográfico e, tampouco, afirmou que as narrativas aqui analisadas deveriam ser compreendidas como biografias. Declarou, na verdade, que tais relatos seriam “folclore de guerra”. Consideramos que, embora o escritor tenha definido sua prática dessa forma, não seria equivocado perceber seus relatos como exemplos de uma escrita que contém elementos próprios do campo biográfico, especialmente se levarmos em consideração o estatuto desse gênero no começo do século XX.

Segundo Márcia Gonçalves (2009, p. 26), entre o final da década de 1920 e a de 1950, com destaque para os anos de 30 e os anos 40, intelectuais empenhados na renovação da literatura e da história nacional compreenderam a revisão da biografia como mais um aspecto necessário entre as estratégias de atualizar análises sobre a realidade nacional. Tais reflexões proporcionaram a compreensão de que a biografia também deveria ser construída de tal forma que o texto sensibilizasse o leitor. Assim, o biógrafo que almejasse fazer viver, na escrita biográfica, determinado protagonista, retiraria do romance as estratégias e técnicas necessárias. “Nesse ponto, o ato de romancear a biografia estaria associado a uma tentativa de querer representar a vida por meio da estética do romance, fugindo daquilo que, numa leitura crítica, seria o objetivo maior dos panegíricos e dos necrológicos: realizar o mero elogio dos mortos” (Gonçalves, 2009, p. 131). Por essa via, é possível afirmar que a narrativa elaborada por Barroso, embora definida por ele como romance e folclore de guerra, estaria muito próxima da escrita biográfica e, por conseguinte, de suas teorizações e reformulações.

Acerca da biografia de Osório, Barroso continuaria veiculando uma narrativa com um caráter acentuadamente pedagógico e moralizante, especialmente nos relatos

sobre a relação entre pai e filho, ocasiões que demonstravam que a educação para as armas se faria pelo exemplo. Aos quinze anos, Osório teria ouvido de seu pai: “andarás junto a mim, vendo, aprendendo e adquirindo os hábitos dessa vida que há de ser a tua” (Barroso, 1932, p. 16). A “vida livre” seria interrompida em benefício dos estudos, quando Osório teria frequentado a escola particular de primeiras letras, época em que os conflitos teriam recrudescido no Sul e seu pai teria decidido retirá-lo da escola. Nessa ocasião, o pai afirmaria a Osório: “há muito tempo, meu filho, observo tua vida e teus gostos, e tudo me indica que nasceste predestinado à carreira das armas” (Idem).

Cumprе mencionar que a citação atribuída ao pai carece de fontes que comprovem sua efetividade, de tal forma que sua inserção na narrativa poderia ser compreendida como um recurso estilístico para convidar à imaginação. Essa estratégia textual poderia ser tomada como um indício de que Barroso elaborava sua obra em consonância com a renovação que o gênero biográfico vivenciava, especialmente a partir dos anos 1930. As questões estéticas condicionadoras da dita renovação seriam propagadas por autores estrangeiros, em especial pelo francês André Maurois, cuja obra fora traduzida por Barroso para o português. Em 1928, Maurois sistematizou um conjunto de reflexões suscitadas durante conferências proferidas no Trinity College em uma publicação sob o título *Aspects of Biography*. As três características essenciais da biografia moderna, nomeadas por André Maurois, seriam: a “procura corajosa da verdade, a valorização da complexidade humana e a busca de homens modernos por textos e personagens à sua imagem e semelhança” (Gonçalves, 2010, p. 161). Nessa perspectiva, a existência mundana e real dos biografados colocava limitações à capacidade criativa dos escritores, uma vez que não era possível inventar personagens. Por outro lado, tal baliza não os impedia de utilizar determinada estética ao dar forma e enredo às vivências de seus protagonistas. As considerações do biógrafo francês inspirariam muitos intelectuais brasileiros, como Alceu Amoroso Lima, que teria afirmado ter existido no Brasil uma verdadeira epidemia do biógrafo nessa época.

A história Militar como História Nacional

Na biografia “A Guerra de Flores” (1929, p. 154), a valorização do nacional perpassaria a exaltação das figuras responsáveis pela supremacia bélica brasileira, “humildes ou elevados, anônimos ou famosos, que derramaram seu sangue e padeceram dores por este grande e querido Brasil”. O martírio evocaria a dimensão do sacrifício, transformando o tempo presente em eterno devedor de um passado sacralizado. Por essa

via, Barroso buscava aproximar sua memória pessoal da memória nacional: “muitos eu ainda conheci. Vi-os passar. Ouvi da sua história. Conversei com eles. Escutei-lhes a palavra, singela, rememorando a grande Campanha. Lembro me tanto. Tanto!” (Idem, p. 147). O uso da primeira pessoa sugere um processo de valoração da recordação como atestado de uma pretensa verdade contida no relato. A visão e a audição remeteriam à importância dos sentidos para a construção do que seria uma história fidedigna, pois amparada no corpo. Seria precisamente o olhar que conferiria autoridade à narrativa construída por Barroso, uma vez que a visão autenticaria o autor como testemunha, o que proporcionaria certa persuasão. Tais elementos poderiam ser analisados à luz da noção de autópsia que, nos termos de François Hartog, faria referência ao “olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo” (Hartog, 2001, p. 291).

Dessa forma, Barroso faria muitas vezes uso da autópsia para qualificar sua própria narrativa, pois, ao afirmar ter visto as personagens do passado, ele reivindicava a crença do público leitor. Por outro lado, ao afirmar ter ouvido histórias de guerra, o narrador reclamaria outro atestado de confiança, embora “o ouvido, do ponto de vista do fazer-crer, valha menos que o olho: disso se conclui que uma narrativa presa a um eu ouvi será menos crível ou menos persuasiva que uma outra, vizinha, organizada em torno de um eu vi” (Idem, p. 299). A audição poderia conter ainda vários níveis e formas de compreensão, pois poderia significar “eu investiguei” junto a “pessoas que dizem, por terem elas próprias visto ou por terem ouvido de outros que viram ou que dizem ter visto” (Idem). Nesse ínterim, ao mobilizar a visão e a audição como indícios de credibilidade e de veracidade, Barroso estabeleceria uma relação de fidelidade com o leitor, informando sobre uma narrativa que não comportaria a fabulação.

O recurso à visão e à audição como estratégias de confiabilidade remeteriam à importância da oralidade durante as primeiras décadas do século XX. Ao narrar as histórias de vida de seus biografados, Barroso elaborou grandes quadros, fazendo uso de uma descrição pormenorizada, como artífice do passado, que recolhe e ordena os elementos dispersos e desconexos, em uma leitura inteligível e dotada de sentido. A descrição, em Barroso, era uma forma específica de ver o passado, mas sobretudo uma forma de fazer ver. Enquanto organizava o que deve ser rememorado, Barroso tentava controlar o passado, ao mesmo tempo em que construía uma imagem visual desse passado, a qual lhe conferia uma identidade. Ao narrar histórias de vidas, Barroso narrava a sua própria história, em um trabalho de recordação que remontava à infância: “e os meus olhos de menino fitavam-nos com inveja. Quantas vezes, dos dez aos

quatorze anos, desejei uma guerra para fazer o que eles tinham feito” (Barroso, 1929, p. 147). Ao narrar as façanhas dessas personagens, Barroso realizaria a sua própria façanha, como se ele próprio fosse um prolongamento desse pretérito.

Espécie de testemunha ocular, Barroso teria o contato indireto com o passado, talvez com o aspecto mais frágil desse passado, o contato com a memória daqueles que viveram o acontecimento. Ao estudar os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, Michel Pollack (1989, p. 201) chamou a atenção para os acontecimentos que identificou como “vividos por tabela”, que seriam os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencente. Tais acontecimentos, mesmo que não tenham sido vivenciados pela pessoa, poderiam adquirir tamanha relevância no imaginário, que seria “quase impossível que ela conseguisse saber se participou ou não” (Idem). Segundo Pollack, a esses acontecimentos vividos por tabela, viriam se juntar outros eventos que, não necessariamente, se situariam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Dessa forma, “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Idem).

Por essa via, é possível afirmar que Barroso, ao narrar as histórias de vida dos militares cearenses que ele teria conhecido durante a infância, assumia para si um lugar de destaque, construindo uma imagem de si como continuidade desse passado. A narrativa permitiria a Barroso obter uma mais-valia do passado e seria, por conseguinte, uma maneira de perenizar o acontecido, algo que asseguraria ao autor o lugar de guardião desse legado. Os laços de parentesco seriam evocados nessa narrativa, que ambicionaria conferir a Barroso um lugar importante na construção da nação, como autêntico herdeiro de uma linhagem, cujas habilidades o narrador costumava atribuir a si mesmo. “Antônio Leal de Miranda, meu padrinho, cadete do 26 de Voluntários. Alto, forte, majestoso. Falava mansamente. Inteligente e viajado, era um conversador delicioso” (Barroso, 1929, p. 148).

Na expectativa de atrair um público leitor mais amplo, Barroso desenharia suas personagens com feições que poderiam ser aproximadas daquilo que os leitores estariam habituados a encontrar nas prateleiras das livrarias, especialmente, a literatura heroica. Nesse ponto, é possível observar a mobilização da imaginação mediante uma representação narrativa do passado que possibilitaria a construção de grandes quadros. Por exemplo, quando Osório “apareceu de espada na mão, atirando o cavalo para a frente, gritando, ‘siga-me quem for brasileiro’”, seria possível notar a ênfase na

capacidade do herói para definir os rumos da ação e da nação (Barroso, 1932, p. 177). O cenário do combate é representado por meio de elementos que tocam os sentidos. Há uma reconstrução visual e auditiva do passado. Quando Osório “vai a cavalo, o olhar afuzilando no rosto leonino, de repente, metralhada, a sua montaria tomba. Ele ergue-se e monta outro animal” (Idem). No auge do conflito, há uma intenção de conferir um ritmo mais acelerado à narrativa, procurando despertar a atenção do leitor e, fundamentalmente, uma sensação de experiência do passado.

A criação desse efeito de verdade, por meio do discurso, seria o principal traço da narrativa biográfica elaborada por Barroso, comprometida com a transmissão de uma experiência viva e emotiva do passado. A proposta de Barroso poderia ser aproximada da produção do historiador francês Prosper de Barante, cuja recepção teria sido bastante expressiva no Brasil, especialmente entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o século XIX (Oliveira, 2009, p. 48). No prefácio de sua obra *Histoire des ducs de Bourgogne*, Barante afirmava que o cuidado excessivo com a correção das informações havia transformado o historiador num erudito, ao mesmo tempo em que sua narração perdera os detalhes que dariam “vida à história”. A saída para esse impasse seria, conforme Barante, que o historiador soubesse pintar mais do que analisar (Barante, 1826).

Diante do exposto, o texto assumiria outro formato para Barante, adquirindo prerrogativas que permitissem a sua visualização, uma vez que a história deveria ser, em suas palavras, “sobretudo, exata e séria”, ao mesmo tempo poderia ser “verdadeira e vívida” (Idem, p. 41). A vivacidade reivindicada pelo historiador francês poderia ser aproximada da noção de *enargeia* dos antigos, perpetuada pela tradição retórica e que remeteria à capacidade de ver e fazer ver a história, podendo ser traduzida como claro ou tangível. O termo se relacionaria ainda a um campo de experiências imediatas, funcionando como uma garantia de verdade, que o historiador antigo se servia para comover e convencer seus leitores (Ginzburg, 2007, p. 20). Na tradição retórica latina seria possível encontrar uma tradução da *enargeia* grega, que teria sido forjada por Cícero e Quintiliano como *evidentia*, noção que denotaria a capacidade do orador de “por algo sob os olhos” do espectador. Dessa forma, ao se valer de sua habilidade com as palavras, “o historiador conseguia comunicar aos leitores a sua própria experiência – direta, como testemunho, ou indireta – pondo sob os olhos uma realidade invisível. *Enargeia* era um instrumento para comunicar a autopsia, ou seja, a visão imediata, pelas virtudes do estilo” (Ginzburg, 2007, p. 21).

Ao retomar os princípios antigos, Barante almejava realizar uma conciliação entre a produção visual e a produção escrita. Ao abordar o período que compreendia os quatro reinados da dinastia dos Valois, o historiador francês pretendia apresentar uma narrativa capaz de fazer saltar aos olhos do leitor “a cor nacional e característica francesa” (Guinzburg, 2007, p. 21). A proposta de Barante faria parte de um debate mais amplo em torno da questão da cor local, inicialmente relacionada ao campo pictórico e reconhecida como parte do discurso literário, notoriamente, desde o século XVIII. Seria, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, que essa questão assumiria uma significação mais ampla. Concebida como a observação de detalhes que caracterizam um país ou uma época, a cor local possuiria uma dimensão espacial e uma dimensão temporal, portanto. Enquanto dispositivo narrativo, a *cor local* identificaria momentos e épocas específicas, concedendo-lhes identidades e características próprias, especialmente por meio de estratégias do campo literário capazes de despertar emoções no espectador.

Segundo Temístocles César (2004, p. 54), a cor local, enquanto estratégia textual, teria mobilizado parte significativa dos escritores brasileiros dedicados à temática histórica ao longo do século XIX, inclusive no interior do IHGB. A hipótese “é que não é possível, no começo da década de 1850, abstrair os elementos poéticos presentes no discurso histórico, nem os elementos históricos do discurso poético. A respeito do IHGB, Manoel Luiz Salgado Guimarães explica que, mesmo em *Januário da Cunha Barbosa*, “a história estava associada à fixação de uma memória entendida, quer em seus aspectos físicos, quer morais (os fatos memoráveis, os grandes vultos a serem reverenciados) objetivando a ‘ressurreição do passado’, segundo os termos propostos por Barante” (Guimarães, 2006, p.72).

Seria, entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado, que teria se configurado uma forma peculiar de compreender o texto histórico na cultura histórica oitocentista (Idem, p. 71). Diante do exposto, é possível perceber que Barroso mobilizava alguns princípios e procedimentos próprios da produção histórica oitocentista em sua forma de narrar o passado, especialmente em sua escrita biográfica. A maneira como Barroso pinta personagens, cenários e eventos aponta para uma proposta bastante próxima às questões em torno da *cor local*, sugerindo uma produção de transição entre uma cultura histórica imperial e uma cultura histórica republicana.

A biografia por meio dos objetos

Nesta incursão pelo biográfico, destacamos o livro *História Militar do Brasil*, publicado em 1938. Dividida em duas partes, a obra constituía a principal referência da disciplina História Militar do Brasil, ministrada por Gustavo Barroso no Curso de Museus e na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal, entre os anos de 1933 e 1934. A primeira parte foi dedicada à história da organização do Exército, seus uniformes, hierarquias e armamentos. A segunda parte do livro, por sua vez, apresentava a “história das grandes campanhas militares” que, de forma romaneada, intentava promover uma aproximação entre o relato histórico e o leitor (Barroso, 1938, p. 11). A reprodução dos mapas e cartas cartográficas sugeria a iniciativa de conferir certa visualidade ao passado, reforçada pela reprodução de algumas missivas. É possível que a recorrência à essa multiplicidade de suportes para a experiência do passado fosse devedora da proposta didática que orientava a produção do livro inicialmente. Na introdução, o autor afirma que “se lhe falta ciência, não lhe falta consciência”, pois essa se “mostra a cada passo na sinceridade dos propósitos e, sobretudo, no amor pelo Brasil” (Barroso, 1938, p. 11).

A sinceridade, mais que a autenticidade, foi mobilizada na apresentação de seus projetos, denunciando uma escrita que advogava a condescendência do leitor por meio de certo sentimentalismo. Nessa incursão pela verdade do passado, também é possível identificar certa nostalgia que, a partir das proposições de Jean Baudrillard (1991, p. 14), pode assumir a feição de uma carência do real, “quando o real já não é o que era”. Essa aparente ausência de realidade pode levar a uma sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade, assim como de verdade, de objetividade e de autenticidade (Idem). Espécie de miragem, esse olhar detido no passado promovia, em Barroso, a ilusão da realidade do vivido, embora a experiência pretérita estivesse localizada em um tempo fugidío, sendo, portanto, tão ilusória quanto o presente instável.

Ricamente ilustradas, as páginas de *História Militar do Brasil* se valiam, portanto de documentos escritos, cartográficos e iconográficos que compunham a coleção do Museu Histórico Nacional. No capítulo “A estátua equestre de Uruguaiana” relata a viagem do imperador Pedro II ao Rio Grande do Sul, época em que o monarca percorreu o rio Uruguai, realizando conferências com os generais e inspecionando as tropas. Segundo Barroso, após a rendição de Uruguaiana, foi planejada a construção de uma estátua equestre em homenagem ao imperador, que recusou a estátua. O modelo em gesso passou a integrar a coleção do Museu Histórico Nacional. Ao narrar a

trajetória da peça, Barroso reproduzia parte do catálogo do museu em formato de literatura, como se estivesse chamando visitantes. Conforme Francisco Ramos (2019a, p. 29), “é como se a ficção fizesse parte das legendas, atribuindo às peças uma vitalidade que o espaço de exposição, sozinho, não conseguiria dar”.

A visualidade do passado era assegurada, dessa forma, tanto pela exposição do objeto quanto pela narrativa que o acompanhava, expondo a “realidade” do passado sem obstaculizar com os imaginários que cercavam o artefato. Estes, muitas vezes, mereciam relatos à parte. As muitas histórias sobre a força de Tiradentes, relatadas em um artigo nos Anais, constituíam um exemplo dessa prática de narrar a biografia dos objetos, desvelando lendas em busca da verdade histórica. A esse respeito, conforme recordaram Francisco Ramos e Aline Magalhães (2013, p. 98), não seria inadequado “avaliar o papel da ficção em um estudo sobre a história do patrimônio, como fez Dominique Poulot, ao considerar a ficção como algo central no cultivo de sentimentos afeitos à conservação e à composição de conexões entre o ‘antigo’ e o ‘belo’”.

Barroso transferiu para as páginas das biografias que escrevia a história produzida no Museu Histórico Nacional, exposta em suas galerias e publicada em seu principal órgão de divulgação, os Anais. Na biografia de Tamandaré, publicada originalmente em 1933, há um conjunto de objetos referenciados que compunham as coleções do Museu, por exemplo, a espada tomada ao Major Estigarribia que figurava “como uma recordação concreta desse feito nas coleções do Museu Histórico” (Barroso, 1933, p. 211). A materialidade do objeto convidava a uma relação tangível com o passado no campo das sensações e, ao ser incorporada ao relato escrito, parecia assegurar a realidade da história, colocando em ação dispositivos de imaginação.

Dentre esses dispositivos, a experiência do leitor também importava, pois, conforme Gaston Bachelard (1994, p. 188), a imagem que a leitura de um texto oferece enraíza-se no leitor, tornando-o, em alguma medida, cocriador da obra. Dessa forma, ao recebermos a imagem, cultivamos “a impressão de que poderíamos criá-la, de que deveríamos criá-la” e, por essa razão, a imagem se transforma “num ser novo de nossa linguagem, exprime-nos fazendo-nos o que ela exprime, ou seja, ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir de nosso ser. No caso, ela é a expressão criada do ser” (Idem). Dessa forma, nos espaços entre o objeto e a escrita, a narrativa barroseana comportava uma dimensão imaginativa que detinha o leitor, como partícipe da (re)construção do passado e cuja aspiração passava a ser, na verdade, a participação na própria construção da nação.

Conforme Francisco Ramos (2019a, p. 32), é importante reconhecer que Barroso e o MHN não estavam isolados nessa proposta, pois “usar a cultura material preservada em instituições oficiais para compor tramas que articulassem história e ficção fazia parte do jogo, sobretudo quando se desejava divulgar a história”. Nesse caso, Barroso fazia parte de uma rede, tanto pelas estratégias narrativas quanto editoriais. Dentre essas estratégias, Francisco Ramos assinala a criação de um “interesse pelo passado para estudantes e um público mais amplo”, questão fundante para certos intelectuais, que também aproximavam “a ficção da história”, como Coelho Neto, Viriato Correa e Afrânio Peixoto (Idem).

Gustavo Barroso recorria ao MHN para ilustrar seus textos, ao mesmo tempo em que, por meio da escrita, convidava os leitores a visitarem o Museu. Dessa forma, os objetos foram referenciados como testemunhos do passado e, portanto, capazes de assegurar a veracidade dos fatos narrados, pois à “integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva” (Meneses, 2003, p. 92). A reverência às personagens militares envolvia também a reverência às máquinas de guerra que, imantadas pela presença dos *grandes homens*, adquiriam status de relíquia. O zelo com o vestígio do passado demonstrava que certa afetividade permeava a relação do diretor do Museu com o seu acervo, ao mesmo tempo em que recomendava a mediação das emoções na constituição de contatos com o pretérito.

Dessa forma, ao intercambiar narrativa histórica e narrativa museográfica, Barroso promovia uma pedagogia da história, comprometida com a construção política e simbólica da nação, atendendo às necessidades do presente e, principalmente, promovendo uma abertura para o futuro. Ao mobilizar o nacionalismo e o militarismo, em suas distintas formas de narrar o passado, Barroso instituía a tradição como categoria basilar para a comunicação entre as gerações. Promovia, na verdade, uma ordem do tempo, pois, na medida em que testificava a monumentalidade do passado, ele acabava por assegurar uma promessa de futuro para a nação. E ainda, ao conferir um sentido à passagem do tempo, Barroso garantia certa coesão ao presente da comunidade nacional.

Barroso produziu uma narrativa que se movia entre o objeto e a palavra, promovendo uma experiência do passado balizada pela tangibilidade e pela visualidade, mobilizadas pela matéria e pela escrita. Conforme Aleida Assmann (2011, p. 199), a escrita seria, ao mesmo tempo, um suporte e uma metáfora da memória, cuja capacidade de conservação das informações ao longo do tempo somente foi questionada por volta do século XVIII. Nesse período, a desconfiança quanto à força reprodutiva das letras

não impossibilitou o contato com o pretérito, pois ele era acessado por meio de outros suportes de mediação (Idem, p. 222). Objetos remanescentes e vestígios possibilitaram um acesso completamente diverso ao passado, especialmente porque incluíram as “articulações não verbais de uma cultura passada — as ruínas e os elementos remanescentes, os fragmentos e os cacos — bem como os resquícios da tradição oral” (Idem, p. 225).

Nesse contexto, é possível localizar uma forma específica de experimentar o passado: a sensibilidade antiquária. A atividade do antiquário, conforme Manoel Salgado (2000, p. 116), foi marcada pelo desejo de “tornar o passado uma presença materializada nos objetos que o circundavam”, capazes de proporcionar uma experiência sensorial do passado. Tal experiência envolvia “um ordenamento hierárquico dos sentidos e os efeitos de sentidos admitidamente inferiores, como tato, paladar e olfato, na companhia do órgão superior da visão” (Bann, 1994, p. 146-147). Tal prática recebeu duras críticas nos séculos seguintes, especialmente motivadas por sua pretensa “falta de método na coleção dos objetos que guardava, amadorismo e, sobretudo, uma suposta falta de utilidade para um esforço colecionista dessa ordem” (Guimarães, 2000, p. 116).

A esse respeito, Manoel Salgado (2000, p. 115) chamou a atenção para o fato de que “não foi sempre essa a imagem dos antiquários e de suas atividades de colecionadores, sendo seu interesse pelo passado considerado tão legítimo quanto o conhecimento histórico balizado a partir de novos referenciais como os que praticamos hoje”. Segundo Stephen Bann (1994, p. 132), a atitude antiquária não seria uma aproximação imperfeita da historiografia científica e profissionalizada, mas antes, um “relacionamento específico, vivo, com o passado e que merece ser tratado nestes termos”. Na verdade, essa tradição chegou a constituir-se como espaço legítimo de reflexão sobre o passado, “dispondo até de cátedras em prestigiosas universidades inglesas a partir do século XVII” (Guimarães, 2000, p. 115).

Considerações Finais

No tocante ao Brasil, a criação do IHGB, em 1838, como parte de um projeto mais vasto das elites políticas, inscreve-se em um conjunto amplo de “instituições estrangeiras que dedicaram seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as histórias nacionais” (Guimarães, 2000, p. 126). Com inúmeras delas, o IHGB manteve estreitas relações intelectuais, “partilhando posturas relativas ao

tratamento da história, particularmente no que diz respeito à presença da tradição antiquária, combinada agora às exigências formuladas pela cultura histórica oitocentista” (Idem).

E foi, nesse cenário político e cultural que, em meados do século XIX, a atividade antiquária deu lugar a uma postura cada mais científica de tratamento do passado, confluindo na ascensão da história como ciência. O ofício do historiador passou a ser caracterizado por tornar o “passado distante e objeto de uma reflexão científica, cognoscível apenas por esse procedimento intelectual capaz de apreender o passado como processo, como um via-a-ser do presente” (Guimarães, 2000, p. 116). Nesse momento, foi possível observar uma maior preocupação com a patrimonialização do passado, quando ocorreu o nascimento de disciplinas e práticas voltadas à preservação e à restauração do legado material do passado, “com o significado agora de provas materiais da existência de um passado passível de ser acessado, também, pela via desses restos materiais” (Idem).

Ainda conforme Manoel Salgado (2000, p. 99), não se trata de mera coincidência temporal, “mas de solos de emergência similares”, que tornaram as preocupações disciplinares com a história e as relativas ao patrimônio parte de uma cultura histórica que investe de maneira sistemática em diferentes possibilidades de narrar o tempo passado. Nesse ponto, é possível observar certa similaridade entre as formas de narrar o passado empreendidas por Gustavo Barroso e as características da cultura histórica oitocentista, no tocante ao tratamento conferido ao passado. Por essa via, é possível identificar, ainda, certos elementos próprios da tradição antiquária nas narrativas construídas por Barroso. Algo evidente nos procedimentos que orientavam a seleção e a interpretação dos vestígios materiais, tidos como elementos capazes de comprovar a existência dos acontecimentos, atribuição que assegurava a esses objetos o *status* de relíquias.

A tangibilidade do passado se somava à visualidade da história. A esse respeito, importa recordar que o texto histórico guardava relações com a pintura e a poesia, pois “ao articular sinais gráficos num texto, evocava imagens acerca do passado a ponto de estimular sua concretização sobre a superfície plana da tela segundo os cânones e o projeto estético da pintura histórica” (Guimarães, 2000, p. 121). Ao fazer “ver” a história, por meio dos objetos referenciados em sua obra, Barroso produzia uma experiência do passado devedora de múltiplas tradições, que não se esgotaram no século XIX. Pois, “no Brasil do século XX, a escrita da história não se divorcia completamente

da ficção, não dá fim aos procedimentos do romantismo, nem elimina a sensibilidade antiquária (Magalhães; Ramos, 2013, p. 99).

Tais elementos permaneceram vigentes, sobretudo, na ânsia cultivada por Barroso de trazer o passado ao presente, “operação impossível do ponto de vista da história científica que Gustavo Barroso abraçava, mas uma possibilidade plausível se o presente estivesse diante de um objeto do passado” (Ramos, 2019b, p. 72). E seria esse, aos nossos olhos, o ponto de contato entre a *operação historiográfica* e a *operação museográfica* conduzidas por Barroso, aqui compreendidas como operações que se comunicavam e se complementavam. Dentre as formas de narrar o passado, em grande medida devedoras do Oitocentos, destacamos a escrita biográfica como uma modalidade narrativa que, ao recorrer à estrutura do romance, comportando certa dose de ficção, constituiu um dispositivo importante, nessa ambição de tornar o passado presente.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BARANTE, Prosper de. *Histoire des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois*. Paris: Ladvoat Librairie, Palais Royal, 1826.

BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852) – 1ª ed.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1929.

BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Flôres: contos e episódios da campanha do Uruguai (1864-1865)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

BARROSO, Gustavo. *Osório, o centauro dos pampas*. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1932.

BARROSO, Gustavo. *Tamandaré: O Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1933.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água editores, 1991.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. A história como experiência estética: o conceito de cultura histórica na obra de Manoel Salgado Guimarães. In: FREIXO, André [et al]. *Experiências de formação: um tributo ao professor Manoel Salgado*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX), Coimbra, Almedina, 2011.
- CÉZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 8 n. 10, jul-dez 2004, pp. 11-34.
- DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- DUTRA, Eliana. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora, 2005.
- ENDERS, Armelle. *Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros*. RJ: FGV, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GONÇALVES, Márcia. *Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES (org.) *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-14, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. RAMOS, Francisco Regis Lopes. A lição da pedra: usos do passado e cultura material. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, dezembro de 2013.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989.

PONTES, Heloisa. *Intérpretes da Metrópole: História Social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, (1942-1968)*. São Paulo: EDUSP, 2011.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. A pedagogia dos antiquários: Gustavo Barroso e o passado que objetos e palavras podem conter. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 51, p. 25-43, 2019a.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Hoje, o que fazer com Gustavo Barroso? Ou: como lembrar a memória sem esquecer a história? In: MENESES, Sônia (Org). *História, memória e direitos*. São Paulo: Letra e Voz, 2019b.

Artigo recebido em 26/08/2024

Aceito para publicação em 22/02/2025

Editor(a) responsável: Paloma Caroline Catelan

A MATERIALIDADE DO LIVRO E A PRODUÇÃO COLETIVA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE *CEM ANOS DE SOLIDÃO* (1967)

THE MATERIALITY OF THE BOOK AND THE COLLECTIVE PRODUCTION OF THE FIRST EDITION OF ONE HUNDRED YEARS OF SOLITUDE (1967)

Vitória Livia Cordeiro¹

Resumo: Este artigo visa refletir sobre a materialidade e a publicação dos livros em face da sua contribuição para os estudos historiográficos da cultura. Para tanto, tomou-se como fonte a primeira edição do livro *Cem anos de solidão* (1967), escrito por Gabriel García Márquez e publicado pela Editora Sudamericana, em Buenos Aires. O romance possui uma ampla fortuna crítica, contudo, há lacunas na investigação sobre sua publicação em formato de livro e dos elementos gráficos que o compõem. Neste sentido, o intuito é analisar a presença de tais elementos na produção do livro em questão, bem como evidenciar o trabalho dos diversos sujeitos que possibilitaram que o datiloscrito de García Márquez se transformasse no livro publicado em 1967. Assim, esta análise é de caráter qualitativo, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Como aporte teórico são utilizados Michel Foucault (2009), Roger Chartier (2002 e 2014), Donald McKenzie (2018).

Palavras-chave: Materialidade do texto, Trabalho editorial, Cem anos de solidão, História do livro.

Abstract: This article aims to reflect on the materiality and publication of books in light of their contribution to historiographical studies of culture. To this end, the first edition of *One Hundred Years of Solitude* (1967), written by Gabriel García Márquez and published by Editora Sudamericana in Buenos Aires, was used as the primary source. The novel has received extensive critical attention; however, there are gaps in the research on its publication as a book and the graphic elements that compose it. In this sense, the aim is to analyze the presence of these elements in the production of the book, as well as to highlight the work of the various individuals who made it possible for García Márquez's typescript to become the book published in 1967. Thus, this analysis is qualitative in nature, based on bibliographic and documentary research. Michel Foucault (2009), Roger Chartier (2002 and 2014), and Donald McKenzie (2018) are used as theoretical support.

Keywords: Materiality of the text, Editorial work, *One Hundred Years of Solitude*, History of the book.

Considerações iniciais

Em 1967 chegava às livrarias da cidade de Buenos Aires, a primeira edição do romance *Cem anos de solidão*¹. Escrito pelo colombiano Gabriel García Márquez e publicado pela Editora Sudamericana², a primeira tiragem de oito mil exemplares se esgotou em poucos dias³, algo surpreendente para o parâmetro de vendas de livros latino-

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI-UFU). E-mail: vitoria.lcordeiro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0958-0235>.

americanos. Devido ao sucesso uma segunda tiragem foi realizada e suas vendas não paravam de crescer.

Contudo esse sucesso de vendas não foi um acontecimento isolado do movimento pelo qual passava o mercado editorial latino-americano. A partir da Guerra Civil Espanhola⁴, já se via o crescimento do número de editoras nos países latinos, sobretudo na Argentina, local em que muitos editores espanhóis se instalaram. Mas foi na década de 1950 que as editoras recalcularam a rota e um novo direcionamento das publicações aconteceu. Tendo em vista a queda da exportação de livros ocorrida nesse período, as editoras aumentaram a produção de livros de escritores latinos, voltados para os leitores internos e não mais focalizando exclusivamente nas vendas de exportação, como mostra o professor-pesquisador argentino José Luis de Diego em texto de sua autoria, disponível no *site* da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, ao dizer que

el país [Argentina] inicia un proceso de pérdida de mercados externos y encuentra en el mercado interno las razones de una productiva subsistencia. La editorial Sudamericana fue la protagonista de ese cambio: apostó por la literatura del continente y de la mano de Gabriel García Márquez y Julio Cortázar, entre otros, se transformó en uno de los pivotes del llamado *boom* de la novela latino-americana (Diego, 2016).

O “*boom* da literatura latino-americana”, ao qual Diego se refere, foi um movimento circunscrito entre a década de 1960 e 1970 que, para além da expansão do mercado editorial, ficou marcado pela inovação do romance latino-americano, sobretudo a partir das publicações de escritores como Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Juan Carlos Onetti, Alejo Carpentier, Miguel Ángel Asturias, José Donoso, entre outros (Costa, 2012, p. 134). No caso da editora Sudamericana, vemos uma relação direta com o referido movimento, isso porque ela foi responsável por editar e organizar a maioria dos livros publicados pelos autores que posteriormente seriam enquadrados como a “grande família do *boom*”. Dentre eles, a editora foi responsável pelo lançamento da primeira edição de *Cem anos de solidão*, a qual é tomada neste texto como fonte para pensarmos as questões que envolvem sua produção e seus aspectos materiais.

Em vista das discussões que pretendemos abordar aqui, nosso texto será dividido em três partes. A primeira, será destinada ao debate sobre a autoria. Para tanto utilizaremos as considerações feitas por Michel Foucault em seu texto “*O que é um autor?*”, de 1969, buscando levantar a questão do porquê *Cem anos de solidão* é uma obra cujos seus estudos ainda se centram, na grande maioria das vezes, na relação texto-autor. Essa discussão inicial é importante uma vez que ela nos possibilita evidenciar que

o nome do autor cumpre uma função na obra, contudo, entendendo que para dar conta das suas demais nuances, é preciso ir além dessa primeira relação.

Portanto, nas demais seções temos como enfoque a reflexão sobre as outras facetas que envolvem a composição do livro. De modo que na segunda parte, analisaremos o trabalho em torno da produção da primeira edição, a fim de mapear como se configuraram as relações, os contatos e as negociações entre os sujeitos que possibilitaram que o datiloscrito do autor se tornasse o livro físico que chegou até o público. Assim, através desse caso específico, será possível evidenciar aspectos da rede de contatos que se formou na América Latina entre o mercado editorial e os intelectuais. Para essa investigação, utilizaremos as entrevistas dos sujeitos que participaram da produção do livro, os quais deixaram seus relatos sobre esse trabalho, como também as correspondências entre o autor e seu editor.

Por fim, na terceira parte, a análise se volta para os aspectos materiais do livro. A primeira edição do referido romance se tornou um objeto raro, contudo, temos acesso, em formato digital, a alguns dos elementos que a compõem, possibilitando, assim, levantarmos uma série de questões sobre os sentidos criados através de sua materialidade. Para esta discussão, pautamo-nos nos estudos da História do Livro, mais especificamente do historiador francês Roger Chartier, e na Sociologia do Textos, proposta pelo bibliógrafo neozelandês Donald McKenzie, visto que ambas as referências entendem a materialidade como documento para refletir sobre a sociedade que o produziu e consumiu.

Com isso, objetivamos ressaltar a importância de compreender o livro *Cem anos de solidão* enquanto um objeto que se concretiza pelo envolvimento de vários sujeitos e que nos serve como documento histórico para entender a dinâmica sociocultural da América Latina na década de 1960, levando em conta as negociações do mercado editorial e a relação das sociedades contemporâneas com os livros raros.

Gabriel García Márquez: do nome próprio à função-autor

Gabriel García Márquez trabalhou durante toda a sua vida como escritor e jornalista. Contudo, foi somente após a publicação de *Cem anos de solidão*, em 1967, que ele obteve reconhecimento e alçou de fato à alcunha de escritor para o grande público.

A partir de então, seus escritos começaram a ser entrelaçados com os acontecimentos de sua vida pessoal. Isto é, os críticos, os biógrafos e os leitores de forma geral, passam a associar a infância de García Márquez como consequência direta de suas narrativas ficcionais. De acordo com o historiador Felipe de Paula Góis Vieira, o qual se

dedica ao estudo do escritor colombiano, o discurso que afirmava a existência de um gênio literário ainda em sua infância, foi fomentado pelo próprio autor, pois

De forma consciente, o autor transformou os seus romances e personagens em reflexos diretos da sua trajetória histórica e familiar. A repetição dessa versão de uma infância prodigiosa, nas inúmeras entrevistas concedidas após a fama, solidificou a existência de um mito de origem para a carreira de um dos escritores latino-americanos mais influentes do século XX (Vieira, 2020, p. 64).

Nas declarações de García Márquez, a busca pela origem do romance e sua vinculação com a infância são temas recorrentes. De acordo com o autor, a ideia de escrever *Cem anos de solidão* teria vindo no momento em que dirigia rumo a Acapulco para passar férias com sua família. A frase que abre o romance lhe veio à mente como um “cataclisma da alma”, uma “revelação”. Assim, quando regressou a sua casa, na Cidade do México, foi até a máquina de escrever e não a deixou por um dia sequer durante os dezoito meses que levou para terminar aquele texto, que já estava completo em sua mente⁵. Junto a essa “revelação”, naquele momento ele teve também a certeza de que deveria narrar a história mobilizando a mesma forma e linguagem que sua avó, Tranquilina Iguarán, utilizava para contar histórias para o neto (García Márquez, 2022, p. 110).

Este suposto súbito de revelação da forma e da linguagem, é um dos elementos da história que Gabo reiterou durante toda a sua vida: *Cem anos de solidão* surge de um lugar familiar, de sua infância na casa dos seus avós maternos, na cidade de Aracataca, e dos sujeitos com quem ele conviveu naquele espaço e que deram munção para a criação de seus personagens e das relações construídas entre eles. Assim ele sintetizou o objetivo que teve com o romance:

[...] eu só quis deixar um testemunho poético do mundo da minha infância, que [...] transcorreu numa casa grande, muito triste, com uma irmã que comia terra e uma avó que adivinhava o futuro, e numerosos parentes de nomes iguais que nunca fizeram muita distinção entre a felicidade e a demência (García Márquez, 2022, p. 107).

Desta maneira, os acontecimentos cotidianos de sua vida familiar teriam sido trabalhados na ficção a partir da mesma realidade mística que era a essência da casa de seus avós. Em suas declarações, esses elementos místicos da infância são abordados como sendo parte significativa do seu repertório como literato, no entanto, o escritor somente pôde tomar consciência disso a partir da viagem à Acapulco.

É possível que a história por trás da escrita da obra, contada nos termos de Gabo, tenha se difundido de maneira ainda mais incisiva devido a uma decisão tomada por ele

quando o romance estava prestes a ser publicado pela Sudamericana. O autor conta em seu texto *A odisseia literária de um manuscrito*, publicado originalmente no jornal *El País*, que, conscientemente, após receber o primeiro livro impresso da Editora Sudamericana, ele e sua esposa Mercedes rasgaram o manuscrito original com o qual trabalhou e no qual estavam todas as suas anotações, para que ninguém descobrisse os segredos de sua “carpintaria”⁶.

Em um artigo publicado na revista mexicana Nexos, intitulado *Una historia oculta de Cien años de soledad*, o sociólogo Álvaro Santana Acuña — que se debruça ao estudo biográfico da primeira edição de *Cem anos* — atesta, ainda, que além do manuscrito original, o autor e sua esposa teriam queimado cerca de quarenta cadernos que incluíam anotações e pesquisas para o romance (Santana Acuña, 2014, p. 131-132).

Essa ação, somada à restrição de García Márquez em falar sobre as condições de sua escrita, significou a perda de muitas informações sobre seu trabalho e, ao mesmo tempo, viabilizou a difusão de uma história com elementos tão mágicos quanto aqueles que acontecem em Macondo. Assim, seus relatos fazem com que as técnicas literárias e seu trabalho criativo, enquanto processos que possuem dificuldades e superações, passem despercebidos ou sejam compreendidos como um desdobramento linear de ideias frenéticas que se iniciou na estrada rumo a Acapulco.

O conhecimento sobre a elaboração das figuras femininas e das relações de gênero construídas na obra se torna ainda mais escasso, uma vez que suas construções são justificadas pelo autor como transposições de comportamentos e características das mulheres de sua família e da própria dinâmica das relações estabelecidas na casa de seus avós, baseada na divisão binária dos papéis feminino e masculino.

É possível observar essa ideia de transposição do mundo familiar para *Cem anos de solidão* especialmente em sua autobiografia *Viver para contar*, publicada em 2002, portanto, quando o romance já estava consagrado e a história sobre sua infância já estava profundamente atrelada, em suas declarações públicas, à narrativa do romance.

Na referida autobiografia, o colombiano conta sobre eventos ocorridos com seus familiares que também são narrados na obra como parte da trajetória das personagens femininas, a exemplo da costura da própria mortalha feita tanto por sua tia Francisca, como pela personagem Amaranta, nos momentos em que ambas afirmaram ter recebido o aviso de que iriam morrer assim que terminassem aquela tecelagem. Além do entrelaçamento entre a matriarca da estirpe Buendía, Úrsula Iguarán, e sua avó Tranquilina Iguarán que, não só dividiam o mesmo sobrenome, mas também possuíam personalidades semelhantes. Ambas foram caracterizadas como mulheres supersticiosas

e sábias, por isso, mesmo sendo acometidas pela cegueira na velhice, mantiveram-se como “esteio” de suas famílias (García Márquez, 2022, p. 119).

Outro momento em que García Márquez confirmou ter transposto recordações familiares para o romance ocorreu em uma conversa com o escritor chileno Luis Harss. Nela, o escritor chegou a afirmar que tudo que escreveu está baseado no cotidiano que conheceu e que nunca analisou nenhuma das situações ocorridas nesse cotidiano para relatá-las em seus livros, apropriando-se delas da maneira “pura” como chegaram até ele (Harss, 1969, p. 393). Portanto, o desenvolvimento de sua obra estaria restrito à sua capacidade de captar as relações cotidianas e não de submetê-las às técnicas.

No entanto, na tentativa de historicizar a produção da escrita de *Cem anos*, percebemos que o autor em muitos momentos precisou se deter ao trabalho de encontrar e aprimorar técnicas próprias da literatura, refletindo constantemente sobre sua prática. Desse modo, no momento de elaboração do referido romance, possuía quase duas décadas de experiência e um amplo repertório como escritor.

Ainda que ocasionalmente e por diversas vezes se contradizendo, García Márquez deixou pistas sobre o trajeto que percorreu para se profissionalizar e se consolidar no mundo literário. Por meio dessas pistas é que podemos recuperar parte dos instrumentos utilizados em seu trabalho, como aspectos da composição de personagens, do desenvolvimento de seu estilo e de suas influências literárias que o direcionaram para determinados modos de escrita e de percepção da literatura.

Essas pistas podem ser encontradas em muitas de suas declarações feitas em entrevistas, correspondências, crônicas e demais textos jornalísticos, tanto no período anterior a 1967, quanto no imediato e pós 1967 — ano em que o romance foi publicado pela primeira vez. Por se tratar de declarações promovidas pelo próprio autor sobre seu trabalho, é necessário compreender a natureza dessas declarações que, majoritariamente, constituíram-se como uma demarcação do seu posicionamento a respeito do fazer literário e do seu engajamento como intelectual latino-americano.

Além das declarações do autor que entrelaçam infância e sua escrita ficcional, é possível encontrar inúmeras pesquisas científicas que também reforçam essas associações. Relacionam Macondo, o povoado fictício da narrativa, à cidade de Aracataca, lugar em que o escritor nasceu e passou sua infância. Ou o patriarca do romance, José Buendía, ao seu avô Nicolás Márquez; e Úrsula, a matriarca, afirma-se ter sido inspirada em sua avó Tranquilina Iguarán. Dessa maneira, percebemos que mesmo as leituras que possuem um olhar mais apurado, a partir de um aparato teórico-metodológico, relacionam a obra à autoridade do escritor.

Assim, ao se falar de *Cem anos de solidão*, os leitores de forma geral, especializados ou não, evocam uma série de características de seu autor, as quais influenciam em grande medida suas interpretações sobre a obra. Isso vai de encontro a ideia que Michel Foucault desenvolve em seu texto “*O que é um autor?*”, de 1969, quando o mesmo afirma que em certos discursos da cultura contemporânea o nome do autor exerce um papel, sendo o texto literário um deles, e que a ausência ou a atribuição errada de um autor a uma obra afetam os sentidos que construímos sobre ela, pois

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso; assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros (Foucault, 2009, p. 273).

Assim como Foucault argumenta que se descobríssemos que Shakespeare não escreveu os *Sonetos*, nosso entendimento sobre o autor e o texto seriam questionados, basta nos perguntamos como nosso olhar se voltaria para *Cem anos de solidão* se descobríssemos que sua autoria não é de García Márquez, para então compreendermos que, sem dúvidas, seu nome possui um peso na história narrada.

Neste sentido, vemos que a correspondência entre a obra e a autoria se trata de um elemento efetivo, de forma que, como Foucault já sinalizava em seu texto mencionado, seria simplório afirmar que o questionamento sobre “quem fala”, em um discurso literário, é indiferente. Ao contrário, devemos entender os termos psicologizantes, nas palavras do filósofo, que fazem com que um indivíduo seja classificado como autor e exerça, em nossa cultura, uma relação complexa com seus escritos.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que se a autoria desempenha um papel na obra e nos leva a criar significados que as correlacionam, há, evidentemente, outros sujeitos que atuam na composição do objeto livro para tornar — tanto as obras quanto aqueles significados criados pelo autor e reformulados pelos leitores — mais acessíveis ao público. Portanto, há toda uma coletividade de ideias e tramitações para que o livro se torne o que ele é. Será sobre esse aspecto da coletividade por trás do livro que trataremos na seção seguinte.

Do datiloscrito do autor ao livro impresso: mapeando um trabalho coletivo

O trabalho que ocorre entre o momento em que um autor cria uma narrativa e o momento em que os leitores têm acesso a essa narrativa, acaba ficando às margens das

discussões, quando não é absolutamente invisibilizado. Contudo, historiadores como o francês Roger Chartier, lembra-nos que

Autores não “escrevem” livros, nem sequer seus próprios livros. Porém, seus leitores vêm sendo tentados a folhear as páginas impressas para encontrar a obra como o escritor a compôs, desejou e sonhou. Em seu *El texto del “Quijote”*, Francisco Rico recorda que, embora essa aspiração seja legítima e compartilhada pela crítica literária e pelo leitor comum, ela não deve nos permitir esquecer que o texto passa por muitas operações para tornar-se um livro (Chartier, 2014, p. 259).

Tomando essa perspectiva como fundamental para a análise da primeira edição de *Cem anos de solidão*, é necessário entendermos as circunstâncias em que o datiloscrito de García Márquez se concretizou como um livro desejado por inúmeros leitores, para que assim tenhamos consciência das diversas mãos e mentes que o tornaram possível.

Tal datiloscrito foi redigido entre 1965 e 1966, período em que a América Latina passava por uma efervescência cultural devido ao êxito da Revolução Cubana, ao mesmo tempo em que as ditaduras militares no Cone Sul suscitavam diversos reveses. Contudo, segundo a historiadora Adriane Vidal Costa (2012, p. 134), esse contexto político possibilitou a criação de um grupo coeso de intelectuais do mundo das letras e o engajamento em função dos projetos revolucionários, como o cubano. Criou-se de fato uma rede “[...] que agia conjuntamente, trocando correspondências e indicando textos e obras uns dos outros para publicações” (Costa, 2012, p. 139).

Investigando a trajetória da primeira edição de *Cem anos de solidão*, o sociólogo Álvaro Santana Acuña propôs a noção de criatividade em rede⁷, como maneira de realçar as muitas vozes que contribuíram com a construção do romance (Santana Acuña, 2020, p. 113). Baseamos-nos nessa noção ao ressaltar o apoio de intelectuais como Plinio Mendonza, Carlos Fuentes, Ángel Rama, Luis Harss e Mario Vargas Llosa em todo o processo de criação do romance, desde a produção da narrativa até a primeira publicação em formato de livro.

O apoio prestado e mesmo o contato estabelecido entre esses intelectuais e o colombiano se inicia, majoritariamente, em 1961. No referido ano Gabriel García Márquez se mudou para a Cidade do México após viver uma temporada em Nova Iorque como correspondente da Prensa Latina. De acordo com Acuña (2014, p. 132), a escolha do México esteve diretamente relacionada à construção da rede de intelectuais que o autor buscou integrar. Ali, García Márquez se aproximou de círculos de cineastas e escritores mexicanos renomados, conseguiu empregos no cinema e na imprensa, e viu sua carreira como literato ganhar novos rumos.

O escritor mexicano Carlos Fuentes foi um desses escritores com muita influência nos espaços literários que García Márquez conheceu e se tornou amigo. Fuentes cumpriu um papel importante na divulgação de *Cem anos de solidão* e das demais obras de seu autor. Além disso, foi uma das pessoas de confiança que recebeu fragmentos e capítulos do romance em andamento para avaliar o trabalho narrativo na medida em que era realizado.

Em 1966, quando Fuentes estava na Europa, García Márquez o enviou os primeiros três capítulos de *Cem anos de solidão*. Com esse texto em mãos, o mexicano pode promovê-lo em várias frentes. Primeiramente, escreveu um artigo com elogios ao romance e ao autor que fora publicado na revista mexicana *Siempre!*, aproveitou também para enviá-lo ao diretor da revista *Mundo Nuevo*, Rodriguez Monegal, que, por sua vez, publicou o segundo capítulo na referida revista em março de 1967, sob o título de *El insomnio en Macondo*, além disso, enviou as primeiras oitenta páginas ao escritor Julio Cortázar, outro escritor consolidado no período (Costa, 2012, p. 150-151).

Foi também Fuentes que iniciou, em 1965, um contato fundamental para García Márquez e que desaguaria na publicação de seu romance. Naquele ano, o escritor chileno Luis Harss, organizava a publicação de um livro que tinha como objetivo entrevistar os principais escritores da nova literatura latino-americana. Ao todo eram nove escritores: Jorge Luis Borges, Ángel Asturias, Alejo Carpentier, Guimarães Rosa, Carlos Onetti, Julio Cortázar, Juan Rulfo, Carlos Fuentes e Mario Vargas Llosa. Contudo, durante a entrevista de Harss a Fuentes, o escritor mexicano indicou que García Márquez deveria ser incluído na lista por ser “um narrador de dimensão latino-americana” (Costa, 2012, p. 150). Ainda em 1965, Harss se encontrou com García Márquez e, além de incluí-lo, no livro *Los nuestros*, publicado em 1966, foi quem o apresentou a Francisco Porrúa, diretor da editora Sudamericana, que prontamente se interessou em publicar aquele jovem escritor colombiano, como conta Porrúa⁸.

Além do contato estabelecido com os três intelectuais — Fuentes, Harss e Porrúa —, em 1964, ocorreu o encontro de García Márquez com o uruguaio Ángel Rama. Nesse período, o autor de *Cem anos* passava por dificuldades financeiras e lidava com o baixo número de vendas dos seus quatro romances publicados — sendo eles, *A revoada (o enterro do diabo)* (1955), *Ninguém escreve ao coronel* (1961), *O veneno da madrugada* (1962) e *Os funerais da mamãe grande* (1962). Assim, o uruguaio se propôs a ajudá-lo. Primeiro, negociou uma nova edição de *O enterro do diabo* pela editora Arca, depois, publicou artigos e notas em diversos periódicos no Uruguai, como o *Marcha*, comentando e divulgando as obras de Gabo (Costa, 2012, p. 149-150).

O apoio recebido pelo escritor não parou nas divulgações e na conexão com outros sujeitos importantes do mundo literário. Como no caso de Carlos Fuentes, esse apoio se estendeu também às análises do romance solicitadas por García Márquez aos seus amigos de confiança, conforme afirma, em 1967, na carta endereçada a Plinio Mendonza:

Me ha dado una gran alegría lo que me dices del capítulo de Cien años de soledad. Por eso lo publique. Cuando regresé de Colombia y leí lo que llevaba escrito, tuve de pronto la desmoralizante impresión de estar metido en una aventura que lo mismo podría ser afortunada que catastrófica. Para saber cómo lo veían otros ojos, le mandé entonces el capítulo a Guillermo Cano, y convoqué aquí a la gente más exigente, experta y franca, y les leí outro. El resultado fue formidable, sobre todo porque el capítulo leído era el más peligroso: la subida al cielo en cuerpo y alma de Remedios Buendía. Ya con estos indicios de que no andaba descarrilado, seguí adelante. Ya les puse punto final a los originales⁹ (Mendonza, 2013, p. 173).

García Márquez frisa na carta que convocava os escritores, em sua percepção, os mais qualificados, para ler os capítulos finalizados por ele e buscava, a partir dessas leituras, ganhar confiança para publicá-los em revistas e periódicos, como o *El Espectador*, onde trabalhava.

Além de Fuentes, dentre os escritores escolhidos para ler sua narrativa em construção estavam Plinio Mendonza, Guillermo Cano, o editor de *El Espectador*, e Emmanuel Carballo, um dos críticos mexicanos mais influentes naquele período (Costa, 2012, p. 150). Todos eles em algum momento publicaram artigos de incentivo e elogios a literatura de García Márquez, de maneira que, a leitura servia tanto para o autor definir os rumos de sua escrita, como também para alcançar maiores divulgações.

Concomitantemente à rede criada por esses escritores, as editoras na América Latina passavam por uma expansão que se centrava no abastecimento do mercado interno. Uma mudança significativa já que entre o final dos anos de 1930 até meados de 1955, muitas editoras foram fundadas com vistas para o mercado externo — a exemplo das editoras Sudamericana e Losada —, devido aos conflitos pelos quais a Europa passava, em especial a Guerra Civil Espanhola. Nesse período, países como México e Argentina foram os principais exportadores de livros para a Espanha (Sánchez, 2007, p. 617-618).

No entanto, entre os anos de 1956 e 1975, Amelia Aguado (2014) observa que com a retomada do crescimento das editoras europeias, a América Latina passou por um novo momento de reconhecer as necessidades do mercado interno e nele investir, ainda que em diálogo com o mercado europeu. Foi nesse período de mudanças que um novo momento da literatura latina se abriu.

A formação da referida rede de intelectuais em torno de um mesmo projeto literário engajado e os olhares dos editores voltados para os escritores e o público interno resultou na publicação de um alto número de obras que foram sucesso de vendas. Esse período ficou conhecido como o “*boom* da literatura latino-americana”¹⁰. Para se ter uma dimensão do que foi esse movimento, Adriane Costa, citando dados de Ángel Rama (2005, p. 186), mostra que

Quase todos os escritores já vinham publicando seus romances na América Latina e Europa antes do *boom*. Contudo, eram obras que não alcançavam uma difusão massiva e eram conhecidas apenas por um pequeno círculo de leitores. Assim, antes dos anos 60, as obras de Cortázar, Asturias, Onetti ou Borges apenas alcançavam edições de 2.000 exemplares, que permaneciam por longos anos em livrarias sem que se esgotassem. No momento do *boom*, as mesmas obras alcançaram tiragens de 20.000 exemplares anuais e com bastante frequência se esgotavam, o que exigia duas ou três edições ao ano (Costa, 2012, p. 135).

Como citado anteriormente, esse grupo de escritores que ficou conhecido como “a grande família do *boom*”, manteve relações pessoais estreitas e a divulgação que fizeram do trabalho uns dos outros fomentou a publicação de suas obras e a criação de alianças com os agentes do mundo editorial. Foi justamente dessa maneira que García Márquez e seu futuro editor, Francisco Porrúa, presidente da editora Sudamericana, estabeleceram o contato que os levariam a publicar a primeira edição de *Cem anos de solidão*, em 1967.

Esse contato se deu através do escritor e ensaísta chileno, Luis Harss, como supracitada. De acordo com Francisco Porrúa em entrevista concedida ao jornalista Max Seitz da BBC Mundo (BBC, 2014, online), Harss levou até ele três obras que o colombiano havia publicado. Reconhecendo a potencialidade daquelas obras, Porrúa escreveu para Gabo manifestando seu desejo de publicá-las na Argentina. O escritor, por sua vez, o respondeu em uma carta¹¹ na qual ele comunica que tais obras estavam sob direito da Universidad Veracruzana. Contudo, ofereceu a Porrúa a novela que estava em processo de escrita, *Cem anos de solidão*, e se comprometeu a enviá-la em março do ano seguinte. Assim se consolidava o primeiro laço entre o autor e seu editor.

Naquela época publicar uma obra pela Sudamericana era considerado um feito grandioso, pois a editora havia alçado um posto de grande relevância no mercado editorial desde o início da década de 1940. Tendo sido fundada, em 1938, por espanhóis em exílio na Argentina durante a Guerra Civil Espanhola, a editora soube aproveitar o chamado “momento de ouro” das editoras latino-americanas e lançou mão de diversas estratégias

econômicas, políticas e culturais que foram efetivas para mantê-la em um lugar de destaque no meio editorial (Corte e Espósito, 2010, p. 281).

Contudo, apesar de uma rede sólida que se formou nesse mundo das letras, o contexto histórico daquela época trouxe percalços ao envio do texto datilografado pelo autor – que naquele momento se encontrava no México – ao seu editor na Argentina. Em um texto intitulado *A odisseia literária de um manuscrito*¹², escrito em ocasião do primeiro leilão do datiloscrito no ano de 2001, García Márquez narra o momento em que ele e sua esposa foram até o correio fazer o envio e a dificuldade financeira que surgiu, como podemos ver no trecho seguinte:

No início de agosto de 1966, Mercedes e eu fomos ao escritório dos correios de San Ángel, na cidade do México, para enviar a Buenos Aires os originais de *Cem anos de solidão*. Era um pacote com quinhentas e noventa páginas escritas à máquina em espaço duplo e em papel ordinário dirigido ao editor da Sudamericana, Francisco (Paco) Porrúa. O empregado do correio pôs o pacote na balança, fez seus cálculos mentais e disse:

– São oitenta e dois pesos.

Mercedes contou as notas e as moedas soltas que levava na carteira e me confrontou com a realidade:

– Só temos cinquenta e três.

Estávamos tão acostumados a esses tropeços cotidianos depois de mais um ano de penúrias, que não pensamos muito na solução. Abrimos o pacote, dividimos em duas partes iguais e mandamos para Buenos Aires apenas a metade, sem perguntamos sequer como íamos conseguir o dinheiro para mandar o restante. Eram seis da tarde de sexta-feira e até a segunda não voltariam a abrir o correio, assim tínhamos todo o fim de semana para pensar (García Márquez, 2015).

Apesar de tais dificuldades, Porrúa também relata na entrevista citada que já nas primeiras linhas do escrito que recebeu, teve a certeza de que era uma grande obra e decidiu publicá-la. O dinheiro adiantado pela editora à García Márquez possibilitou que finalmente todo o texto chegasse à Argentina.

É interessante notarmos em toda essa “odisseia” que várias pessoas estiveram envolvidas nesse primeiro momento de contato estabelecido entre autor-editora e no recebimento do texto que tornou viável a publicação da primeira edição do livro. Seja Luis Harss o escritor que apresentou o colombiano para Porrúa, seja Mercedes, esposa de Gabo, que conseguiu o dinheiro para o envio da primeira parte do texto, ou o próprio Porrúa por ter possibilitado também financeiramente que a segunda parte fosse enviada, todos fazem parte dessa história do livro e precisam ser levados em conta se quisermos explorar ao máximo os elementos que compõem essa história.

Portanto, uma segunda etapa a se destacar, são as negociações e a produção propriamente dita da primeira edição impressa. Na entrevista de Porrúa à BBC, ao ser

questionado se ele havia feito alguma correção ou sugestão do texto ao escritor, o editor responde que não, pois não achou necessário e também não fazia parte de seu estilo apontar correções para o autor, mesmo afirmando que ele e Gabo possuíam gostos literários diferentes. Contudo, Gabriel García Márquez parece ter negociado alguns dos elementos que a edição traria, como a capa do livro.

Seu desejo era que o pintor mexicano Vicente Rojo criasse a capa que sairia na primeira edição, ambos eram amigos e a encomenda foi feita pelo próprio escritor (SANTOS, 2023, p.28). Rojo chegou a criar a capa, contudo o atraso da entrega fez com que seu design não chegasse à Argentina no tempo estabelecido para o lançamento do livro. Assim, Iris Pagano, a designer que trabalhava na Sudamericana, foi encarregada de criar um novo design que saiu na capa dos primeiros 8 mil exemplares.

O papel de Iris na produção do livro foi fundamental para que ele chegasse ao público na data prevista. Ainda assim, a designer teve seu trabalho invisibilizado. Como observa Julián Axat, em seu texto *La mujer escondida en la tapa*¹³, durante muito tempo a primeira capa de *Cem anos* foi designada como aquela desenhada por Rojo, nada se falava sobre os primeiros exemplares lançados com o desenho da designer e artista plástica Argentina. Essa mulher que durante tanto tempo ficou submetida ao esquecimento, foi, no entanto, uma artista que desafiou a estética mais tradicional da época. Durante o tempo que trabalhou como designer na editora Sudamericana, Iris propôs capas que fugiam da obviedade e dialogavam com o movimento do Pop Art. Seu trabalho como designer também foi bastante simbólico, uma vez que as mulheres enfrentavam as disparidades de gênero neste contexto do designer gráfico dos anos 1960.

A trajetória de Iris é emblemática para enfatizar as práticas sociais que pesam sobre a produção dos livros. Portanto, é fundamental que ao falarmos deles tais práticas sejam evidenciadas, seja por meio das relações que os sujeitos mantiveram ou da materialidade que também abre caminhos para pensá-las. Assim, após abordarmos as primeiras, iremos, na próxima seção, discutir especificamente a materialidade.

Aspectos da materialidade: o livro impresso como objeto de estudo

Entender o livro como objeto de estudo significa tomar como material de análise todos os elementos que o compõem. Desde a escolha das cores até o tipo de papel utilizado na impressão, toda a sua materialidade possui um imenso valor, pois permite traçar possíveis caminhos sobre as relações de sua produção, de seu consumo e de sua circulação, uma vez que “tanto a imposição como a apropriação do sentido de um texto

dependem, pois, de formas materiais cujas modalidades e ordenações, consideradas por muito tempo como insignificantes, delimitam as compreensões desejadas ou possíveis” (Chartier, 2002, p. 244).

Buscando descortinar os sentidos que a materialidade da primeira edição de *Cem anos de solidão* aguça, exploraremos aqui alguns de seus aspectos formais. É importante dizer que a primeira edição se tornou um objeto raro, assim, para essa análise não foi encontrado um exemplar completo em formato físico ou digital. Entretanto, tivemos acesso em formato digital a quatro fotografias de alguns de seus elementos. Estes são: a primeira e a segunda capa, a folha de guarda e uma página com anotações e correções do autor no primeiro impresso.

Em primeiro lugar, é interessante observar as capas utilizadas nessa edição e como as diferentes estéticas das mesmas nos possibilita visualizar o livro de modos diferentes. A capa feita por Iris Pagano, citada anteriormente, foi utilizada na primeira tiragem de 8 mil exemplares e pode ser vista na figura 1. Em relação aos elementos não-verbais, as figuras do galeão e das flores amarelas sobrepostas ao fundo representado por uma floresta azulada, expressam a estética do Realismo Maravilhoso e, assim, antes mesmo de iniciar a leitura do texto ficcional o leitor é transportado para o mundo onde o mágico e o real se entrelaçam.

Já em relação às informações verbais da capa, vemos que, apesar do nome do autor estar em fonte maior, ao trazer seu nome e da editora lado a lado, houve um destaque equilibrado entre ambos, algo que muda completamente após García Márquez receber o Prêmio Nobel de Literatura, pois as edições posteriores ao prêmio trazem seu nome em maior destaque até mesmo em relação ao título da obra. Contudo, neste momento da primeira publicação, como já mencionado, o autor ainda era desconhecido para o grande público, enquanto a Editora estava bem estabelecida no mercado livreiro. A partir disso, podemos inferir que a escolha foi realizada levando em consideração os dois níveis de reconhecimento, tendo em vista que, na contemporaneidade, este é um fator que influencia no consumo do público.

Figura 1 – Capa e lombada da primeira edição de *Cem anos de solidão*, desenhada pela designer Iris Pagano, em 1967



Fonte: Site da Revista Langosta Literária. Disponível em: <https://langostaliteraria.com/ficha-top/53-cien-anos-de-soledad-en-sus-portadas>. Acesso em: 28 de jan. de 2024.

Já a segunda capa feita por Vicente Rojo — a qual pode ser conferida na figura 2 — foi incluída nas reimpressões da primeira edição. Nela, o mágico e o místico também aparecem através dos símbolos, contudo, os quadros do mesmo formato, a sequência de cores e a distribuição proporcional das gravuras e das informações verbais, proporcionam a ideia de uma narrativa mais linear, a não ser pela grafia invertida da letra E na palavra *soledad* que rompe com o esperado e fomenta uma incógnita sobre a narrativa.

Figura 2 – Capa desenhada por Vicente Rojo, em 1967.



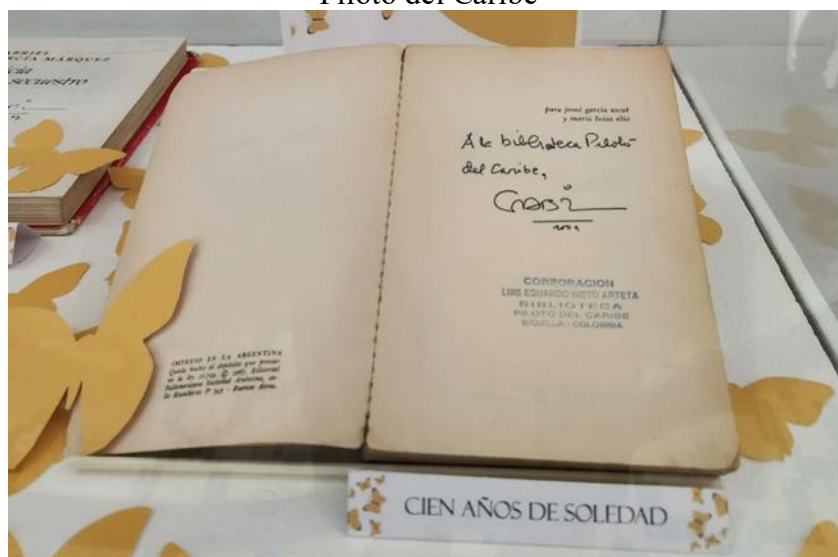
Fonte: Site da Revista Letras Libres. Disponível em: <https://letraslibres.com/cultura/cinco-portadas-de-vicente-rojo/>. Acesso em: 28 de jan. 2024.

Além das capas, tivemos acesso à folha de guarda, a qual pode ser vista na figura 3. Nela foram depositadas informações sucintas, contendo apenas o selo editorial e a dedicatória do livro. Apesar de não ter acesso às demais partes e saber se elas trazem ou não elementos pré-textuais, como prefácio, agradecimentos, entre outros, essa folha de guarda indica a priorização da parte textual e, dessa maneira, os leitores podem ser levados a estabelecer um foco maior nas páginas do texto ficcional.

Em relação a este exemplar específico da figura 3, nota-se que ele foi autografado pelo autor e dedicado à Biblioteca Piloto do Caribe, que por sua vez o mantém exposto. Mas ela não é a única, há também outras que expõem exemplares da primeira edição em seus acervos de documentos históricos, como a Biblioteca Nacional da Colômbia. Esta prática demonstra como atualmente a primeira edição do livro se tornou mais um objeto colecionável e de status do que um livro para ser lido e consumido de forma privada pelos leitores. Assim, criou-se, ao longo do tempo, um outro sentido e utilidade para o livro, diferente do momento imediato em que ele foi pensado e publicado.

Através da figura 3, podemos observar como selo da editora e os direitos de publicação, seguem um padrão bem definido há algum tempo no mundo editorial. Tal padrão começou a ser construído a partir da Idade Moderna, momento em que se iniciou o processo de profissionalização do mercado livreiro com regras bem definidas para as publicações. Dessa maneira, vemos que esse modelo de fato se cristalizou.

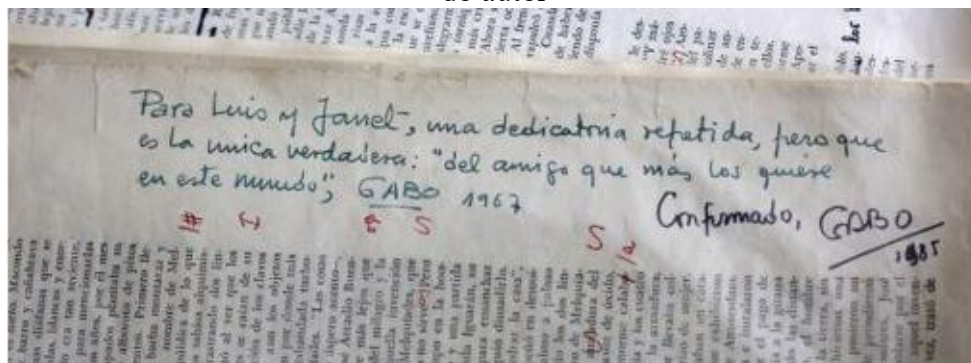
Figura 3 – Folhas de guarda de um exemplar da primeira edição exposto na Biblioteca Piloto del Caribe



Fonte: Perfil do Centro de Pensamiento y Acción del Caribe Colombiano na rede social X. Disponível em: <https://twitter.com/CLENAOFICIAL/status/1632862839764312066>. Acesso em: 28 de jan. de 2024.

Um último elemento que gostaríamos de destacar diz respeito a imagem de uma das páginas do primeiro livro impresso enviado pela editora ao autor, a qual pode ser visualizada na figura 4.

Figura 4 – Página do primeiro impresso de *Cem anos* contendo anotações e dedicatória do autor



Fonte: *El País*, 30 de abril de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/cultura/1430332920_868009.html.

A história deste exemplar é bastante interessante, pois Gabriel García Márquez o utilizou para fazer correções no texto, contudo, enviou as alterações feitas à parte para a editora, apresentando seu casal de amigos, Luis Alcoriza e Janet Riesenfeld, com o exemplar. Dois aspectos chamam a atenção na imagem. Primeiro, as correções feitas em vermelho pelo autor no corpo e na margem do texto, por meio de uma linguagem própria de símbolos que indicavam as alternâncias. Essas correções demonstram que o escritor se manteve próximo e ativo nas decisões feitas durante a edição, dialogando constantemente com o seu editor. Um segundo aspecto, refere-se à diagramação da página. Nela, podemos observar que o corpo do texto foi construído em formato sintético, sem a utilização de elementos não-verbais, como imagens ou símbolos. Esta é uma característica dos impressos da contemporaneidade que nos mostra como as edições costumam dar um foco maior para o texto em si, seja para diminuição de gastos ou pela agilidade do processo de publicação.

Ao analisar esses elementos da materialidade da primeira edição de *Cem anos de solidão*, concluímos, em consonância com Donald McKenzie, que a forma “[...] permite que descrevamos não apenas os processos técnicos, mas também os processos sociais de sua transmissão” (2018, p. 25-26). Chamar a atenção para esses detalhes foi durante muito

tempo, como indicado por Chartier (2002, p. 244), considerado como uma ação insignificante, no entanto, como buscamos salientar, eles constroem a narrativa tanto quanto o seu conteúdo verbal e excluí-los das análises tem como consequência não apenas o comprometimento das interpretações do livro como um todo, mas também do próprio entendimento de como a nossa cultura se relaciona com esses objetos, quais práticas são criadas, recriadas ou transgredidas por meio deles.

Referências

CHARTIER, Roger. Bibliografia e história cultural. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 243-254.

CHARTIER, Roger. Publicar Cervantes. In: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 259-269.

CORTE, Gabriela Dalla; ESPÓSITO, Fabio. Mercado del libro y empresas editoriales entre el Centenario de las Independencias y la Guerra Civil española: la editorial Sudamericana. *Complutense de Historia de América*, [s.l.], v. 36, p. 257-289, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Mercado_del_libro_y_empresas_editoriales_entre_el_.pdf. Acesso em 28 jan. 2024.

COSTA, Adriane Vidal. O boom da literatura latino-americana, o exílio e a Revolução Cubana. *Dimensões*, [s.l.], n. 29, v. 29, p. 133-164, abr 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/5535/4048>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Uma alma aberta para ser preenchida com mensagens em castelhano. In: GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Eu não vim fazer um discurso*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 111-115.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cheiro de goiaba (Conversas com Plínio Apuleyo Mendonza)*. Tradução de Eliane Zagury. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Viver para contar*. Tradução de Eric Nepomuceno. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

HARSS, Luis. Gabriel García Márquez: o la cuerda floja. In: HARSS, Luis. *Los nuestros*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969, p. 381-419.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitana, 2009, p. 264-298.

MCKENZIE, D. F. O livro como uma forma expressiva. In: MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 21-47.

MENDONZA, Plinio Apuleyo. *Gabo: cartas y recuerdos*. Barcelona: Ediciones B, 2013. Disponível em: <https://archive.org/details/gabocartasyrecue0000mend/page/174/mode/2up> Acesso em: 05 out. 2024.

SÁNCHEZ, Mariela. José Luis de Diego (diretor): Editores y políticas editoriales em Argentina, 1880-2000. *ARBOR*, [s. l.], n. 726, ago. 2007. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/105121/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 jan. 2024.

SANTANA ACUÑA, Álvaro. Una historia oculta de Cien años de soledad. *Revista Nexos*, Cidade do México, maio 2014, p. 131-132. Disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=20655>. Acesso em: 05 out. 2024.

SANTANA ACUÑA, Álvaro. Networked Creativity and the Making of a Work of Art. In: SANTANA ACUÑA, Álvaro. *Ascent to glory: How One Hundred Years Of Solitude Was Written and Became a Global Classic*. New York: Columbia University Press, 2020, p. 113-170.

SANTOS, George Lima dos. Cem anos de solidão. In: SANTOS, George Lima dos. *Poética da Solidão para além de Cem Anos em Gabriel García Márquez*. 2023. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023, p. 25-68.

Artigo recebido em 30/09/2024

Aceito para publicação em 05/05/2025

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

¹ *Cem anos de solidão* narra a história das sete gerações da família Buendía no povoado de Macondo, desde sua fundação pela primeira geração, até o seu colapso ocorrido durante a sétima geração. A trama é construída por meio do gênero Realismo Maravilhoso e, portanto, evoca diversos eventos míticos dessa sociedade. Seus personagens são complexos e passam por inúmeros dilemas morais, vivem entre o legal e o ilegal, o profano e o sagrado.

² A Editorial Sudamericana surgiu em 1939, em Buenos Aires, na Argentina. Ela é fruto de um projeto entre argentinos e espanhóis, sendo eles: Victoria Ocampo, Rafael Vehils, Carlos Mayer, Oliverio Gironde e Alfredo González Garaño. Além disso, foi considerada como uma das editoras que fizeram da Argentina uma referência neste mercado. Ver em: DIEGO, José Luis de. 1938-1955. La época de oro de la industria editorial. In: DIEGO, José Luis de. *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 97-133.

³ A informação sobre o número de tiragens da primeira edição, bem como seu esgotamento em quinze dias podem ser consultados em: COSTA, Adriane Vidal. O *boom* da literatura latino-americana, o exílio e a Revolução Cubana. *Dimensões*, [s.l.], n. 29, v. 29, p. 152, abr 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/5535/4048>. Acesso em: 28 jan. 2024.

⁴ A Guerra Civil Espanhola teve seu início em 18 de julho de 1936, a partir do levante militar contra o governo eleito e se findou após a vitória do General Francisco Franco e o estabelecimento de uma ditadura no país, em 1º de abril de 1939. Ver em: SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

⁵ A narração deste momento de inspiração e do início da urdidura de *Cem anos* foi narrado pelo escritor em um texto de sua autoria publicado em 2001 no jornal *El País*. Intitulado *A odisseia literária de um manuscrito*, o texto foi redigido especialmente para divulgar o leilão de uma das quatro primeiras cópias do romance, feitas quando ele ainda estava em período de provas de impressão; contudo, o mesmo relato está em diversos outros textos e entrevistas do autor. No referido texto, o autor diz que chegou até Acapulco e passou todo o fim de semana ansioso para regressar a sua casa e começar a escrever. Já na entrevista a Plinio Mendonza, ele conta que deu meia-volta na estrada, nunca tendo ido até Acapulco, e assim que chegou em casa deu início ao trabalho (García Márquez, 2022, p. 110). Além dessa entrevista e do texto no

El País, o relato aparece em outros momentos após a fama do romance, como na entrevista concedida a Germán Castro Caycedo, em 1977, no formato audiovisual para o canal de televisão RTI Producciones; e em seu discurso pronunciado no IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, em Cartagena das Índias, no ano de 2007, o qual está publicado no livro *Eu não vim fazer um discurso* (García Márquez, 2011, p. 111-115). O texto no *El País*, ao qual nos referimos, foi reproduzido pela Revista Prosa, Verso e Arte e pode ser acessado através do link https://www.revistaprosaversoearte.com/os-segredos-da-obra-cem-anos-de-solidao-de-gabriel-garcia-marquez/#goog_rewarded. Quanto à entrevista concedida a Caycedo, esta consta nos arquivos digitais da emissora colombiana HJCK e está disponível no link <https://hjck.com/libros/german-castro-caycedo-y-su-entrevista-a-gabriel-garcia-marquez>.

⁶ Texto reproduzido pela Revista Prosa, Verso e Arte, disponível no link https://www.revistaprosaversoearte.com/os-segredos-da-obra-cem-anos-de-solidao-de-gabriel-garcia-marquez/#goog_rewarded.%20Acesso%20em:%2005%20out.%202024.

⁷ O termo “criatividade em rede” é uma tradução livre da noção cunhada por Santana Acuña, a qual consta em seu idioma original como *networked creativity*.

⁸ A entrevista foi concedida ao jornalista Max Seitz para o portal de notícias da BBC Mundo, publicada em 2014. Pode ser acessa por meio do link: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/04/140404_garcia_marquez_primer_editor_ob_ms.

⁹ Em tradução nossa: “Deu-me uma grande alegria o que você me disse sobre o capítulo de Cem anos de solidão. Por isso o publiquei. Quando voltei da Colômbia e li o que havia escrito, tive de repente a impressão desmoralizante de estar envolvido numa aventura que poderia ser ao mesmo tempo feliz e catastrófica. Para saber como outros olhos o viam, enviei então o capítulo a Guillermo Cano, e convoquei aqui as pessoas mais exigentes, experientes e francas, e li outro para elas. O resultado foi formidável, sobretudo porque o capítulo lido foi o mais perigoso: a ascensão ao céu em corpo e alma de Remédios Buendía. Agora com esses indícios de que não andava fora dos trilhos, segui em frente. Já coloquei um ponto final nos originais” (Mendonza, 2013, p. 173).

¹⁰ Apesar de ser um período bastante rico para a literatura latino-americana, o fenômeno do *boom* recebeu diversas críticas por ser considerado como círculo reduzido de escritores que teria deixado tantos outros à margem. O poeta Mario Benedetti foi um dos intelectuais que teceu diversas críticas ao boom. Em seu artigo *O boom da literatura latino-americana, o exílio e a Revolução Cubana*, Adriane Costa aborda algumas dessas críticas.

¹¹ A carta de García Márquez endereçada a Porrúa está disponível em formato digital no portal Notícias do Perfil.com. E pode ser acessada através do link <https://noticias.perfil.com/noticias/cultura/2014-04-29-imperdible-carta-de-garcia-marquez.phtml#lg=1&slide=1>.

¹² O texto está disponível no blog Letras In.verso e Re.verso, através do link <https://www.blogletras.com/2015/04/sobre-o-unico-documento-que-compoe.html>.

¹³ Para acesso ao texto de Julián Axat no portal Página 12, segue o link: <https://www.pagina12.com.ar/330631-la-mujer-escondida-en-la-tapa>.

DINÂMICAS INTERNACIONAIS DA RESISTÊNCIA: O Caso Pierre Robert (1934-1944)

INTERNATIONAL DYNAMICS OF RESISTANCE: The Case of Pierre Robert (1934-1944)

Nathan Lermen¹

Resumo: O artigo investiga diferentes manifestações de resistência ao regime nazista entre 1934 e 1944, com foco na distribuição clandestina de literatura considerada subversiva e na formação de redes de oposição. A pesquisa, fundamentada em estudos sobre resistência política, incorpora processos judiciais, correspondências diplomáticas e artigos de jornais, como o francês "*Le Peuple*". Nesse contexto, o estudo examina as interações e os deslocamentos do jornalista suíço Pierre Robert (pseudônimo de Henri Bertholet) entre França, Alemanha e Suíça, decorrentes de seu envolvimento com movimentos de resistência. Os resultados revelam que as ações do jornalista e de seus colegas não apenas desafiaram a repressão do regime, mas também estabeleceram uma rede de solidariedade transnacional, que demonstra a importância da resistência intelectual e da comunicação durante esse período.

Palavras-chave: Resistência, Regime Nazista, Le Peuple, Trajetória.

Abstract: The article investigates different forms of resistance to the Nazi regime between 1934 and 1944, focusing on the clandestine distribution of literature deemed subversive and the formation of opposition networks. The research, grounded in studies of political resistance, incorporates legal processes, diplomatic correspondence, and newspaper articles, such as the French "*Le Peuple*". In this context, the study examines the interactions and movements of Swiss journalist Pierre Robert (pseudonym of Henri Bertholet) between France, Germany, and Switzerland, resulting from his involvement with resistance movements. The findings reveal that the actions of the journalist and his colleagues not only challenged the regime's repression but also established a transnational network of solidarity, demonstrating the importance of intellectual resistance and communication during this period.

Keywords: Resistance, Nazi Regime, Le Peuple, Trajectory.

A análise das formas de resistência ao regime nazista revela um campo de estudo multifacetado que abrange tanto a ação individual quanto a coletiva. Este trabalho tem como objetivo investigar a trajetória do jornalista suíço René Bertholet, cuja atuação na clandestina distribuição de literatura subversiva exemplifica algumas das estratégias de oposição ao nazifascismo. A resistência, neste contexto, é compreendida não apenas como um ato de desobediência, mas como uma prática complexa que envolve a construção de redes de solidariedade e a disseminação de informações críticas.

Fundamentado em uma análise de fontes primárias, o artigo se desenvolve a partir de processos judiciais, correspondências diplomáticas e publicações impressas. Essas fontes são cruciais para a compreensão das dinâmicas de resistência, pois documentam

¹ Doutorando em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lermen.nathan@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8940224551168964>. ORCID-id: <https://orcid.org/0000-0002-2027-3298>.

não apenas as ações do jornalista, mas também as interações entre diferentes grupos e indivíduos que se opuseram ao regime nazista. Nesse sentido, o artigo está estruturado em três seções principais: a primeira aborda o caso judicial que resultou na prisão de Bertholet por alta traição e detalha as acusações que lhe foram imputadas; a segunda seção se concentra na França, onde o jornalista se envolveu na clandestina distribuição de literatura subversiva, a partir de sua conexão com o jornal “*Le Peuple*” e as redes de resistência. Por fim, a terceira seção examina a Suíça como um ponto de passagem para o contrabando de impressos e as interações de Bertholet com outros exilados que buscavam resistir ao regime nazista.

Alemanha, 1934

Em 12 de setembro de 1934, o jornal de Estrasburgo “*Der Republikaner – Mülhauser Volkszeitung*” publicou em sua primeira página a seguinte notícia:

René Bertholet é condenado a 2 anos e meio de prisão. Berlim, 11 de setembro. Na segunda-feira, o Tribunal Popular sentenciou René Bertholet, natural da Suíça, a dois anos e meio de prisão por se preparar para alta traição, cometer crimes contra partido político e contra a paz jurídica. [...] Em duas viagens à Alemanha, emigrantes contrabandeavam folhetos de conteúdo traiçoeiro convocando a reunião dos revolucionários marxistas sob a bandeira de um novo sindicato e a derrubada do regime nacional-socialista. A ligação com cúmplices alemães foi estabelecida pelo co-réu Siegbert Katz de Berlim, que foi condenado a três anos de prisão. Quatro outros réus que ajudaram a distribuir as escrituras traidoras receberam penas de prisão que variam de nove meses a dois anos e meio (*Der Republikaner*, 1934, p. 02, tradução nossa).

O homem citado no jornal, o suíço René Bertholet, assim como os outros envolvidos no caso foram condenados pelo Tribunal do Povo (*Volksgerichtshof – VGH*), um tribunal especial para a condenação de alta traição contra o Estado Nazista. Criado meses antes desse julgamento, o tribunal os acusou de alta traição e violação da paz pública por meio da distribuição de panfletos e manifestos antinazistas que estes contrabandearam do estrangeiro (Wagner, 2011). Tais manifestos incitavam a formação de uma nova organização política, o restabelecimento do movimento sindical na Alemanha e a derrubada do regime nacional-socialista.

A acusação movida pelo Ministério Público estava amparada na lei contra a formação de novos partidos (*Reichsgesetzblatt Teil I Kr. 81 – 14.07.1933*), que determinava, em sua primeira seção, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) como o único possível partido político do país. Como punição

estabelecida no Artigo 2, determinava-se a prisão por até três anos sobre aquele que compromettesse a coesão organizacional do NSDAP ou intentasse sobre o planejamento de novas organizações políticas no território (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr, ° 81* – 13.10.1933). Uma outra lei utilizada durante o julgamento, foi a da garantia de paz jurídica e pública (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr, ° 112* – 13.10.1933), cuja seção 1 e parágrafo 1, incisos 3 e 4, determinava a prisão por até 15 anos a quem produzisse ou distribuísse publicações impressas de conteúdo considerado traiçoeiro.

Na audiência principal, houve destaque sobre a importação de dois materiais da França para Alemanha nos meses de setembro e outubro de 1933, intitulados “Renovação Socialista contra o Fascismo” e “Novas cartas políticas”, compreendidas como um ataque ao NSDAP, uma vez que continham um pedido para reunião de forças em uma nova base contrária ao partido (Dinichert, 1934). À época, o tribunal não levou em consideração as declarações do acusado suíço em relação ao uso das publicações apreendidas para um experimento de pesquisa que objetivava observar como o conteúdo afetaria setores individuais da classe trabalhadora. O homem alegou que foi enviado à Alemanha pelo jornal francês “*Le Peuple*” para realizar tal pesquisa e escrever sobre as condições de trabalho naquele país, e por isso julgou que os impressos seriam uma boa ferramenta para atingir seu objetivo. Tanto o tribunal quanto a promotoria não consideraram a versão do suíço, uma vez que ele estava ciente do conteúdo dos impressos e de que isto seria considerado alta traição em território alemão. Por outro lado, a defensoria apelou para o desconhecimento de um estrangeiro sobre a situação política na Alemanha e para a baixa distribuição dos referidos materiais dentro daquele país, ou seja, para a defensoria o episódio não teria causado qualquer dano para o Reich alemão¹.

Como outro agravante, o tribunal considerou o fato de Bertholet ter usado o judeu alemão Siegbert Katz como um intermediário entre os demais réus. O suíço afirmou no julgamento que conheceu Katz na Liga Internacional de Luta Socialista (*International Sozialistischer Kampfbund* – ISK). Quando Bertholet chegou em Berlim de Paris via Hamburgo, no outono de 1933, entrou em contato com Katz e lhe entregou o primeiro pacote com os impressos. Este passou a conduzir reuniões em um apartamento de um conhecido — de sobrenome Wehrmeister — acompanhado de outros dois homens que também foram detidos e condenados. Em uma correspondência para o Ministério das Relações Exteriores, o então diplomata do Consulado Suíço em Berlim, Paul Dinichert, sugeriu se seria cabível um pedido de clemência para o cidadão suíço que, entre outros agravantes, foi capturado com uma considerável quantia — cerca de 5000 marcos, compreendida como o montante destinado ao serviço da oposição alemã.² O Ministério

não interferiu, e Bertholet permaneceu preso durante os anos designados pelo Tribunal do Povo. Conforme registros do Consulado Suíço em Berlim, após o cumprimento de sua pena, o jornalista foi expulso da Alemanha e retornou para a cidade de Paris.

França, 1936

O jornal parisiense “*Le Peuple*”, compunha uma das principais publicações da imprensa confederal de língua francesa, associada à gestão da Confederação Geral do Trabalho (CGT)³. A corrente do sindicalismo revolucionário francês surgiu atrelada à CGT, como parte de um programa de ação sindical sob objetivo de reunião do operariado em uma única organização, cuja:

[...] acção directa dos trabalhadores contra o patronato e o Estado conquistaria regalias imediatas, mas também teria uma componente pedagógica. No decorrer da luta, o operariado organizado tomaria consciência da sua força e compreenderia que podia gerir a sociedade em seu proveito, através das associações de classe. O futuro seria a gestão sindical. Adoptando e adaptando postulados marxistas e libertários, esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a hegemonia em muitas associações de classe por todo o mundo ocidental (Pereira, 2012, p. 199).

Essa corrente do sindicalismo francês foi o principal ponto de irradiação do sindicalismo revolucionário.⁴ A CGT buscou aprimorar as condições de vida dos trabalhadores através de greves, boicotes e sabotagens tendo em vista o desaparecimento do patronato:

O Sindicalismo Revolucionário assenta essencialmente na ideia «fora do sindicalismo não há luta de classes». O operariado tem de entrar em ruptura absoluta com a burguesia, não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideais comuns com os intelectuais libertários. O Sindicalismo Revolucionário é a doutrina exclusiva da classe operária e os sindicatos as suas instituições próprias (Pereira, 2012, p. 202).

Dois anos depois do caso de prisão do suíço, o mesmo jornal publicou um especial de sete artigos na semana do dia 11 de julho. Assinados por Pierre Robert e intitulados “Trinta meses em uma prisão de Hitler” (*Trente mois dans um bange Hitlérien*), os escritos estavam em forma de diário e abordaram um episódio envolvendo a captura de um homem pela Gestapo e sua prisão em uma penitenciária da cidade de Berlim.

Nos atentemos primeiramente ao gênero das fontes transcritas: o testemunhal, composto pelo relato daquele que vê ou escuta algo e transmite pela forma oral ou escrita. O testemunho só tem sentido porque julgamos que alguém é capaz de dizer uma verdade,

por isso a confiança na sua capacidade cognitiva em experienciar determinada situação. Independentemente de suas origens, eles não são totalmente críveis ou igualmente acreditados, “dependem da informação prévia dos ouvintes e leitores; dependem da credibilidade da própria testemunha; não à toa existem os rituais de autenticação. Tampouco estes, entretanto, asseguram uma confirmação última” (Kolleritz, 2004, p. 77).

Para Philippe Ariès (1989, p. 49), a literatura de testemunho é reflexo de um fenômeno global sobre uma paixão política que incide sobre a necessidade de narrar as inculpações, as denúncias e as execuções — neste caso, as prisões de Hitler. O testemunho é trazido do passado para o presente, transposto em outro lugar geográfico e procura garantir sua integridade na mais pura forma ao apelar para a confiança do leitor, este escrito pode ser lido como uma forma de denúncia e/ou apelo a quem possa indignar-se, por isso há um jogo de palavras que recai sobre a sensibilidade do endereçado.

Estará também escrito na contracapa, nas orelhas da publicação tratar-se de testemunho, isto é, referido a um real experimentado, inconfundível com a ficção, cuja intenção é relatar acontecimentos efetivos. E a palavra real virá sem aspas. Porque importam mais os efeitos práticos da narrativa (como influenciam a ação) do que comentários teóricos (possivelmente historiográficos) sobre a relatividade do real e as ambigüidades do verdadeiro (Kolleritz, 2004, p. 85).

A testemunha não só relata o passado, mas faz política ao escolher o que ou não relatar. Conforme Beatriz Sarlo (2007, p. 54), “o discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade”. Dessa forma, o testemunho público de Robert não apenas documenta sua experiência em prisões, mas engaja o leitor sobre uma reflexão crítica do passado.⁵

O primeiro artigo publicado no jornal foi dividido em duas partes, tratou-se de uma apresentação sobre Robert escrito por Maurice Harmel, este apontado como um dos primeiros redatores do jornal⁶. Harmel escreveu:

E aqui está Pierre Robert novamente! É uma grande alegria para mim, despertar a memória dos nossos antigos leitores e apresentá-la aos novos. Afirmo, além disso, que tenho algum direito de fazê-lo. Ainda posso vê-lo em sua primeira aparição no *Le Peuple*. Um homem muito jovem [...] o rosto risonho encimado por uma soberba cabeleira loura. [...] Bem, ele me disse abruptamente: – Eu gostaria de ser o enviado especial do “*Le Peuple*” na Alemanha. [...] Cada silêncio um tanto prolongado era um alarme para nós. Um deles durou mais do que o normal. Investigações cuidadosas nos deram a infeliz notícia: Robert havia caído nas garras da Gestapo. [...] As prisões de Hitler não

mudaram Pierre Robert, nem fisicamente nem em sua mente. Ainda é o mesmo grande diabo entusiasmado. E você julgará que nosso amigo não esqueceu como escrever nas prisões da Gestapo (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

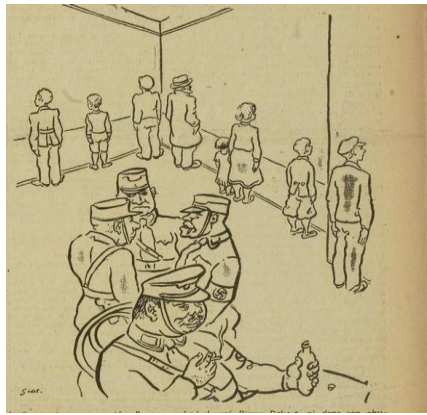
Após a apresentação por parte de Harmel, Pierre Robert deu início ao relato de sua prisão pelos homens da Gestapo. A narrativa, em primeira pessoa, se inicia com ele indo à casa de um amigo.

[...] é tão bom andar no ar fresco de novembro... Chego na casa dos meus amigos: uma família operária. Estamos esperando o filho e dois de seus amigos. Algumas perguntas sobre uma xícara de café. Então o pai me conta sobre sua máquina de tricô que agora funciona, suas camisas e seus suéteres que ele está tentando vender. Um toque repentino da campainha! Uma voz alta: Polícia! Não estou convencido. Pode ser que meus camaradas estejam fazendo uma piada. Rapidamente percebo o óbvio: o rosto de uma criança está assustado e, de repente, a sala é invadida por agentes à paisana da SS e um líder de pelotão de tropas de assalto. Um soco acerta meu rosto (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

O artigo de jornal prossegue com detalhes sobre a violência dos agentes alemães dentro da residência, como o revirar dos móveis, a captura dos impressos, o roubo de dinheiro encontrado nos casacos revistados, os constantes empurrões e as ameaças com os revólveres. Todos, inclusive a criança, possivelmente filha de um dos homens, foram encaminhados para o prédio da Gestapo onde permaneceram presos em uma sala. Em dado momento, foram colocados à frente de uma parede: “Devemos permanecer de pé, o nariz contra a parede. Eles me chamam e me empurram para outro quarto. Estou cercado por agentes à paisana, que me insultam e me empurram” (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

O momento foi retratado por uma ilustração inserida no centro do artigo, na qual os detidos no prédio da Gestapo estão virados para a parede na presença de quatro agentes da *Schutzstaffel*. Robert comenta que tentaram interrogá-lo sobre o destino dos folhetos, mas não obtiveram qualquer resposta. Assim, levaram-no para o porão onde permaneceu por um dia.

Figura 1 – Ilustração: Detidos na Gestapo



Fonte: *Le Peuple* (11 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

No decorrer do segundo artigo, publicado pelo jornal na manhã seguinte, Pierre Robert se ateu às formas de tortura empregadas pelos agentes contra os acusados de atividades ilegais na Alemanha.

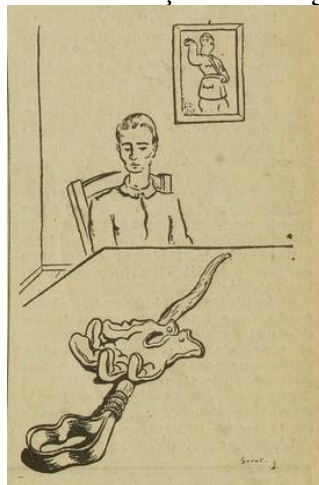
O chicote quase sempre desempenha um papel importante nos interrogatórios. O camarada é atingido, geralmente segurado por três ou quatro rebatedores. Ele muitas vezes perde a consciência; é então aspergido com um balde de água fria; ele recupera seus sentidos e tudo recomeça. [...] Para aqueles que são durões — aqueles que permanecem firmes — a Gestapo ainda tem outros métodos. Ela tem, em Berlim, uma prisão especial onde os camaradas podem ficar uma, duas, três semanas, um mês ou mais. É a Columbia. Esta prisão goza de uma reputação sinistra entre os trabalhadores de Berlim. Muitos não podem pensar nisso sem sentir uma sensação de pavor. [...] Durante os meus interrogatórios na Gestapo, não sofri nenhum abuso físico. Eu não era alemão. Beneficiei-me de uma abordagem enérgica feita pela minha legação em Berlim algumas semanas antes da minha prisão. Um camarada estrangeiro já havia sido preso por transportar literatura ilegal e esteve em péssimas condições. Houve reclamação dos pais deste último e diligências da legação. Por isso não senti o chicote, por isso não fui para a Columbia (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

A descrição dos métodos que oscilavam entre o “tratamento amigável” e a tortura extrema revela uma abordagem calculada, em que a destruição moral do indivíduo era tão importante quanto a física. A prisão de Columbia, uma instalação militar localizada no Campo Tempelhof, em Berlim, também conhecida como “Campo de Concentração de Columbia”, era utilizada pela Gestapo como um local de detenção temporária. Lá, permaneciam aqueles que estavam sob investigação judicial, mas que ainda não haviam recebido sentenças definitivas (Schilde, 1987). Os prisioneiros de Columbia eram compostos por detentos políticos, sendo a maioria ligada ao Partido Comunista Alemão (KPD), o Partido Socialista dos Trabalhadores (SAP) ou o Partido Social-Democrata (SPD). A literatura sobre a prisão aponta para uma série de casos de tortura que ocorriam dentro da instituição, como foi o caso do comunista Erich Thornseifer que, em 1933, foi torturado com um chicote até a sua morte (Wünschmann, 2016).

Robert, por ser estrangeiro e protegido por intervenções exteriores, escapa da tortura, enquanto os alemães enfrentavam abusos sistemáticos. Há, portanto, um aspecto estratégico na repressão nazista: a violência era arbitrária, mas seletiva, dependendo de fatores políticos e diplomáticos. Robert comentou que muitos morriam na prisão e o tormento era constante com as sessões de tiros fictícios. Durante sua estada na Gestapo, mencionou o caso de um outro homem sob suspeita de impressão ilegal de panfletos: ele e a esposa foram presos e permaneceram dias sob tortura até o momento em que homens da SS informaram a execução dele em um dos pátios do complexo. No pátio, com todos os agentes em seus postos, o homem foi avisado que sua esposa estava acompanhando a sua execução por uma das janelas do prédio. A todo o momento, os oficiais pediam que ele confessasse o destino e a organização que estava por trás das impressões. Quando não obtiveram respostas, atiraram festim.

A tortura psicológica e os abusos físicos eram piores aos “camaradas judeus”, como comentou no artigo. Robert mencionou que estes eram acordados no meio da noite para permanecerem em posição de sentido, depois deveriam ingerir a própria urina e fazer polichinelos até a exaustão. No caso de Robert, durante seu interrogatório, ele permaneceu sozinho em uma sala sentado perto de uma mesa na qual foi colocada uma luva de couro e um cassete. Enquanto permaneceu sozinho, ouviu espancamentos em outras salas: “Os agentes não fizeram nenhuma alusão, tive que entender no meu tête-à-tête com a mesa e sua carga a que meu silêncio poderia levar” (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

Figura 2 – Ilustração: Interrogatório



Fonte: *Le Peuple* (12 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Robert não foi encaminhado à prisão de Columbia, mas foi mandado para a prisão preventiva de Moabit: “De fato, lá é possível ter uma vida relativamente tranquila; é permitido ler jornais, fumar e escrever” (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa). Ainda que Moabit representasse uma estadia mais calma para se permanecer, o homem comentou sobre uma constante monotonia e solidão refletidas sobre sua liberdade interior.⁷

A serena convicção, por exemplo, de que ainda podia dispor da minha vida, de que tinha a possibilidade, se necessário, de recorrer ao suicídio, quase sempre me foi preciosa. Essa liberdade, eles não poderiam tirar de nós. Pegar a roupa suja, amarrar um nó corrediço, passar o pescoço por ele, passar por cima da balastrada do corredor e entrar no vazio da jaula para subir as escadas, tudo isso dependia apenas de mim; eu ainda era o mestre da minha vida. (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

O trecho sugere uma estratégia de resistência psicológica ao terror da Gestapo, onde o controle sobre a própria vida — representado pela possibilidade de suicídio — se torna um último refúgio de liberdade. Em um ambiente de desumanização total, a consciência de que ainda havia uma escolha, mesmo que essa fosse a morte, funcionava como um poderoso mecanismo de defesa. Ao afirmar que essa “liberdade” não poderia ser tirada pelos seus captores, o narrador inverte a lógica da opressão: em vez de ser um prisioneiro completamente subjugado, ele mantém uma parcela de controle sobre o próprio destino.

Nos poucos encontros com outros presos foi organizado um esquema de comunicação baseado em um sistema de “telegrafia” com batidas rápidas contra a parede do vizinho de cela. Isso possibilitou a troca de informes, como no caso de junho de 1934:

[...] o barulho monótono me deu a notícia; aos poucos fui decifrando: “A liderança das tropas de assalto foi fuzilada; Pelotões de policiais de capacete circulam pelas ruas de Berlim, fuzis pendurados nos ombros”. Notícias que perturbam a monotonia da cela; trouxe uma esperança bem fundamentada para as perspectivas políticas da Alemanha. (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

Ao presumirem que as camadas internas do sistema nazista estavam em desacordo, os resistentes se sentiam “esperançosos” com o desenrolar político. Este excerto faz referência à Noite dos Longos Punhais, um expurgo que ocorreu na Alemanha nazista entre o dia 30 de junho e 01 de julho de 1934 (Bessel, 1984). Naquele momento, a intenção de Adolf Hitler era de apreender todas as estruturas políticas alemãs e para isso era necessário o controle do *Sturmabteilung* (SA), uma organização paramilitar que tomava para si a sucessão natural das forças armadas da República de Weimar. A autonomia experimentada pelos integrantes da SA, inquietava o *Reichswehr* (exército

oficial alemão) e todo o NSDAP, pois estes priorizavam o comando e a fidelidade de Ernst Röhm — então líder da SA — a de Hitler. Sob suspeita de um golpe a mando de Röhm, Hitler ordenou a captura e a execução dos principais nomes envolvidos com a SA. Após o conflito, a divisão de assalto foi incorporada como uma repartição da *Schutzstaffel* (Evans, 2017).

Um outro momento descrito pelo jornalista foi quando ele teve contato com uma mulher da ala feminina por meio da janela de sua cela. Robert escreveu:

Uma tarde de junho. Eu me ergui na minha jarra e olhei pela minha janela de tela. Há um céu iluminado pelo sol poente tão calorosamente que me lembra os céus do sul da França. À minha frente, há outra prisão, a de mulheres. De repente, noto uma janela ali, uma cabeça mal desenhada e uma mão acenando para mim. Esta mão quer me comunicar algo: há método nos sinais. Depois de uma hora, decifrei a mensagem e entendi que era um camarada, e a mensagem dela era: — Sou a esposa do camarada tal, morto por “tentar fugir”; eles me bateram até eu sangrar; meus rins estão doentes por causa dos espancamentos recebidos; eles não sabem nada sobre mim (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

Figura 3 – Ilustração: O contato com a prisão das mulheres



Fonte: *Le Peuple* (13 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

O contato clandestino estabelecido entre o jornalista e a prisioneira da ala feminina, mediado por gestos e sinais, assinala a resiliência que se manifesta em contextos de repressão extrema. No texto, a mensagem transmitida pela prisioneira, que expõe os espancamentos e sua deterioração física, é utilizada para reiterar a brutalidade institucional a que os detentos estão submetidos. A medida tomada pela Gestapo era a prisão preventiva do suspeito, providência que poderia levar entre seis e dez meses para o aguardo do julgamento de cada caso. O Tribunal do Povo impedia a apresentação do acusado perante um juiz, uma vez que os relatórios de acusação eram elaborados pelos

próprios agentes da Gestapo (Wachsmann, 2015). A defesa, nesse contexto, era constituída por um advogado nomeado pelo tribunal, visto que era raro um advogado escolhido pelo réu aceitar atuar em um caso dessa natureza.

Depois de receber sua acusação, o acusado aguarda seu advogado oficial todos os dias [...] essa espera muitas vezes será em vão. Eu vi camaradas que, durante semanas inteiras, esperaram hora e hora pela visita deste defensor, irritando-se e desesperando-se com esta espera exaustiva. O preso pode se considerar com sorte se receber uma visita dois dias antes da audiência e a visita será curta de cinco a dez minutos no máximo. O advogado geralmente usa a insígnia do Partido Nacional Socialista. Pode-se facilmente imaginar a reação do camarada diante desse emblema: ele não verá à sua frente um advogado que possa ser seu apoio, mas um inimigo. Ele não confiará nele, muitas vezes o considerará, com razão, como um possível delator (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

A condenação à morte foi um outro ponto mencionado pelo autor já que se tornou comum penas com mais de dez, quinze ou vinte anos de prisão, além dos casos recorrentes de execução. Ainda que tal condenação pudesse ser revogada com mais anos de prisão, os acusados passariam décadas aprisionados pela tentativa de reconstituição das organizações operárias. Em Berlim, condenados à morte foram novamente inseridos em uma prisão preventiva por cerca de 130 dias (Holtmann, 2010). Na véspera do dia marcado para execução, o condenado ouvia os preparativos de construção de seu patíbulo para decapitação, que, claro, contribuía para o terror psicológico.

Após ser condenado a quase três anos de prisão, Robert foi transferido para sua penitenciária definitiva. A prisão de Luckau abrigava aproximadamente mil detentos, dos quais oitocentos eram presos políticos. A fome era uma constante, e a única forma de distração disponível era uma biblioteca com apenas dois livros, que eram distribuídos semanalmente para todos os prisioneiros. Oito meses antes de concluir sua pena, Robert foi transferido para a prisão de Brandemburgo, onde as condições de higiene eram ligeiramente melhores. Contudo, o trabalho forçado no complexo prisional era extenuante, e Robert recebeu apenas 2 marcos por oito meses de serviço.

Figura 4 – Ilustração: Transferência para Luckau



Fonte: *Le Peuple* (14 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Em relatos publicados, como estes elencados, é comum uma introdução que fornece uma garantia emprestada por outra pessoa, ou seja, por meio de uma apresentação de alguém notório se cria uma confiabilidade sobre o texto que virá. Neste caso, Maurice Harmel, conhecido redator do jornal, garante que Robert fornecerá um relato completo e bem escrito sobre as prisões alemãs, o que fomenta o interesse e a curiosidade do leitor. A posição do escritor/ator/personagem, que se confunde em relatos escritos, é um outro aspecto importante como forma de persuasão, pois apresenta sua proximidade ao ocorrido e o autoriza a escrever sobre si, feito este na primeira pessoa do singular. Assim, o uso de expressões como “um soco acerta meu rosto”, “ainda podia dispor da minha vida” e “meus camaradas me pediram” regula e atualiza o vivido por Robert, uma vez que os testemunhos se apresentam como mergulhos no real.

A escrita é fortemente detalhista e pormenorizada, tudo é narrado de forma a apresentar o maior número de características possíveis de cada cenário: o clima, o trajeto para casa do amigo, o racionamento de alimentos, a insônia, os sons, a solidão, as horas de trabalho, as relações com outros prisioneiros, os mortos ou ainda os instrumentos de tortura. Aliás, testemunhos como estes tendem a uma exatidão aritmética ao expor a quantidade de policiais, o tamanho de celas, o número de presos, os dias antes e depois dos interrogatórios ou o número de livros. Nenhuma das informações estão desnecessariamente dispostas nos artigos, essa minúcia de escrita é uma forma de transpor o desespero através da exatidão de informações. Essas descrições objetivam asseverar a presença e certificar a autenticidade, pois são os detalhes que produzirão a noção de que o testemunho lido é verdadeiro.

Ginzburg (2015) menciona que a escrita do testemunho está frequentemente associada a contextos de violência histórica, como abusos de Estado e práticas de tortura.

A presença da violência na narrativa testemunhal não apenas reflete as experiências pessoais de dor e sofrimento, mas também oferece uma nova perspectiva sobre eventos traumáticos. Os diferentes registros textuais e iconográficos, como o encontro de Robert à distância com uma mulher da ala feminina — no qual ele entendeu, por meio de gestos e sinais, as descrições da violência que ela sofria —, juntamente com as representações dos prisioneiros em suas celas e dos agentes da Gestapo nas imagens, buscam aproximar o leitor e suscitar empatia diante das múltiplas formas de crueldade presentes nas prisões.

Aliás, a construção desses diferentes cenários leva aquele que lê para, talvez, o mais importante dos artigos: o último. Na publicação de 17 de julho, após dias de exposição sobre a situação das prisões alemãs e os maus-tratos sofridos durante o período, Robert convoca os leitores a se prepararem para um método de ação que atingisse o partido em momentos de “vacilo”, dada a existência de diferentes facções em disputa, como no caso Röhm. Simultaneamente, o jornalista aproveita para destacar a importância do trabalho clandestino, especialmente no que concerne à distribuição de literatura subversiva.

Felizmente, no terreno sindical, conseguimos nos dar bem e que muitos estão trabalhando para construir executivos ilegais. [...] Apesar dessa falta de entendimento político, o trabalho ilegal continua em grande escala. Naturalmente, o movimento foi dizimado pela terrível repressão, especialmente o Partido Comunista que em 1933 e 1934 se expôs um pouco demais. [...] Apesar disso, um trabalho importante ainda está sendo feito; ainda há divulgação de literatura clandestina; podemos até dizer que para essa difusão existem possibilidades ilimitadas. (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

Em vias de finalizar seu artigo, Robert escreveu em tom de prenúncio: “[...] o perigo de uma guerra iniciada pelo fascismo alemão é tão grande!” (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa). Três anos após a publicação, a guerra de fato se iniciaria.

Suíça, 1942

A compreensão sobre a definição de resistência pode ser enriquecida ao considerarmos as diversas táticas empregadas durante a Segunda Guerra Mundial, tanto em níveis individuais quanto coletivos. Estas estratégias abarcam desde a sabotagem de equipamentos de guerra por parte dos trabalhadores até a organização de grupos de discussão e ação política; incluem-se, por exemplo, as estratégias adotadas por indivíduos em campos de concentração, assim como o fornecimento de abrigos para judeus e outras minorias perseguidas.⁸

O termo “resistência” começou a ser utilizado para descrever a oposição ao regime nazista na França a partir de 1951. Posteriormente, seu significado foi ampliado para englobar qualquer forma de oposição ao nazismo, incluindo rejeição e limitação, e seu uso se estendeu para descrever lutas semelhantes em diversos contextos históricos e geográficos, como na Iugoslávia, em nações africanas e asiáticas, e contra ditaduras latino-americanas (Rollemberg, 2015). Martin Broszat (2014) classifica como “resistência” todas as formas de não conformidade ao regime nazista ou a qualquer um de seus objetivos. Por outro lado, o historiador Ian Kershaw (2002) prefere utilizar o termo “dissensão” para se referir a atitudes geralmente espontâneas e não relacionadas a ações planejadas que criticavam ou se opunham ao nazismo, mas que não tinham a intenção de efetuar uma oposição organizada ao governo.

Independentemente da terminologia empregada para descrever atitudes de oposição ao nazismo, a compreensão do conceito de “resistência” transcendeu as barreiras temporais — aplicando-se a casos anteriores e posteriores a 1945 — e espaciais, incluindo situações não europeias. Portanto, sua conceptualização evoluiu ao longo do tempo e incorporou novas táticas como sabotagem, atuações políticas em campos de concentração, apoio a perseguidos e ações menos “espetaculares”, como um emblemático caso que envolveu a circulação de materiais impressos em um lago fronteiriço entre a Suíça e a França.

Dez anos depois das prisões berlinenses, em 12 de fevereiro de 1942, por volta das 09:45h, um policial de fronteira do posto de Rolle inspecionou o barco do pescador Jean Charles Pittet. Nascido em 1900, em Seigneux (Vaud-Suíça), ele era casado com Jeanne Ennig, pai de três filhos, residia na comuna de Allaman desde 1927 e trabalhava no conhecido Lago Léman — um lago entre a região francesa de Chablais Savoiardo e os cantões suíços de Valais, Vaud e Genebra. Naquela manhã, Pittet se preparava para zarpar com o intuito de entregar alguns pacotes para o lado francês, mas foi abordado pelo guarda que encontrou algumas encomendas em sua embarcação. Quando as abriu, o policial descobriu quatro embalagens com cerca de 80 gramas de tabaco e pacotes amarelos com vários jornais e recortes de revistas endereçadas à região de Saboia. Após mais uma investigação dentro do barco, o guarda encontrou cerca de 50 moedas de ouro sem registros.⁹ Pittet então foi detido e enviado para a prisão do distrito de Aubonne sob acusação de tráfico de ouro e contrabando de material proibido na França de Vichy.¹⁰

Conforme inventário dos sete pacotes entregues à Gendarmaria do Exército Suíço, havia recortes do “*Neue Zürcher Zeitung*”, do “*Curieux*”, do “*Volksrecht*”, do “*Journal de Genève*”, do “*Tribune de Genève*”, do “*Die Nation*”, do “*Die Weltwoche*”, da “*Gazette*

de *Lausanne*”, do *Der Aufbau*”, do *National Zeitung*”, do jornal *Le Pays*”, de *Porrentruy*” e do *Basler Nachrichten*”, além de várias cópias do *Socialist Commentary*”, como também boletins norte-americanos e ingleses.¹¹ Vários destes artigos, assim como os boletins, estavam anotados para serem reproduzidos. Além disso, os envelopes ainda continham várias cartas destinadas a pessoas que viviam na França: Eva, Yvette, Alphonse, Guivet e Arthur, sem qualquer referência de sobrenome.

Em audiência, Jean Pittet se apresentou como um pescador autônomo e humilde que com muita dificuldade tentava criar os seus filhos. Comentou que no final de setembro de 1942, um homem chamado Sr. Lugin, um conhecido oriundo de Thonon-les-Bains, informou que o pescador receberia uma visita em casa de um tal de Pierre Robert. Pittet contou que de fato Robert apareceu em sua residência no mês de dezembro, pedindo que o pescador levasse um amontoado de papéis para além da fronteira. O pescador comentou que a intenção de Robert era evitar a censura francesa, por isso optou pelo transporte via Lago Léman. Pittet contou que aceitou a oferta de levar os pacotes de documentos para o outro lado da fronteira, pois Robert havia oferecido 50 francos suíços por viagem — o que para o pescador foi um bom negócio, já que ele teria de fazer cerca de cinco travessias por conta do tamanho de seu barco e pela quantidade de material que Robert havia entregado. Jean Pittet também mencionou que o homem garantiu que ele não estava levando nada ilegal e que tudo se tratava de recortes de jornais e revistas endereçadas para alguns amigos franceses.

Os envelopes sempre me foram entregues lacrados. Lugin nunca me disse a quem entregou os envelopes trazidos por mim. Não sei onde Pierre Robert mora e o que ele faz. Não pertencço a nenhum partido político, mas sou socialista, mas não extremista. Pierre Robert me disse que se eu tivesse algo para ele, poderia escrever para a família Baumer, de Rosenweg em Thun, mas nunca o fiz (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]).

Dias antes da audiência do pescador, policiais haviam ficado de tocaia para prender Pierre Robert, uma vez que Pittet havia frisado no dia da prisão que não conhecia aquele homem e nem sabia seu endereço, mas havia comentado que ele retornaria à sua casa em alguns dias para entregar novos pacotes. No dia marcado, o cabo Sordet realizou vigilância em torno da casa de Pittet e às 10:55h capturou o dono dos impressos que na realidade, após o levantamento documental, descobriu-se chamar René Henri Bertholet, um jornalista nascido em 1907, natural de Genebra, domiciliado em Zurique e casado com a alemã Hannah Grust. Bertholet não negou que entregou os envelopes ao Pittet para envio à França e acabou sendo preso no mesmo local, junto com novos materiais e milhares de francos suíços em espécie.

Alphonse, Artur, Eva e Yvette, alguns dos destinatários que estavam nas cartas do jornalista, também atuaram no referido jornal e participaram de círculos de resistência à França ocupada, tendo estes mantido contato com organizações em Londres que planejavam ataques a instituições nazistas no país (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]). Bertholet demonstrou no depoimento um interesse sobre a educação de trabalhadores, por isso manteve contato com Paul Dominique Vignaux, então secretário do Instituto de Educação Operária dos Sindicalistas e então professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Toulouse. Em uma correspondência para o jornalista, Vignaux comentou sobre sua transferência para uma universidade católica nos Estados Unidos e solicitou ao Bertholet o envio de qualquer material sobre o movimento sindical francês. Assim, Bertholet lhe enviou uma série de relatórios que tratavam de diferentes movimentos de resistência franceses, todos recolhidos durante viagens do jornalista pelo sul da França.

McDonough (2001) examinou diversas formas de oposição e resistência ao regime nazista, incluindo as atividades de social-democratas, comunistas, movimentos juvenis e o papel das igrejas cristãs. Entre as principais ações de resistência dessas organizações, a distribuição de literatura antinazista ocupou um lugar central. René Bertholet estava associado a um desses movimentos, uma vez que, conforme mencionado durante seu julgamento em Berlim, era membro da Liga Internacional de Luta Socialista (*Internationaler Sozialistischer Kampfbund – ISK*) (Rüther, 1998). Dentro da liga, Bertholet utilizou os pseudônimos Georg Binder e Pierre Robert, sendo este último o nome pelo qual se apresentou ao jornal “Le Peuple” e ao pescador no Lago Léman.¹²

Sob a liderança de Willi Eichler, a ISK intensificou suas atividades de resistência, tornando-se uma organização altamente conspiratória, com cerca de três quartos de seus membros envolvidos em ações ilegais. Para proteger sua identidade, a ISK produziu documentos falsos, empregou pseudônimos e criou palavras-código. Além disso, o grupo alugou apartamentos para reuniões secretas e encenou audiências simuladas para treinar seus membros em possíveis interrogatórios (Lindner, 2006). Foram definidos quatro objetivos centrais para a organização: (1) obtenção e transmissão de informações, tanto oralmente quanto por meio de documentos impressos; (2) elaboração de propaganda para encorajar a oposição ao regime nazista; (3) perturbação das atividades nazistas; e (4) autoproteção do grupo e de seus membros. Esses objetivos visavam minar o regime nazista, fortalecer a resistência e garantir a segurança dos membros da liga.

Conforme Lindner (2006), a primeira ação política da ISK dentro da Alemanha ocorreu no outono de 1933, período em que Bertholet foi preso em Berlim. Nessa época, a ISK distribuiu panfletos ilegais que incentivaram a reconstrução do movimento sindical

ou que traziam dez regras para o trabalho clandestino e dicas para o desenvolvimento do trabalho socialista nas fábricas alemãs. Além das atividades internas, a ISK organizou conferências e produziu documentos no exílio, que eram contrabandeados para a Alemanha, com diretrizes para o trabalho de resistência.

Embora Bertholet tenha conseguido retornar à Suíça após a invasão alemã na França, muitos de seus amigos e colegas sindicalistas permaneceram no país, como Vignaux, e solicitavam ao jornalista o envio de notícias e recortes de jornais suíços que pudessem interessar aos diversos movimentos opostos à política francesa da época. Em um dos interrogatórios pelo qual passou, Bertholet confirmou que em suas viagens carregava uma grande quantidade de recortes de jornais, mas que não sabia exatamente o uso destes impressos, julgava que seriam usados somente para a escrita de alguns artigos por órgãos de resistência clandestinos. No final de 1942, procurou Jean Pittet por meio da recomendação de um amigo, Lugrin, com o intuito de entregar os jornais a um colega em Saboia que poderia redistribuir os jornais.¹³

Interrogador – Você já participou na organização de atos de violência na França?

René – Não, aliás, desaprovo-os.

I. – Você atuou como intermediário entre as pessoas envolvidas em esquemas de sabotagens?

R. – Não.

I. – Você se envolveu em um serviço de inteligência para o benefício de uma potência estrangeira ou uma organização ou partido estrangeiro?

R. – Não.

I. – Por que você deu a Pittet o endereço da família Baumer, Rosenweg, n. 8, em Thun?

R. – Pittet conhecia-me pelo nome de Pierre Robert e não considerei necessário dar-lhe o meu nome e morada. Disse-lhe que se por acaso ele tivesse algo urgente para me dizer que poderia se dirigir aos meus amigos, o Sr. Baumer, em Thun. Esse endereço nunca foi usado por Pittet (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]).

Bertholet foi tratado como uma ameaça à neutralidade suíça por seu envolvimento internacional nos movimentos de resistência.¹⁴ No dia 29 de março de 1943, por decisão do Ministério Público da Confederação, a investigação foi suspensa conforme os artigos 106 e 107 da lei federal de 15 de junho de 1934, já que não havia uma tipificação penal sobre a transmissão não autorizada de impressos (nacionais e estrangeiros) para fora do território suíço.¹⁵

Considerações finais

As estratégias empreendidas por Bertholet e seus colegas contra o regime nazista epitomam um episódio de resistência ativa ao nazismo, por meio de ações clandestinas, como a distribuição de literatura antinazista, a escrita de artigos jornalísticos e o fomento de redes políticas opositoras, como a ISK, uma organização da qual o jornalista esteve envolvido.

Nos casos apresentados, as estratégias incluíram a produção e a definição de rotas para a distribuição de materiais impressos contrários ao regime. Assim, as formas de envio e despacho desses impressos foram diversas, mas exigiram atenção redobrada dos envolvidos em sua transmissão e circulação, especialmente quando o destino pretendido era a Alemanha de 1934 ou a França de 1942. Neste último caso, utilizar um pescador conhecido pelos habitantes locais, que atravessava as fronteiras suíço-francesas sem levantar suspeitas, pode ter sido a forma mais oportuna considerada pelo jornalista. Afinal, quem desconfiaria de Pittet? No entanto, Bertholet não previu que, assim como nas fronteiras terrestres, a vigilância sobre as fronteiras lacustres também se intensificaria com o aumento da fiscalização na França ocupada.

Essas diferentes manifestações de resistência evidenciaram a pluralidade de esforços realizados pelos opositores, uma vez que a investigação das interações entre França, Alemanha e Suíça denotaram a formação de redes de solidariedade que transcenderam fronteiras nacionais e permitiram que jornalistas e ativistas colaborassem em um esforço conjunto para desafiar a narrativa oficial imposta pela influência nazista na Europa. Nesse sentido, as trocas de informações, manifestas em materiais impressos — incluindo a produção de artigos para o periódico *Le Peuple*, panfletos alemães e outros jornais — foram cruciais para o fortalecimento das redes nas quais os jornalistas estiveram inseridos.

Arquivos consultados

Arquivo Federal Suíço – Berna, Suíça (SFA)

Biblioteca Nacional da França – (Gallica), França (BnF)

Referências

ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BESSEL, Richard. *Political violence and the rise of nazism: the stormtroopers in eastern Germany, 1925-1934*. New Haven: Yale University Press, 1984.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BROSZAT, Martin. *The Hitler State*. London: Routledge, 2014.

DER RUPUBLIKANER – Mülhauser Volkszeitung. Estrasburgo: n. 210, 33. Jahrgang, 12 set. 1934.

DEUTSCHLAND. *Deutsches Reichsgesetzblatt*, Teil I, 1867-1945.Nr. 81. Seite 463–469. Berlin, 14 jul. 1933. Disponível em: https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

DEUTSCHLAND. *Deutsches Reichsgesetzblatt*, Teil I, 1867-1945.Nr. 112. Seite 721–727. Berlin, 13 out. 1933. Disponível em: https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

DINICHERT, Paul. Carta Diplomática. 12 set. 1934, Berlim [para] Gabinete do Procurador Federal Suíço, Berna. 6f.

EVANS, Richard. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Crítica, 2017.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Revista Conexão Letras*, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55604. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletas/article/view/55604>. Acesso em: 15 set. 2024.

HOLTMANN, Karen. Die Hochverratsprozesse vor dem Volksgerichtshof. In: HOLTMANN, Karen. *Die Saefkow-Jacob-Bästlein-Gruppe vor dem Volksgerichtshof*. Brill Schöningh: Brill. 2010, p. 97-233.

HUDEMANN, Rainer. A Rosa Branca no contexto da resistência alemã durante o ‘Terceiro Reich’. In: SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 239-258.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 73-100, 2004.

LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5651, 11 jul. 1936.

LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5652, 12 jul. 1936.

LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5653, 13 jul. 1936.

LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5654, 14 jul. 1936.

LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5657, 17 jul. 1936.

LINDNER, Heiner. *"Um etwas zu erreichen, muss man sich etwas vornehmen, von dem man glaubt, dass es unmöglich sei"*: Der Internationale Sozialistische Kampf-Bund (ISK) und seine Publikationen. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 2006.

KERSHAW, Ian. *Popular opinion and political dissent in the Third Reich*, Bavaria 1933-1945. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Relatório do Inspetor Knecht (*Rapport de l'inspecteur Knecht*). Berna, 15 mar.1943.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Autos de audição de Jean Charles Pittet (*Procès-verbal d'audition de Jean Charles Pittet*). Prisão de Aubonne, Aubonne, 18.fev. 1943.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Autos de audição de René Henri Bertholet (*Procès-verbal d'audition de René Henri Bertholet*).Prisão de Aubonne, Aubonne, 23 fev. 1943.

MCDONOUGH, Frank. *Opposition And Resistance in Nazi Germany* (p. 5). Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MORIAUD, Alexandre. [*Correspondência*]. 28 jun. 1943, Genebra [para] Procurador Geral da Confederação, Berna, 2f.

PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. *Historiæ*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 197–228, 2012.

POGGIOLI, Morgan. Entre massification et innovations: La communication de la CGT durant le Front populaire. Propagande, information, communication. Cent ans d'expériences de la CGT. *Institut d'Histoire Sociale de la CGT*, Montreuil, v. 1, p. 1-12, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. *Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2015, v. 1, p. 77-95.

ROUSSO, Henry. *The Vichy Syndrome: History and Memory in France Since 1944*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

RÜTHER, Martin et al. (Ed.). *Deutschland im ersten Nachkriegsjahr: Berichte von Mitgliedern des Internationalen Sozialistischen Kampfbundes (ISK) aus dem besetzten Deutschland 1945/46*. München: Saur Verlag, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHILDE, Kurt. *Vom Columbia-Haus zum Schulenburggring: Dokumentation mit Lebensgeschichten von Opfern des Widerstandes und der Verfolgung von 1933 bis 1945 aus dem Bezirk Tempelhof*. Berlin: Hentrich, 1987.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008.

VAGTS, Detlev. Switzerland, International Law and World War II. *The American Journal of International Law*, 91(3), p. 466–475, 1997.

WACHSMANN, Nikolaus. *Hitler's Prisons-Legal Terror in Nazi Germany*. New Haven: Yale University Press, 2015.

WAGNER, Walter. *Der Volksgerichtshof im nationalsozialistischen Staat*. Erw. Neuausg, München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011.

WÜNSCHMANN, Kim. *Antes de Auschwitz: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições 70, 2016.

Artigo recebido em 15/10/2024

Aceito para publicação em 02/06/2025

Editor (a) responsável: Sofia Zambelli Menck

¹ Resposta do Consulado Suíço em Berlim sobre a solicitação de informações sobre a prisão de René Bertholet na Alemanha.

² As condenações do tribunal foram: quatro anos de prisão (Siegbert Katz), dois anos e meio (René Bertholet), um ano e meio (Wehrmeister), um ano (o filho de Wehrmeister), um ano e nove meses (amigo do filho de Wehrmeister) e um ano e meio (Peters). In: *Ibid*.

³ Trata-se de um sindicato de empregados fundado ainda no fim do século XIX, em Limoges (Poggioli, 2009).

⁴ Para Alain Bihl (1999), o sindicalismo, como fenômeno global do século XX, se dividiu em dois: o sindicalismo social-democrata e o revolucionário. Os dois se diferiram em relação à autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos.

⁵ Para Seligmann-Silva (2008), o testemunho é permeado por um colapso e uma impossibilidade de plena expressão, o que reflete a luta do indivíduo em articular vivências que muitas vezes desafiam a linguagem e a compreensão convencional. Essa dificuldade é acentuada pela necessidade de conciliar a narrativa pessoal do trauma com a memória coletiva, onde o testemunho se torna um espaço de negociação entre a subjetividade do sobrevivente e as exigências sociais de reconhecimento e validação. O gesto testemunhal emerge como um ato profundamente político e social, que transcende a mera narração de eventos, tornando-se um meio vital para a construção de identidades coletivas e a promoção de uma compreensão mais ampla em relação a catástrofes e traumas.

⁶ Maurice Harmel, pseudônimo de Louis Antoine Thomas, foi um jornalista dedicado ao sindicalismo francês. Morreu no campo de concentração de Buchenwald, em 1944.

⁷ Moabit foi o principal destino de pessoas condenadas por atuarem na resistência ao nazismo. Em 1928, Otto Braun foi mandado para a mesma prisão quando acusado de “alta traição à pátria” (Prestes, 2017).

⁸ Como Hudemann pontua, “é importante destacar que mesmo ações que, do ponto de vista atual, não seriam caracterizadas como resistência eram combatidas como tais pela Gestapo e de maneira sempre mais ampla, numa crescente radicalização da violência.”, cf. Hudemann, 2014, p. 250. Para o debate sobre o conceito de resistência e suas formas a partir da historiografia francesa, cf. Rollemberg, 2015.

⁹ Ministério Público Federal - Serviço de Polícia, Suíça (*Ministère Public Fédéral - Service de Police, Suisse*). *Relatório do Inspetor Knecht (Rapport de l'inspecteur Knecht)*. Arquivo Federal Suíço: Berna, 15 mar.1943.

¹⁰ A França durante a Segunda Guerra Mundial foi dividida em duas partes distintas: a França Ocupada, controlada diretamente pelos nazistas, e a França de Vichy, um regime colaboracionista liderado por Philippe Pétain. Em 1942, ano do caso dos impressos no Lago Léman, houve a invasão da “Zona Livre” pela Alemanha, uma parte da França de Vichy que havia sido inicialmente não ocupada, cf. Rousso, 1991.

¹¹ Os artigos mencionados abordavam temas que se opunham diretamente ao regime nazista.

¹² Sobre o registro de agentes e seus pseudônimos, cf. Rüther, 1998. Ainda que os envolvidos não sejam mencionados nos artigos do jornal “*Le Peuple*”, é possível identificá-los conforme o cruzamento com a documentação diplomática do Consulado Suíço de Berlim, como o encontro com Siegbert Katz no apartamento de Berlim. Todos os artigos anteriormente analisados, assinados por Pierre Robert, eram de autoria de René Bertholet.

¹³ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Arquivo Federal Suíço: Autos de audição de Jean Charles Pittet (*Procès-verbal d'audition de Jean Charles Pittet*). Prisão de Aubonne, Aubonne, 18.fev. 1943.

¹⁴ Apesar de a defesa da neutralidade ter sido uma prioridade na política nacional desde o século XIX, no início dos anos 1940, a Suíça constituiu reservas monetárias de ouro provenientes dos bancos centrais de países sob controle nazista. Sobre o posicionamento internacional da Suíça durante a Segunda Guerra, cf. Vagts, 1997.

¹⁵ Em relação à quantia em ouro encontrada em seu barco, Pittet se defendeu dizendo que passou por uma situação semelhante ao caso dos impressos: um homem, chamado Pierre Barbey, bateu na porta de sua casa e pediu-lhe que enviasse um pacote para a zona francesa. Este último também foi identificado e preso pelas autoridades suíças. Em uma correspondência datada de 29 de junho de 1943 para o Ministério Público Federal, Alexandre e David Moriaud, advogados do caso de Pittet, garantiram que Pierre Barbey havia pagado a multa imposta sobre o tráfico do ouro. O material foi detido pela Inspeção Territorial I e posto à venda para o Banco Nacional Suíço. Jean Pittet foi absolvido das acusações, cf. MORIAUD, Alexandre. **[Correspondência]**. 28 jun. 1943, Genebra [para] Procurador Geral da Confederação, Berna, 2f.

ENTRE OS CONFLITOS E A COOPERAÇÃO: As Migrações Bárbaras e sua Interação com o Império Romano no Século IV E.C.

BETWEEN CONFLICTS AND COOPERATIONS: Barbarian Migrations and their Interaction with the Roman Empire in the 4th Century C.E.

Jéssica da Costa Minati Moraes¹

Resumo: Neste trabalho temos como objetivo definir e discutir as migrações bárbaras, especificamente dos godos, no século IV da Era Comum, chegando ao evento que culminou o assentamento desses povos no território romano, sob Teodósio I (347-395), na condição de *foederati*, e como o desenvolvimento dessa relação culminou ora em conflitos, e ora em cooperação entre os bárbaros e os romanos. Para nossa análise, utilizaremos passagens da obra *Getica*, escrita pelo historiador de origem gótica Jordanes, que viveu no século VI E.C. Esta obra conta sobre a história e os feitos dos godos, dando ênfase na complexidade do relacionamento romano-bárbaro. Visamos mostrar com as migrações bárbaras não foram a razão de um colapso romano, mas sim um elemento que transformou as concepções de identidade e fronteiras nos estudos da Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Migrações, Bárbaros, Antiguidade Tardia, Império Romano, Jordanes.

Abstract: In this paper, we aim to define and discuss the barbarian migrations, specifically of the Goths, in the 4th century of the Common Era, culminating in the event that led to the settlement of these peoples in Roman territory, under Theodosius I (347–395) as *foederati*, and how the development of this relationship resulted in alternating conflicts and cooperation between the barbarians and the Romans. For our analysis, we will use passages from the work *Getica*, written by the Gothic-origin historian Jordanes, who lived in the 6th century C.E. This work recounts the history and deeds of the Goths, emphasizing the complexity of the Roman–barbarian relationship. We aim to show that the barbarian migrations were not the cause of the Roman collapse, but rather an element that transformed conceptions of identity and borders in studies of Late Antiquity.

Keywords: Migrations, Barbarians, Late Antiquity, Roman Empire, Jordanes.

Introdução

Os processos de deslocamento e migrações têm sido uma constante na experiência humana ao longo de milhares de anos, impulsionados por uma variedade de motivações, incluindo conflitos bélicos, fatores políticos, pressões climáticas, escassez de alimentos, entre outros. Desde os estudos sobre povos nômades na pré-história, podemos observar a necessidade intrínseca do ser humano de se deslocar quando um determinado território já não oferece condições favoráveis para sua subsistência, sobrevivência e progresso.

Estudos indicam que a dispersão e o deslocamento dos seres humanos tiveram início a partir do continente africano, marcando também o começo do processo evolutivo

¹ Mestranda em História Antiga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca). E-mail: jessica.cm.moraes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2981-0472>. Bolsista FAPESP (processo nº 2024/01938-7).

da espécie humana (Elhajji, 2014, p. 146). Nesse contexto, destaca-se a notável capacidade adaptativa do *Homo erectus*, que desenvolveu diversas mutações para se ajustar aos diferentes ambientes climáticos. Este processo de adaptação climática combinado com o desenvolvimento da espécie humana contribuiu para que fosse abandonado o nomadismo e o homem se tornasse sedentário, podendo construir, criar animais e desenvolver outros aspectos do sedentarismo. É claro que em determinados momentos ou situações, era necessário o deslocamento, então, iniciava-se novamente o processo de assentamento.

Na Europa, os primeiros seres humanos chegaram aproximadamente há quarenta mil anos, provenientes da Ásia Central e do Oriente Médio. Portanto, o movimento migratório humano na Europa não era nada novo ou sem precedentes durante o período da Antiguidade Tardia, caracterizado por uma série de deslocamentos e migrações dos chamados povos “bárbaros”¹.

A Antiguidade Tardia, cronologicamente inserida entre os séculos III e VIII da Era Comum², como proposto pelo historiador irlandês Peter Brown em sua obra seminal *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*, publicada em 1972. Essa periodização é amplamente aceita por historiadores como Averil Cameron (2012), Stephen Mitchell (2015), Edith Gillian Clark (2011). Marcelo Cândido da Silva destaca que a Antiguidade Tardia represente um elo entre a Antiguidade e o Medievo, embora possua características distintivas que a definem (2008, p. 57). Wendy Mayer enfatiza que o período tardo-antigo deve ser compreendido como uma fase de mudanças e transições (2009, p. 11).

Em consonância com as perspectivas de Mayer, os estudos conduzidos por Renan Frighetto (2006, 2010, 2021), um destacado historiador brasileiro, ressaltam a importância de entender a Antiguidade Tardia como um período marcado por significativas transformações em múltiplos âmbitos: político, religioso, cultural e institucional. Frighetto enfatiza que esse período é caracterizado não somente por mudanças, mas também por continuidades, resultando em uma constante tensão e conflitos que moldaram o Império Romano de maneiras diversas. Além da dimensão temporal, é crucial considerar a Antiguidade Tardia sob uma ótica geográfica, uma vez que essas mudanças e continuidades não foram uniformemente distribuídas por todo o território da Europa, Ásia e Oriente. Nesse contexto, para os propósitos desse estudo, não nos deteremos nas distintas características regionais do período, embora seja relevante reconhecê-las devido à importância histórica do período.

Um elemento central nas narrativas da Antiguidade Tardia é a presença dos povos “bárbaros”. O termo ‘bárbaro’ tem suas raízes na cultura grega onde era utilizado para referir-se a indivíduos que não eram de origem grega ou não falavam o idioma grego (Goffart, 1980, p. 277; Halsall, 2007, p. 45-47). Em diversos contextos, o termo ‘bárbaro’ é empregado pejorativamente, carregando consigo preconceitos e estereótipos associados a um povo considerado primitivo, selvagem, corrupto, incivilizado, entre outros adjetivos negativos. Estudos recentes sobre a Antiguidade Tardia buscam desafiar esse estereótipo, argumentando que os “bárbaros” não foram a causa exclusiva da decadência e do colapso romano, termos que também não concordamos, pois também se trata de uma espécie de estereótipo historiográfico (Frighetto, 2010, p. 112). Conforme veremos, os “bárbaros” não somente contribuíram para a preservação de aspectos políticos, legais e culturais do Império Romano, mas também buscaram assimilar sua cultura (Silva, 2008, p. 58).

Além disso, evitaremos o uso do termo ‘germânico’, uma vez que suas conotações remontam a ideias que surgiram no século XIX que foram instrumentalizadas por regimes autoritários do século XX em uma tentativa de promover uma noção de ‘germanidade’. Ao nos referirmos aos povos “bárbaros” como germânicos ou tribos germânicas, arriscamos negligenciar sua diversidade étnica e suas características distintivas, reduzindo assim grupos diversos a uma única categoria (Halsall, 2007, p. 458; Cameron, 2012, p. 39).

A interação entre os “bárbaros” e os romanos existiam há muito tempo. Há relatos que nos levam até o início do primeiro século da Era Comum, durante os governos de Tibério (42 a.E.C.-37) e Marco Aurélio (121-180), já no segundo século (Williams e Friell, 2005, p. 68). Durante o governo do imperador Constantino I (272-337), observamos mudanças significativas na organização militar romana, incluindo a incorporação de “bárbaros” nas legiões romanas, especialmente nos exércitos móveis. Desde a composição das tropas auxiliares, sempre houve uma presença significativa de não-romanos, especialmente aqueles desprovidos de cidadania romana. Posteriormente, como evidenciado, as tropas auxiliares passaram a ser compostas por um contingente considerável de “bárbaros” (Liebeschuetz, 1990, p. 7).

A partir do século IV, evidencia-se uma intensificação da interação e integração entre os “bárbaros” e os romanos, destacando-se os godos, também conhecidos como góticos. Notavelmente, as incursões “bárbaras” no território romano, anteriormente consideradas pacíficas, passaram a ser marcadas por um aumento da violência e dos conflitos bélicos (Carlan, 2012, p. 198).

Para a análise e construção deste trabalho, adotaremos elementos da análise de conteúdo categorial proposta por Laurence Bardin (2011). Esta abordagem envolve a seleção e catalogação das passagens da *Getica*, obra do historiador Jordanes (século VI), que tratam da presença, inserção e movimentações dos povos “bárbaros” durante os governos do imperador Teodósio I (347-395) e de seus filhos, Arcádio (377-408) e Honório (384-423). Tais passagens serão incorporadas ao texto para fundamentar nossa análise.

Dois conceitos fundamentais para nossa investigação são fronteira e identidade, conforme propostos por Norberto Guarinello (2010) e François Hartog (2014), respectivamente. Esses conceitos lançam luz sobre os processos de inclusão e exclusão dos “bárbaros”, tanto em termos de fronteiras sociais quanto físicas, e sobre as noções de identidade na Antiguidade Tardia. Além disso, nossa análise também se beneficia das contribuições de Janet Huskinson para compreender as complexidades relacionadas à identidade, considerando que a inserção dos “bárbaros” na sociedade romana envolvia tanto a observação e percepção do outro quanto a diversidade de experiências identitárias (2000, p. 6).

Migrações, invasões e fronteiras: definições necessárias

Não visamos negar a ocorrência de diversas incursões às fronteiras do Império Romano; no entanto, é igualmente inviável afirmar que todo o deslocamento de “bárbaros” constitui uma invasão. A questão reside em desmistificar o estereótipo de que a entrada dos “bárbaros” no território romano foi a única responsável pela corrupção, pelo colapso e suposto ‘fim’ ou ‘queda’ de Roma, em 476. Também não aspiramos endossar a concepção de uma crise do terceiro século, que supostamente culminou nos eventos de 476, mas sim demonstrar que as transformações políticas foram determinantes para esses e outros desdobramentos, absolvendo os “bárbaros” da culpa por todos os aspectos negativos da Antiguidade Tardia (Halsall, 2007, p. 166; Carrié, 2021, p. 15).

A noção de uma crise no século III foi inicialmente corroborada pela arqueologia, uma vez que havia uma notável escassez de vestígios urbanos. Assim, os arqueólogos interpretaram essa ausência como evidência de uma crise generalizada. Entretanto, Carrié argumenta que as crises no século III assumiram naturezas diversas, pois esse período também foi marcado por consolidações e sacralizações do poder. Portanto, embora tenham ocorrido instabilidades políticas, institucionais, militares e financeiras, os

elementos de continuidade prevaleceram sobre os de ruptura, que só se tornaram mais evidentes no final do século V (2021, p. 20-22).

Em primeiro lugar, é fundamental compreender o conceito de migração, definida como o deslocamento de pessoas dentro em um espaço geográfico, motivado por questões econômicas, naturais, culturais, religiosas e políticas. Existem quatro tipos principais de migração: a migração interna, onde os indivíduos se deslocam dentro de seu território nacional; a migração externa, que envolve deslocamentos para fora de seu território nacional; a migração sazonal, ocorre por um período específico; e a migração permanente, na qual os indivíduos se estabelecem permanentemente no local para onde migraram³.

A migração se distingue da imigração, uma vez que essa última implica que os indivíduos entram em outro país para residir. Optaremos por não utilizar esse termo para descrever os deslocamentos “bárbaros” por duas razões principais. Em primeiro lugar, o Império Romano não se configurava como um país ou um estado consolidado, e, em segundo lugar, as fronteiras durante a Antiguidade Tardia não eram claramente delimitadas. Além disso, o território italiano em si só se consolidou como um estado nacional no século XIX, enquanto outros países europeus começaram esse processo a partir do século XVI. Por essas razões, preferimos utilizar somente o termo “migração”. Considerando essas questões, é possível hipotetizar que, do ponto de vista contemporâneo, os “bárbaros” experimentaram os quatro tipos de migrações descritas durante seus deslocamentos.

Por outro lado, as invasões são definidas como ações de cunho militar que adentram em território controlado, motivadas por conquistas territoriais. Embora essa definição seja contemporânea, algumas das movimentações bárbaras podem ser pensadas sob essa mesma ótica. Como mencionado anteriormente, não negamos a ocorrência de invasões, mas propomos observar esses movimentos sob uma perspectiva diferente.

A temática das migrações, imigrações e deslocamentos populacionais é extremamente relevante atualmente, considerando as diversas movimentações de grupos ou indivíduos que buscam fugir de suas realidades, seja por motivos climáticos, religiosos, guerras ou em busca de melhores condições de vida. No entanto, esses imigrantes e migrantes frequentemente enfrentam não somente as dificuldades esperadas no processo de deslocamento, como questões relacionadas a passaportes e vistos, mas também uma crescente xenofobia por parte de alguns grupos.

Na Europa, por exemplo, há uma aversão significativa a grupos de muçulmanos e africanos, enquanto na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, existe historicamente um preconceito direcionado aos mexicanos, que recentemente se estendeu

a todos os latino-americanos. No Brasil, observamos aversão a alguns grupos específicos, especialmente alimentada pelos discursos da extrema-direita contra os venezuelanos. Além disso, há xenofobia direcionada de brasileiros do eixo sudeste-sul, tratando os nordestinos e nortistas de forma pejorativa e xenofóbica. Assim, discutir migrações e deslocamentos populacionais, mesmo em um período tão distante de nosso presente, é um tema de extrema atualidade.

No texto de Amit Kumar Mishra, observa-se uma crítica ao eurocentrismo, destacando que as migrações dos europeus eram muitas vezes consideradas legítimas, especialmente durante o século XIX e início do século XX, enquanto as migrações de outros povos eram vistas com desdém. O autor ilustra essa disparidade com o exemplo das migrações asiáticas e africanas, que frequentemente são desvalorizadas, enquanto as migrações europeias brancas tinham como objetivo uma mudança em suas condições e destino (2018, p. 201).

A aproximação do texto de Mishra com as migrações bárbaras revela um viés *romanocêntrico*⁴, no qual qualquer povo das fronteiras ou de localizações mais distantes que tentasse entrar no território romano era rotulado como “bárbaro” e invasor, enquanto era considerado natural e aceitável que um romano se deslocasse de grandes centros políticos como Roma, Constantinopla ou Antioquia, por exemplo, para se estabelecer em outras localidades, dentro ou fora das fronteiras do império.

Além disso, é particularmente complexo discutir as fronteiras do Império Romano na Antiguidade Tardia, especialmente porque, neste período, as fronteiras eram normalmente delineadas pelos cursos dos rios, sem linhas imaginárias ou muralhas que separassem as províncias e dividissem o império de outros territórios não romanos (Heather, 2005, n.p.; Mitchell, 2015, p. 117). Podemos, portanto, afirmar que essas fronteiras eram, ao mesmo tempo, imaginárias, políticas e administrativas.

Os romanos tardo-antigos não possuíam a concepção de mapa-múndi que temos hoje, e as fronteiras, como dito anteriormente, eram definidas a partir dos cursos dos rios como o Danúbio, que atravessa grande parte da Europa, o Reno, que tem origem nos Alpes Suíços, o Sena, que passa por Paris, e o rio Pó, que corta a Itália, entre outros. Montanhas, como os Alpes Suíços, os Apeninos e os Alpes Cócios, também auxiliavam na delimitação territorial e na localização.

Entendemos também que muitas das fronteiras presentes no Império Romano eram sociais e promoviam a inclusão ou exclusão de determinados povos por diferentes motivos. A questão cultural desempenha um papel crucial nesse processo. Conforme Hartog destaca, a proximidade espacial pode resultar em um grande distanciamento

cultural (2014, p. 148). Acreditamos que esse tenha sido o caso no início do assentamento dos “bárbaros”, pois, apesar da proximidade territorial, eles se viam de maneira muito diferente em relação aos romanos. E os romanos também possuíam essa mesma percepção.

Segundo Hartog, a diferença entre grupos ou indivíduos se torna interessante do ponto de vista do observador quando esses grupos entram em um mesmo sistema que exige convivência. O autor mesmo nos transmite o exemplo dos gregos e dos “bárbaros”, no início dos contatos da cultura grega com outros povos (2014, p. 243).

Entre a obra e o autor: a Getica de Jordanes

Antes de nos determos no contexto histórico e as discussões adicionais, devemos falar sobre a documentação selecionada para a análise e desenvolvimento deste trabalho, a obra do historiador Jordanes, intitulada *De Origine Actibusque Getarum* ou Sobre a origem e os feitos dos Getas, mas comumente conhecida como *Getica*. O conteúdo da obra, como o próprio título indica, aborda a origem dos getas ou godos até o tempo presente de Jordanes. Walter Goffart nos esclarece que os vocábulos getas e godos referem-se à mesma etnia “bárbara”, apesar da grafia diferente (1988, p. 20). Jordanes era um homem do sexto século, presumivelmente de origem gótica, que atuou como *notarius* de um general “bárbaro” chamado Guntige ou Baza, que ocupava o cargo de *magister militum*, ou seja, o mestre dos soldados (Doležal, 2014, p. 147). Além da *Getica*, Jordanes escreveu outra obra neste período, intitulada *Romana*, na qual pretendia relatar a história e os feitos dos romanos.

Conforme apontado por Otávio Luiz Pinto (2016 e 2017), Jordanes teria redigido suas duas obras entre 551 e 552. Esta ideia é corroborada por diversos pesquisadores, incluindo Brian Croke (2005), Lieve Van Hoof e Peter Van Nuffelen (2017). O próprio Jordanes sugere o período de composição de sua obra ao incorporar elementos contemporâneos, como o nascimento de Germano (550-551), que recebeu o nome de seu pai, Germano (século VI-551), primo de Justiniano, e Matasunta (518-551), neta de Teodorico, o rei ostrogótico (*Jord. Get.* 60.314).

Quanto à *Getica*, sabe-se que foi escrita entre 550 e 551 e tinha como objetivo ser um compêndio de uma obra sobre os godos escrita Cassiodoro (490-581). Jordanes menciona um contato rápido com essa obra, de aproximadamente três dias, porém é importante ressaltar que a *Getica* não é uma simples cópia do trabalho de Cassiodoro. No processo de composição, o autor acrescentou suas próprias palavras e recorreu a outros

autores gregos e latinos (Van Hoof e Van Nuffelen, 2017, p. 10; Croke, 2005, p. 474; Goffart, 1988, p. 97). Além disso, ao utilizar uma variedade de autores, Jordanes demonstrou habilidade em trabalhar com diversas fontes, não se limitando a somente reproduzir o trabalho de Cassiodoro (O'Donnell, 1982, p. 228).

A obra foi originalmente escrita em latim e há críticas consideráveis dos historiadores contemporâneos em relação ao latim de Jordanes. Contudo, acredita-se que o latim fosse o terceiro idioma do autor, sendo que ele possuía maior fluência em grego e em algum idioma gótico. O latim era necessário para o seu trabalho como *notarius*, ou seja, uma espécie de secretário, uma vez que, apesar da predominância do grego no Império Oriental, o latim ainda era o idioma oficial no exército (Croke, 1987, p. 117; Van Hoof e Van Nuffelen, 2017, p. 2; Pinto, 2016, p. 41). Portanto, presume-se que o latim escrito por Jordanes fosse uma forma coloquial do idioma, semelhante àquela falada por ele.

A *Getica* é descrita por Peter Van Nuffelen e Lieve Van Hoof como um epítome, ou seja, é uma versão abreviada ou condensada de uma obra mais extensa. Neste caso, trata-se de um resumo dos doze livros de Cassiodoro sobre os godos (2020, p. 31). A obra de Jordanes tem sido amplamente estudada por diversos autores, o que provavelmente se deve à sua característica única de relatar a história de um povo “bárbaro” de grande relevância no contexto da Antiguidade Tardia. No início da *Getica*, o próprio Jordanes oferece algumas informações sobre o contexto em que a obra foi escrita e os motivos que o levaram a compô-la. Ao analisar o texto, encontramos a dedicatória no primeiro trecho a dedicatória da obra (Liebeschuetz, 2015, p. 135):

Eu desejo de viajar a favor da corrente em meu pequeno navio, explorar a costa de um litoral tranquilo e, como se diz, colher pequenos peixinhos nas piscinas dos antigos, irmão Castálio, e me compeles a abrir velas rumo ao alto mar e a abandonar a pequena obra que tenho entre as mãos — ou seja, a abreviação das crônicas. Persuades-me a resumir neste pequeno livro, com palavras minhas, os doze volumes do Senador sobre os feitos dos godos desde os tempos antigos até o presente, percorrendo as gerações e reis (*Jord. Get.* 1).

Também realizamos uma busca visando identificar quem seria este amigo de Jordanes. Contudo, assim como diversos autores em nossa bibliografia, não conseguimos encontrar informações a respeito deste homem. Sabemos somente seu nome, que ele desejava conhecer melhor a história dos godos e que, possivelmente, sabia que Cassiodoro havia escrito uma obra sobre esses povos. Além disso, ao chamar Castálio de irmão, presumimos que ele possuía um vínculo estreito de amizade com Jordanes.

Em relação à estrutura da *Getica*, a obra é dividida em 60 capítulos, abrangendo 316 tópicos. Jordanes aborda as supostas origens geográficas dos godos na Escandinávia, suas migrações pela Europa e a sua história como um povo unido até o final do quarto século. Após esse período, os godos se dividiram em dois grupos: os visigodos e os ostrogodos, o que também levou Jordanes a dividir sua narrativa, tratando separadamente a história desses dois grupos. É importante destacar que os visigodos se estabeleceram principalmente na região provincial da Hispânia, enquanto os ostrogodos se estabeleceram na península itálica (Goffart, 2006, p. 61; Liebeschuetz, 2015, p. 104; Dörler, 2020, p. 125-126; Croke, 1987, p. 122-123).

Sabemos pouco sobre a vida de Jordanes. No entanto, o próprio autor revela algumas informações sobre si e sua família em partes da obra. As datas exatas de seu nascimento e falecimento permanecem desconhecidas, o que nos leva a afirmar somente que Jordanes nasceu, viveu e faleceu durante o século VI da Era Comum. Quanto à sua origem, presume-se que ele tenha ascendência gótica, embora a região exata de onde veio seja incerta. Otávio Luiz Pinto explora a possibilidade de Jordanes ter uma ascendência herúlea, especialmente porque, em seus escritos, ele menciona somente o pai e o avô, sem fazer referência à mãe (Doležal, 2014, p. 153; Pinto, 2017, p. 203, 208-209). Stanislav Doležal sugere que Jordanes possa ter nascido em algum lugar da Trácia ou da Ilíria (2014, p. 145), enquanto Thomas Lawrence argumenta que suas raízes bárbaras podem ter origem em tribos estabelecidas na Cítia Menor e Baixa Moésia (2013, p. 3623-3624). O pai de Jordanes é mencionado como Alanoviiamuth ou Alanoviamute, sugerindo uma possível uma origem alana devido ao prefixo em seu nome.

Bárbaros e romanos: identidade, alteridade e assimilação

Os godos, anteriormente conhecidos como grutungos e os tervíngios, eram grupos que se haviam separado séculos antes durante suas migrações na região do Mar Negro. O grande deslocamento que desencadeou um conflito posterior, foi a tentativa de fuga e refúgio dessas tribos diante da ameaça e pressão militar dos hunos, que, vindos das estepes da Rússia, causavam mortes, pilhagens e destruição (Halsall, 2007, p. 170; Frighetto, 2012, p. 124).

Durante o século IV, houve um significativo deslocamento de “bárbaros”, quando alguns grupos tentaram atravessar o território romano sob a liderança do líder tervíngio Fritigerno (século IV-século IV). Fritigerno realizou diversas negociações políticas e diplomáticas para que os tervíngios fossem assentados na região da Mésia. A negociação

com o imperador Valente (328-378) foi bem-sucedida, e os tervíngios iniciaram seus processos de assentamento no território romano. No entanto, os grutungos não receberam a mesma permissão (Halsall, 2007, p. 176).

O Império Romano permitiu que os godos entrassem em seu território na região dos Bálcãs, considerando que esses povos poderiam auxiliar na defesa das fronteiras, especialmente tendo em vista a movimentação dos hunos pelo território europeu, que ameaçava chegar às fronteiras romanas. Assim, ter os “bárbaros” ali seria de grande ajuda estratégica. Por esta razão, Carlos Machado afirma que os “bárbaros” foram rapidamente cooptados como um elemento central da política militar imperial (2015, p. 95). Para Heather, inicialmente a migração dos “bárbaros” não era vista como algo preocupante (2005, n.p.)

Naturalmente, a presença bárbara não era unanimemente aceita pelos romanos. Muitos desconfiavam da natureza desses povos e acreditavam que, a qualquer momento, iriam romper o acordo feito com o imperador Valente e iniciar a pilhagem e a violência. Os clérigos também não aprovaram a presença dos “bárbaros”, pois naquele momento o credo niceno era seguido em todo o império, e os godos praticavam a sua própria religião ou haviam se convertido ao cristianismo ariano (Cameron, 2012, p. 22). O arianismo, uma visão antitrinitária atribuída a Ário (350-336), presbítero de Alexandria, contestava a consubstancialidade entre Deus e Jesus, questionando a natureza divina de Cristo e defendendo a unicidade de Deus (Kazhdan, 1991a, p. 167). Em contrapartida, o credo niceno proclamava a consubstancialidade entre Jesus Cristo e Deus, reconhecendo a divindade do Filho e a crença no Espírito Santo. Esta fé é mantida até hoje pelos católicos, expressa na oração do Credo (Kazhdan, 1991b, p. 1464-1465).

Diante dessa desconfiança e pouca aceitação dos “bárbaros”, dois personagens se destacam na eclosão dos conflitos entre godos (tervíngios) e romanos: os oficiais romanos Lupicínio (século IV) e Máximo (século IV). Além dos maus-tratos sofridos, houve abusos em relação às cobranças de impostos e ao compartilhamento de suprimentos com os “bárbaros”. Podemos imaginar que esses povos, que já migravam sob uma grande pressão militar, estavam em constante tensão, e por isso não puderam suportar a pressão romana. Alguns autores relatam que os oficiais romanos citados tentaram assassinar o líder tervíngio, além de praticar extorsão e escravização de crianças (Halsall, 2007, p. 178; Frighetto, 2012, p. 124-125).

Durante a chamada Guerra Gótica, que aconteceu entre 376 e 382, a batalha de Adrianópolis em 378 foi decisiva para o início do processo de integração dos “bárbaros”, especialmente os godos, no território romano. Os imperadores costumavam participar

ativamente nos campos de batalha, e durante esse ocorrido, o imperador Valente foi morto, com outros vinte mil soldados romanos, segundo as estimativas dos historiadores antigos (Wood, 2018, p. 522; Frighetto, 2012, p. 125). Em resposta, o imperador ocidental Graciano (359-383), declarou que Flávio Teodósio seria o imperador oriental, pois, em meio a uma batalha como essa, era muito arriscado deixar o governo do oriente sem um imperador. Flávio Teodósio ficou conhecido posteriormente como Teodósio I ou Teodósio, o Grande (Curran, 2008, p. 101; Mitchell, 2015, p. 86-87).

O imperador Teodósio I nasceu na Hispânia, em uma cidade chamada Coca ou Cauca. Era filho de um alto oficial também chamado Teodósio (século IV-376), morto pelo imperador Valentiniano I (419-455) sob suspeita de traição. É considerado pela historiografia como o último imperador a governar o Império Romano unificado, pois no ano de sua morte, em 395, ocorreu a divisão administrativa entre seus filhos, Arcádio e Honório (Bury, 2012, n.p.; Frighetto, 2012, p. 125).

Além de seus dois sucessores, Teodósio I teve uma filha com sua primeira esposa, Élia Flacila (século IV-386), chamada Pulquéria (379-386), ambas faleceram em 386. Com sua segunda esposa, Gala (370/375-394), teve três filhos, dois deles faleceram jovens, Graciano (século IV) e João (século IV), e a filha Gala Placídia (392-450), que aparecerá em nossa narrativa posteriormente. Teodósio I também é lembrado pelo Édito de Tessalônica, promulgado em 380, que instituiu a religião cristã como a religião oficial do Império Romano, abrindo caminho para a ampla cristianização dos territórios romanos (Curran, 2008, p. 101; Mitchell, 2015, p. 90).

Antes de se tornar imperador, Teodósio foi nomeado *magister equitum*, ou mestre da infantaria, recebendo a missão de tentar conter a destruição causada pelos godos na região dos Bálcãs. Teodósio possuía, segundo os relatos dos autores antigos, ótima habilidade militar, o que garantiu, posteriormente, a sua escolha como imperador oriental (Frighetto, 2012, p. 125).

Retornando, então, a 378, os godos decidiram atacar Adrianópolis, pois nesta cidade o império armazenava o tesouro imperial que seria utilizado para custear uma campanha militar contra os sassânidas. Lá, também se encontravam aproximadamente sete legiões romanas. O imperador Valente foi surpreendido pela movimentação dos godos, pois estava na cidade de Antioquia planejando e se preparando para essa campanha militar já citada. Sem os reforços que seriam enviados por Graciano, as legiões comandadas por Valente enfrentou os godos, em uma batalha composta por diversas fases, mas o massacre das legiões romanas ocorreu e nem o imperador pôde escapar (Halsall, 2007, p. 178-180; Frighetto, 2012, p. 125).

Após a morte do imperador Valente, os godos decidiram saquear Adrianópolis, sabendo que o tesouro estava armazenado na cidade, e depois iniciar o caminho até Constantinopla. Mas na cidade, encontraram grande resistência de tropas romanas, que guardavam a cidade, e da população que também participou da defesa. Não conseguindo entrar em Adrianópolis e sofrendo baixas expressivas, os godos abandonaram o plano de saquear a cidade e o sonho de conquistar Constantinopla estava adiado (Halsall, 2007, p. 178-180).

A consequência imediata da batalha foi a escolha de Teodósio I como imperador, por Graciano, mas outras consequências, como uma baixa no número de soldados no exército romano e a facilidade com que os hunos conseguiram cruzar as fronteiras, foram só observados algum tempo depois. O problema do exército seria resolvido com a inserção dos “bárbaros” no contingente do exército, mas os hunos ainda causariam problemas em território imperial, especialmente sob o comando de Átila.

E assim que Teodósio I se tornou imperador em 379, tratou imediatamente de organizar o exército, buscando uma descentralização geoestratégica do alto comando militar e uma nova campanha militar contra os godos, decidido a encerrar o conflito que se arrastava há pelo menos três anos, com muitas baixas romanas e cidades abandonadas por medo dos cidadãos (Halsall, 2007, p. 180-181; Vescia, 2024, p. 297). De acordo com Jordanes,

para o lugar de Valente, o imperador Graciano, seu tio, escolheu Teodósio, da Hispânia, para o principado do Oriente. A disciplina militar logo passou para um nível melhor. O rei godo, percebendo que a covardia e a indolência dos imperadores anteriores haviam sido repostas, temeu, pois o imperador de aguda engenhosidade era famoso pela virtude e pela prudência. Por meio de preceitos severos, da generosidade e da gentileza, ele fez um exército decaído retomar a coragem (*Jord. Get.* 27.139).

Em 381 ou 382, o imperador finalmente derrotou os godos e negociou um tratado de paz com o substituto de Fritigerno, um homem chamado Atanarico (318-381). Nesta negociação, os godos retornavam a sua condição de *foederati* (Goffart, 1980, p. 288-291). É importante ressaltar que os godos não eram os únicos *foederati* neste período, uma vez que os romanos também possuíam acordos com outros “bárbaros”, como os francos, por exemplo (Halsall, 2007, p. 180-181). Na condição de *foederati*, os “bárbaros” tornavam-se aliados do império romano e poderiam se estabelecer em assentamentos nas localidades indicadas pelo imperador, e em alguns casos, foram fornecidas terras, dadas a esses “bárbaros”, para que auxiliassem o exército romano. Além disso, o império também se comprometia a fornecer comida e dinheiro (Halsall, 2007, p. 180-181). Esta era a forma

mais fácil de lidar com a presença dos “bárbaros” no território imperial, pois era possível tem algum controle sobre as populações.

De acordo com Jordanes, o imperador Teodósio I gostava muito dos “bárbaros”, e a guerra foi necessária para o acordo poder ser firmado, trazendo paz, cooperação e boa convivência entre romanos e “bárbaros”:

Quando, depois disso, Teodósio recuperou-se e descobriu que o imperador Graciano havia celebrado o tratado entre godos e romanos que ele próprio desejava, ficou de ótimo humor e ele próprio concordou com essa paz. Ao rei Atanarico, que então havia sucedido Fritigerno, aliou-se dando presentes e, com os seus modos amabilíssimos, convidou-o para que viesse até si em Constantinopla (*Jord. Get.* 28.142).

Ao que parece, Teodósio I desenvolveu um relacionamento especial com Atanarico, tratando-o com honras quase romanas quando o líder godo faleceu:

Entusiasmado por tal admiração e coberto de honrarias conferidas pelo imperador, em poucos meses deixou a nossa luz. O imperador tinha tanta afeição por ele que quase o honrou mais após a morte do que em vida: deu-lhe uma sepultura digna e ele próprio caminhou à frente do caixão no funeral (*Jord. Get.* 28.144).

Esse tratamento impressionou muito os godos, que decidiram se juntar a Teodósio I e servir ao seu exército:

Quando Atanarico morreu, todo o seu exército continuou a serviço do imperador Teodósio, tornando-se como um único corpo com os soldados sob as ordens do Império Romano. Aquela antiga aliança sob Constantino foi renovada e eles foram chamados de 'federados' (*Jord. Get.* 28.145).

Como podemos observar neste trecho de Jordanes, o número de godos presentes no exército romano era muito alto, especialmente porque com a condição de *foederati*, um dos compromissos desses povos com o império era o serviço militar. É por isso que observamos depois deste período, muitos generais proeminentes de origem “bárbara”, a saber: Estilício (359-408), Gainas (século IV-400), Alarico (370-410), entre muitos outros. Sabemos que, além da presença dos “bárbaros” nas legiões romanas, havia legiões inteiras somente com “bárbaros”, e que a presença desses povos trouxe algumas inovações para o exército romano, como algumas táticas e armamentos (Carvalho e Gonçalves, 2012, p. 205).

Entre esses generais proeminentes, é interessante o papel de Alarico, que ganhou poder e confiança como comandante, mas também foi capaz de reunir um grande exército de godos e outros “bárbaros” que se juntaram a ele. Agora, já encontramos uma divisão

entre os godos, que se tornaram visigodos e ostrogodos. Alarico serviu durante o governo de Teodósio I, onde, aparentemente, as relações romano-bárbaras estavam em harmonia. Com a morte do imperador e a ascensão de seus filhos ao poder, mas controlados por regentes, Estilício, Rufino (335-395) e Eutrópio (século IV-399), o poder político romano sofreu modificações e o relacionamento entre o poder imperial e os “bárbaros” estremeceu. Sobre isso, Jordanes afirma que

mais tarde, quando Teodósio, amante da paz e da linhagem dos godos, deixou as coisas humanas, os seus filhos, vivendo luxuosamente, deram início à ruína de ambas as Repúblicas e privaram os seus auxiliares, ou seja, os godos, dos donativos costumeiros. Não demorou para que o desgosto dos godos crescesse. Temendo que a sua coragem fosse dissolvida por uma longa paz, os godos escolheram Alarico para reinar sobre si (*Jord. Get.* 29.146).

Entre os anos 397 e 401, não temos notícias dos movimentos e feitos de Alarico, mas ele deve ter aproveitado sua posição como oficial para reunir e equipar seu exército. Neste processo, Alarico teve a percepção de que ele e seus aliados poderiam ter um território próprio, sem depender da posição de *foederati* e das cessões de terra dos romanos (Bury, 2012, n.p.):

Pouco depois, quando Alarico foi tornado rei, ele deliberou com os seus homens, convencendo-os a buscar um reino com as próprias mãos em vez de se submeter, por indolência, a estrangeiros. Reunido o exército, durante o consulado de Estilício e Aureliano, ele entrou numa Itália quase vazia de homens pela Panônia, tendo Sirmio à sua direita. Quase não encontrando resistência, ele avançou até a ponte do rio, onde ficava o terceiro miliário a partir da cidade régia de Ravena (*Jord. Get.* 29.147).

Alarico foi escolhido como rei desse grupo dos visigodos, e passou a fazer diversas exigências de ouro e suprimentos para não invadir o império e especialmente a cidade de Roma. Em 408, Alarico sitia Roma pela terceira vez com um grande exército, uma vez que ele reunia cada vez mais “bárbaros” consigo. Há, então, a necessidade de uma negociação entre ele, o Senado e Honório. Entre as exigências de Alarico, além de ouro e suprimentos, estava a escolha de um imperador que agiria conforme seus desejos, Prisco Átalo (século IV-416), que foi removido de seu cargo pelo próprio Alarico no verão de 410 (Bury, 2012, n.p.).

Então, de fato, quando o exército dos visigodos chegou à vizinhança dessa cidade [Ravena], enviou ao imperador Honório, que lá residia, uma embaixada. Caso ele permitisse que os pacatos godos residissem na Itália, eles e os romanos viveriam em comunidade, como se acreditassem poder ser um único povo; do contrário, aquele que fosse mais o forte guerreando expulsaria o outro e então, como vencedor,

governaria seguro. Mas o imperador Honório temeu fazer qualquer uma das duas promessas, buscou aconselhamento com o seu senado e deliberou sobre como os expulsar para além das fronteiras ítalas (*Jord. Get.* 30.152).

Mas não devemos imaginar que todos os visigodos se juntaram a Alarico, ainda havia aqueles leais ao império, e um exemplo é Saro (século IV-412), um homem de origem visigoda que havia sido aliado de Estilício e inimigo de Alarico, e em uma tentativa de afastar seus conterrâneos da cidade de Roma, ataca o acampamento de Alarico, em julho de 410. Essa medida não impede as movimentações do rei visigodo, que logo em seguida decidiu invadir Roma (Bury, 2012, n.p.).

O saque, de acordo com Bury, durou de dois a três dias, e Alarico permitiu que seu exército roubasse, pilhasse, incendiasse e destruísse o que desejasse. Mas, as igrejas teriam sido poupadas, mesmo porque, os visigodos eram cristãos. E, desde esse episódio, a cidade eterna ficou vulnerável a novos ataques de “bárbaros”, e deixou de ser considerada a capital do ocidente. Honório, o imperador ocidental, já residia em Ravena havia muitos anos, e a cidade já vinha ganhando maior importância política desde então.

Neste momento, entendemos que visigodos e romanos haviam se tornado inimigos, mas essa situação era volúvel, pois anos depois, com a ameaça crescente de Átila (400-453) e seus hunos, os visigodos e romanos formaram uma nova aliança militar para expulsar os hunos do território romano. A movimentação dos hunos pelo território europeu causou diversas ondas de migração e deslocamento populacional, pois, conforme os relatos historiográficos, os hunos eram povos muito ferozes, violentos e causaram uma destruição considerável no ocidente, chegando a saquear Roma em 459 (Bury, 2012, n.p.).

Mas o saque em Roma não causou o assentamento definitivo dos visigodos. No final de 410, Alarico falece e Ataulfo (século IV-415), seu cunhado, foi escolhido como rei, e com o exército e os reféns, incluindo a meia-irmã do imperador Gala Placídia, cruzou os alpes e marchou em direção a Gália, para que se estabelecessem na Aquitânia, onde posteriormente surgiria de fato um reino romano-bárbaros dos visigodos, após mais de duas décadas de movimentação pelas regiões mediterrânicas (Bury, 2012, n.p.).

Desde então, observamos que as relações entre romanos e visigodos se alternavam entre os conflitos e os períodos de paz, ora com a colaboração militar, ora com seus exércitos entrando em conflitos, como podemos observar no trecho em que Jordanes nos transmite que “no décimo ano do reinado de Vália, quando, após quase cinquenta anos desde a invasão da Panônia, os hunos foram expulsos por romanos e godos” (*Jord. Get.* 32.166). Além disso, esse relacionamento também dependia da posição do imperador em relação aos “bárbaros”, bem como as ideias dos líderes góticos e seu desejo por um

território próprio, pois, apesar de estarem estabelecidos em determinados territórios, não tinham o poder dele, e viviam muitas vezes sob as leis e impostos dos romanos.

Nesta discussão, podemos chegar a um processo de assimilação da política e cultura romana pelos “bárbaros”. O que nos leva às questões acerca da identidade e alteridade, ou seja, a percepção do outro. A partir do século V, os “bárbaros” já compartilhavam os romanos, alguns papéis e identidades na sociedade, como bispos, soldados, generais, burocratas, entre outros (Cruz, 2014, p. 17-18). Isso nos mostra que, apesar dos conflitos que existiram e da alternância da natureza das relações romano-bárbaras, houve um grande processo de assimilação e preservação da cultura romana.

Conclusão

Para este trabalho, optamos por selecionar um período de grande movimentação e deslocamento de povos “bárbaros” no Império Romano, no final século IV e início do século V, para demonstrar como foi realizado e os conflitos que surgiram ao longo destes processos. Apesar de não tratarmos das questões políticas e outras instabilidades durante este período, devido ao enfoque nas relações romano-bárbaras, observamos que essa presença de povos “bárbaros” não foi o elemento causador de um colapso ou fim do Império Romano.

Por exemplo, no início de 410, ano do saque em Roma, havia seis imperadores no território romano, legítimos ou ilegítimos: Honório no ocidente, em Ravena, Teodósio II (401-450) no oriente, em Constantinopla, Prisco Átalo em Roma, Constantino III (século IV-411) e Constante II (século IV-411) em Arles e Máximo (século IV-422) em Tarragona, na atual Espanha (Bury, 2012, n.p.). Ou seja, seria impossível que os “bárbaros” causassem todos os esses problemas em diferentes regiões do império, ao mesmo tempo. É sabido que o imperador Honório se preocupava mais com a presença e surgimento de usurpadores do que com as invasões “bárbaras”, e por isso se aproveitava do apoio dos visigodos na Gália (Machado, 2015, p. 95).

Os processos de deslocamentos populacionais eram naturais, mas foram vistos de forma negativa e pejorativa devido aos elementos de violência que ocasionalmente ocorriam. Mas, conhecemos a história somente do ponto de vista dos romanos, uma vez que não havia muitos historiadores “bárbaros”, e aqueles que escreveram, tinham a tendência de também observar os acontecimentos do ponto de vista romano, como é o exemplo de Jordanes, que acreditava que a reconquista territorial promovida por Justiniano (482-565) no século VI, era algo positivo para romanos e “bárbaros”. Além do

fato de que muitos historiadores de origem bárbara são de um período posterior ao selecionado por nós, portanto, não vivenciaram os acontecimentos e possuem o conhecimento dos eventos sob a ótica de outras pessoas.

A escolha da obra de Jordanes tem a ver com a percepção de que a narrativa da *Getica* nos ensina sobre a complexidade das relações entre os godos e romanos, seja nos conflitos ou em aliança e cooperação, como observaram Silva e Albuquerque (2015, p. 346). Para este autor, as conquistas romanas sobre os godos foi importante para, em um futuro, manter a harmonia entre os dois povos.

Isto significa que Jordanes acreditava que a harmonia era mais importante do que uma questão identitária, pois em algum momento, os godos deixariam de ser um grupo migrante excluído da sociedade e seriam um grupo incluído e assimilado culturalmente. Dessa forma, as fronteiras sociais serão ultrapassadas e os “bárbaros” em território romano passaram a ser, como nos transmite Peter Burke, um híbrido cultural, que vive, ao mesmo tempo, duas tradições diferentes.

Não é possível afirmar que essa migração tenha sido uma causa para o provável declínio ou as crises políticas do Império Romano, pois a política atribulada do império, mesmo sem o fator “bárbaro”, foi a responsável por eventuais crises, fossem elas pequenas e mais rápidas de serem resolvidas, ou crises mais duradouras. O deslocamento e migração dos godos e outros “bárbaros” para ‘dentro’ das fronteiras romanas promoveu uma reconfiguração política e uma mudança significativa na balança do poder.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BROWN, Peter. *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. Tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BURY, John Bagnell. *History of the Later Roman Empire: from the death of Theodosius I to the death of Justinian*. North Chelmsford: Courier Corporation, v. 1, 2012.

CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity, 395 – 700 AD*. 2ª ed. London: Routledge, 2012.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Os inimigos de Roma: estratégia e formação militar na Antiguidade Tardia. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Maria de; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Moraes (orgs.). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*, v. 1. São Paulo: Annablume, 2012, p. 191-202.

CARRIÉ, Jean-Michel. Século III, algumas reflexões para sair da “crise”. In: SILVA, Semíramis Corsi; ANTIQUEIRA, Moisés. (Orgs.) *O Império Romano no Século III: crises, transformações e mutações*. 1. ed. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 15-28.

CARVALHO, Margarida Maria de; GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e os construtos identitários nos relatos sobre os imperadores militares: Juliano, Joviano e Valentiniano I (361-375 d.C.). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Maria de; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Moraes (orgs.). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*, v. 1. São Paulo: Annablume, 2012, p. 223-248.

CLARK, Edith Gillian. *Late Antiquity: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 1-12.

CROKE, Brian. Cassiodorus and the Getica of Jordanes. *Classical Philology*, v. 82, n. 2, 1987, p. 117-134.

CROKE, Brian. Jordanes and the Immediate Past. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 54, n. 4, 2005, p. 473-494.

CRUZ, Marcus. Gregório de Tours e Jordanès: a construção da memória dos ‘bárbaros’ no VI século. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 36, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 13-27.

CURRAN, John. From Jovian to Theodosius. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: University Press, v. 13, 1998, p. 78-110.

DOLEŽAL, Stanislav. Who was Jordanes? *Byzantion*, v. 84, 2014, p. 145-164.

DÖRLER, Philipp. Two tales – two peoples? Goths and Romans in Jordanes’ works. In: HEYDEMANN, Gerda; REIMITZ, Helmut (ed.). *Historiography and Identity II: Post-Roman Multiplicity and New Political Identities*. Turnhout: Brepols, 2020, p. 121-146.

ELHAJJI, M. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. *Esferas*, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006, p. 1611-77.

FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: FONSECA, Celso Silva; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros; COELHO, Maria Filomena. Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. *Atas da VII Semana de Estudos Medievais*. Brasília, 2010a.

FRIGHETTO, Renan. Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. *Dimensões*, v. 25, 2010b, p. 114-130.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. Romanos, bárbaros e a história Política na Antiguidade Tardia. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 2, 2021.2, p. 22-48.

GOFFART, Walter A. *Rome, Constantinople, and the Barbarians*. The American Historical Review, v. 86, n. 2, 1980, p. 275-306.

GOFFART, Walter A. *Narrators of Barbarian History (A.D. 550 – 800)*. New Jersey: Princeton University Press, 1988, p. 20-111.

GOFFART, Walter A. Jordanes's *Getica* and the Disputed Authenticity of Gothic Origins from Scandinavia. In: GOFFART, Walter A. *Barbarian Tides: the migration age and the later Roman Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 56-72.

GUARINELLO, Norberto. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, 2010, p. 113-127.

HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge: University Press, 2007.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HEATHER, Peter. *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*. New York: Oxford University Press, 2005.

JORDANES. *Romana and Getica*. Translated with Introduction and notes by Peter Van Nuffelen and Lieve Van Hoof. Liverpool: University Press, 2020.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York: Oxford University Press, v. 1, 1991a.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York: Oxford University Press, v. 2, 1991b.

KULIKOWSKI, Michael. Nation versus Army: A Necessary Contrast. In: GILLETT, Andrew (ed.). *On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout and Belgium: Brepols, 2002. p. 69-85.

LAWRENCE, Thomas C. Jordanes. In: BAGNALL, Roger, S.; BRODERSEN, Kai; CHAMPION, Craige B.; ERSKINE, Andrew; HUEBNER, Sabine S. (Ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013, p. 3623-3624.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Barbarians and Bishops: army, church and state in the age of Arcadius and Chrysostom*. New York: Oxford University Press, 1990.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *East and West in Late Antiquity – invasion, settlement, ethnogenesis, and conflicts of religion*. Leiden: Brill, 2015.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Late Antiquity, the Fall of Rome and the debate over the “end of the Ancient World”. *Revista História*, São Paulo, n. 173, jul.-dez. 2015, p. 81-114.

MAYER, Wendy. Approaching Late Antiquity. In: ROUSSEAU, Philip. *A Companion to Late Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009, p. 1-14.

MISHRA, Amit Kumar. Global Histories of Migration(s). In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (eds.). *Global History, Globally: Research and Practice around the World*. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2018, p. 195-213.

MITCHELL, Stephen. *A History of the Later Roman Empire, AD 284-641*. 2ª ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.

O'DONNELL, James J. The Aims of Jordanes. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 31, n. 2, 1982, p. 223-240.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. *Integrating Magna Dacia: a narrative reappraisal of Jordanes*. 2016. 274 f. Dissertation (PhD) – The University of Leeds, Leeds, 2016.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. As if from this people I traced my origin: hypotheses on the life of Jordanes. *Calamus*, v. 1, 2017, p. 197-222.

SILVA, Daniele Galindo Gonçalves; ALBUQUERQUE, Maurício da Cunha. Bárbaros ou/vs Romanos? Sobre Identidades e Categorias Discursivas. *Mirabilia*, n. 21, jun./dez. 2015, p. 345-359.

SILVA, Marcelo Cândido da. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/n.3, p. 53-64, 2008.

VAN HOOFF, Lieve; VAN NUFFELEN, Peter. *The Historiography of Crisis: Jordanes, Cassiodorus and Justinian in mid-sixth-century Constantinople*. The Society for the Promotion of Roman Studies, 2017.

VESCIA, Giulio. Una “riforma” militare di Teodosio? *Nuova Antologia Militare*, n. 5, fasc. 17, marzo 2024, p. 297-322.

WOOD, Ian. Barbarism: The Invasion and Settlements of the Barbarians of Germany and Scythia. In: WOOD, Ian. *The Transformations of the Roman West*. Leeds: Arc Humanities Press, 2018, p. 21-28.

Artigo recebido em 04/11/2024

Aceito para publicação em 14/02/2025

Editor(a) responsável: Nathan Rodrigues Falcucci

¹ De acordo Kulikowski, a utilização do termo bárbaro é intencional e não possui conotação pejorativa. Este termo é preferencialmente adotado em oposição ao adjetivo germânico, uma vez que povos germânicos são conceitos legados da filologia do século XIX (Kulikowski, 2002, p. 69). Por esta razão, inserimos aspas quando nos referimos aos bárbaros para reforçar a ausência da conotação pejorativa.

² Todas as datas as quais nos referimos estão inseridas no período da Era Comum, exceto quando devidamente indicadas.

³ Para a definição de migrante e imigrante, contamos com o auxílio do *Glossário sobre Migração*, organizado pela OIM – *Organização Internacional para as Migrações*. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso: 03 de set. 2024. Além das definições contidas no site do *Museu da Imigração de São Paulo*. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar> Acesso: 03 de set. 2024.

⁴ O *romanocentrismo* é um neologismo, descrito na Enciclopédia Treccani, que indica normalmente a cidade de Roma como elemento central. No entanto, no contexto de nosso trabalho, o utilizamos para nos referir ao império romano. Disponível em: [https://www.treccani.it/vocabolario/romanocentrismo_\(Neologismi\)/](https://www.treccani.it/vocabolario/romanocentrismo_(Neologismi)/). Acesso: 03 de set. 2024.

O JOGO DO AMOR: Imagens do Amor Cortês em Manuscritos Iluminados Ingleses do Século XIV

THE GAME OF LOVE: Depictions of Courtly Love in English Illuminated Manuscripts of the 14th Century

Giovanni Bruno Alves¹
Maria Gabriela Moreira²

Resumo: O artigo analisa imagens de Manuscritos Iluminados produzidos na Inglaterra no início do século XIV, relativas à temática do Amor Cortês. Esses manuscritos, ligados intimamente à nobreza e à cavalaria inglesa, refletem em seu programa de iluminação os interesses e anseios desse grupo social. Com base na abordagem de Jean-Claude Schmitt (2007), propomos investigar representações da relação entre homens e mulheres e seu aspecto cultural, em suportes visuais, distintos dos romances e da literatura cavaleiresca onde o tema se popularizou. Analisamos dois diferentes temas iconográficos: o Cerco ao Castelo do Amor e o Jogo entre dama e cavaleiro, pertinentes para o estudo das imagens da relação entre homem e mulher nesse período.

Palavras-Chave: Amor Cortês, Saltério de Luttrell, Manuscritos Iluminados.

Abstract: This paper analyzes images of Courtly Love from English Illuminated Manuscripts produced in the early 14th century. These manuscripts, intimately connected to the English nobility and knighthood, reflect their interests and concerns in their illumination programs. Based on the approach of Jean-Claude Schmitt (2007), we propose to investigate representations of the relationship between men and women and its cultural aspect, in visual media distinct from chivalric romances and literature, where such themes were popularized. We analyze two distinct iconographic themes: the Siege of the Castle of Love and the Game between the lady and the knight, both relevant for the study of images depicting the relationship between men and women during this period.

Keywords: Courtly Love, Luttrell Psalter, Illuminated Manuscripts.

O Amor Cortês

Não consigo tirar da minha cabeça
Esses olhos que eu nunca vi tão perto
A ponto de bater o cílio no meu
Não sai da mente o sorriso entreaberto
Penso se eu 'tô errado ou se eu 'tô certo
Em cultivar esse bem querer
O problema é que já tem alguém do seu lado
E eu me sinto tão errado em tentar me aproximar
Por isso mantenho a distância necessária
Pra que não se esqueça, minha cara
Que ao meu lado é um bom lugar
Mais que isso eu não vou fazer, não
Apesar de querer (Alarcon, 2019).

¹ Doutorando pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre pela mesma instituição. E-mail: giovannibruno1212@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9822-6344>. Bolsista CAPES.

² Mestra pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mariagabriellamoreira15@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4585-5859>.

A canção de Rodrigo Alarcon aborda o enamoramento por um objeto de desejo distante, *apesar do querer* do sujeito, as circunstâncias são limitantes. O protagonista da música encontra-se desejando e ansiando pelo amor de um outro que não pode corresponder-lhe, tanto pelo desconhecimento desses sentimentos quanto por já estar envolvido em um relacionamento. Diante disso, é possível identificar a intertextualidade entre o músico brasileiro do século XXI e um trovador francês do século XII que em sua produção lírica também escreveu sobre os êxitos e pesares de um amor ilícito, distante e impetuoso, um sentimentalismo envolto pela promessa de um amor que nunca se realiza.

O tema deste artigo discute os entrelaços desse amor, que convencionou-se chamar amor cortês. Abordado pelos seus contemporâneos enquanto *vraie amour* e *fine amour*, foi somente no século XIX que o medievalista francês, Gaston Paris, usou a expressão amor cortês para tratar da relação entre um homem e uma mulher ao investigar um romance de Chrétien de Troyes (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 55). Apesar de denominadores comuns apontarem para o final do século XI e o século seguinte, na cultura trovadoresca provençal do sul da França, como ponto de partida e de desenvolvimento do amor cortês, as origens e causas desse fenômeno literário são objeto de contestação.

Alan Macfarlane, no livro *Marriage and Love in England: modes of reproduction 1300-1840*, apoiando-se em outros autores, demonstra as divergências na análise do amor cortês como manifestação cultural e social, observando que vários dos temas que são atribuídos a ele, podem ser encontrados anteriormente em outros contextos. Como por exemplo, a paixão sexual e o amor conjugal característica do dito amor cortês, segundo o trabalho de Peter Dronke, são amplamente encontrados na poesia anglo-saxônica e celta em momentos anteriores (Macfarlane, 1986, p. 331-333). Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, em sua obra conjunta “Dicionário temático do Ocidente medieval”, também apontam para diferentes cenários de onde poderiam ser encontrados aspectos do *fine amour*, como na cultura oriental e uma possível influência da heresia cátara (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 60-61).

Mesmo diante das divergências quanto à origem e às circunstâncias do amor cortês na literatura, verifica-se, pela primeira vez em séculos no Ocidente, a emergência do amor apaixonado e sexual como elemento de destaque na cultura medieval. O amor cortês, que tenha sido criado ou revelado pelos trovadores, apresenta notável distinção em relação à concepção antiga de amor. Com exceção da lírica grega no período helênico na Antiguidade, que trazia a emoção e a paixão à tona, o amor do qual falavam os textos era sempre o amor sagrado, com um propósito superior: fosse amar a Deus ou descortinar as

inverdades do mundo terrestre para alcançar um plano maior. Para Platão, seus seguidores e, posteriormente, para Santo Agostinho — autores que trataram do amor na Antiguidade clássica e na Alta Idade Média —, esse sentimento era concebido como um princípio filosófico, associado à razão, à ascese e à elevação da alma (Carvalho, 2013, p. 446–447).

Ainda que se tenha tentativas generalizantes de enquadrar o amor cortês em uma única forma, ele se mostra diversificado quanto a sua composição:

À época da gênese dos textos, o amor cortês não é um conceito unânime. Essa representação plural define ora o amor de um cavaleiro por uma dama casada e inacessível, ora um amor mais carnal, portanto adultério, ora, ainda, o vínculo entre jovens que aspiram ao casamento. Assim, a ideologia do *fine amor* incita as nuances: o espírito pode ser bem diferente entre os poetas do sul e do norte da França, sem falar dos que formularam a doutrina, como André Capelão [...] (Le Goff; Schmitt, 2017, p. 56).

Com o apogeu da cavalaria nos séculos XII e XIII, o amor entre os cavaleiros e as damas floresce nas páginas literárias pelas mãos dos trovadores e *trouvères*¹. Inicialmente idealizado na literatura, o amor cortês cruzou o véu da ficção para adentrar as realidades aristocráticas. Sua influência na cultura e na sociedade nobiliárquica possibilita uma análise da relação entre os sexos, destacando-se, nesse contexto, a preponderância da masculinidade cavaleiresca no “jogo” cortês. Não podemos negligenciar o fato que esse amor foi escrito por homens, idealizados em suas consciências e destinado a ser lido por outros semelhantes a eles, revelando-se assim como uma expressão essencialmente masculina.

Entre as possibilidades de leitura do amor cortês, concentramos nossa atenção na representação do cavaleiro e da dama que é casada com um importante senhor. Nesse cenário, o cavaleiro procura ganhar a afeição da amada, esforçando-se para impressioná-la com suas habilidades e conquistas cavaleirescas. O fato de ele não estar comprometido e se envolver ativamente em batalhas, justas e torneios — onde seria observado pela dama que deseja — indica e simboliza sua juventude. Independente da idade, fosse 16, 25 ou 33 anos, a juventude medieval masculina no que se refere à nobreza, estava muito atrelada a um homem ainda sem posses — sem terra, sem mulher —, com tempo hábil para executar proezas e feitos, conquistando, assim, as glórias.

Essa fase juvenil terminava quando ele se casava, passando a assumir responsabilidades e a se ocupar de uma estrutura funcional e organizacional: o senhorio, a mulher, a família e os servos. Portanto, “um cavaleiro, para se tornar um homem completo, tinha de seguir esse curso durante toda a sua juventude até que também se juntasse às fileiras dos chefes de família²” (Duby, 1983, p. 221, tradução nossa). Assim,

o casamento assinalava o término de uma fase, a juventude, e junto a esse desfecho, o fim das grandes paixões e aventuras.

Para a maioria dos homens e mulheres, o casamento era considerado o marco da maturidade plena (Karras, 2003, p. 13). Logo, o amor cortês, este centrado na relação entre a dama e o cavaleiro, encarna um amor, de certa forma, imaturo e juvenil, caracterizado por excessos, uma vez que a moderação estava associada ao estado conjugal. Os excessos, por sua vez, estavam vinculados à juventude, a qual culminava precisamente no casamento, evidenciando que o amor cortês, apaixonado e ardente, não se coaduna com a instituição matrimonial.

Como observa Locke, “a cultura do amor cortês permitia a exploração de certas relações entre duas pessoas que não podiam ser exploradas no casamento tradicional³³” (Locke, 2019, p. 59, tradução nossa). Esse argumento é potencializado se pensarmos que uma Igreja cada vez mais dogmática engendra mudanças no matrimônio, mudanças que se iniciam no século XI com a reforma gregoriana e que no século seguinte transforma esta união matrimonial em um sacramento. Ou seja, as rédeas em relação aos laços matrimoniais se estreitaram e o amor cortês poderia ser uma rota de fuga. Por consequência:

A literatura influenciada pelo Amor Cortês proporcionou um novo conjunto de práticas e valores nobres, ligados à beleza, docilidade, elegância e cortesia que levaram donzelas, damas e cavaleiros medievais a desligarem-se um pouco da influência da Igreja buscando uma maior autonomia dentro de suas propriedades, evitando por muitas vezes o rigoroso crivo eclesiástico que via nessa literatura cortesã verdadeiras odes ao mundanismo, concupiscência e até mesmo heresia (Moraes, 2019, p. 32).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o amor cortês pode ser visto como parte dos excessos juvenis, que há paixão e insensatez nas formas, também foi uma ferramenta de controle dos excessos da juventude. Essa ambiguidade não é difícil de ser compreendida, se considerarmos que se trata de uma forma de sentir e agir que parte do indivíduo, mas que está em constante relação com uma estrutura maior que a regula e organiza suas pautas. Dessa forma:

[...] algumas noções sobre o amor e as relações de gênero constituíam um núcleo de ideais nas discussões e representações da elite medieval. Esses valores fundamentais defendiam que os bons portadores de armas deviam proteger a honra e a pessoa das damas e das donzelas, sendo o corolário que os cavaleiros eram inspirados por elas para alcançarem feitos notáveis de armas e eram recompensados com amor admirado. O amor inspirava a proeza; a proeza inspirava o amor (Kauemper, 2016, p. 327).

Dentro de um ideal cavaleiresco, as damas inspiravam os homens à realização de grandes feitos de armas, enquanto os cavaleiros eram ensinados a defender e honrar as mulheres. Os códigos da cavalaria — pautados na honra, coragem e proeza — renovam-se, em certa medida, com o advento do amor cortês (Kaeuper, 2016, p. 351). Isso ocorre porque, “os amantes sempre se cruzavam, e o homem tinha de se submeter a uma série de testes. Esse era um processo educacional” (Duby, 1983, p. 221).

Para os filhos da nobreza que não ingressariam na vida eclesiástica, a cavalaria constituía um caminho natural. Em casas de senhores mais poderosos, onde possivelmente outros meninos e homens já eram abrigados, eles recebiam a formação considerada adequada. Pode-se imaginar esses meninos e homens juntos, entretidos pelas narrativas que circulavam naquele espaço: histórias contadas à mesa, nos banquetes e nas festas. Nesses ambientes, ouviam feitos de cavaleiros anteriores, moldando-se a partir deles. A literatura funcionava como um verdadeiro arcabouço simbólico, um referencial formativo para esses jovens. O amor cortês, portanto, assumia também o papel de “um agente educacional, fomentador das mais profundas experiências de vida” (Carvalho, 2013, p. 447).

Em relação à formação desse cavaleiro e à construção da sua identidade masculina, é fundamental considerar o amor cortês, no qual o amor à dama se entrelaça com o ideal de masculinidade. Ao abordarmos o amor, estamos tratando das relações de gênero e dos roteiros elaborados pelo social a ser performado neste entrelaço.

A análise das relações de gênero no amor cortês, na produção lírica, perpassa, compreender como, o gênero, essa forma de organizar a prática social, pode criar categorias simbólicas, estruturando assim uma ideia (Connell, 2005, p. 71-72). Sabe-se que “a natureza complexa do ideal de amor cortês cruza com as normas de gênero⁴” (Locke, 2019, p. 60). E qual a ideia que faz o amor cortês sobre os papéis de gênero? Ele se baseia no ideal cavaleiresco, como por exemplo a própria “honra medieval”, essa qualidade tamanha que, ser honrado ou não, era motivo de orgulho ou desgraça. Para os homens, a honra esteve profundamente ligada à identidade de gênero, pois se considerava menos masculino a desonra. E a honra provinha de muitas outras qualidades ligadas ao cavaleiresco e ao ideal masculino: as proezas, a coragem, a lealdade ao senhor. A honradez se provou um atributo multifacetado (Karras, 2003, p. 60-61).

E de que forma se comporta esse masculino? O cavaleiro continua a fazer aquilo que lhe é próprio: realiza proezas, conquista honras, veste sua armadura e participa em torneios. Na literatura cortês, esse movimento de “se aventurar pelo mundo” é

impulsionado pelo amor à dama, de forma que a armadura brilhante do cavaleiro torna-se ainda mais reluzente quando se propõe a cumprir todos esses feitos. Trata-se, portanto, de um ideal de masculinidade forjado na interseção entre coragem, prestígio e devoção amorosa. A figura do cavaleiro, impulsionada pela admiração, muitas vezes platônica, por uma dama inacessível, legitima suas ações heroicas não apenas no campo de batalha, mas também no plano simbólico da honra e da elevação moral.

Sobre este ideal da época:

[...] o modelo medieval dominante de masculinidade, o “macho cavaleiresco”, enfatizava “o autossacrifício, a coragem, a força física, a honra e o serviço à dama e a primogenitura”. Essa descrição simplificada se encaixa bem em um entendimento da masculinidade medieval como o oposto da feminilidade (Karras, 2003, p. 2).

E quanto à dama? Mesmo sendo protagonista da trama, sua figura pouco se movimenta. Ela precisa somente existir para despertar no cavaleiro todos os sentimentos, para lhe gerar impulsos. A descrição clássica da dama é a de uma figura fria e distante, cuja mera existência é capaz de comprometer um homem por completo. O espaço de encontro entre os sexos é concebido como perigoso para essa sociedade, prejudicial a ambos. O mundo exterior não representa apenas uma condenação da mulher, mas também do outro, do risco da transgressão. No que diz respeito à representação do feminino como figura de perigo, marcada por uma natureza provocante e tentadora, observa-se que nesse encontros entre os sexos:

Preocupações ainda maiores provocam as mulheres que saem para participar naqueles momentos colectivos, festas, danças, reuniões, espetáculos, em que um grupo familiar ou toda uma comunidade social se mostra e se reconhece. Aqui as mulheres exibem-se e exibem a riqueza, o prestígio e a honra da família a que pertencem; mas basta pouco — um olhar mais aceso, um movimento mais descomposto — para que essa riqueza, esse prestígio e essa honra corram sérios perigos: a festa favorece os encontros e desencadeia o desejos, o movimento circular das danças toma belas e febris mesmo as mulheres pálidas e feias, os cantos lascivos seduzem os corações e inflamam os sentidos (Casagrande, 1994, p. 118).

Até aqui, dedicamo-nos a elucidar o conceito de amor cortês e sua relação com a nobreza medieval, com ênfase na formação de seus cavaleiros e damas, ou seja, na dinâmica de gênero entre esse masculino cavaleiresco e o feminino nobiliárquico. Essa abordagem inicial visou fornecer uma base para a discussão subsequente, na qual, por meio da análise de imagens, aprofundaremos as reflexões em torno do cavaleirismo, da figura das damas e o amor cortês.

As Imagens do amor e os Manuscritos Iluminados

Elegemos, para o presente estudo, uma tipologia diretamente ligada à nobreza, à cavalaria e à cultura cavaleiresca, especialmente após o século XIII. Referimo-nos aos manuscritos iluminados e aos exemplares provenientes da Inglaterra ao longo do século XIV, em especial ao *Saltério de Luttrell*, datado entre aproximadamente 1330 e 1345, sob o patrocínio do cavaleiro Sir Geoffrey Luttrell (1276–1345).

Esse recorte não se dá de forma aleatória. Os manuscritos iluminados, livros escritos à mão que contam com imagens no decorrer de suas páginas, passaram a interessar à cavalaria e à nobreza inglesa em geral durante o século XIII. Antes, objetos especialmente direcionados ao público religioso, agora se destacavam por sua multiplicidade de funções e atrativos: podiam ser utilizados como presentes, símbolos de status, instrumentos de devoção pessoal, entre outros (Backhouse, 1999, p. 09).

Nosso recorte volta-se a um movimento específico nesse contexto, relativo à produção de manuscritos iluminados por comitentes pertencentes à cavalaria inglesa no interior da Inglaterra, no início do século XIV, fenômeno amplamente discutido pela historiografia⁵. É justamente nesse público-alvo que as narrativas do amor cortês se proliferaram, o que nos permite buscar, nesses manuscritos caracterizados por sua forte personalização relativo à figura de seus comitentes, ecos da cultura oral e escrita que definem os papéis masculino e feminino introduzidos na primeira parte deste artigo.

O que buscamos nessas imagens não são representações miméticas ou literais da relação entre cavaleiro e dama no contexto medieval em questão. Em consonância com os estudos de Jean-Claude Schmitt (2007), compreendemos a *imago* medieval não a partir de uma lógica representacional moderna — ou seja, como uma tentativa de reconstituir visualmente uma realidade ausente —, mas sim sob a perspectiva da *presentificação*. Neste sentido, a imagem medieval não pretende reproduzir o real, mas instaurar uma presença em uma realidade que se encerra nela mesma. E, a partir de uma concepção ontológica de *imago* como gesto criador, advindo de Gênesis, vemos os trabalhos desses artesãos como formas de se construir novas realidades a partir dos signos pictóricos que estão à sua disposição (Schmitt, 2007, p. 27).

Essas realidades criadas podem ser tanto ideais, refletindo o que deveria ser e não o que de fato é, quanto críticas, expondo aquilo que não deve ser e as consequências da fuga de uma ordem considerada ideal. A ordem, em si, é uma categoria fundamental para o estudo das margens desses manuscritos iluminados, espaço ocupado por uma das imagens do cerco ao castelo do amor escolhidas no presente artigo, assim como todas as

imagens de jogos. Como ressalta Joana Antunes (2015), elas são uma parcela das páginas desses manuscritos que podem definir os discursos centrais e marginais no interior de sua própria lógica interna (Antunes, 2015, p. 89; 98). Esses locais, como ressalta Monica Oancă (2012), permitem a transgressão, mas a fim de propagar a ordem considerada ideal, e não de forma a incentivá-la. Ou seja, através da desordem, afirma-se o discurso central (Oancă, 2012, p. 45). Podemos seguir, nesse sentido, o trabalho de Maria Cristina Pereira (2017) a fim da moralização por meio das imagens marginais, e a forma como elas atuam nesse sentido:

As imagens “marginais”, de quaisquer tipos que fossem (satíricas, híbridas, laicas, eróticas, entre outras), tinham, portanto, seu lugar de direito na economia da página: sa margens. E as poucas exceções só vêm a confirmar isso. Havia, portanto, uma "economia moral" da página no manuscrito, me que centro e margens funcionavam como polos organizadores das imagens, com suas lógicas próprias (Pereira, 2018, p. 17).

Partindo dessa breve introdução acerca das *marginalias*, podemos estabelecer que nossa investigação buscou compreender, nessas imagens, os discursos moralizantes acerca dos papéis ideais atribuídos às damas e aos cavaleiros em manuscritos oriundos de um ambiente permeado pelas ideias do amor cortês. Para isso, dentre o corpus reunido neste trabalho, buscamos dois principais temas iconográficos: o cerco ao castelo do amor e o jogo de tabuleiro entre cavaleiro e dama. Em ambos, é explorada, implícita ou explicitamente, a relação entre esses dois sujeitos, em práticas caracteristicamente cavaleirescas, como a guerra e o lazer voltado à distinção social.

A iconografia do cerco ao castelo do amor se torna relativamente popular no final da Idade Média, figurando não somente em manuscritos iluminados, mas também em vários outros objetos da cultura visual, como espelhos de marfim e tapeçarias. Conforme Flavia Galli Tatsch (2013), essa iconografia pode ser detalhada da seguinte forma:

[...] o ataque era tido como “o ato de cortejar” e o castelo como sendo a “mulher amada”. Os homens atacavam e as mulheres se defendiam; ambos usavam o mesmo tipo de arma, diga-se de passagem, bastante peculiar: a rosa, símbolo da redenção. Na verdade, não havia muita convicção por parte das mulheres em relação à sua defesa, já que, geralmente, elas se esqueciam de fechar os portões do castelo. De qualquer maneira, independente da arma, não havia como se defender, pois o Deus do Amor também se encontrava no castelo atirando suas flechas conquistando o coração das mulheres (Tatsch, 2013, p. 4).

Roger Loomis (1919) nota que a primeira evidência de qualquer narrativa detalhando esse cerco pode ser datada de 1214, em um festival em Treviso:

Um castelo fantástico foi construído e ocupado por damas e donzelas com suas aias, que o defendiam com toda prudência possível sem a ajuda de qualquer homem. Agora, esse castelo foi fortificado em todos os lados com peles [...]. O que eu poderia dizer sobre as coroas de ouro, encrustadas com crisólitos e jacintos, topázio e esmeraldas, pérolas e todos o tipo de adornos que as mulheres usavam para proteger suas cabeças do ataque dos invasores? [...] as armas e as ferramentas de cerco utilizadas pelos homens consistiam em maçãs, frutas secas e nozes, além de tortas, peras, rosas, lírios e violetas [...] e toda a sorte de flores e especiarias que são doces de cheiro ou belas de aparência (Loomis, 1919, p. 255–256, tradução nossa).

Ainda Segundo Roger Loomis, uma das primeiras ocorrências do tema em imagens está no Saltério de Peterborough, feito nas primeiras duas décadas do século XIV⁶ (Figura 1). O autor também destaca a sua presença nas margens do Saltério de Luttrell (Figura 2) (Loomis, 1919, p. 259).

Figura 1 – Cerco no Saltério de Peterborough



Fonte: Peterborough Psalter, Londres, f. 91v, 1317-18.

Figura 2 – Cerco no Saltério de Luttrell



Fonte: Luttrell Psalter, Irham, f. 75v, 1330-1345.

É interessante iniciarmos pelos aspectos formais. Ambas as imagens ocupam posições privilegiadas em seus respectivos manuscritos iluminados. De certa forma, podemos classificá-las como centrais. No caso do Saltério de Peterborough, a cena encontra-se em uma miniatura, imagens com suas próprias margens que tendem a constituir a narrativa central no interior de um manuscrito iluminado. Já no Saltério de Luttrell, estamos frente a uma imagem marginal, o que, à primeira vista, poderia sugerir uma menor importância. Contudo, como já observamos, apesar da nomeação do local, a organização interna de um manuscrito e do conteúdo das margens são elementos ainda mais determinantes para definição de uma imagem como *central* ou *marginal*.

Nesse caso específico, a cena está localizada na *bas-de-page*, a porção inferior da página que, no Saltério de Luttrell, possui grande relevância na semântica dos elementos de seus fôlios, sendo, por vezes, o primeiro ponto de observação após sua abertura. Isso se confirma, especialmente, quando pensamos nos onze fôlios mais relevantes em que os Salmos principais do Saltério estavam localizados, de acordo com sua divisão ferial e tripartite. Essa imagem está, portanto, em uma das páginas mais acessadas e abertas do livro em sua utilização.

Em ambas as imagens, os cavaleiros não parecem estar vencendo a disputa, como Roger Loomis nota (1919, p. 260), o que talvez tenha ligação com a ausência da figura do Deus do Amor nas duas cenas, fugindo do que era comum em sua representação em outras mídias, como nos objetos de uso pessoal feitos em marfim analisados por Flávia Galli Tatsch (Tatsch, 2013). Nesses manuscritos, as flores são especialmente mortais. No

Saltério de Peterborough, vemos um homem sangrando após ser atingido por uma dessas flores, no lado esquerdo da imagem. Já no Saltério de Luttrell, um homem à direita é derrubado de sua escada por conta do impacto de uma flor.

A delimitação dos espaços é essencial nessa iconografia e está presente de formas distintas nas duas imagens mencionadas. No Saltério de Peterborough, a sugestão de abertura das mulheres ao assalto é simbolizada pela porta aberta, ainda que elas permaneçam em combate. Tal detalhe pode ser interpretado como uma certa inevitabilidade na conclusão do jogo do amor cortês, como ocorria na literatura e nos primeiros relatos do tema aqui abordado.

No Saltério de Luttrell, por sua vez, há uma maior delimitação de espaços e funções. As mulheres, enclausuradas, se defendem sem oferecer qualquer abertura ao assalto. As altas muralhas que as protegem não permitem qualquer embate direto com os cavaleiros que as desejam. Sua defesa é feita inteiramente pelo arremesso de flores à distância, como se fossem flechas ou lanças a serem atiradas, prevenindo-as de qualquer contato com os homens da mesma cena. Qual seria, portanto, a relevância de tão grande separação espacial?

Esse tipo de imagem pode ser interpretado sob o prisma do claustro feminino. As mulheres ocupam um espaço privado e fechado, enquanto os homens estão em campo aberto, o que é público já lhes pertence. Conforme discutido anteriormente neste texto, ao abordarmos a formação do menino nobre em preparação para a cavalaria, e ao compreendermos a constituição desse masculino em contraste com a educação destinada às mulheres da nobreza, torna-se possível perceber de maneira mais clara os espaços simbólicos e sociais que o cavaleiro e a dama ocupavam — não apenas como personagens idealizados nos escritos líricos do amor cortês, mas também como figuras históricas concretas, inseridas em uma estrutura de gênero e status que define seus papéis e comportamentos. Assim, “cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público [...], realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, [...] sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida” (Bourdieu, 2002, p. 38).

Aos filhos da nobreza que seguiam o caminho cavaleiresco, a jornada para fora de casa, para dentro do mundo, iniciava-se precocemente e se estendia por muitos anos, até o momento do casamento. Para as filhas da nobreza, por outro lado, o espaço privado dos castelos e das cortes constituía o único mundo que conheceriam durante suas vidas⁷. Carla Casagrande observa que aos “homens — pais, maridos, irmãos, sacerdotes — junto a

Deus e os sistemas jurídicos, depositava-se o difícil mas necessário encargo de “guardar” as mulheres” (Casagrande, 1994, p. 122).

E “guardá-las” era visto como necessário justamente porque os próprios homens, em particular os cavaleiros, representavam uma ameaça. Como demonstra Richard Kaeuper (2002) em seu trabalho, intitulado *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, o cavaleirismo [no original, *chivalry*], e todo o código de valores cavaleirescos que incluía os ideais de amor cortês, se tratava também de uma tentativa de reformar esse grupo de homens que tinham como práticas definidoras de sua identidade a violência, incluindo aí a violência sexual, diretamente relacionada à iconografia que aqui analisamos. Isso fica exemplificado na necessidade que era atribuída aos cavaleiros da tábua redonda a jurarem não violentar mulheres, o que, segundo Kaeuper, indica a recorrência desse problema dentre esses homens (Kaeuper, 2002, p. 228).

Em um trabalho mais recente, Kaeuper (2016) liga a violência cavaleiresca no âmbito militar com o âmbito sexual:

Se a conquista cavaleiresca era geralmente pensada como política e territorial, também poderia ser alcançada sexualmente. Kathryn Gravdal observou que o verbo do francês antigo para tomar uma cidade à força também tem o significado de violação, uma ligação que muitos relatos da queda de cidades e aldeias medievais perante uma força militar em avanço confirmariam (Kaeuper, 2016, p. 326).

O perigo da violência cavaleiresca é indissociável da imagem do cerco no Saltério de Luttrell. Já ressaltamos a sua maior separação entre gêneros e a aparente derrota dos cavaleiros. Outros elementos contribuem ainda mais para nosso ponto. Primeiramente, devemos levar em consideração o Salmo 38, iniciado logo acima da imagem, de importância já ressaltada no presente artigo. Michelle Brown (2006) destaca a grandeza da inicial que dá início ao seu texto e conta com o rei Davi apontando para sua boca, em referência ao conteúdo do versículo: “*Custodiam vias meas: ut non delinquam in lingua mea* [Eu cuidarei de meus caminhos: para que eu não peque com minha língua]” (Sl. 39 (38), v. 02). Segundo a autora, essa é uma inicial de tamanho avantajado e as bordas da página que se conectam a ela se destacam no decorrer do manuscrito por seu tamanho e seu desenho mais “retilíneo do que o usual” (Brown, 2006, p. 126–127).

As relações entre a imagem e o Salmo são diversas e já foram também apontadas pela historiografia. Michael Camille (1998) defende que a palavra *custodiam* pode ser lida com a noção de defesa de um castelo, no sentido militar (Camille, 1998, p. 118). Além dessa interpretação literal do texto, não podemos deixar de identificar uma associação com o tema do pecado e da proteção contra ele. O que é aprofundado pela

consideração de Ana Pérez González (2016) após seu estudo voltado à essa iconografia de forma geral, em diversos manuscritos e na cultura visual da baixa idade média. A autora defende que esse é o único caso, dentre seu corpus documental, em que as mulheres que defendem o castelo são todas casadas⁸ — o que pode ser percebido pela forma como todas elas têm seus cabelos cobertos (Figura 3) — algo que a autora não explora de forma mais profunda (González, 2016, p. 13).

Figura 3 – Detalhe do Cerco ao Castelo do Amor no Saltério de Luttrell



Fonte: Luttrell Psalter, Irnham, f. 75v, 1330-1345.

Por que essa diferença notável ocorreria? Podemos ter uma melhor resposta se voltarmos ao trabalho de Michael Camille. Ao se referir a essa imagem, ele a diferencia de outros exemplares da iconografia justamente por seu teor crítico à fuga da ordem, afirmando que aqui ela é “negada como uma imagem dos perigos do desejo” (Camille, 1998, p. 118, tradução nossa). Camille defende seu ponto também se referindo aos adereços vestidos pelas mulheres em seus cabelos, mas não como forma de avaliar seu status como casadas, mas sim como marcas do pecado: Mulheres vestindo véus extravagantes, que as caracterizam no decorrer do Saltério, atiram aos seus invasores amorosos rosas diretamente das ameias acima. Mannyng chama esses véus de “*kercheves*”, “os véus do Diabo” (Camille, 1998, p. 118 [tradução nossa]).

Ou seja, é uma cena de perigo e cuidado. Mas o maior perigo não está nos cavaleiros que cercam e invadem os castelos, e sim nas terríveis damas com suas flores letais que, como o desejo, tiram dos homens qualquer autocontrole e trazem neles o seu pior: a violência. É uma forma de criticar moralmente o *cavaleirismo* e, mais especificamente, o amor cortês, não como uma falha dos próprios cavaleiros, mas como perigos oferecidos pelas mulheres que são seus alvos. A cultura cavaleiresca ameaça os

valores cristãos do cavaleiro, não por conta da guerra, dos jogos e da caça, mas por conta da tentação feminina.

Essa não é uma interpretação que se resume a uma imagem no Saltério de Luttrell, mas sim uma tendência de várias imagens relativas à cavalaria e ao amor cortês no decorrer do manuscrito. Tal relação é evidenciada em uma outra margem que também contém um tema iconográfico bastante característico do ambiente cultural da cavalaria no século XIV: o jogo de tabuleiro entre um homem e uma mulher nobre (Figura 4).

Figura 4 – Jardim Cercado e Casal jogando no Saltério de Luttrell



Fonte: Luttrell Psalter, Irham, f. 76v, 1330-1345.

Somente um fólio após a cena do Cerco ao castelo do amor no mesmo manuscrito, essa imagem conta com algumas semelhanças à primeira aqui analisada. Novamente, o espaço é bem delimitado, não por muralhas, mas pelo jardim, que remete à ideia do Jardim Recluso, uma analogia à virgindade da dama e à sexualidade que se origina no *Roman de la Rose* (século XIII). Na cena, um homem e uma mulher, ambos com roupas nobres, jogam um jogo que se assemelha ao Gamão. Mais uma vez, os símbolos negativos da imagem se concentram na figura feminina, dessa vez uma donzela, e se assemelham àquelas da figura anterior: as *devil sails* estão novamente em sua cabeça. Mas, além dela, temos o tecido que forma uma calda no vestido da mulher, também caracterizado como pecaminoso, como ressalta Michelle Brown (2006, p.127).

A negatividade imposta sobre a figura feminina fica ainda mais evidente se a analisarmos no contexto do Saltério de Luttrell. Mais uma vez, buscamos outras

instâncias desse tema iconográfico em manuscritos contemporâneos e também feitos na Inglaterra. Ainda que não seja uma temática muito recorrente fora da literatura cavaleiresca e da oralidade, inseparáveis nesse contexto, o jogo também ocupa os fólhos do Queen Mary Psalter (1310-1320). Nele, vemos novamente um jogo entre dois nobres, dessa vez sem toda a negativização da figura feminina (Figura 5).

Figura 5 – Jogo de tabuleiro entre um homem e uma mulher no Queen Mary Psalter



Fonte: Queen Mary Psalter, f. 198r, Londres, 1310-20.

O Jogo, seja ele xadrez ou gamão, simboliza recorrentemente o jogo do amor. É o que afirma Michael Camille (1996), o pensando em conjunto com o *Roman de la Rose*, a origem desse tema segundo o autor. E, nesse caso, trata-se de uma analogia, assim como na iconografia do cerco ao castelo, ao ato sexual entre cavaleiro e dama (Camille, 1996, p. 171).

No Saltério de Luttrell, além da clara negativização da figura feminina, temos novamente a sua delimitação no espaço, dessa vez o espaço do jardim que simboliza a virgindade da mulher, segundo Michelle Brown:

Na margem abaixo há um jardim envolto por muros de grama ou camomila – um *hortus conclusus* (jardim fechado), símbolo medieval da virgindade, normalmente relacionado à representação da Virgem e que fazia parte da inspiração para o famoso romance medieval denominado *Roman de la Rose*, que narra a busca do amante com o objetivo de entrar no jardim e colher uma rosa – uma alegoria da busca por virtude com um significado extra relacionado à sexualidade. No jardim do Saltério, um homem coroado com uma coroa de flores está sentado ao lado de uma jovem mulher nobre vestindo um véu voador (condenado por pregadores contemporâneos como “o véu do diabo”), e um vestido – todos signos do excesso, depravação, e fontes de tentação

são vestidos aqui. Eles estão jogando um jogo de tabuleiro que lembra o gamão, talvez simbolizando o jogo do amor. Tais excessos de vestimenta eram objeto de condeção em vários tratados moralizantes do período [...] (Brown, 2006, p. 127, tradução nossa).

Além da roupa, como Michelle Brown comenta no excerto acima, há também a negatividade do próprio ato de jogar, classificado como pecaminoso em uma das principais influências sobre os iluminadores do Saltério de Luttrell, a obra *Handlying Synne* de Robert Mannyng (c. 1310) e em outros manuscritos iluminados do mesmo período, como Michael Camille defende (Camille, 1998, p. 117).

Considerações Finais

Dessa forma, podemos concluir que ambas as imagens se caracterizam como alertas baseados em uma visão moralizante e negativa do *cavaleirismo* e, em especial, do amor cortês. Esses alertas tratam a relação entre cavaleiro e mulher como pecaminosas e, ainda mais, a última como sendo a origem desse pecado. Nas duas, as mulheres estão controladas espacialmente, no interior de um local pré-definido e bem delimitado.

No Castelo atacado, elas se defendem, mas, ao mesmo tempo, ameaçam o cavaleiro com suas claras marcas negativas. Mesmo que sejam eles os atacantes, a culpa e o perigo estão centralizados na imagem delas. São os atacantes que correm o risco que a imagem denuncia. O cavaleiro ideal foge dessa relação cortesã.

Já no jardim recluso, homem e mulher estão em contato mais íntimo e em um risco de pecado ainda mais elevado. Novamente, quem carrega as marcas negativas é justamente a mulher, seria ela também a vencedora do jogo do amor? Dessa forma, o discurso do Saltério justifica a violência cavaleiresca de forma a posicionar nas mulheres seu principal incentivador. E, da mesma maneira, tenta alertar aos cavaleiros e conter essa violência através da religiosidade e do ideal de um cavaleiro pio e temente a Deus, o ideal correntemente defendido na imagética do Saltério de Luttrell, frente a recusa do cavaleiro com proezas militares, relações cortesãs e distinção da tão forte *chivalry* desse mesmo contexto.

Referências

ALARCON, Rodrigo. *Apesar de querer*. 2019. Disponível em <https://www.letras.mus.br/rodrigo-alarcon/apesar-de-querer/>. Acesso em 26 mar. 2024.

ANTUNES, Joana. CORPOS MARGINADOS NA ARTE MEDIEVAL. *digitAR* – Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes, n. 2, p. 87–121, 2015. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/digitar/article/view/_2_6. Acesso em: 21 set. 2023.

- BACKHOUSE, Janet. *The illuminated manuscript*. London: Phaidon Press, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2nd ed., 2002.
- BROWN, Michelle Patricia. *The Luttrell Psalter Commentary*. London: The Folio Society, 2006.
- CAMILLE, Michael. *Mirror in parchment: the Luttrell Psalter and the making of medieval England*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- CARVALHO, Ligia C. O cruzamento entre o sagrado e o profano na temática do amor cortês. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3, p.442-462, 2013.
- CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org). *História das Mulheres no Ocidente*. São Paulo: Ebradil, v. II, p. 99-139, 1994.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley, Calif: University of California Press, 2nd ed, 2005.
- DUBY, G. *The Knight, the lady, and the priest: the making of modern marriage in medieval France*. New York: Pantheon., 1983.
- GONZÁLEZ, Ana Pérez. El Castillo del Amor en las artes figurativas bajomedievales. *Revista digital de iconografía medieval*, v. 8, n. 16, p. 1–26, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6055489>. Acesso em: 04 maio. 2024.
- KAEUPER, R. W. *Medieval chivalry*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2016.
- KARRAS, R. M. *From boys to men: formations of masculinity in late medieval Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário analítico do Ocidente medieval: volume I*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LOCKE, Hilary Jane. *Chivalry and Courtly Love: Cultural Shifts, Gender Relations, and Politics in early Tudor Court Culture*. University of Adelaide, 2019.
- LOOMIS, Roger Sherman. The Allegorical Siege in the Art of the Middle Ages. *American Journal of Archaeology*, v. 23, n. 3, p. 255–269, 1919. DOI: 10.2307/497460. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/497460>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- MORAIS, Luan Lucas Araujo. *Meu corpo fica aqui,avas meu coracao”: o amor cortês e as representações de Isolda e Fenice na cultura escrita dos Romans medievais (séculos XII-XIII)*. Dissertação em História. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2019.
- MACFARLANE, Alan. *Marriage and love in England: modes of reproduction 1300-1840*. Oxford New York: B. Blackwell, 1986.

OANCĂ, Monica. Taming Nature in the Luttrell Psalter. *University of Bucharest Review*, v. 2, n. 2, p. 42–50, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina Correia Leandro. O Discurso Moralizador das Margens dos Manuscritos Iluminados no Ocidente Medieval. Em: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; PEREIRA, Milena da Silveira (org.). *Por escrito: lições e relatos do mundo luso-brasileiro*. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 15-41.

SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo Das Imagens: Ensaio Sobre a Cultura Visual Na Idade Média*. Bauru: Edusc, 2007.

TATSCH, Flavia Galli. O ATAQUE AO CASTELO DO AMOR NA CULTURA VISUAL NO MEDIOEVO. *XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH*, p. 1–10, 2013. Disponível em: snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371313563_ARQUIVO_AtaqueaoCastelodaAmornaCulturaVisualdoMedievo_final.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

THE BRITISH LIBRARY (Org.). *Add MS 42130*. The Luttrell Psalter. Irnham, c. 1345. Disponível em: https://web.archive.org/web/20230302102735/https://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_42130_fs001ar. Acesso em: 18 jun. 2024.

THE BRITISH LIBRARY (Org.). *Royal MS 2 B VII*. The Queen Mary Psalter. Londres, c. 1320. Disponível em: https://web.archive.org/web/20221223211315/http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Royal_MS_2_b_vii Acesso em: 18 jun. 2024.

THE FITZWILLIAM MUSEUM (Org.). *The Peterborough Psalter*. Peterborough, c. 1225. Disponível em: <https://www.fitzmuseum.cam.ac.uk/illuminated/manuscript/discover/the-peterborough-psalter>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Artigo recebido em 17/11/2024

Aceito para publicação em 21/04/2025

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

¹ Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt explicam, também nas notas, que o trovador (*troubadour*) pertencia às cortes francesas do sul, enquanto os *trouvères* eram do norte e este último vocábulo não tem tradução exata para o português (Le Goff; Schmitt, 1986, p. 55).

² No original: “A knight, in order fully to become a man, had to pursue this course throughout his jeunesse until he too joined the ranks of the heads of families” (Duby, 1983, p. 221).

³ No original: Courtly love culture allowed for certain relationships to be explored between two people that could not be explored in the traditional marriage (Locke, 2019, p. 59).

⁴ No original: “the complex nature of courtly love ideal intersected with gender norms” (Locke, 2019, p. 60).

⁵ Se convencionou nomear esse movimento de “*East Anglian School of Illumination*”. Atualmente, o título passou a ser criticado pela historiografia como exageradamente generalista. Para mais informações, ver *The East Anglian Problem: perspectives from an unpublished psalter* de Bruce Watson (1974) (Watson, 1974).

⁶ Roger Loomis data o manuscrito no final do século XIII (Loomis, 1919, p. 259), mas datações mais atualizadas, como a disponibilizada pelo catálogo online da Biblioteca Real da Bélgica, estabelecem os anos de 1317-18 (Disponível em: opac.kbr.be/Library/doc/SYRACUSE/16428696, Acesso: 22 mar. 2024).

⁷⁷ Margaret Wade Labarge no livro “*Las mujeres en la Edad Media*” demonstra no capítulo quatro, através de muitos exemplos de damas aristocráticas, que, de formas variadas, assumiram o controle da situação,

caminhando no tabuleiro político, movendo-se sorrateiramente — ou não — no jogo. Portanto, ressaltamos que, o fato de estarem restritas ao espaço privado dos castelos e das cortes, não as torna objetos inertes nesses lugares. Mas, de qualquer forma, precisam trabalhar com o espaço a que estão, de muitas formas, confinadas, ainda que compreendessem o que era o poder e não temessem em exercê-lo, sendo figuras ativas neste domínio, como escreve a historiadora citada, estão limitadas a um espaço físico (Labarge, 1988).

⁸ Algo não necessariamente negativo por si só — tendo em vista que na literatura cavaleiresca e dentre os trovadores, a mulher alvo do amor platônico cortês era, muitas vezes, casada. Assim, estamos diante de uma negação mais ampla do cavaleirismo e do amor cortês, e não somente dessa característica.

À SERVIÇO DE LIBITINA: Um Estudo dos Ofícios do Luto e Agentes Funerários na Roma do Principado (Séc. I E.C.)

AT THE SERVICE OF LIBITINA: Studying the Roles of Mourning and Funeral Agents in the Rome of the Principate (1st Century CE)

Fernando Antonelli Muniz de Ramos¹
Thiago Eustaquio Araujo Mota²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar os ofícios funerários da Roma Antiga e seus profissionais: aqueles que se colocavam à serviço de Libitina, os *libitinarii*. Buscou-se examinar suas regulamentações, hierarquias e especialidades. Neste trabalho, a metodologia principal foi a análise documental das *Leges Libitinariae*, inscrição epigráfica que tipifica toda a regulamentação acerca do ofício funerário dos libitinários. Também foram utilizadas fontes literárias, do período do Principado, como forma de investigar as especialidades destes trabalhadores.

Palavras-chaves: Roma Antiga, Estudos Mortuários, *Libitinarii*, Agentes funerários, Libitina.

Abstract: This paper aims to investigate the funerary professions of Ancient Rome and their professionals: those who served Libitina, the *libitinarii*. It aims to examine their regulations, hierarchies, and specialties. The primary methodology adopted in this study was the documentary analysis of the *Leges Libitinariae*, an epigraphic inscription that establishes all the regulations concerning the funerary profession of the *libitinarii*. Literary sources from the Principate period were also used to explore the specialties of these professionals.

Keywords: Ancient Rome, Mortuary Studies, *Libitinarii*, Funerary Agents, Libitina.

Desde a publicação do livro de Phillipe Ariès, *Essais sur l'histoire de la mort en Occident: du Moyen Âge à nos Jours* (1975) e dos trabalhos de Michel Vovelle, o campo dos estudos mortuários tem atraído a atenção dos historiadores que buscam estreitar o diálogo com outras disciplinas como a Antropologia e a Arqueologia. Em decorrência da recente catástrofe sanitária da pandemia de Covid-19, o interesse historiográfico sobre a temática da morte, do luto e seus rituais ganhou novo impulso. A quantidade expressiva de mortes diárias, somada à interdição dos ritos de despedida, gerou questionamentos sobre os vários tabus e estigmas referentes à finitude, fazendo com que as relações interpessoais e a própria vivência do luto fossem interrogadas.

Na Antiguidade, a expressão ritualizada do luto era compreendida como uma obrigação social, pois, marcava o encerramento de um ‘ciclo vital’, assinalado por etapas

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco, *campus* Petrolina. E-mail: fernando.antonelli@upe.br. ORCID: 0009-0003-9014-981X. PIBIC PFA/UPE.

² Professor Adjunto de História Antiga da Universidade de Pernambuco, *campus* Petrolina. Doutor pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: thiago.mota@upe.br. ORCID: 0000-0002-8199-9594.

de transição tais como a puberdade, o ingresso na vida pública e o casamento (Florenzano, 1996). Os vários gêneros da tradição literária clássica, como a poesia épica, a trágica e a didática possuem abundantes representações de espectros que clamam dos vivos rituais propiciatórios e uma digna sepultura, para que possam adentrar o espaço do Hades/Averno, compreendido como a morada dos mortos. Mais que um conjunto de etapas e procedimentos, os ritos funerários remetem à própria compreensão dos homens sobre o tempo, a condição humana e seu entendimento de mundo. Dessa forma, um estudo do complexo simbólico e figurativo da morte na cultura romana, o relacionamento social estabelecido com os mortos e o culto aos ancestrais nos conduz diretamente aos próprios ‘vivos’ e suas instituições.

Tendo em vista historiografia especializada nos estudos mortuários romanos, pouca atenção foi dada aos profissionais do luto que, em Roma, eram conhecidos como libitinários (do latim, *libitinarii*). Assim, a partir da análise dos textos epigráficos¹ e do diálogo com a bibliografia especializada, buscamos nos debruçar sobre o cotidiano destes profissionais do luto, bem como investigar as atividades, hierarquias e estigmas atribuídos a eles, pela sociedade.

Os epitáfios e regulamentações funerárias constituem um importante repertório documental que reúne informações sobre as práticas funerárias romanas (Silva, 2022, p. 128, 129). A reunião desse *corpus* ensejou um movimento de leitura analítica no século XIX, desenvolvendo a análise epigráfica, que se mostrou o instrumental profícuo para possibilitar o entendimento das práticas mortuárias e das regulações funerárias na Antiguidade Romana, visto que 90% dos registros presentes no *Corpus Inscriptionum Latinorum*, referentes à capital, são textos de procedência funerária (Silva, 2022, p. 128).

Em parte, isso se explica devido ao cuidado que os romanos, das várias camadas sociais, conferiam à conservação da memória dos mortos, sendo o registro epigráfico em lápides e estelas funerárias uma das maneiras mais democráticas de imortalizar a individualidade do falecido. Neste artigo recorreremos à edição das *Leges Libitinariae*, compilada nos *Années Epigraphiques* de 1971. Ademais, a coletânea de fontes (*sourcebook*) editada, traduzida e comentada por Valerie Hope (2007), *Death in Ancient Rome*, traz um compilado de excertos literários e fontes epigráficas, inclusive, as *Leges Libitinariae*, traduzidas do latim para o inglês.

Do ponto de vista religioso, a atenta execução dos ritos funerários garantia a transição segura da alma para o mundo dos mortos e a manutenção da própria *pax deorum*.

Os romanos, assim como outros povos da Antiguidade, percebiam a morte e o contato com os cadáveres, como uma fonte inquietante de impureza (Hope, 2007, p. 173). Consequentemente, a interação com o morto impunha uma interdição temporária dos enlutado aos cultos das esferas doméstica e pública (Retief; Cillier, 2005, p. 129).

À medida em que a população de Roma atingiu a cifra de um milhão de habitantes, é plausível supor que o fluxo de óbitos demandou uma maior atenção da esfera pública. Neste período, é provável que por volta de 30.000 romanos morressem por ano na cidade, algo em torno de 80 pessoas por dia (Bodel, 2000, p. 129). Além da família do falecido, a realização dos ritos funerários poderia ser delegada a um seletor grupo, especializado, nesse tipo de ofício: os *libitinarii*, que se dedicavam ao serviço de Libitina e podem ser considerados agentes profissionais da morte. As menções aos integrantes desse *collegium* aparecem de forma pontual na documentação literária latina. Tito Lívio (séc. I E.C.), referindo-se ao período em que uma pestilência acometeu a cidade de Roma, escreve: “Escravos e seus insepultos corpos se empilhavam ao longo da estrada, e Libitina não foi suficiente para os funerais dos homens livres.” (Tito Lívio, *História Romana*, XLI, 21.5–11). Em uma de suas Epístolas, Horácio (séc. I A.E.C) declara o seguinte:

*Si me uiuere uis sanum recteque ualentem,
quam mihi das aegro, dabis aegrotare timenti,
Maecenas, ueniam, dum ficus prima calorque
dissignatorem decorat lictoribus atris,
dum pueris omnis pater et matercula pallet.* (Horácio, Epístolas, I, 07, 03-07)

Se queres que eu viva são, bem e robusto, quanto me dás com aflição, me darás por que eu tema adoecer, Mecenas, que eu venha, enquanto o primeiro figo e o calor ornar o agente funerário, com os litores de vestes escuras, enquanto os pais e as mãezinhas empalidecem por seus filhos.

Vale observar que os libitinários eram figuras presentes no cotidiano romano. No entanto, somente adquirimos um conhecimento mais profundo de sua relevância social e a organização desses profissionais, quando nos voltamos para a documentação arqueológica. Duas inscrições epigráficas, em estado fragmentado, datadas entre os séculos I A.E.C. e I E.C., provenientes das colônias de *Puteoli* e *Cumae*, reúnem trechos de um regimento referente ao funcionamento e as ocupações dos *collegia* dos libitinários, intituladas *Leges Libitinariae*. As inscrições foram descobertas em meados dos anos 1950, durante as campanhas de escavação nos sítios vesuvianos. Enquanto a versão de

Cumae foi encontrada próxima ao anfiteatro da cidade, a de *Puteoli* localizava-se nas imediações do fórum desta colônia romana.

O texto deste regimento faz referência a um espaço nomeado como *Lucus Libitinae* — algo como “Bosque de Libitina” — compreendido como o suposto recinto de atividade destes profissionais (*AE*, 1971, n. 88, Col. II, 03).² A versão de *Puteoli* sugere que, possivelmente, havia na cidade uma “cópia” do *Lucus Libitinae* localizado em Roma (BODEL, 2004, p. 147). Na capital, supõe-se que o bosque estava localizado além dos limites do *pomerium*³ — próximo à Porta Esquilina da antiga Muralha Serviana — uma vez que o sepultamento intramuros e a realização de homenagens aos mortos, dentro do *pomerium*, eram proibidos desde a Leis das Doze Tábuas⁴.

Parte da historiografia compreende que Libitina era uma divindade arcaica, pois seu nome (também grafado como *Lubentina*), possivelmente, guarda alguma relação de origem com o etrusco *lupu* ou *lupuce* (fórmula correspondente à expressão latina *mortuus est*, literalmente “está morto”) (Bodel, 2000, p. 136). Por vezes, Libitina aparece nos textos como sinônima da própria Morte, mas, também, em linguagem metafórica, a palavra era utilizada para se referir às coisas e aos objetos do universo fúnebre.

Em um dos *Epigramas*, Marcial (séc. I E.C.) utiliza o nome da divindade como metáfora para “pira” ou “esquife” e até mesmo para se referir ao local do funeral e às necrópoles em geral (Marcial, *Epigramas*, VIII, 43, 3-4; Bodel, 2000, p. 136). Tendo estado Libitina intrinsecamente relacionada ao serviço funerário, seu nome também era usado para descrever as atividades dos libitinários, como, quando na inscrição se diz “exercer *libitina*”⁵, para o funeral, ou a fórmula “*libitinam facere*” que aparece na *Tabula Heracleensis*⁶ (Bodel, 2000, p. 136; Bodel, 2004, p. 153).

Por sua vez, Claudia Beltrão, historiadora brasileira especialista em religião romana, sugere que, durante este contexto histórico, não havia um culto oficial ativo devotado à Libitina, nem adoradores, ao passo que, até o estágio atual da pesquisa, não foi localizado qualquer templo vinculado a esta deusa e tão pouco chegaram inscrições epigráficas ou objetos sacramentados à Libitina em todo território imperial (Beltrão, 2022, p. 428; HOPE, 2009, p. 69). Dessa maneira, o bosque de Libitina não cumpria o papel de santuário propriamente dito, uma vez que não foram encontrados, nesta região da cidade, objetos que atestam a sacralidade do espaço como estátuas ou artefatos votivos.

Segundo John Bodel (2004), historiador classicista estadunidense, o referido bosque (*lucus*) servia tanto como um abrigo para os profissionais do luto quanto como o

espaço para suas atividades profissionais pelo menos desde o Século II A. E. C. (Bodel, 2004, p. 147). Ali, o cidadão romano poderia contratar o serviço funerário da corporação a partir do responsável local pela recepção dos enlutados e pela organização do funeral, o *manceps* (contratante) (AE, 1971, n. 88, Col. II, 07. Col. III, 21). Caso não firmasse o contrato, a família poderia ainda comprar (ou alugar), determinados itens, para a realização dos ritos de maneira privada, como mortalhas, liteiras, incenso, lucernas e tochas (Beltrão, 2022, p. 428; Hope, 2007, p. 90; Retief; Cillier, 2005, p. 132).

O serviço era pago diretamente ao *manceps*, ou para algum encarregado da administração das receitas do *collegium*. Realizada a contratação, este responsável reuniria seus vários profissionais especializados para uma eficiente realização do funeral, de sepultamento ou cremação, além de prover todos os itens necessários para o ato, de acordo com as próprias *Leges Libitinariae*. Assim, todo cidadão que quisesse realizar a contratação dos serviços era obrigado a pagar ao contratante, até mesmo os decuriões (AE, 1971, n. 88, Col. II, 20).

Inicialmente, até o começo do Séc. I E.C., de acordo com Bodel (2004), o termo *libitinarius* foi usado apenas em referência ao *manceps*, o contratante. Mais tarde, no entanto, o termo *libitinarius* adquiriu amplitude para classificar toda essa ordem de trabalhadores do luto (BODEL, 2004, p. 154). Na estrutura do *collegium* havia certa hierarquia social e especialização do trabalho, sendo o principal, o *manceps*, supracitado, o organizador do evento funerário. Nas *Leges Libitinariae*, o contratante também é referido com os títulos de *redemptor* e *conductor* – literalmente “contratante” (Glare, 1968, p. 396, 1589).

No entanto, seu envolvimento com a condução do funeral era um tanto indireto, sendo seu trabalho mais administrativo, voltado apenas para as responsabilidades legais do contrato funerário, como designar a equipe de trabalhadores, publicar o contrato no Fórum e o registro da contabilidade dos mortos. Uma passagem de Suetônio (séc. I E.C.), da biografia de Nero, dá a entender que havia uma regularidade destes registros na capital: “uma peste que em um único outono colocou trinta mil mortos nas contagens de Libitina” (Suetônio, *Nero*, 39.1)

É importante ressaltar que os libitinários não cumpriam apenas a função de coveiros pois eram incumbidos de todas as etapas do ritual funerário, desde os preparativos do cadáver, o cortejo e, finalmente, a cremação ou inumação. Um exemplo disso são os *dissignatores*, citados por Horácio. Seriam os segundos em importância

hierárquica no *collegium*, pois, presidiam o cortejo e repassavam as orientações do *manceps* (Bodel, 2004, p. 154).

Havia também os *pollinctores*, aqueles que cuidavam da limpeza e preparavam os corpos dos falecidos. Esta é a especialização mais antiga da qual se tem notícia, citada pelo comediógrafo Plauto (séc. II A.E.C.), e seu nome vinha da prática de cobrir o rosto dos falecidos com pó (*pollen*, literalmente “pó” ou “farinha refinada”) colorido para melhorar a aparência do morto (Beltrão, 2022, p. 428; Bodel, 2000, p. 137; Ernout; Meillet, 2001, p. 519; Glare, 1968, p. 1397).

Segundo Bodel, outra possibilidade é que o nome *pollinctor* tenha derivado de *pollutorum unctor*, ou “perfumista dos impuros” (2000, p. 141). Por sua vez, os *uespillones* carregavam ou removiam os corpos daqueles muito pobres para usufruir de um funeral e dos criminosos. Uma possível origem etimológica deriva do hábito de carregarem os corpos destes indivíduos no período da noite (*vespertino tempore*) (Bodel, 2004, p. 138).

Já os *sandapilarii* eram os profissionais que construíam e carregavam as padiolas com os corpos, ou *sandapilla*. Já os *tibicines* e *tubicines* (flautistas e tubistas) eram os responsáveis pela execução da música fúnebre da *pompa* (o cortejo), anunciando a presença do corpo aos vizinhos e à população em geral.

Cabia, por sua vez, aos *ustores* o processo de cremação dos mortos nas *ustrinae*, os recintos reservados para as piras funerárias, uma especialidade que demandava algum conhecimento dos tipos de madeira e dos materiais utilizados na combustão. Convém ressaltar a antiguidade da prática de cremação (atestada nas tumbas mais antigas da Necrópole do Esquilino) que coexistiu com o procedimento de inumação até o período da Antiguidade Tardia, quando este último costume se tornou predominante (Braga, 2015, p. 129, 130; Glare, 1968, p. 245, 1740). Entre os libitinários, resta mencionar ainda os *fossore*s, aqueles que cavavam a terra para o sepulcro e cuidavam das necrópoles romanas – visto que eram comumente frequentadas por indigentes e bandidos (Braga, 2015, p. 129, Hope, 2007, p. 100).

Além dos profissionais elencados, as mulheres desempenhavam um papel fundamental na dinâmica dos funerais romanos. Contratadas para coordenar o lamento fúnebre, as *praeficae*, carpideiras, entoavam a *naenia* e proferiam elogios aos mortos durante o cortejo (Beltrão, 2022, p. 430, 431). Um gramático de nome Aurélio,⁷ citado por Varrão na obra *Sobre a Língua Latina*, informa que essas mulheres vinham do bosque

(*lucus*) além do Esquilino, sugerindo que poderiam estar vinculadas à corporação dos *libitinarii* (Varro, *Sobre a Língua Latina*, VII, 70. *Grammaticae Romanae Fragmenta*, Aurelius Opilus, Frag. 11., Funaioli, p. 90. *apud* Bodel, 2000, p. 138).

Da documentação literária latina, pouca informação nos chegou sobre o trabalho das carpideiras que figuram também, de forma bastante esporádica, na iconografia romana, como é o caso do relevo de *Amiternum*⁸, uma rara representação visual de um cortejo fúnebre romano. É plausível supor que as *praeficae* fossem responsáveis pelas dramatizações mais pungentes de dor e luto durante a *pompa funebris*, acompanhando os músicos e atores que vestiam máscaras, representando o falecido (Beltrão, 2022, p. 433; Braga, 2015, p. 126).

A necessidade de cuidar da alma e da memória dos mortos era percebida como uma imposição do *mos maiorum*,⁹ logo, a corporação dos libitinários desempenhava um papel essencial no bom funcionamento da ordem social. Como foi destacado, a morte era entendida como uma fonte preocupante de poluição, o que demandava providências céleres na preparação dos corpos e sua remoção para o recinto de cremação/inumação. Essas diligências contribuíam para a própria manutenção do que se compreendia por *cura urbis*¹⁰ (Bodel, 2004, p. 148).

Et si ita denuntiat(um) erit, tum is manc(eps) sociusve eius isve ad q(uem) e(a) r(es) q(ua) d(e) [a(gitur)] p(ertinet), ei qui primum denuntav(it) et deinceps reliquis, ut quisq(ue) denuntiaver(it). Nisi si funus decurion(is) funusve acervorum denuntiat(um) erit, cui prima curand(a) erint. reliquor(um) autem funerum ordo servand(us) (AE 1971, n.88. II, 18–21).

E se assim tiver sido anunciado, então, o contratante, seu sócio ou alguém responsável deverá realizar o serviço para a pessoa que anunciou primeiro e, em seguida, para os demais, logo que cada um tiver anunciado. Exceto se o funeral de um decurião ou coletivo tiver sido anunciado, para os quais os primeiros trâmites devem ser tratados. A ordem dos demais funerais, entretanto, deve ser seguida (Tradução nossa).

Como é possível perceber, membros do conselho da cidade (decuriões) tinham prioridade na remoção e realização do funeral, como é determinado pelo trecho da *Lex Libitinaría*. A referência ao funeral coletivo na ordem de prioridades do texto epigráfico sugere a preparação da corporação para situações de calamidade pública, muitas vezes, ocasionadas por enchentes, incêndios e epidemias.

Apesar da importância de seus serviços, os *libitinarii* não gozavam de prestígio ou elevado status social, justamente por sua relação pessoal e diária com a morte. O tabu sobre a poluição da morte tornava qualquer indivíduo que tivesse contato com o cadáver temporariamente excluído dos ritos públicos e domésticos. Os libitinários, no entanto, eram permanentemente impuros e isolados. A inscrição diz o seguinte:

Oper(ae), quae ad eam r(em) praeparat(ae) er(unt), ne intra turrem ubi hodie lucus est Libit(inae) habitent, laventurve ab h(ora) I noctis, neve veniant in oppid(um) nisi mortui tollend(i) conlocand(i)ve aut supplic(ii) sumend(i) c(ausa), dum ita quis eor(um) veniat quotiens oppid(um) intrab(it) in oppid(o)ve erit ut pilleum color(ium) in capit(e) habeat (AE 1971, n. 88. II, 3–5.

Os trabalhadores que, para esta tarefa, serão preparados, não devem habitar dentro da torre, onde hoje está bosque de Libitina, nem se banhar após a primeira hora da noite, nem entrar na cidadela, exceto para receber ou sepultar um morto, ou para aplicar uma pena, e então todas as vezes que um deles vier à cidadela ou tiver entrado nela, deve ter um gorro colorido na cabeça (Tradução nossa).

Outra forma de se identificarem era por meio de vestes negras que também simbolizavam a impureza do luto, como lembra o poeta Horácio na passagem citada anteriormente (Retief; Cillier, 2005, p. 133). Apesar de sua relevância social, os libitinários viviam em constante segregação social em razão de seu contato rotineiro com a morte (Hope, 2007, p. 102). Além disso, a presença desses profissionais do luto causava desconforto por onde passavam, pois lembravam as pessoas de sua própria condição mortal.

O estigma social dos libitinários era reforçado pela própria proibição de participarem do *cursus honorum*. Legalmente, estavam proibidos pela *Lex Iulia Municipalis* de exercer qualquer magistratura, a fim de não comprometerem a organização social e política (*Lex Iulia Municipalis*, II, 94. *CIL*, I. 593). Muito embora os libitinários, em geral, pertencessem aos setores subalternos da sociedade romana, é possível afirmar que os contratantes e diretores das cerimônias desfrutavam de um pouco mais de prestígio e inserção na esfera pública, possivelmente, devido à relativa distância que mantinham dos falecidos (Bodel, 2004, p. 152; Retief; Cillier, 2015, p. 133). A inscrição de *Puteoli* apresenta um recorte de quem eram, ou eram permitidos de ser, os profissionais desse *collegium*:

ne quis eor(um) maior ann(orum) L minorve ann(orum) XX sit neve u[at]i(us) neve luscus neve manc(us) neve clodus neve caec[us] neve stigmat(ibus) inscript(us) sit, et dum ne pauciores manceps oper(as) habeat quam XXXII (AE 1971, n.88. II, 6–7.).

Nenhum deles deve ter mais de 50 anos, ou menos de 20, nem ter feridas, nem ser caolho, mutilado, aleijado, cego ou ter estigmas na pele, enquanto, o contratante [*manceps*] não deve ter menos do que 32 trabalhadores (AE 1971, n.88. II, 6–7; tradução nossa).

Considerando o excerto acima, torna-se difícil precisar quais normativas das *Leges Libitinariae* eram apenas diretrizes locais, de *Puteoli*, e quais não. A passagem acima, por exemplo, pode ser uma instrução exclusiva de *Puteoli*, visto que o poeta Marcial, em um de seus epigramas, menciona agentes funerários, com estigmas na pele, trabalhando a noite (Marcial, VIII, 75, 9), horário que, em *Puteoli*, não era permitido retirar os corpos dos falecidos, por algum motivo desconhecido (Marcial, VIII, 75, 9; Bodel, 2004, p. 147). Bodel supõe que havia grupos de libitinários atuando em diferentes distritos da capital, tendo em vista que a cidade era grande e populosa demais para ser atendida por um único *collegium* (Bodel, 2000, p. 131).

Quem em Roma, utilizava os serviços destes profissionais? Grande parte dos relatos e informações detalhadas sobre os funerais advém dos grupos abastados da população, o que é de se esperar, em razão dos custos elevados dessas cerimônias. As famílias precisavam despende de todos os itens para uma realização precisa do ritual, como a madeira para a *ustrina* (se for o caso), incenso, roupas, um sepulcro ou terreno nas necrópoles, além do serviço dos libitinários, músicos e carpideiras. Isso sugere que um funeral completo seria uma despesa quase proibitiva para a parcela mais humilde da população (Braga, 2015, p. 127; HOPE, 2007, p. 90). No entanto, funerais de pequeno porte, sem banquetes, exposições prolongadas ou luxo no translado do corpo eram uma opção disponível para os setores médios populares e famílias menos abastadas (Hope, 2007, p. 97, 98, 117). Sabemos também que pobres e libertos poderiam ingressar nas sociedades funerárias que gerenciavam um erário comum para arcar com os custos das exéquias de seus membros que, porventura, viessem a falecer.

Entre os *libitinarii*, havia ainda outra categoria de trabalhadores especializados dentro do *collegium*, como os *uerberatores* e *carnifices* (respectivamente açoitadores e executores). Enquanto outros trabalhadores se tornavam impuros por seu contato direto com os mortos, o executor (*carnifex*, literalmente “que faz carne”) servia diretamente como um instrumento que trazia a morte. Nesse sentido, eram ainda mais temidos e

evitados (Bodel, 2000, p. 143, 144). As *Leges Libitinariae* deixam clara a possibilidade de se estabelecer contratos privados para a aplicação de punição a infratores de um modo geral. Além disso, magistrados também poderiam ordenar a punição ou execução de criminosos. Neste caso, sem cobrança adicional, o *redemptor* deveria fornecer os instrumentos para este tipo de serviço (AE 1971, n. 88, II, 11-13).

Considerando o exponencial crescimento da população da capital do Império Romano, que atingiu a cifra de 1 milhão de habitantes sob o governo de Augusto, buscou-se compreender como uma cidade tão populosa e diversificada, do ponto de vista social, lidava com o fluxo diário de óbitos. O estudo das *Leges Libitinariae* pôde ampliar um pouco mais a compreensão sobre o universo destes profissionais que, apesar de extremamente relevantes, eram relegados às margens da sociedade. Buscou-se demonstrar também que, para além dos vários serviços vinculados ao luto, os libitinários desempenhavam, as funções de algozes e carrascos e eram incumbidos da execução de várias penas impostas pela justiça criminal romana.

Como se afirmou acima, é plausível supor que a *urbs* demandava a estruturação de uma complexa maquinaria social ligada aos funerais que envolvia desde a alocação de espaços destinados a preparação e cremação/sepultamento dos corpos, profissionais como carregadores, cremadores, carpideiras e uma legislação que regulamentava tais práticas.

Fontes

CRAWFORD, Michael; NICOLET, C. *Tabula Heracleensis*. In: CRAWFORD, Michael. *Roman Statutes. Vol. 1*. London: Institute of Classical Studies, 1996. pp. 355-391

GAGÉ, J.; LEGLAY, M.; PFLAUM, H.-G.; WUILLEUMIER, P. *L'Année Épigraphique 1971*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974, pp. 25-49. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25606943>. Acesso em 08 de Setembro de 2023.

MARCIAL. *Epigramas. Vol. III*. Trad. Paulo Sérgio Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2001.

SUETONIO. *Vite dei Cesari*. Trad. Felici Dessì. Milano: Bur Rizzoli, 2009.

TITO LIVIO. *Storia di Roma dalla Sua Fondazione: Vol. 11*. Trad. Marzia Bonfante. Milano: Fabri Editori, 2000.

VARRO. *De Lingua Latina*. Introduction, Text, Translation, and Commentary. Ed. Wolfgang David Cirilo de Melo. Oxford: Oxford University Press, 2019.

WARMINGTON, E. H. *Remains of Old Latin. Vol. III. Lucilius. The Twelve Tables*. Transl. E. H. Warmington. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1938 (The Loeb Classical Library).

Referências

ARIÈS, Phillipe. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident : du Moyen Âge à nos jours*, Seuil, 1975.

BELTRÃO, Claudia; FEITOSA, Paulo. A *naenia* no funeral: revisitando o famoso relevo de *Amiternum*. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, [S. l.], v. 7, n. 14, pp. 420–437, 2022. DOI: 10.9789/2525-30502022.v7i14.420-437. Disponível em: <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/10789>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BODEL, John. The organization of the funerary trade at Puteoli and Cumae. In PANCIERA, S (a cura di). *Libitina e dintorni: Atti dell' XI Rencontre franco-italienne sur l'épigraphie (Libitina 3)*. Roma: Quasar, 2004. pp. 149-170.

BODEL, John. Dealing with the dead: undertakers, executioners and potter's fields in ancient Rome. In HOPE, Valerie; MARSHALL, Eireann. *Death and Disease in the Ancient City*. Nova York: Routledge, 2000. pp 128-151.

BRAGA, Cristina. Entre a vida e a morte: Rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta. In LEITE, Leni; NETO, Belchior; SILVA, Érica; SILVA, Gilvan. (Orgs.) *Cotidiano e sociabilidade no Império Romano*. Vitória: GM Editora, 2015. pp. 124-139.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine: Histoire Des Mots*. 4. ed. Paris: Klincksieck, 2001.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Nascer, Viver e Morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual, 1996.

GLARE, Peter. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

HOPE, Valerie. *Death in Ancient Rome: A Sourcebook*. Nova York: Routledge, 2007.

HOPE, Valerie. *Roman death: The Dying and the Dead in Ancient Rome*. Londres: Bloomsbury, 2009.

RETIEF, François; CILLIERS, Louise. Burial customs and the pollution of death in Rome: Procedures and Paradoxes. In *Acta Theologica*. Vol. 26. Supplementum 7. (pp. 128-146). 06/2005. Disponível em: <https://journals.ufs.ac.za/index.php/at/issue/view/225>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SILVA, Filipe. A contribuição da epigrafia latina para o estudo dos libertos no Império Romano. In CAMPOS, Julianio; FUNARI, Pedro; OLIVEIRA, Jorge. *Arqueologia: Temáticas e Perspectivas Teórico-Metodológicos de Pesquisa 2*. Ponta Grossa: Atena, 2022. pp. 123-135.

VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou o Trabalho do Luto*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

Artigo recebido em 24/07/2024

Aceito para publicação em 08/01/2025

Editor(a) responsável: Paloma Caroline Catelan

¹ Inscrições em materiais duráveis como: lápides, telhas, vasos de cerâmica, metal etc. (Cf. Silva, 2022).

² Para esta pesquisa recorreremos à edição das *Leges Libitinariae* compilada nos *Années Epigraphiques* (AE) de 1971.

³ O nome dado aos limites sagrados da cidade de Roma estabelecidos pelas muralhas.

⁴ Conjunto de leis elaborado no início do período republicano de Roma, instituídas por volta de 451 A. E. C. Segundo um dos fragmentos conservados da legislação estabelecia-se que “nenhuma inumação ou cremação podia decorrer dentro da cidade” (*Lex XII tabularum*, X, 3 *apud* Braga, 2015, p. 125).

⁵ *libitinae exsercend(ae)* – AE 1971, n. 88, Col II, 17.

⁶ Tabuleta de bronze encontrada em 1732 contendo uma série de regulamentos para as vias públicas urbanas que vão desde a distribuição de grãos e provisões até tráfego e o trabalho de magistrados. Também pode ser chamada de *Lex Iulia Municipalis* ou Lei de César sobre Municipalidades, pois, aparentemente foi elaborada pelo *Dictator*, e homologada pouco depois de sua morte em 44 A. E. C. O texto se encontra disponível e traduzido para o inglês em: <https://droitromain.univ-grenoble-alpes.fr/Anglica/heracleensis_johnson.html>

⁷ Na interpretação de John Bodel, o Aurélio em questão seria de M. Aurélio Cotta (séc. I A.E.C), no entanto, para o editor e filólogo Gino Funaioli, organizador dos *Grammaticae Romanae Fragmenta*, se trataria de Aurélio Opilo.

⁸ Para saber mais sobre as *praeeficae*, a *naenia*, e o relevo de *Amiternum*, sugerimos o artigo de Cláudia Beltrão e Paulo Feitosa “A *naenia* no funeral: revisitando o famoso relevo de *Amiternum*”

⁹ *Mos maiorum* é o nome dado ao conjunto de normas sociais que formam um código, não escrito, da moralidade romana, complementando as leis escritas. Esse código é ancestral, podendo ser reconhecido desde o início da cidade, assim como as Leis das Doze Tábuas.

¹⁰ *Cura Urbis*, ou “cuidar da cidade”, era a obrigação que se tinha para manter a cidade limpa e organizada, inicialmente sob responsabilidade dos edis e tribunos, e posteriormente dos curadores, e incluía o cuidado com as ruas, eventos públicos, mercados, etc.

LOUCURA CONTEMPORÂNEA: Relações Entre Representações da Loucura e Possessão Demoníaca no Filme *Hereditary* (2018)

CONTEMPORARY MADNESS: Relationships Between the Representations of Madness and Demonic Possession in the Film *Hereditary* (2018)

Evelane Mendonça de Oliveira¹
Gleudson Passos Cardoso²
Iuri Furini Lopes da Silva³

Resumo: Este artigo é parte resultante do estudo que se desenvolve no âmbito da Iniciação Científica. Está situado no campo historiográfico da História Cultural e História das Mentalidades. Tem como proposta compreender a abordagem dada ao filme *Hereditary* (*Hereditário*, 2018) sobre a loucura a partir da relação com a possessão demoníaca. Dirigido por Ari Aster, compreende-se que, na linguagem fílmica, primou-se reatualizar as representações no campo da demonologia medieval sobre o discurso moderno e científico da loucura. Terror psicológico, o longa é protagonizado pela família Graham, que começa a experimentar eventos perturbadores após a morte da matriarca. A loucura começou a ser abordada nos cinemas pelo subgênero, entre os mais lucrativos. Se tornou emblemático a partir de personagens que se tornaram iconográficos na cultura cinematográfica, como Dr. Hannibal Lecter e Michael Myers. **Palavras-chave:** Loucura, Terror Psicológico, Cinema.

Abstract: This article is part of an undergraduate research project and is situated within the historiographical fields of Cultural History and the History of Mentalities. It aims to analyze the way the film *Hereditary* (2018) addresses madness through its association with demonic possession. Directed by Ari Aster, the filmic language reveals an effort to renew medieval demonological representations in contrast with the modern, scientific discourse on madness. As a psychological horror film, it follows the Graham family, who begin to experience disturbing events after the death of the matriarch. Madness has become a recurring theme in cinema through this subgenre, one of the most commercially successful. It became emblematic through characters who became icons of cinematic culture, such as Dr. Hannibal Lecter and Michael Myers.

Keywords: Madness, Psychological Horror, Cinema.

História da Loucura e suas representações no Cinema e no Imaginário Ocidental

A loucura sempre foi um fenômeno que atraía a curiosidade humana desde a Antiguidade (Wachelke, 2005). Por isso, acaba despertando tanta fascinação nas pessoas, principalmente as que não entendem de fato este fenômeno. Tal afirmação pode justificar as atribuições e ligações que ela recebeu, ao longo da história, que a conectaram com

¹ Graduada pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: evelane.oliveira@aluno.uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6329-7943>.

² Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual do Ceará. E-mail: gleudson.passos@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3674-9254>.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual do Ceará. E-mail: iuri.furini@aluno.uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7512-3772>. Bolsista-FUNCAP.

eventos ligados à natureza animalesca, ao sobrenatural e até mesmo a fenômenos sociais e emocionais.

Por seu caráter intrigante, logo ela recebeu atenção de setores diferentes da sociedade ocidental contemporânea buscando dominar esse universo misterioso que envolve esta característica. E não foi diferente com o cinema. Baseada em estereótipos (Anaz, 2020) e certezas universais do saber popular das representações sociais (Moscovici, 2003), a sétima arte continua a estimular as mesmas reações em seus espectadores em relação a este fenômeno.

Em entrevista à revista *Famecos*, o professor Michel Maffesoli responde se acredita em instrumentos ou tecnologias de criação de imaginários: “Claro. Vejo uma valorização da técnica na existência. O imaginário é alimentado por tecnologias. A técnica é um fator de estimulação imaginal” (2001, p. 80). Sendo o Cinema considerado um desses instrumentos, cabe às representações sociais da loucura, presentes no cinema, uma análise historiográfica; realizada principalmente à luz de Marc Ferro (1992) e sua metodologia das três críticas básicas a um filme: a de autenticidade, a de identificação e, por fim, a analítica.

Com isso percebe-se a influência direta que o cinema tem no cotidiano contemporâneo, se apropriando de aspectos da realidade, criando representações que vão ditar as próprias realidades vividas. Portanto articular as representações da loucura geradas por generalizações e homogeneizações do cinema, e as conexões, que o mesmo realiza, com eventos de possessão e expressões do sobrenatural, faz-se necessário; principalmente, para entender quais os discursos que o imaginário ocidental elabora sobre a loucura, presentes nos longas-metragens hollywoodianos, sendo analisado neste trabalho em específico, o longa *Hereditary* (2018).

Desta forma, faz-se necessário um breve panorama de como a loucura foi vista ao longo da história ocidental, quais representações foram atribuídas a ela por sociedades e épocas distintas. Entre essas percepções diferenciadas, percebe-se que há uma conexão nítida na forma em que a loucura foi entendida na Idade Média, relacionada às possessões demoníacas (Dametto; Esquinsani, 2017), conexões estas que são feitas a níveis de imaginário, tornando-se necessário uma explanação da noção pela perspectiva de Gilbert Durand e seu herdeiro intelectual Michel Maffesoli.

A noção de *Imaginário* (Le Goff, 1994) é uma das maiores discussões e fonte de pesquisas da História Cultural e da Nova História. Dentre os autores e autoras que contribuem muito com o tema, percebemos que Gilbert Durand, que recebe a carga

intelectual dos estudos anteriores de Gaston Bachelard (Melo, 2015), se destaca e torna-se referência nos estudos sobre tal noção.

Como noção, o Imaginário não é um conceito fechado, portanto não tem uma definição concreta e exata como os conceitos fechados das ciências naturais, que foram estabelecidos pelo modelo de ciência racionalista denominado de cartesiano (Pesavento, 1995). O que existe em relação a noção de imaginário são aproximações que garantem “um norte” na utilização da mesma. Em “Gilbert Durand e a Pedagogia do Imaginário” (2009), Araújo e Teixeira, apoiados no próprio, explanam:

O imaginário revela-se muito especialmente como um lugar de “entre saberes” (Durand, 1996, p. 215-227), senão mesmo como o lugar do espelho (Lima de Freitas), um Museu (palavra que Durand muito aprecia), que designa o conjunto de todas as imagens possíveis produzidas pelo animal simbólico (Ernst Cassirer) que é o homem. Porém, a tarefa de manter vivo esse Museu não é fácil porquanto hoje já não são mais os grandes sistemas religiosos que conservam os regimes simbólicos e as correntes míticas, mas antes as belas artes, para as elites, e a imprensa, a publicidade, as novelas ilustradas, a fotografia, a televisão, o cinema (sob vários formatos) para o público em geral, tendo, ultimamente, Gilbert Durand acrescentado o efeito perverso e a explosão do vídeo (1994, p. 20-22). (Araújo; Teixeira, 2009, p. 07).

Com isso podemos pensar sobre as ressignificações que acontecem a nível subjetivo em cada sociedade, situadas em lugares distintos no tempo e no espaço, e como cada uma delas vai interpretando as realidades que as cercam, inclusive, a própria loucura. Na antiguidade ocidental a loucura ganha grande valor, tanto no mundo objetivo quanto no subjetivo, expresso em seus mitos amplamente conhecidos.

É importante notar que nem a ciência, nem filosofia, mitologia ou a religiosidade não conseguiram compreender toda a complexidade do que seria a loucura, mas todas tentaram e continuam a interpretar esta característica de maneiras diferentes.

Ideias em relação da presença de divindades dentro dos corpos das pessoas que tinham comportamentos divergentes à norma racional, ou ligados ao caráter animalesco da natureza humana, foram sendo sedimentadas no imaginário antigo. Essa “possível possessão” relacionada a expressividade física-comportamental da loucura vai se tornar cada vez mais popular com a Idade Média.

A Idade Média é marcada por uma relação peculiar com o campo do sobrenatural. O homem do medievo procurava estabelecer os limites do fantástico como meio de uma melhor compreensão universal, tal facto, levantava discussões nas áreas religiosas e até mesmo científica, pois as influências religiosas interpenetravam também o campo da ciência e os misteriosos mecanismos dos mirabilia afetavam o cotidiano da sociedade medieval. Quais seriam as fronteiras entre o natural e o sobrenatural no mundo maravilhoso. O Deus cristão ofereceu como a

primeira maravilha, a criação. Os seres humanos e a natureza são manifestações do maravilhoso. (Matias, 2015, p. 33).

Neste recorte, os modos de interpretar a loucura, assim como quase todos os assuntos políticos do período, foram extremamente influenciados pelo pensamento cristão. A demonologia (Clark, 2020) garante um papel especial nessa discussão, já que foi responsável por classificar os demônios e explicitar os detalhes de suas manifestações na terra e nos possuídos por eles. O agravante de tal situação é que esses comportamentos de uma pessoa possuída ou começando a ser importunada por demônios, são exatamente comportamentos divergentes da normatização social que estava sendo imposta pelas instituições do medievo, principalmente a igreja (Matias, 2015, p. 18).

Os loucos então eram condenados e julgados por terem, na expressão de sua condição, códigos representativos que batem exatamente com as expressividades de uma “manifestação demoníaca”, ou pelo menos, da presença do mal. Apesar desta condição, que era quase totalitária, alguns loucos eram interpretados como videntes, imaculados que conseguiam ver mais do que a própria realidade objetiva.

Essa minoria era “santificada” para a maioria dos sacerdotes da Igreja e, portanto, poupada das atrocidades do tratamento do louco na época. Estes tratamentos consistiam em: cortes de cabelo (justificados para auxiliar na identificação desses sujeitos e protegê-los de arrancar seus próprios cabelos em episódios de ataques de fúria), benzimentos, contenção e medicação, ou em casos mais extremos, a exclusão — banimento —, exorcismos ou queimados na fogueira (Dametto; Esquinsani, 2017); e quando a “cura” era alcançada (entende-se cura como adequação do indivíduo às características físicas-comportamentais segundo a norma padrão estabelecida pelas instituições), eram atribuídos os créditos a milagres, por exemplo.

Estes indivíduos, quando banidos, mantinham uma relação importante com os centros urbanos do medievo. As instituições e autoridades precisavam destes indivíduos segregados, mas que não fossem “perdidos de vista” para que servissem de exemplo como “destino final” a quem transgrida as normativas sociais empreendidas pelas instituições. É interessante perceber como a loucura é a finalidade da possessão. Primeiro o indivíduo é caracterizado como possesso, portanto é louco. Essa relação era o exemplo didático perfeito que a Igreja precisava para determinar comportamentos de acordo com a norma padrão empreendida por ela.

Na modernidade o sentido de alteridade estabelecido entre a sociedade ocidental e os “outros” (loucos) foi exacerbado e reafirmado com a chegada do pensamento racional (Haddock-Lobo, 2008).

A loucura ganha agora um caráter social que antes não tinha (pelo menos não era declarado explicitamente pelas instituições). Aos doentes foram atrelados a titularidade de alienados, que seriam considerados exatamente o contrário do humano racional, que tem suas ideias pautadas na verdade absoluta e no raciocínio, Torre e Amarante declaram:

A história da loucura nos séculos XVIII e XIX é quase sinônimo da história de sua captura pelos conceitos de alienação e, mais tarde, de doença mental. Esse processo tem seu significado vinculado à criação de um novo modelo de homem ou de um novo sujeito na modernidade. Essa nova noção de sujeito se funda no surgimento da ideia de indivíduo e se concretiza na consolidação do sujeito do conhecimento cartesiano, pautado na racionalidade científica que se torna hegemônica como método de produção de conhecimento. Fazendo emergir um pensamento mecanicista, baseado nos princípios de causalidade e previsibilidade, esta racionalidade permite o surgimento de um sujeito da Razão. A loucura se torna seu contraponto: é capturada como sujeito da desrazão (Torre; Amarante, 2001, p. 74).

O indivíduo sem razão, incapaz de raciocinar por si próprio não pode decidir sobre sua situação e seu futuro. Os loucos acabavam tendo seus direitos, como cidadãos, retirados, em que agora o banimento, ou melhor, o isolamento se torna o meio de tratamento mais utilizado; já que, segundo os próprios responsáveis pelas terapias e tratamentos, o isolamento evita com que esse mal se espalhe e também acreditavam que isolando os indivíduos dos fatores externos, ficaria mais fácil conhecer a essência da questão e diagnosticar a causa da alienação.

É percebido até aqui a importância, fascínio, curiosidade e repúdio que a loucura representa na história ocidental (tendo em vista que a partir da contemporaneidade o fenômeno foi captado pela psiquiatria), articulando com cada representação atribuída a esta característica e como esses indivíduos foram utilizados socialmente em projetos sociais distintos. Cada esforço desses, criaram representações que sedimentaram no imaginário ocidental papéis e perfis específicos para loucos, ou comportamentos de loucura; estereótipos, que vão acabar sendo representados no cinema ocidental.

Apropriações e Representações cinematográficas acerca das relações entre Loucura e o sobrenatural

A loucura presente no cinema ocidental, principalmente hollywoodiano, que se tornou massivo no mundo todo após o declínio do europeu (YASHINISHI, 2020), se pauta nos estereótipos e representações sociais estabelecidas (principalmente) no imaginário da sociedade medieval. Na verdade, percebe-se o poder do cinema em

exacerbar tais estereótipos, até mesmo para poder envolver a subjetividade de seus espectadores, Kamita (2017) afirma:

Pensar criticamente o cinema implica reconhecer o impacto social desse meio de comunicação e procurar conhecer as nuances da linguagem cinematográfica e sua capacidade de evidenciar ou mesmo criar padrões de conduta que marcam limites sociais ou estimulam transgressões ao status quo (Kamita, 2017, p. 1393).

A relação interessante estabelecida entre o cinema e a alienação (loucura) é evidenciada inclusive pela origem dos dois, que datam da mesma época (Salgueiro, 2013). A psiquiatria é desenvolvida paralelamente ao surgimento do cinema, então obviamente o segundo seria produzido nas bases conceituais do primeiro (ou pelo menos alinhado politicamente com ele).

O cinema, tratando o louco como “outro”, atribui a ele também o sentido de perigo e de violência, essa associação será acentuada ainda mais no terror, fazendo com que vários antagonistas de filmes do gênero sejam relacionados à característica da loucura. Outro gênero derivado do terror que “bebe dessa mesma fonte” são os filmes de *serial killers* que também têm seus vilões atrelados à loucura.

O estigma ver-se-á eternamente perpetuado por personagens intemporais, como Hannibal Lecter (*The Silence of the Lambs*, 1991), Jason (*Friday 13th*, 1980), Freddie Kruger (*A Nightmare on Elm Street*, 1984), Norman Bates (*Psycho*, 1960), Michael Myers (*Halloween*, 1978) ou Patrick Bateman (*American Psycho*, 2000). Os filmes produzidos por Hollywood merecem especial atenção, no que respeita a produção de filmes de terror, face ao seu poder comercial, gerador de grandes audiências, a nível mundial. A economia capitalista em que se inserem condiciona a sua estrutura socialmente negligente, em prol de fins lucrativos. Assim, “Hollywood não é um reflexo, mas uma caricatura de certas tendências contemporâneas previamente selecionadas” (Powdermaker, 1950, p. 163).

Fora a associação às percepções de violência, a loucura no terror também é extremamente ligada a eventos e acontecimentos de caráter sobrenatural. Muitos filmes de possessão demoníacas acabam se pautando no comportamento divergente, do outro, sujeito da desrazão, para expressar efetivamente códigos alegóricos que remetam a presença do mal na representação presente no filme. Em alguns casos, as obras “jogam” com papéis sociais pré-estabelecidos e recorre a possessão para torná-los divergentes à normatização, dentre esses, *Hereditary* (2018) toma uma importante posição.

A loucura e ‘Hereditary’ (2018)

O filme *Hereditary* (2018) é um exemplo perfeito para ilustrar a materialização das representações ocidentais em relação à loucura associando tais vivências às mulheres, pessoas deficientes, de comportamentos divergentes e até mesmo atrelando o fenômeno ao sobrenatural e principalmente a violência.

Os códigos alegóricos que associam as representações sociais ocidentais aos personagens do filme, estão expressos em diversos momentos da trama da obra. No filme a família Graham (em um clássico formato de família nuclear: pai, mãe, filho mais velho homem e menina caçula) está de luto pela perda da avó, Ellen, que secretamente colocou sua linhagem e descendência em um ciclo de um culto à Paimon, um demônio que almeja emergir ao mundo possuindo um corpo masculino para tal fim.

As associações com a loucura se iniciam justamente com a própria composição da trama, o seu formato. O protagonismo do filme é dado a uma família, que é um dos principais núcleos afetivos dos indivíduos que podem acarretar em episódios traumáticos levando a loucura. Como afirma Haddock-Lobo (2008) bastava ser transgressor, seja do trabalho ou das ordens de valores de família burguesa, que a associação com a loucura era realizada.

Aos 19 minutos de filmes se inicia uma sequência de acontecimentos que retratam a ida de Annie, a mãe da família Graham, que havia perdido a sua mãe, Ellen, à um grupo de apoio psicológico em relação ao luto. Essa cena se faz reveladora quanto as associações entre os fenômenos sobrenaturais da trama com o tratamento psiquiátrico de sua família.

Na cena Annie fala que sua mãe tinha transtorno dissociativo de identidade e que este quadro se agravou no final da sua vida. Para agravar o quadro da personagem, Ellen também era laudada com demência. Essas associações à personagem se caracterizam no fato de que o sistema psiquiátrico e principalmente as instituições de poder atrelaram outros nomes ao fato de que Ellen fazia parte de uma minoria religiosa, tradicionalmente conhecidas como seitas (Seiwert, 2001).

Ellen não foi a única da família a ser laudada com problemas relacionados ao adoecimento mental, o pai de Annie também foi diagnosticado como uma pessoa que tinha depressão psicótica e acabou morrendo de fome, ele simplesmente parou de se alimentar. Este personagem não ganha mais detalhes do que isso, mas a situação mais intrigante fica para o irmão de Annie, Charles.

Charles era o irmão de Annie que se suicidou aos 16 anos de idade. O garoto foi diagnosticado com esquizofrenia e fez o ato do suicídio no quarto da própria mãe, Ellen. Na carta de despedida ele a culpava e disse que fez tal coisa porque a mãe tentava colocar

pessoas dentro dele, afirmação que foi desconsiderada pela personagem, mas na verdade, já era, talvez, a primeira tentativa de Ellen de dar a Paimon o seu receptáculo para vir à terra.

A violência e o misticismo sempre foram associados à loucura nas culturas ocidentais, portanto no cinema, que tem como característica levar essas alegorias ao máximo, não seria diferente. Outro fator que chega a ser considerável no relato da personagem na mesma cena é o fato de sua mãe ser internada, técnica de isolamento/banimento presente no imaginário ocidental pelo menos desde a idade média.

A loucura associada ao misticismo e ao mundo sobrenatural têm como característica também a capacidade de ver espíritos (Matias, 2015). Annie em sua desestabilidade emocional desencadeada por uma culpa incessável que acomete a personagem pela perda da mãe acaba vendo a mesma em seu quarto em um episódio que acontece por volta dos 13 minutos de filme.

As relações de Annie ao adoecimento mental e consequentemente à loucura e possessão não param por aí. Annie acaba fugindo, na verdade, de códigos alegóricos que a enquadrariam no arquétipo de boa mãe. O interessante de se analisar é que a personagem só faz isso quando já está começando a receber importunações do mundo sobrenatural, como por exemplo na clássica cena do jantar em família dos Graham que acontece nos 56 minutos de filme, em que a personagem assume comportamentos animais, fora da conduta de civilidade e racionalidade ocidental, configurando com um ser de desrazão e já em processo de possessão, já que Santos (2021) afirma que as importunações são os primeiros passos de tal fenômeno.

Essa cena traz uma expressividade muito forte dos atores, o que também está carregado em suas representações iconográficas. Percebe-se um tom a mais de palidez quando os personagens vão ficando cada vez mais isolados e fora do convívio social, além de olheiras e sinais de cansaço, atribuídos historicamente, fora do universo da narrativa do filme (diegético) às pessoas em adoecimento mental. No caso de Annie esse é explícito em que vemos ainda a personagem ingerindo antidepressivos nos 52 minutos de filme.

Outras formas explícitas de ligações iconográficas explícitas entre o mal e deficiências e vícios, estariam presentes, alegoricamente, nos filhos de Annie: Peter e Charlie. Charlie nasce Paimon, portanto é o mal encarnado na narrativa, seu corpo vem com essa marca. A personagem é deficiente (pelo menos a atriz a que a interpreta é); ela possui displasia cleidocraniana que provoca uma má formação nos ossos, e principalmente no crânio. Além de sua alergia, Charlie expressa um vício incomum em

chocolate (além do característico estalo na boca que a personagem faz), alimento que já teve ligações com o misticismo e considerado viciante pela Igreja na idade média.

Peter, filho mais velho de Annie, demonstra seu vício em fumo, que é visto em diversos momentos da narrativa como: nos 23 minutos em que ele fuma escondido dentro de casa e aos 42 minutos em que fuma acompanhado de colegas da escola. Um outro fato interessante que é adaptado alegoricamente para o filme é que, no imaginário medieval sempre encarou a loucura como algo que gera paranoia (Matias, 2015). As pessoas tentavam investigar umas às outras buscando entender quem expressava características da manifestação do mal e quem não. O medo de espíritos malignos reinava.

Nessa lógica a paranoia aparece no filme em que detalhes estabelecem ligações entre todos os momentos da trama demonstrando que está acontecendo algo que expressa claramente o mal, mas que não conseguimos decifrar o que é. Não inocentemente, cada elemento apresentado no filme está de fato conectado ao misticismo, inclusive pequenos detalhes importantes como:

Alguns dos companheiros de Peter que aparecem aos 42 minutos fumando com ele nas arquibancadas da escola, estão presentes no culto final do filme em que Paimon finalmente consegue vir a terra através da possessão do corpo de Peter.

Eles aparecem na cena final, inclusive nus que caracteriza uma outra expressão de associação ocidental de representação de loucura. Além deles, outras pessoas aparecem nuas um pouco antes, principalmente mulheres idosas, que segundo Kraemer e Sprenger (1991) classificam como uma das formas mais expressivas das bruxas, agentes do mal presentes na terra. É importante perceber o isolamento de Peter aos 42 minutos em que os personagens aparecem alegres conversando e o menino carrega consigo códigos alegóricos de abalo mental. Essa comemoração dos amigos através de risos, simbolizam uma ligação à representação de loucura no medievo, assim como da presença do mal, já que muito provavelmente, já estavam comemorando a morte de Charlie, dando espaço para a entidade possuir Peter.

Segundo José Rivair Macedo (2000), A sisudez, traço de caráter de quem demonstra bom senso, contrapõe-se à desmesura provocada pela derrisão. O siso/bom senso está para o silêncio, equilíbrio emocional, temperança, medida nas atitudes, enquanto o riso está para o exagero, extravagância, falta de controle sobre os sentidos (Matias, 2015, p. 57).

Figura 01 – Amigos de Peter fumam com ele na escola/Os mesmos colegas no ritual final do filme



Fonte: *Hereditary* (2018).

Considerações Finais

O filme *Hereditary* (2018) utiliza diversos códigos alegóricos que transporta à tela diversos estigmas e representações sociais que envolvem o universo “místico” e misterioso que envolve a loucura, utilizando em sua narrativa elementos clássicos que envolvem os estereótipos relacionados ao tema.

Percebe-se que essas associações da loucura ao sobrenatural estigmatizaram o desenvolvimento de políticas reais que auxiliassem ou até mesmo amparassem pessoas com essas características. O uso político da psiquiatria para domínio e normatização de condutas na civilização ocidental também não ajudou neste ponto.

Aliando estas concepções equivocadas temos os resultados presentes no imaginário social em que estas acabam sedimentando, no saber popular, diversos estigmas em relação às pessoas em situação de adoecimento mental. O cinema aqui ganha um papel importante como instrumento de manutenção para que tais estigmas continuem vivos na memória dos indivíduos ocidentais. Para se conseguir alcançar uma melhor abordagem da loucura é preciso se despir justamente destas concepções equivocadas além de parar de encarar o adoecido como “outro” ou “o que não queremos nos tornar”.

A popularidade do filme hereditário pode até mesmo ser justificado pelo “jogo” que estabelece com papéis sócias já sedimentados no saber popular, inclusive as concepções clássicas depreciativas que o ocidente analisa e representa a loucura através das representações sociais.

Referências

A NIGHTMARE ON ELM STREET. Direção: Wes Craven. Produção: Robert Shaye. Roteiro: Wes Craven. Estados Unidos: New Line Cinema, 1984. Disponível em: HBO Max.

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. IN: *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 73-85, 2001.

AMERICAN PSYCHO. Direção: Mary Harron. Produção: Edward R. Pressman, Chris Hanley, Christian Halsey Solomon. Roteiro: Mary Harron, Guinevere Turner. Estados Unidos/Canadá: LionsGate, 2000. Disponível em: Amazon Prime.

ANAZ, Sílvio Antônio Luiz. Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries. In: *Significação*. São Paulo, v. 47, n. 54, p. 251-270, jul-dez. 2020.

ARAÚJO, Aberto Filipe; TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. Gilbert Duran e a pedagogia do imaginário. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 7-13, out./dez. 2009.

CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna* / Stuart Clark; tradução de Celso Mauro Paciornik. - 1. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

DAMETTO, Jarbas; EQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Loucura, o Demônio e a Mulher: Sobre a Construção de Discursos no Mundo Medieval. In: *Hist. R., Goiânia*, v. 22, n. 2, p. 190–203, mai./ago. 2017.

DURAND, Gilbert. *Champs de l'imaginaire. Textes réunis para Danièle Chauvin*. Grenoble: Ellug, 1996.

DURAND, Gilbert. *L'imaginaire. Essai sur les sciences et la philosophie de l'image*. Paris: Hatier, 1994.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1992.

FRIDAY THE 13TH. Direção: Sean S. Cunningham. Produção: Sean S. Cunningham. Roteiro: Victor Miller. Estados Unidos: Paramount Pictures/Warner Bros, 1980. Disponível em: Apple TV.

HADDOCK-LOBO, Rafael. História da Loucura de Michel Foucault como uma “História do outro”. In: *Veritas*. v. 53, nº. 2. abr./jun. 2008. p. 51-72.

HALLOWEEN. Direção: John Carpenter. Produção: Debra Hill. Roteiro: John Carpenter, Debra Hill. Estados Unidos: LionsGate, 1978. Disponível em: Amazon Prime.

HEREDITARY. Direção: Ari Aster. Produção: PalmStar Media, Windy Hill Pictures, A24. Roteiro: Ari Aster. Estados Unidos: Diamond Films, 2018. Disponível em: HBO. KAMITA, Rosana Cássia. Relações de Gênero no Cinema: Contestação e Resistência. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017. p. 1393-1404.

- LE GOFF, Jaques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 3º ed., 1994.
- MACEDO, José Rivair. *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- MAFFESOLI, Michael. O imaginário é uma realidade. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago./2001.
- MATIAS, Kamilla Dantas. *A Loucura na Idade Média. Ensaio Sobre Algumas Representações*. 2015.
- MELO, Sabrina Fernandes. O imaginário e Filosofia da Imagem. In: *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica* – nº 33.1, 2015. p. 226-229.
- MOSCOVICI, Serge (org.). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici & G. Duveen (Orgs.). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (p. 29-214). Petrópolis: Vozes, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. IN: *Rev. Bras. de Hist.* V. 15, nº 29. S. Paulo, 1995. p. 9-27.
- POWDERMAKER, Hortense. *Hollywood, the dream factory: Na anthropologist looks at the movie-makers*. Estados Unidos: Martino Fine Books, 1950.
- PSYCHO*. Direção: Alfred Hitchcock. Produção: Alfred Hitchcock. Roteiro: Joseph Stefano. Estados Unidos: Paramount Pictures/Universal Pictures, 1960. Disponível em: Telecine.
- SALGUEIRO, Ana. *A Loucura e o Cinema: Representações Cinematográficas de Personalidade Limite*. 2013.
- SANTOS, Luciana Cristina. *A Representação Feminina no Cinema de Terror: Hereditário* (2018), *It: A Coisa* (2017) e *Invocação do Mal* (2013). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo (PPG-CINEAV), 2021.
- SEIWERT, Hubert. O problema das “seitas” – Opinião pública, o cientista e o Estado. In: *Revista de Estudos da Religião*. nº 2, 2001. pp. 21-45.
- THE SILENCE OF THE LAMBS*. Direção: Jonathan Demme. Produção: Kenneth Utt, Edward Saxon, Ron Bozman. Roteiro: Ted Tally. Estados Unidos: Orion Pictures, 1991. Disponível em: Amazon Prime.
- TORRE, Eduardo Henrique Guimarães; AMARANTE, Paulo. Protagonismo e Subjetividade: A construção coletiva no Campo da Saúde Mental. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1). 2001, p. 73-85.
- WACHELKE, João Fernando Rech. O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. IN: *Estudos de Psicologia*. Natal: v. 10, n. 2, p. 313-320, 2005.

YASHINISHI, Bruno José. A Relação Cinema-História: Fundamentos Teóricos e Metodológicos. In: *Em tempos de História*. Brasília, n. 37, p. 408-422, jul./dez, 2020.

Artigo recebido em 12/08/2024

Aceito para publicação em 12/05/2025

Editor(a) responsável: Sofia Zambelli Menck